



ÍNDICE

ÍNDICE	1
II INTRODUÇÃO	4
1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E MORFOLÓGICA DO CONCELHO	5
2 PRINCIPAIS FACTORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO	9
2.1 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA	9
2.1.1 POPULAÇÃO RESIDENTE	9
2.1.2 PROJECCÕES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	13
2.1.3 DENSIDADE POPULACIONAL	15
2.1.4 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	18
2.1.5 NATALIDADE E MORTALIDADE	19
2.1.6 ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA E DE ENVELHECIMENTO	20
2.1.7 MOVIMENTO MIGRATÓRIO	23
2.2 INDICADORES ECONÓMICOS	23
2.2.1 POPULAÇÃO ACTIVA	23
2.2.2 TAXA DE ACTIVIDADE E DE DESEMPREGO	30
2.2.3 CARACTERIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO	33
2.3 EDIFICADO	58
2.3.1 PARQUE HABITACIONAL (1991- 2001)	58
2.3.2 EDIFÍCIOS SEGUNDO A DATA DE CONSTRUÇÃO	63
2.3.3 LICENÇAS CONCEDIDAS (2001-2009)	66
2.3.3.1 CONSTRUÇÃO DE NOVAS HABITAÇÕES	66
2.3.3.2 REMODELAÇÕES/RECONSTRUÇÕES	75
2.4 EQUIPAMENTOS	78
2.4.1 EDUCAÇÃO	78
2.4.2 SAÚDE	88
2.4.3 PREVENÇÃO E SEGURANÇA	91
2.4.4 CEMITÉRIOS	93
2.4.5 ADMINISTRATIVOS / JUDICIAL	95
2.4.6 SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	98
2.4.7 CULTURA	104
2.4.8 DESPORTO	108
2.4.9 RELIGIOSOS	113
2.4.10 MERCADOS E FEIRA	116
2.4.11 TURISMO	118
2.4.12 RECREIO E LAZER	124
2.4.13 TRANSPORTES	127
2.5 ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA	129
2.5.1 ENQUADRAMENTO NA REGIÃO NORTE	129
2.5.2 ESTRUTURA VIÁRIA DO CONCELHO DE BRAGA	134
2.5.3 ESTRUTURA FERROVIÁRIA DO CONCELHO DE BRAGA	140
2.5.4 MOBILIDADE INTRA-URBANA NO CONCELHO E TRANSPORTES	140
2.5.5 LOGÍSTICA	149
3 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO CONCELHO	150
3.1 INTRODUÇÃO	150
3.2 INTERVENÇÕES DE PROTECÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	156
3.2.1 PLANO DE REABILITAÇÃO DO RIO ESTE E PARQUE DA PONTE	156
3.2.2 PARQUE URBANO DO MONTE PICOTO/ SÃO JOÃO DA PONTE	158
3.2.3 PARQUE DE SUCATAS	158
3.2.4 PARQUE URBANO NORTE	159
3.2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (QUINTA PEDAGÓGICA)	160
3.3 REDE DE INFRA-ESTRUTURAS	161
3.3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA PÚBLICA	161
3.3.2 SANEAMENTO BÁSICO	164
3.3.3 RECOLHA E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	166



3.3.4 REDE ELÉCTRICA.....	172
3.3.5 REDE DE GÁS	174

4 NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO	175
4.1 OBJECTIVOS ENUNCIADOS NO PDMB 2001	175
4.2 OCUPAÇÃO DO SOLO.....	175
4.3 UOPG E OUTROS PLANOS.....	184
4.4 COMPROMISSOS URBANÍSTICOS.....	191
4.5 EQUIPAMENTOS.....	193
4.6 ACESSIBILIDADES.....	197
4.7 ALTERAÇÕES AO PDM EM REGIME SIMPLIFICADO.....	200
4.8 ALTERAÇÕES às CONDICIONANTES	201
4.8.1 RAN (RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL)	201
4.8.2 REN (RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL)	201
4.8.3 SERVIDÕES MILITARES.....	202
4.8.4 ZONA DE PROTECÇÃO DO PAIOL	202
4.8.5 CONCESSÕES MINERAIS/LOCALIZAÇÃO DE PEDREIRAS LICENCIADAS.....	202
4.8.6 REDE VIÁRIA E ESPAÇOS CANAIS.....	202
4.8.7 ÁREA DE APLICABILIDADE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGA.....	202
4.8.8 ZONA DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO OU ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	202
4.8.9 LIMITE DO CONCELHO	203
4.8.10 CONDICIONANTES QUE NÃO FORAM ALTERADAS.....	203
4.9 NÍVEIS DE INFRA-ESTRUTURAÇÃO	204
4.9.1 LINHAS ADUTORAS DE ÁGUA POTÁVEL	204
4.9.2 CAPTAÇÕES DE ÁGUA	204
4.9.3 EMISSÁRIOS DE ESGOTOS E ETAR'S	204
4.9.4 TRAÇADO DO GASODUTO	204
4.9.5 ZONA DE LIBERTAÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES.....	205
4.9.6 LINHAS DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉCTRICA	205

5 SÍNTESE.....	205
------------------------	------------

II PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGA.....	213
---	------------

1 INTRODUÇÃO	213
2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PDM	214
2.1 CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PDM.....	215
2.2 CALENDARIZAÇÃO.....	216
3 MOTIVOS DA REVISÃO DO PDM	218
a INTRODUÇÃO	218
b AS MUDANÇAS LEGAIS E FÍSICAS	218
c REFLEXOS DA ESCALA GLOBAL à ESCALA LOCAL.....	218
d CONSOLIDAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS	219
e NOVAS SINERGIAS TERRITORIAIS E OS NOVOS DESIGNIOS DO MERCADO.....	220
4 DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO	221
4.1 BRAGA CONCELHO ATRACTIVO PARA VIVER.....	221
4.1.1 PROMOÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE	221
4.1.2 PROGRAMAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA.....	225
4.1.3 DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL.....	226
4.1.4 CONTENÇÃO DA DISPERSÃO	228
4.1.5 REFORÇAR A IDENTIDADE DOS NÚCLEOS URBANOS PERIFÉRICOS.....	229
4.1.6 DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE VISTAS	229
4.1.7 DEFINIÇÃO DA CIRCULAR EXTERIOR.....	230
4.1.8 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL.....	230
4.1.9 CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS	231
4.2 BRAGA CONCELHO DE INVESTIMENTO EMPRESARIAL.....	231



4.2.1	POTENCIAR A ATRACÇÃO DE EMPRESAS NO CONCELHO	231
4.2.2	DOTAR O CONCELHO DE UMA NOVA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL	232
4.2.3	MODERNIZAR, NA MEDIDA DO POSSÍVEL AS ÁREAS INDUSTRIAIS EXISTENTES	233
4.2.4	ESTIMULAR A RELOCALIZAÇÃO DE EMPRESAS NO ESPAÇO INDUSTRIAL	233
4.2.5	FOMENTAR PARCERIAS E COMPLEMENTARIDADES ENTRE EMPRESAS, U.M., C.M.B., ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS, ESCOLAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, INSTITUTO IBÉRICO DE NANOTECNOLOGIA, EMPRESAS T.I.C., ETC.	233
4.2.6	FOMENTAR O INVESTIMENTO TURÍSTICO	233
4.3	BRAGA CONCELHO COMPETITIVO à ESCALA IBÉRICA	234
4.3.1	INTEGRAÇÃO DA ESTAÇÃO DE BRAGA NO TRAÇADO DO COMBOIO DE ALTA VELOCIDADE	234
4.3.2	REFORÇAR O PAPEL DA CIDADE à ESCALA DO QUADRILÁTERO URBANO (PÓLIS XXI)	234
4.3.3	REFORÇAR A COOPERAÇÃO E POTENCIAR POLÍTICAS DE COMPLEMENTARIDADE à ESCALA SUPRA-MUNICIPAL (ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE, INCENTIVOS NA INTER MODALIDADE NOS TRANSPORTES)	234
4.3.4	REFORÇAR O PAPEL DA CIDADE NO DOMÍNIO DAS T.I.C., EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	236
4.3.5	REFORÇAR A VERTENTE CULTURAL	237

II INTRODUÇÃO

O regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de planeamento territorial, assim como a revisão dos Planos Directores Municipais, obedecem ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, definindo as bases da política de ordenamento do território e urbanismo e promovendo a eficiência e a operatividade do sistema de gestão territorial.

O relatório que se apresenta, foi elaborado com o objectivo de abranger todos os elementos necessários para a marcação da reunião preparatória para a constituição da “Comissão de Acompanhamento”, necessária para se iniciar o processo de revisão do PDMB. Este documento, foi produzido de forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Portaria nº 1474/2007 de 16 de Novembro, e de acordo com a alínea a), do nº 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Como contributos fundamentais para esta fase de diagnóstico e de avanços prospectivos das estratégias que delinearão a revisão ao PDM, destacam-se os dados estatísticos disponíveis no INE, as orientações do PNPOT, os estudos no âmbito do PROT-N e a Agenda 21.

Este relatório destriça duas partes: uma centrada no diagnóstico e caracterização actual do Concelho estabelecendo paralelismo ao longo das temáticas com os restantes Concelhos do Sistema Urbano, no qual Braga está incluído, e com a Região Norte, sempre que se julgou oportuno; e outra parte onde se enunciam alguns domínios estratégicos de intervenção para a conformação do modelo urbano desejado para o território concelhio.

Assim, o presente relatório incide sobre os seguintes temas principais:

1. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E MORFOLÓGICA DO CONCELHO;
2. PRINCIPAIS FACTORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO;
3. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO CONCELHO;
4. NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO;
5. SÍNTESE
6. PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BRAGA (metodologia, motivos e domínios estratégicos)



1| CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E MORFOLÓGICA DO CONCELHO



Figura 1.1 – Concelho de Braga e Concelhos Limítrofes

O concelho de Braga, localiza-se na região Noroeste de Portugal continental e é capital de distrito, pertencendo à NUT II (Norte) e à NUT III (Cávado). O distrito de Braga, por sua vez, é constituído por duas Sub-regiões: Ave – composta pelos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, e Vizela; e Cávado – que integra os municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, e Vila Verde.



Figura 1.2 – Localização das Freguesias do Concelho de Braga

O concelho é constituído por 62 freguesias, perfazendo uma área total de 184 km², inserindo-se numa região densamente povoada, sendo ladeado a Norte, pelos concelhos de Vila Verde e Amares, a Nordeste e Este pela Povoia de Lanhoso, a Sul e Sudoeste pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Guimarães e a Oeste pelo concelho de Barcelos.

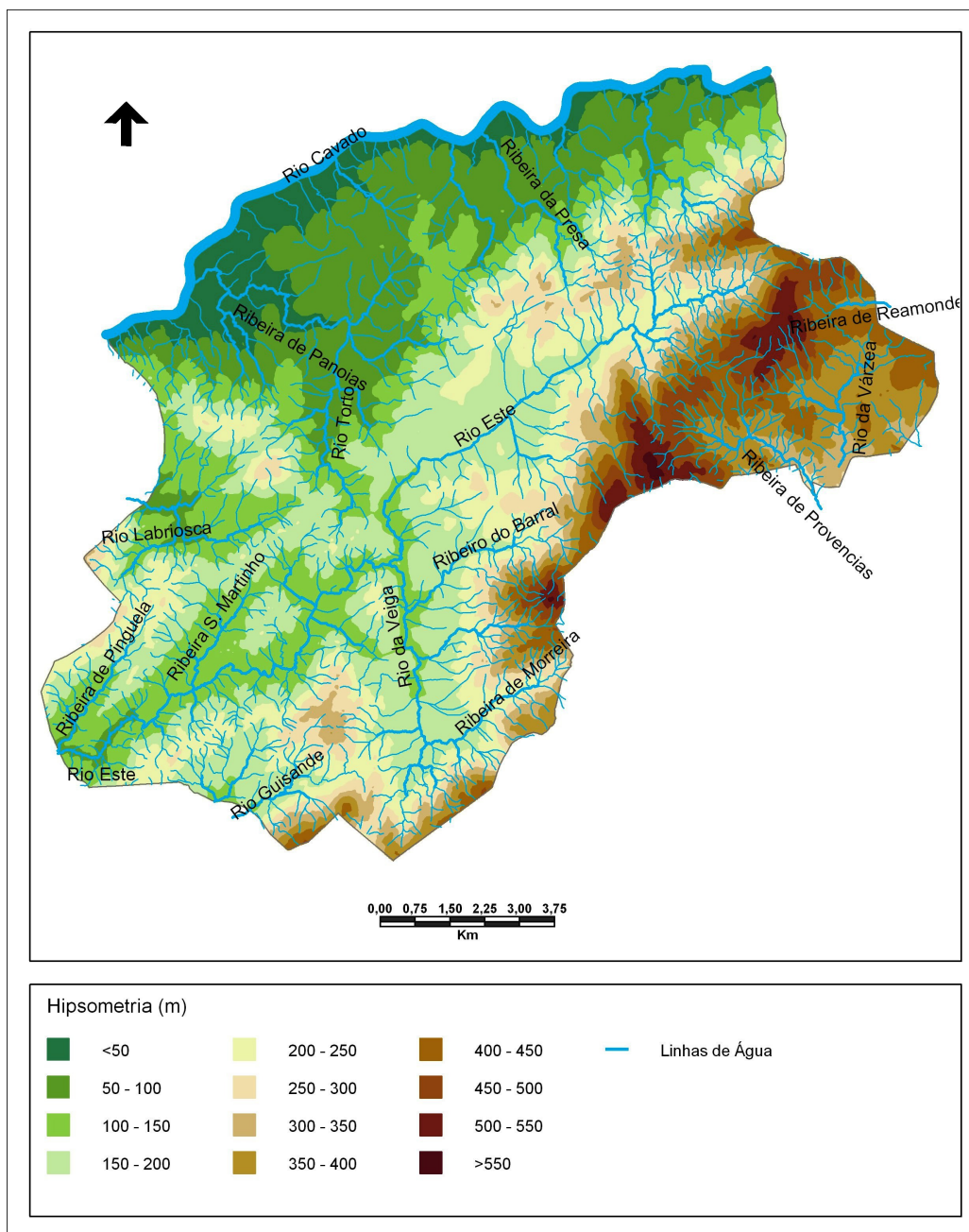


Figura 1.3 – Carta Hipsométrica do Concelho de Braga

O relevo do concelho apresenta uma relativa irregularidade caracterizado de um modo geral, a Norte por ser plano e a Este e Sudeste na fronteira com os concelhos de Povoia de Lanhoso, Guimarães e Famalicão por uma zona montanhosa com altitudes significativas. Apesar deste facto, não se pode considerar um território montanhoso, e a sua localização coincide com o ponto geográfico onde as cadeias montanhosas designadas “barreira de condensação” acabam e onde começam as planícies litorais. Braga, está limitada a Norte pelo rio Cávado, a Nascente pela Serra dos Carvalhos, e a Sul pela Serra dos Picos, existindo dois alinhamentos de vales principais, Cávado e Este. Estes vales apresentam uma orientação Nordeste – Sudoeste estendendo-se em direcção ao litoral permitindo a entrada de massas de ar húmidas do



atlântico.

As zonas de vales e encostas predominam ao longo do concelho, não atingindo altitudes muito elevadas, sendo a altitude máxima 572 metros no monte do Sameiro.

As vertentes mais acentuadas a Nordeste são, a Serra dos Carvalhos, cuja cota mais elevada atinge os 479 metros, no ponto cotado de Eiras Velhas, e a Este, a Serra dos Picos (565 metros) e o Monte de Campelos (440 metros).

De Este para Sudeste, vamos encontrar uma área contínua de montanha podendo-se destacar: o Monte dos Penedos Brancos (Sobreposta e Espinho), cuja cota máxima é de 429 metros; o Monte de Sameiro (572 metros) o Monte Frio (548 metros), o Monte de Santa Marta (562 metros), Costa do Gaio (437 metros) e o Penedo Branco em Escudeiros (463 metros).

A Sul, destaca-se o Penedo das Letras, com uma cota máxima de 444 metros, e os Montes de São Mamede e das Lajes (427 e 346 metros de cota máxima respectivamente).

A Oeste, as altitudes mais significativas registam-se no Montes das Caldas e de São Filipe (304 e 263 metros, respectivamente).

A cidade está implantada sobre uma plataforma que varia entre os 150 e os 200 metros de altitude na no centro do concelho, na área de separação dos dois vales principais (Este e Cavado).

Apesar de ser constituído por espaços essencialmente planos, possui algumas formações montanhosas de menor dimensão que as anteriores. Estas vertentes ganham importância devido à posição central que ocupam, condicionando o crescimento e a expansão das novas áreas urbanas. São exemplo: a Sul do núcleo urbano, o Alto da Vela (371 metros), o Monte do Picoto (298 metros de altitude) e o Monte da Mouta (242 metros); a Oeste, o Monte São Gregório (196 metros); a Norte, destaca-se a área do Convento de Montariol (312 metros), o ponto cotado de Pedroso (232 metros) e o Monte de Vasconcelos (Vale do Fojo - 356 metros), para além da encosta dos Santuários do Bom Jesus e do Monte de Rio Mau (453 e 501 metros, respectivamente), a Este.

A grande quantidade de vertentes, montes, serras e vales, beneficiam a existência de uma rede bastante densa de cursos de água (ribeiros, ribeiras e pequenos cursos de água). O rio Cávado tem como principais afluentes: rio Torto, rio Labriosque, ribeira de Panoias e a ribeira da Presa. Os afluentes do rio Ave que percorrem o concelho são: rio Este, rio Guisande, rio da Várzea e ribeira de Provências.

Podemos distinguir duas plataformas dominantes, nomeadamente a do vale do rio Cávado e a do vale do rio Este. A plataforma do Cavado caracteriza-se por ser ampla e relativamente plana, com uma variação de cotas altimétricas dentro do concelho, de 30m no limite Nordeste e de 20m no limite Poente. É limitada pela bacia do Este que constitui uma barreira física entre os dois vales, em resultado de uma diferença de cotas de aproximadamente 150m. Nestas vertentes nascem diversos cursos de água dos quais se destaca o rio Torto.

A plataforma do rio Este que nasce na serra do Carvalho, em vale apertado, alargando-se na área onde se desenvolve a cidade. No seu percurso em direcção ao concelho de Famalicão é pontuado por diversas elevações dispostas segundo o alinhamento dominante até desaguar no rio Ave. O seu afluente principal, é o rio da Veiga.



2| PRINCIPAIS FACTORES DE MUDANÇA DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO

2.1| EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

2.1.1| POPULAÇÃO RESIDENTE

a| Concelho

Segundo os Censos de 2001 do INE, residiam no concelho 164193 indivíduos, representando um aumento na ordem dos 16% relativamente à década anterior (superior à registada entre 1981/1991 – 12,6%).¹

Em 2009, residem 177183 indivíduos, traduzindo um crescimento populacional na ordem dos 8% comparativamente com 2001.

	População Residente				Variação (%)		
	1981	1991	2001	2009	1981/1991	1991/2001	2001/2009
Portugal	8684000	9867147	10329340	10637713	13,6	4,7	3,0
Norte	3410099	3472715	3687293	3745575	1,8	6,2	1,6
Cávado	328938	353267	393063	414182	7,4	11,3	5,4
Braga	125454	141256	164192	177183	12,6	16,2	7,9

Fonte: INE (Censos 1981, 1991 e 2001)

Quadro 2.1 – Evolução da População Residente em Portugal, no Norte, no Cávado e no Concelho de Braga e respectivas variações em 1981, 1991, 2001 e 2009

Nas últimas décadas, a taxa de crescimento da população tem sido superior à média nacional e aos valores registados na região Norte e na sub-região em que se insere (Cávado). No último período em análise (2001 e 2009), é notório um abrandamento dos ritmos de crescimento populacional nas quatro unidades territoriais, sendo mais acentuado no Norte (apenas cresceu 1,6%) face aos 6,2% registados no período anterior. De notar que Braga em 2009, concentra cerca de 43% dos residentes no Cávado (o mesmo valor que em 2001), evidenciando o seu papel polarizador e dinamizador para esta sub-região.

População Residente					
Concelhos	1991	2001	2009	Variação (%)	
				(1991/2001)	(2001/2009)
Braga	141256	164192	177183	16,2	7,9
Guimarães	143984	159576	162592	10,8	1,9
Vila Nova de Famalicão	114338	127567	135536	11,6	6,2
Barcelos	111733	122096	124576	9,3	2,0
Vila Verde	44056	46579	49379	5,7	6,0
Póvoa de Lanhoso	21516	22772	24312	5,8	6,8
Amares	16715	18521	19963	10,8	7,8
Total	593598	661303	693541	11,4	4,9

Fonte: INE (Censos 1991, 2001)

Quadro 2.2 – População Residente e respectiva variação em Braga e Concelhos Limitrofes (1991-2001-2009)

O concelho está inserido numa região que apesar da relativa proximidade com a Área Metropolitana do Porto e consequente influencia desta, engloba em 2009 um total de cerca de 700000 habitantes. Este facto permite a esta região apresentar uma certa independência da Área Metropolitana, gerando dinâmicas

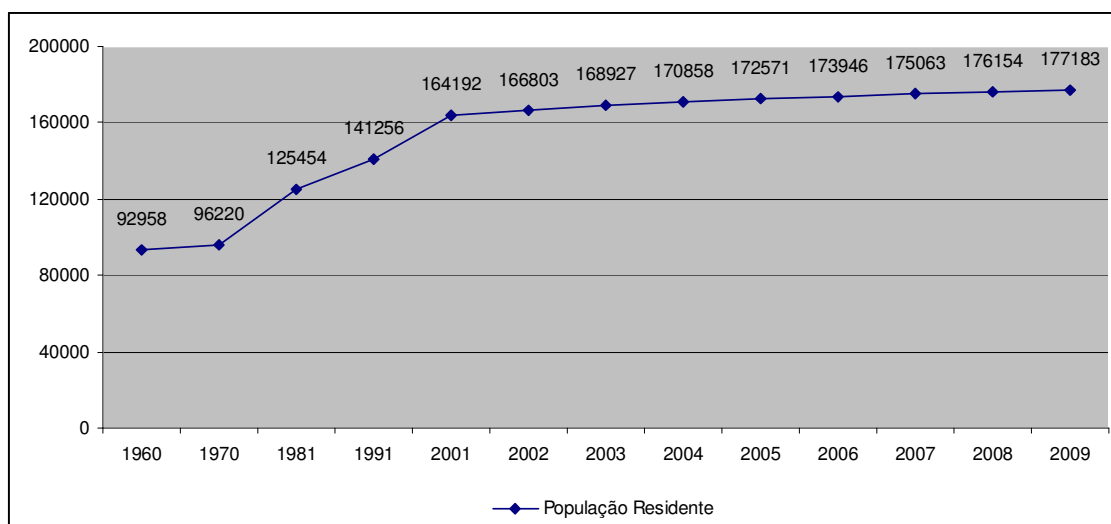
¹ Esta tendência não se tem mantido uniforme, destacando-se o aumento ocorrido entre 1970 e 1981 que atingiu os 30,4%.



económicas, sociais e culturais próprias, aumentando a sua competitividade no contexto nacional e internacional (principalmente com a Galiza).

Analisando a dinâmica demográfica presente em Braga e nos concelhos contíguos, constata-se que, em todos eles se registou um aumento de população, entre 1991/2001 e entre 2001/2009. Em ambos os períodos, Braga apresenta a taxa de crescimento da população mais elevada (ver quadro 2.2).

Nos últimos anos, nomeadamente entre 2001 e 2009, podemos aferir um abrandamento dos ritmos de crescimentos demográficos nos centros urbanos mais importantes, nomeadamente em Guimarães e Barcelos (cresceram apenas 2%), contribuindo para que a região apenas aumente 5%. Braga e Amares, apesar de sentirem um abrandamento demográfico em relação ao período anterior (1991/2001), ainda apresentam uma vitalidade demográfica, aumentando 7,9% e 7,8%, respectivamente.



Fonte: INE

Gráfico 2.1 – Evolução da População Residente no Concelho de Braga, entre 1960 e 2009

O gráfico 2.1, apresenta a evolução da população residente em Braga, entre 1960 e 2009, evidenciando que os ritmos de crescimento da população não têm sido sempre constantes.²

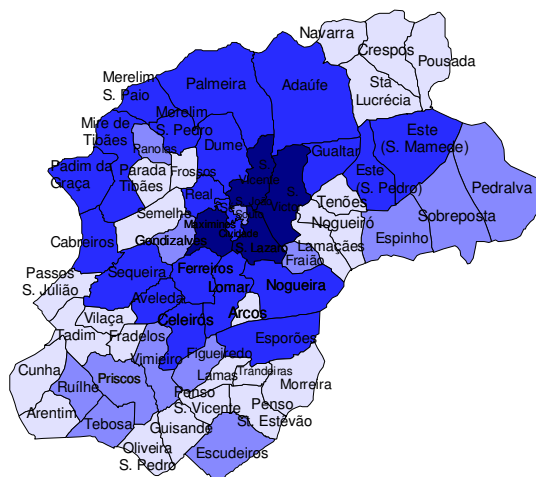
Deve-se ter em atenção que até 2001, a população residente corresponde a períodos de dez anos (Censos) e após esta data são apresentados valores anuais. Este motivo faz com que os ritmos de crescimento apresentados aparentem ser discrepantes.

Actualmente, após a ocorrência de ritmos de crescimento populacional elevados (12,6% entre 1981-1991, e 16,2% entre 1991-2001) tem-se assistido ao seu abrandamento, em resultado de uma conjugação de factores, nomeadamente: diminuição da natalidade, estabilização da imigração e envelhecimento da população. De facto, após 2005, o concelho tem apresentado um crescimento anual inferior a 1% contrariando a tendência verificada nos anos anteriores.

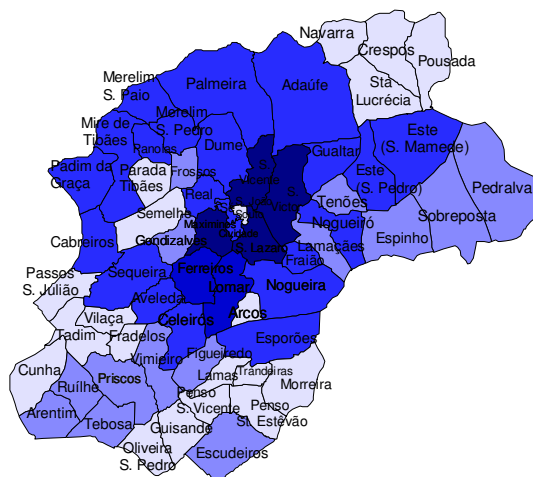
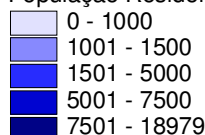
² A população residente no concelho, na década de 60, apresentou um crescimento reduzido, na ordem dos 3,5%, em resultado, principalmente, da forte emigração e das guerras coloniais registadas neste período. Entre 1970 e 1981, coincidiu com a época de maior aumento demográfico (30,4%), devido principalmente ao processo de descolonização, que contribuiu para o regresso de inúmeros emigrantes que haviam saído na década anterior.



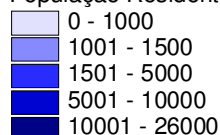
b) Freguesias



População Residente 1991



População Residente 2001



Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

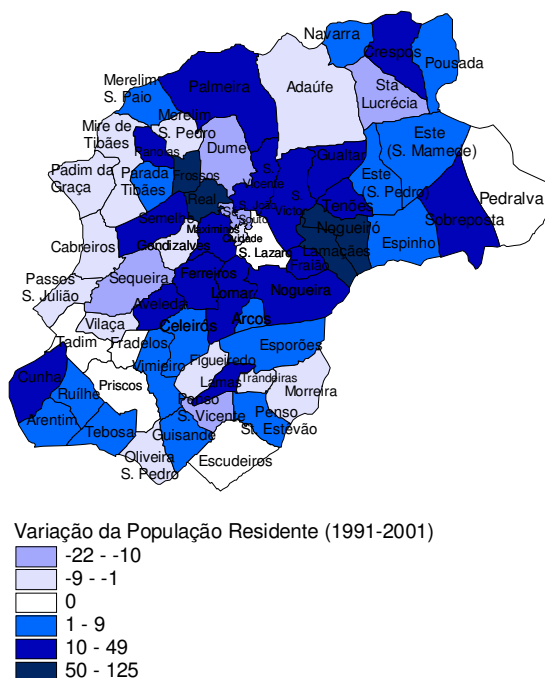
Figura 2.1 – População residente por freguesias do Concelho de Braga, em 1991

Figura 2.2 – População residente por freguesias do Concelho de Braga, em 2001

Efectuando uma abordagem sobre a distribuição da população, constatamos que as freguesias centrais, têm apresentado uma importância crescente, no que concerne à concentração populacional. Este facto resulta de uma evolução histórica de ocupação e concentração urbana que remonta aos primórdios de instalação da cidade medieval e romana, não constituindo por isto uma tendência recente. Note-se que em 1980, cerca de 37% da população residia nas 7 freguesias do núcleo central (centro histórico e freguesias contíguas)³, estabilizando-se nos 42%, em 1991 e 2001.

A freguesia de São Victor, em 2001, assinalava 25407 residentes (+6537 indivíduos do que em 1991), sendo a mais populosa do município, seguida por São Vicente, São Lázaro e Maximinos com 12162, 14830 e 10030 habitantes, respectivamente.

³ Freguesias da Cidade: São Victor, São Vicente; São Lázaro, Sé, São João do Souto, Cividade, Maximinos



Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Figura 2.3 – Variação da população residente por freguesia do concelho de Braga, entre 1991/2001 (%)

A figura 2.3 demonstra que, Nogueiró, com um aumento da população de 128% em relação a 1991, apresenta a taxa de variação populacional mais elevada do concelho (943 indivíduos em 1991, para 2118 em 2001). São igualmente importantes aumentos populacionais em freguesias contíguas ao centro da cidade, beneficiando do forte investimento efectuado em infra-estruturas rodoviárias, equipamentos, e em novas construções habitacionais (Frossos, Real, Lamações, e Fraião).

São Victor, apesar de não apresentar a taxa de variação populacional mais elevada (aumentou 35%), é a freguesia que regista o maior crescimento absoluto dos residentes (+6537 indivíduos). São igualmente significativos os acréscimos, em São Vicente (+3715), Maximinos (+2310), Ferreiros (+2043), Real (+1823), Lomar (+1724) e Nogueiró (+1175) constituindo assim as áreas de crescimento da cidade e demonstrando uma tendência para concentração populacional no núcleo urbano central.

As freguesias mais populosas, registam aumentos populacionais mais significativos, demonstrando uma capacidade para atrair e fixar indivíduos, desde que bem servidas de vias de comunicação, infra-estruturas, equipamentos e espaços públicos. Adiciona-se a estes factores, a existência de novas construções habitacionais e a disponibilidade de alojamentos vagos, potenciando o contínuo crescimento populacional.

Apesar do crescimento demográfico sentido no conjunto das freguesias do núcleo urbano, assiste-se ao decréscimo de residentes em algumas do Centro Histórico, devido à perda de importância e substituição da função residencial, nomeadamente: Sé (-881 residentes), São João de Souto (-266 residentes), Cidade (-148 residentes) e São Lázaro (-61 residentes). Esta tendência não é recente uma vez que já se fazia sentir em décadas anteriores sustentada entre outros factores, pelo envelhecimento da população residente, pelo desenvolvimento económico e crescente “terciarização do centro histórico” e pelo facto de



73% do edificado existente na Sé, 70% de São João do Souto e 40% da Cividade ter sido construído antes de 1970.

Simultaneamente, verifica-se a existência de freguesias periféricas, que denotam menores níveis de urbanidade, que têm perdido ou mantido a sua população, entre 1991-2001. Estas, localizam-se maioritariamente na faixa Noroeste e Sul do concelho, apresentando uma incapacidade para atrair e fixar residentes, uma vez que, os seus terrenos urbanizáveis se encontram monopolizados por uma minoria de indivíduos, que não os coloca no mercado. Esta situação verifica-se por exemplo em Dume e Sequeira que apresentam decréscimos acentuados dos residentes (460 e 217 indivíduos, respectivamente).

As freguesias que têm perdido a sua população residente, devem merecer uma abordagem cuidadosa, uma vez que, caso não sofram nenhum tipo de intervenção que contrarie esta tendência, poderão perder a sua sustentabilidade económica, social, cultural e patrimonial.

2.1.2| PROJECCÕES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

a| Introdução

A previsão apresentada reporta-se ao ano de 2015 e 2020, e foi elaborada com base nos dados da população residente para os anos 1991 e 2001 (retirados dos Censos) e 2009 (retirado do site do Instituto Nacional de Estatística).

A abordagem efectuada incidiu ao nível concelhio e das freguesias de Braga. Através destes dados foi possível calcular os diferentes ritmos de crescimento da população, através do método de cálculo da evolução exponencial e o método de crescimento linear da população (TBC – Taxa Bruta de Crescimento).

b| Concelho

No sentido de se compreender a evolução da população residente no concelho de Braga, efectuou-se o cálculo dos ritmos de crescimento Linear e Exponencial, para dois diferentes períodos (1991-2001 e 2001-2009).

Crescimento Linear (TBC)				Crescimento Exponencial			
1991/2001		2001/2009		1991/2001		2001/2009	
0,0150179	1,50%	0,009513731	0,95%	0,01504687182	1,50%	0,009518328	0,95%

Quadro 2.3 – Ritmos de crescimento da população do concelho de Braga

O quadro 2.3, permite aferir que o ritmo de crescimento da população entre 2001-2009 é inferior ao registado entre 1991-2001.

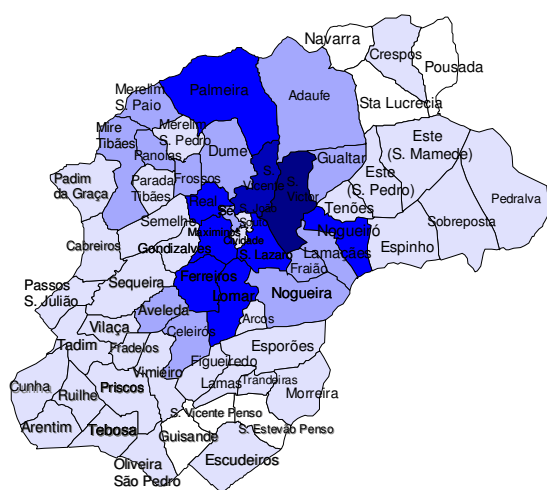
População Residente			Projeção da População Segundo o Método de Crescimento Exponencial			
			Ritmo de Crescimento de 1991/2001		Ritmo de Crescimento de 2001/2009	
1991	2001	2009	2015	2020	2015	2020
141256	164193	177183	202694	218532	187596	196740

Quadro 2.4 – Projeção da população do concelho de Braga, segundo o método de crescimento exponencial para 2015 e 2020

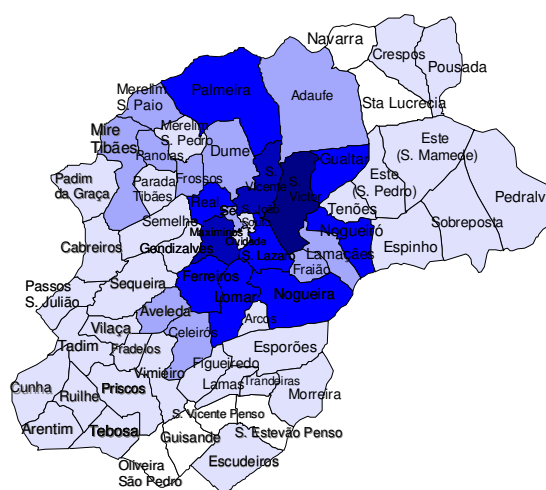
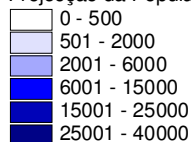
Após se calcular os ritmos de crescimento, procedeu-se à projecção da população tendo por base o método de cálculo do Crescimento Exponencial. Assim, assumindo que a taxa de crescimento registada entre 1991 e 2001 se manterá uniforme, a população em 2015 e em 2020 aumentará cerca de 23,4% e 33,1% em relação a 2001, respectivamente.

No entanto, a taxa de crescimento exponencial calculada para o período 2001 e 2009, indicia um abrandamento dos ritmos de crescimento da população residente. De facto, mantendo-se este crescimento, a população residente em 2020 será de 196740 indivíduos, representando um aumento na ordem dos 20% em relação a 2001.

c| Freguesias



Projecção da População - 2015



Projecção da População - 2020

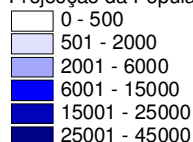


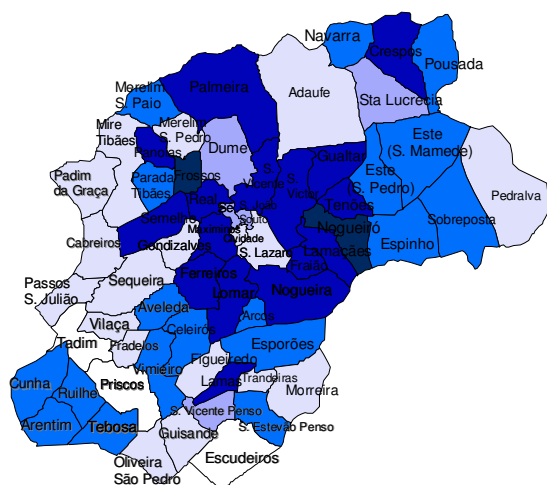
Figura 2.4 – Projecção da população residente para 2015

Figura 2.5 – Projecção da população residente para 2020

Analisando a projecção de população residente por freguesia (figura 2.4 e 2.5), em 2015 e 2020, prevê-se que, caso se mantenha os ritmos de crescimento aferidos entre 1991-2001, se acentue a concentração da população na área central do concelho, à excepção da Sé, Cidade e São João do Souto que caso não sofram nenhuma intervenção, irão continuar a perder população.

Em 2015 e 2020, através das mesmas projecções, São Victor apresentará 38221 e 44223 indivíduos, respectivamente, correspondendo a 18% dos residentes em Braga, mantendo-se como a freguesia mais populosa do concelho.

Quanto às freguesias de Nogueiró, Frossos, Real, Lamações, Lomar, Nogueira e Fraião, apresentarão os aumentos percentuais da população mais elevados. Os decréscimos populacionais mais significativos, por sua vez, estão previstos para a faixa Oeste e Sul, e para algumas freguesias inseridas no centro histórico (Sé, Cidade, São João do Souto e São Lázaro).



Variação da População (2001 - 2015)

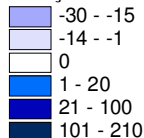
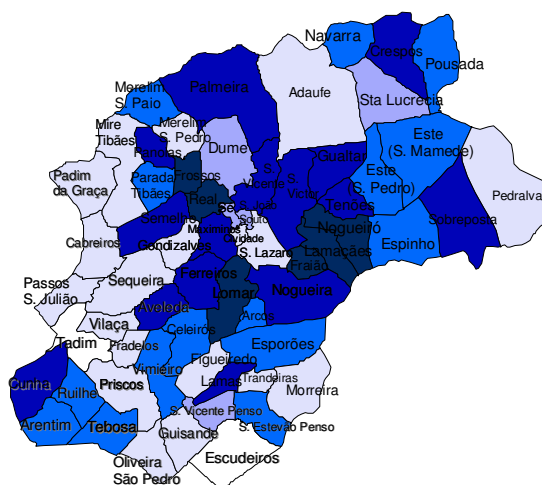


Figura 2.6 – Variação da população residente entre 2001/2015



Variação da População (2001 - 2020)

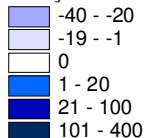


Figura 2.7 – Variação da população residente entre 2001/2020

2.1.3| DENSIDADE POPULACIONAL⁴

a| Concelho

	Área (Km ²)	Densidade Populacional (hab/Km ²)				Variação (%)		
		1981	1991	2001	2009	1981/1991	1991/2001	2001/2009
Portugal	92391	94	107	112	115,1	13,8	4,7	2,8
Norte	21287,5	160,2	163,1	173,2	176,0	1,8	6,2	1,6
Cávado	1245,7	264,1	283,6	315,5	332,5	7,4	11,3	5,4
Braga	184	681,8	767,7	892,3	963,0	12,6	16,2	7,9
Cidade(7)⁵	12,85	3614,9	4487,9	5356,6	-	24,2	19,4	-

Fonte: INE

Quadro 2.5 – Evolução da densidade populacional no Norte, no Cávado e no concelho de Braga (hab/Km²) e respectivas variações

O concelho de Braga apresenta uma densidade populacional crescente acompanhando o aumento da população residente, correspondendo, em 2009, a cerca de 963 habitantes por km² (+7,9% do que em 2001), sendo bastante superior à média nacional (115,1 hab/km²), e à verificada nas restantes unidades territoriais apresentadas.

Em 2001, o conjunto das freguesias que constituem a cidade consolidada, apresentam, uma densidade populacional de 5356,6 hab/km², valor bastante superior ao registado no total concelhio, reflectindo uma tendência para a concentração populacional nestas áreas, e como consequência para uma distribuição

⁴ Densidade Populacional = População Residente/Área (km²)

⁵ Cidade (7) – São Lázaro, São Victor, São Vicente, Maximinos, Sé, São João do Souto e Cividade.

geográfica dos residentes bastante heterogénea. Entre 1991 e 2001, a densidade populacional das freguesias da cidade aumentou cerca de 19,4%.

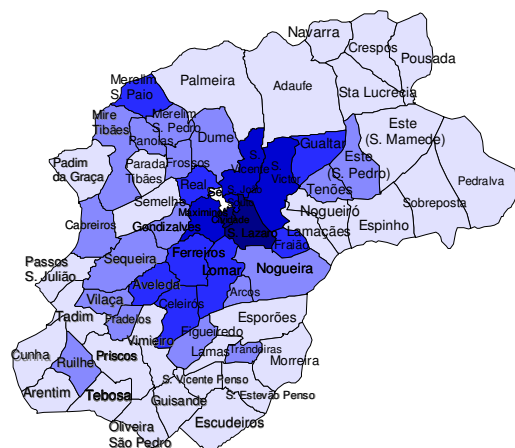
Densidade Populacional (Hab/Km2)						
Concelhos	Área (Km2)	1991	2001	2009	Variação (%)	
					(1991/2001)	(2001/2009)
Braga	184	767,7	892,3	963,0	16,2	7,9
Guimarães	241,3	596,7	661,3	673,8	10,8	1,9
Vila Nova de Famalicão	201,7	566,9	632,5	672,0	11,6	6,2
Barcelos	378,9	294,9	322,2	328,8	9,3	2,0
Vila Verde	228,7	192,6	203,7	215,9	5,7	6,0
Póvoa de Lanhoso	132,5	162,4	171,9	183,5	5,8	6,7
Amares	82	203,8	225,9	243,5	10,8	7,8

Fonte: INE

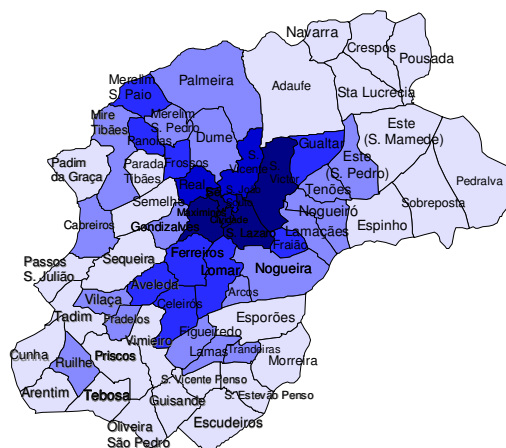
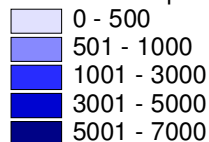
Quadro 2.6 – Densidade populacional e respectiva variação, de Braga e concelhos limítrofes (1991-2001-2009)

Comparativamente com os concelhos limítrofes, constata-se que Braga, em 2009, regista a densidade populacional mais elevada e com tendência para acentuar essa disparidade.

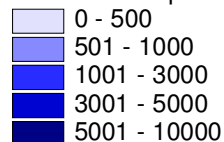
b) Freguesias



Densidade Populacional 1991



Densidade Populacional 2001

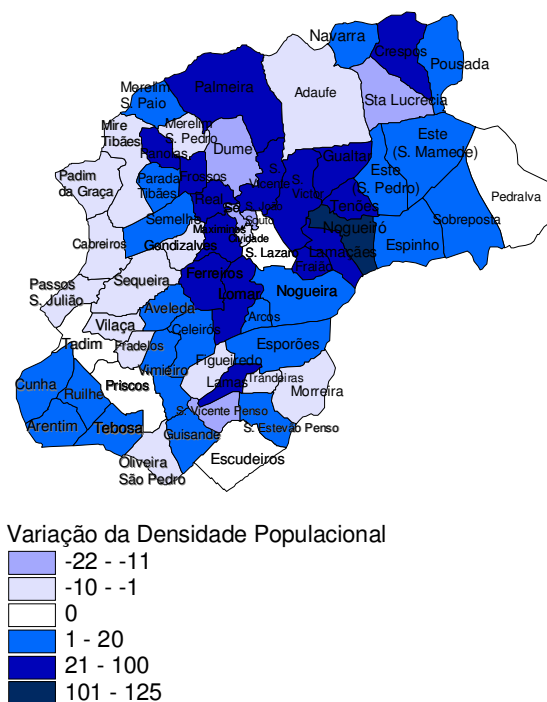


Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Figura 2.8 – Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 1991

Figura 2.9 – Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 2001

Através da análise da figura 2.8 e 2.9, podemos aferir que, tanto em 1991, como em 2001, as freguesias centrais, contíguas ao núcleo histórico, registam as maiores densidades, diminuindo à medida que nos afastamos desta área, reflectindo uma tendência para a concentração da população no núcleo urbano. Em 2001, a densidade populacional mais elevada, regista-se na Sé com 9695 habitantes por km², seguido por São José de São Lázaro (6803 hab/km²), Cividade (6280 hab/km²), São Victor (6227 hab/km²) e Maximinos (5279 hab/km²).



Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Figura 2.10 – Variação da densidade populacional nas freguesias do concelho de Braga, entre 1991/2001

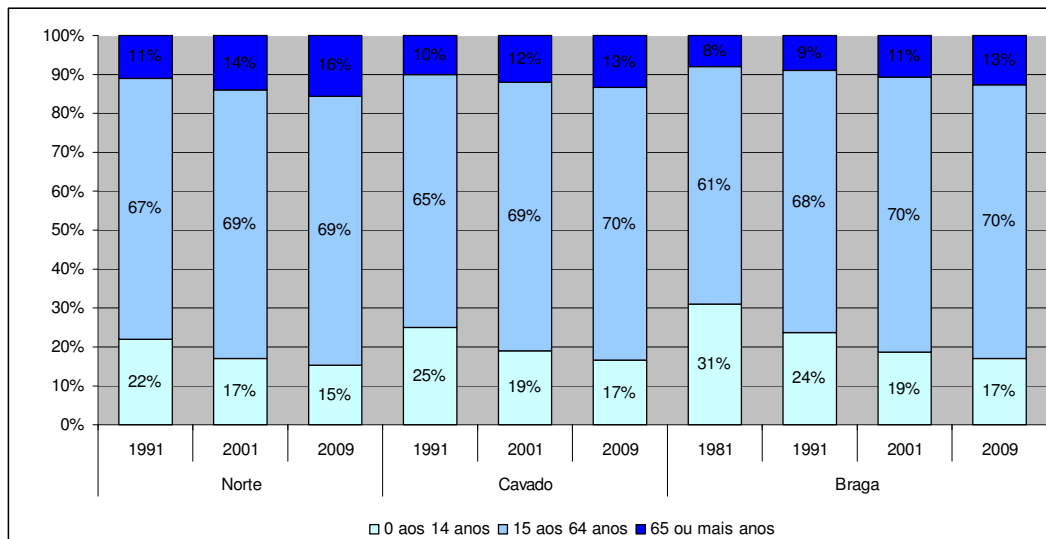
A densidade populacional, entre 1991 e 2001, tem diminuído em algumas freguesias do centro histórico, devido, em parte, ao fenómeno da substituição da função habitacional pela função comercial ou prestação de serviços (Sé, São João do Souto, Cidade e São Lázaro). Saliente-se, em particular, as freguesias de São João do Souto e da Sé, que apresentam decréscimos na ordem dos 22% e dos 20% sendo os mais elevados do concelho.

Para além destas freguesias, existem perdas de densidade em áreas rurais e periféricas ao núcleo urbano, nomeadamente: São Vicente Penso (18%), Santa Lucrécia (13%), Dume (13%) e Sequeira (10%).

Os acréscimos percentuais da densidade populacional, entre 1991 e 2001, são mais significativos nas freguesias urbanas, nomeadamente nas novas áreas de expansão urbana (Nogueiró (125%), Frossos (68%), Real (60%) e Lamações (51%)).



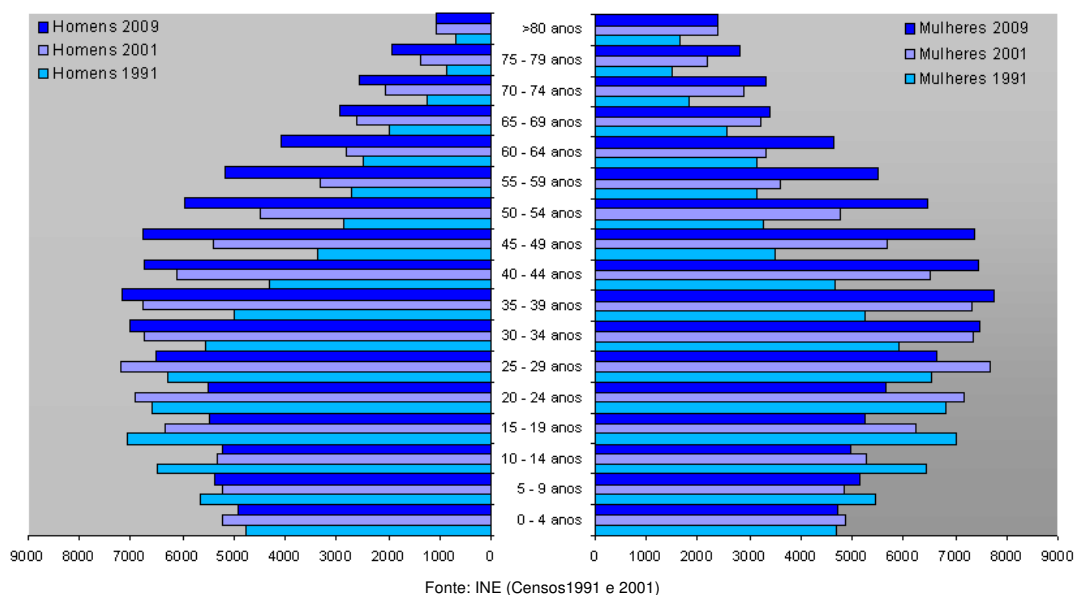
2.1.4 | ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO



Fonte: INE

Gráfico 2.2 – Distribuição da população residente segundo classes etárias no Norte, Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2009

Em todas as unidades territoriais, existe um aumento da população idosa (com 65 ou mais anos), e uma redução das classes mais jovem (0 a 14 anos). A classe mais jovem, tem perdido importância espelhando uma tendência para o envelhecimento da população. Em 1991, esta classe representava 24%, decrescendo para 19%, em 2001 e 17% em 2009. A população idosa, em 2009, apresenta valores percentuais bastante semelhantes à população jovens representando 13% dos residentes em Braga, mais 2% que em 2001 e 4% que em 1991. Este facto, deve-se sobretudo ao aumento da esperança média de vida e à diminuição da taxa de natalidade. A população em idade activa e em idade fértil (compreendida entre os 15 e 64 anos), por sua vez, assume o mesmo valor que em 2001, representando 70% dos residentes, mais 2% que em 1991.



Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

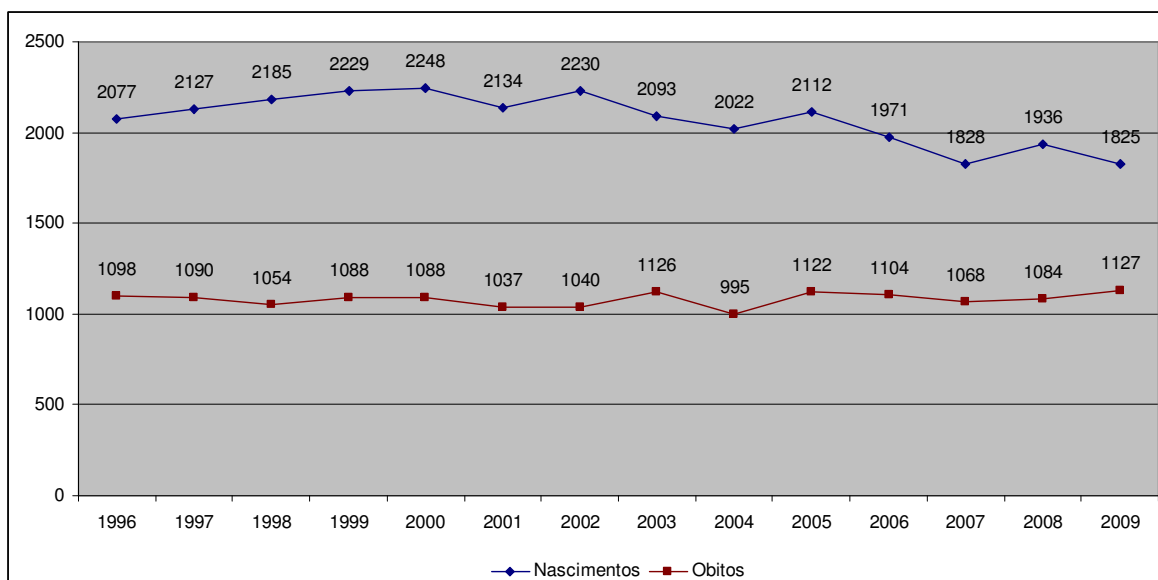
Gráfico 2.3 – Pirâmide etária no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2009



Apesar de se verificar um aumento da classe dos 0-4 anos entre 1991 e 2001, reflectindo um incremento dos nascimentos nesse período devido ao aumento dos indivíduos em idade fértil (entre os 20-44 anos), o mesmo já não acontece em relação a 2009. Neste ano regista-se uma diminuição dos indivíduos contidos nesta classe, devido ao decréscimo dos nascimentos que se acentuou a partir de 2002 (gráfico 2.4).

Ao mesmo tempo, é evidente a existência, de um aumento de todas as classes que integram indivíduos com uma idade superior a 34 anos prevendo-se que nos próximos anos haverá uma grande quantidade de reformados e acentuar a diminuição dos nascimentos. Pelo que o planeamento deverá contemplar esta tendência e ter em consideração a eventual necessidade de se criarem novos equipamentos sociais (lares e centros de dia).

2.1.5| NATALIDADE E MORTALIDADE



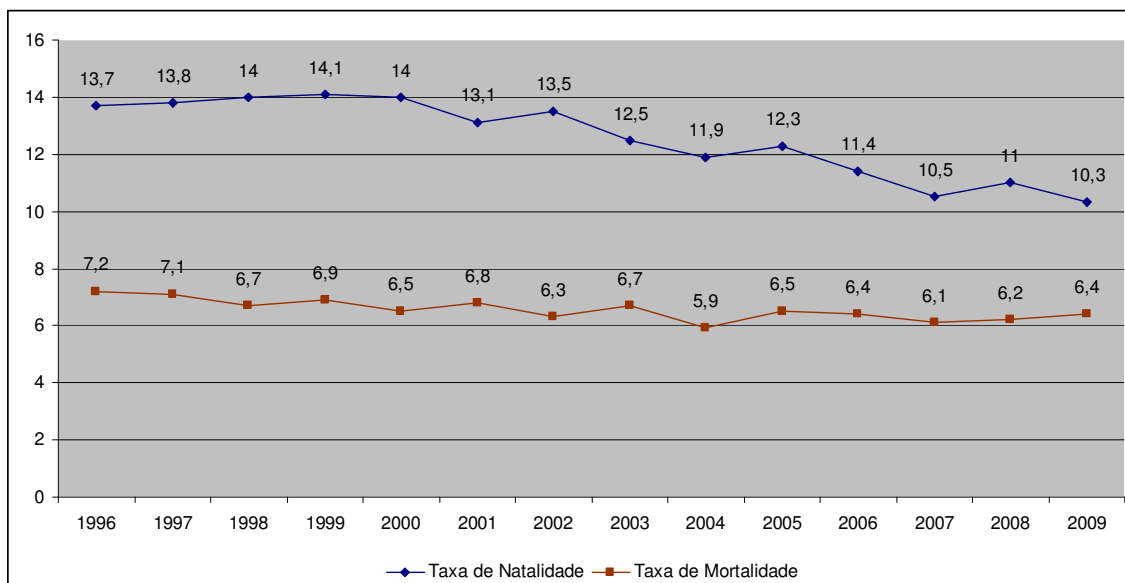
Fonte: INE

Gráfico 2.4 – Evolução da natalidade e da mortalidade no concelho de Braga, entre 1993 e 2009

Em Braga, no período em análise, os nascimentos são superiores aos óbitos, permitindo que o saldo natural seja positivo. A maior quantidade de nascimentos ocorreu em 2000, com 2248 nados vivos. Esta variável, após registar um aumento ligeiro até 2002, assistiu ao inverter desta tendência (em 2009 existiram menos 18,5% dos nascimentos verificados em 2002). Os óbitos, têm apresentado uma tendência para a sua estabilização, atingindo o seu menor valor em 2004 (995 indivíduos). A maior quantidade de óbitos, por sua vez, ocorreu em 2009 com um total de 1127 falecimentos existindo uma tendência para o seu crescimento à medida que a população idosa for aumentando em resultado do aumento da esperança de vida.

A taxa de natalidade tem diminuído, e a taxa de mortalidade tem-se mantido estável. No entanto, a taxa de natalidade⁶ continua superior à taxa de mortalidade contribuindo para que o crescimento natural seja positivo.

⁶ Taxa de Natalidade – Número de nados vivos em determinado período de tempo (normalmente um ano), em relação à população média desse período de tempo.



Fonte: INE

Gráfico 2.5 – Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade no concelho, entre 1993 e 2009 (%)

Em 2009, ocorreram cerca 10 nascimentos por cada 1000 habitantes, representando um decréscimo superior a 3 nascimentos por cada 1000 habitantes, em relação a 2001. Apesar desta diminuição acentuada, a taxa natalidade de Braga ainda continua superior à registada em Portugal (9,4‰), e no Norte (9,4‰), e no Norte (8,70‰) e semelhante à do Cávado (9,6‰). A taxa de mortalidade⁷ em 2009, é de 6,4 mortes por cada 1000 habitantes, registando-se menos cerca de 0,4 morte por cada 1000 habitantes do que em 2001. Esta taxa, é inferior à verificada em Portugal (9,8‰), no Norte (8,5‰) e no Cávado (7‰).

2.1.6| ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA E DE ENVELHECIMENTO

a| Concelho

	Norte			Cávado			Braga		
	1991	2001	2009	1991	2001	2009	1991	2001	2009
0 aos 14 anos	767417	644948	575471	87876	76193	69705	33456	30733	30335
15 aos 64 anos	2308278	2527587	2579422	230720	270588	289908	95499	115695	124615
65 ou mais anos	397020	514758	590682	34671	46282	54569	12298	17764	22233
Total	3472715	3687293	3745575	353267	393063	414182	141253	164192	177183
Índice de Envelhecimento	51,7%	79,8%	102,6%	39,5%	60,7%	78,3%	36,8%	57,8%	73,3%
Índice de Dependência Total	50,4%	45,9%	45,2%	53,1%	45,3%	42,9%	47,9%	41,9%	42,2%
Índice de Dependência Jovens	33,2%	25,5%	22,3%	38,1%	28,2%	24,0%	35,0%	26,6%	24,3%
Índice de Dependência Idosos	17,2%	20,4%	22,9%	15,0%	17,1%	18,8%	12,9%	15,4%	17,8%

Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Quadro 2.7 – População por grandes grupos etários e índices de envelhecimento e de dependência⁸ em 1991, 2001 e 2009 para o Norte, Cávado e concelho de Braga

⁷ Taxa de Mortalidade – Número de óbitos ocorridos em determinado período de tempo (normalmente um ano), em relação à população média desse período de tempo.

⁸ Índice de Envelhecimento – Pop. Idosa/Pop. Jovem*100

Índice de Dependência Total – [(Pop. Jovem+Pop. Idosa)/Pop. Activa]*100

Índice de Dependência dos Jovens – (Pop. Jovem/Pop. Activa)*100

Índice de Dependência dos Idosos – (Pop. Idosa/Pop. Activa)*100



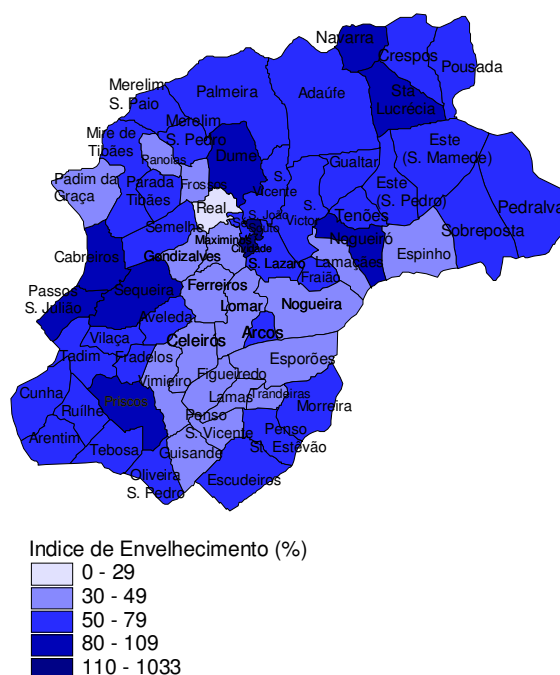
A população bracarense é jovem, apresentando um índice de envelhecimento baixo e inferior ao verificado no Cávado e no Norte. Em 2009, contabilizavam-se cerca de 73 idosos por cada 100 jovens (mais cerca de 16 idosos por cada 100 jovens do que em 2001), valor inferior ao registado no Norte (103 idosos por cada 100 jovens), e no Cávado (78 idosos por cada 100 jovens).

O índice de dependência total, de Braga, tem diminuído nas últimas décadas devido ao aumento dos indivíduos em idade activa, e consequente diminuição do peso percentual dos dependentes e inactivos (população idosos e jovens). No entanto, entre 2001 e 2009 a tendência evidenciada por este índice inverteu-se, assistindo-se ao seu crescimento. Em 2009 o índice ascendia a 42 indivíduos em idade não activa por cada 100 em idade activa.

O índice de dependência dos idosos, tem apresentado uma tendência crescente, e em 2009 representava 17,8%, valor ainda inferior ao registado no Cávado (18,8%) e no Norte (22,9%).

O índice de dependência dos jovens tem apresentado uma tendência decrescente. Em 2009, este indicador era de 24,3%, valor superior ao registado no Norte (22,3%), e semelhante ao registado no Cávado (24,0%). Comparando a evolução dos dois tipos de índices de dependência, verifica-se que estes não evoluem no mesmo sentido. O índice de dependência dos jovens é superior ao dos idosos, indiciando a presença de uma população jovem.

b) Freguesias



Fonte: INE (Censos 2001)

Figura 2.11 – Distribuição do índice de envelhecimento da população nas freguesias do concelho de Braga, em 2001

Através da observação da figura 2.11 verifica-se que, em 2001, a área central e histórica, nomeadamente em São João do Souto e Cividade, apresentam os índices de envelhecimento populacional mais elevados (1033% e 154%, respectivamente), evidenciando, simultaneamente, um peso relativo da população idosa sobre o total de residentes bastante elevado (54% e 17% dos residentes apresentavam mais de 65 anos).



São diversos os factores que justificam o facto de o centro histórico ser neste momento pouco atractivo para os estratos mais jovens da população, destacam-se:

- a existência de grande oferta de habitações novas a preços acessíveis noutras freguesias próximas do centro da cidade;
- a ocupação e a transformação e adaptação dos edifícios por parte de actividades económicas nomeadamente os serviços e o comércio;
- o elevado preço do solo e a necessidade de avultados investimentos em obras de remodelação do edificado;
- o elevado peso da população idosa residente nestas freguesias sem capacidade económica para renovar as suas habitações;
- a grande quantidade de edifícios alugados a rendas baixas;
- a ausência de estacionamento para os residentes;
- o aumento da área pedonal e consequente impedimento do trânsito automóvel nestes espaços;
- a degradação do edificado e do parque habitacional;
- a ausência de residentes;
- a mentalidade social que dá prioridade às novas habitações em detrimento das reabilitações ou reconstruções de edifícios.

Ao mesmo tempo, existem freguesias periféricas, que apresentam índices de envelhecimento da população elevados, nomeadamente: Navarra (88,2%), Dume (87%), Santa Lucrécia (85,5%), Nogueiró (84,9%), Priscos (83,8%), Sequeira (80,9%), Cabreiros (80,7%) e Passos São Julião (81,7%).

A freguesia de Real, por sua vez, apresenta o menor índice de envelhecimento da população do concelho. Verifica-se a mesma tendência na área central contígua ao centro histórico e nas seguintes freguesias: Frossos, Maximinos, Gondizalves, Ferreiros, Lomar, Nogueira, Lamações, Esporões, Celeirós, Figueiredo, Vimieiro, Lamas, Trandeiras, São Vicente Penso e Guisande.

Comparando o índice de envelhecimento da população (figura 2.11), e respectiva variação populacional entre 1991-2001 (figura 2.3), constata-se a existência de uma relação entre estas duas variáveis⁹. Uma população idosa, normalmente não tem capacidade financeira para renovar as suas habitações, e uma freguesia que apresenta um parque habitacional degradado e idoso não vai ser atractivo para os indivíduos jovens, que preferem habitações novas e de melhor qualidade.

No entanto, e tendo a consciência que o crescimento ou diminuição populacional não se deve apenas a condições naturais, mas também aos movimentos migratórios (saída e entrada de indivíduos) podemos encontrar excepções. Estes movimentos e a própria evolução demográfica da freguesia vão estar condicionados pela existência de espaços urbanizáveis, pelo preço desses terrenos, pela disponibilidade de alojamentos familiares vagos, assim como a idade dos seus edifícios e respectiva acessibilidade.

Assim existem freguesias com:

- a) Índices de envelhecimento populacional elevado mas que ainda registam aumentos de residentes – Nogueiró; Navarra; Priscos.

⁹ São os casos da Cidade, São João do Souto, Sé, Dume, Cabreiros, Passos Julião, Sequeira, Santa Lucrécia e Priscos.



b) Índices de envelhecimento populacional moderados ou baixos mas com diminuição dos residentes – Padim da Graça; Figueiredo; Tadin; São Vicente Penso; Trandeiras; Oliveira São Pedro; Merelim São Pedro; Adaúfe.

2.1.7| MOVIMENTO MIGRATÓRIO

Imigrantes						Emigrantes			Saldo Migratório Interno		
De Outro Concelho			Estrangeiro								
Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
2697	1227	1470	1506	836	670	2446	1164	1282	251	63	188

Fonte: INE (Censos 2001)

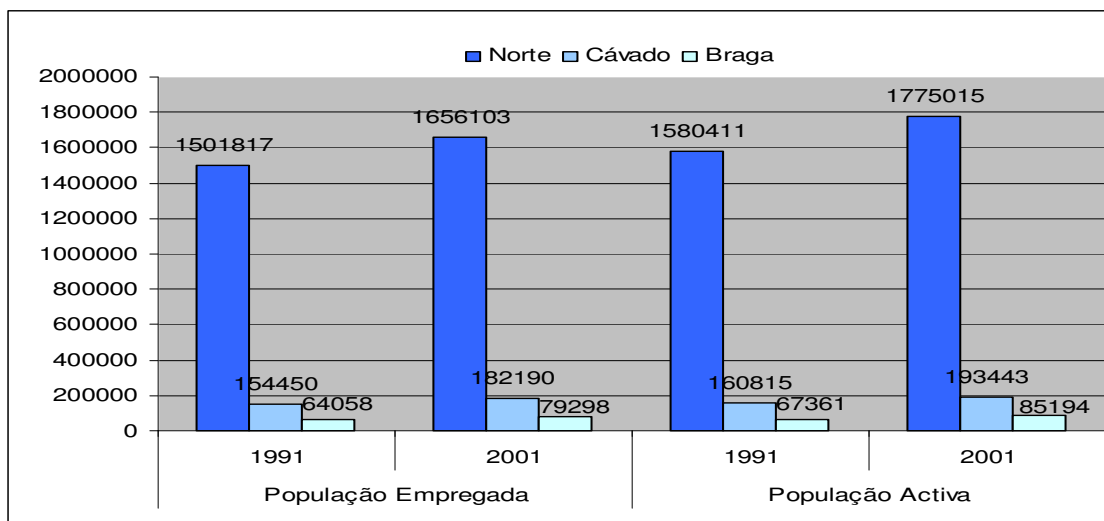
Quadro 2.8 – População segundo as migrações no concelho de Braga, em 2001

No que concerne ao saldo migratório interno, segundo o quadro 2.8, Braga, em 2001, registou um aumento de 251 indivíduos, em resultado de 2697 imigrantes (1227 homens e 1470 mulheres) provenientes de outros concelhos do território nacional, e 2446 emigrantes. Note-se que a emigração é superior nos indivíduos do sexo feminino (1282) do que do sexo masculino (1164). Verifica-se, igualmente a entrada de 1506 estrangeiros, dos quais 836 eram do sexo masculino e 670 do sexo feminino.

2.2| INDICADORES ECONÓMICOS

2.2.1| POPULAÇÃO ACTIVA

a| Concelho



Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Gráfico 2.6 – População activa e empregada no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991 e 2001

O concelho de Braga, em 2001 registava 85194 activos, representando um aumento na ordem dos 26% em relação a 1991, sendo superior ao registado no Norte (12,3%) e no Cávado (20,3%). Este valor constitui cerca de 44% dos activos existentes na unidade territorial do Cávado e 4,8% da região Norte, revelando a importância da cidade como centro empregador e dinamizador de toda a região.

A população empregada aumentou 23,8%, entre 1991-2001, passando de 64058 em 1991, para 79298 em 2001. Este aumento é superior ao registado no Norte (10,3%) e no Cávado (18%) (ver gráfico 2.6).

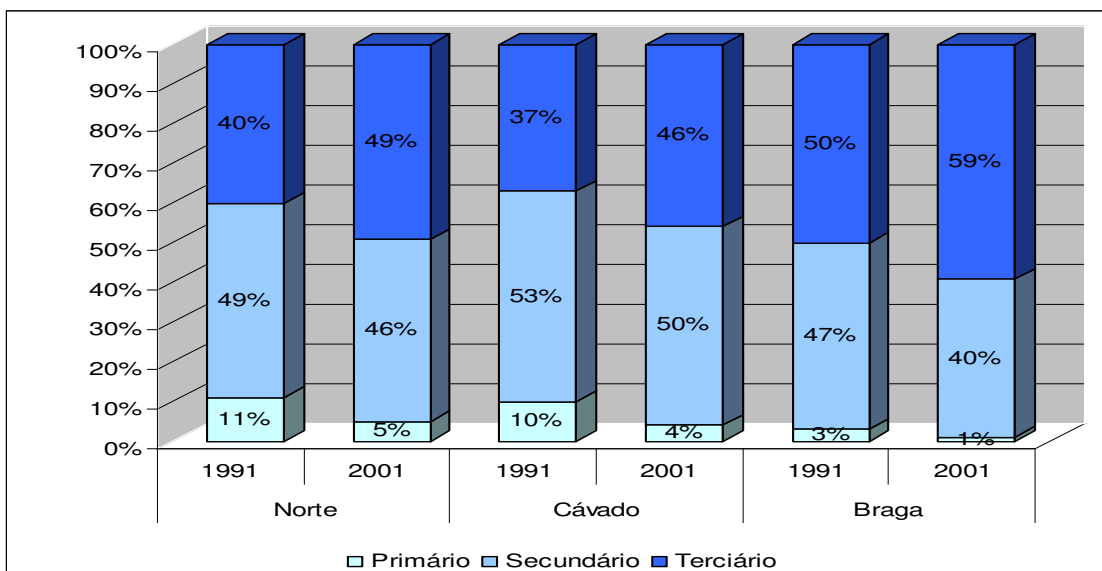


	Sector Primário			Sector Secundário			Sector Terciário		
	1991	2001	Variação	1991	2001	Variação	1991	2001	Variação
Norte	158862	78726	-50,4%	742010	758079	2,2%	600945	819298	36,3%
Cávado	15471	7334	-52,6%	81428	90733	11,4%	57551	84123	46,1%
Braga	1628	893	-45,1%	30376	31374	3,3%	32054	47031	46,7%

Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Quadro 2.9 – População activa por sectores de actividade e respectiva variação, no Norte, Cávado e concelho de Braga

Efectuando-se uma comparação entre a distribuição dos activos por sector de actividade, no concelho, no Norte e no Cávado, presente no quadro 2.9 e gráfico 2.7, constata-se que, todas estas unidades territoriais apresentam uma perda de importância do sector primário, e um aumento dos activos nos restantes ramos de actividade, entre 1991 e 2001.



Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Gráfico 2.7 – População activa segundo ramo de actividade, no Norte, Cávado e concelho de Braga entre 1991/2001(%)

Analisando a evolução dos activos no sector primário, entre 1991 e 2001, verifica-se que o Cávado, registou a diminuição mais acentuada das três unidades territoriais, na ordem dos 52,6%, seguido pelo Norte com 50,4% e Braga com 45,1%. Este sector, representava, em 2001, cerca de 1% da população activa do concelho, valor inferior ao registado no Norte (5%) e no Cávado (4%).

Esta tendência, resulta do abandono progressivo da actividade agrícola. A população rural, é na sua maioria idosa, prevendo-se que, a diminuição de activos no sector primário, tenda a acentuar-se nas próximas décadas. Por outro lado, tem-se assistido ao aumento de importância da actividade agrícola para fins familiares ou subsistência, feita em part-time devido aos baixos rendimentos desta actividade, sendo os indivíduos activos em outros sectores de actividade. O abandono da actividade agrícola tem permitido e acelerado o processo de urbanização destes territórios periféricos, contribuindo para acentuar o processo de dispersão urbana.

O sector secundário, em 2001, representa 40% dos activos residentes no concelho, evidenciando uma menor importância, em relação ao terciário. Este sector, apresentou um decréscimo relativo de 7%, entre



1991 e 2001, apesar do aumento em termos absolutos dos activos. O peso do sector secundário na estrutura activa dos espaços territoriais em análise, é mais relevante no Cávado (50% dos seus activos), seguido do Norte (46% dos activos). No Cávado, a quantidade de activos no sector aumentou 11,4%, entre 1991-2001, evidenciando uma aposta na industrialização, valor bastante superior ao verificado em Braga (3,3%) e no Norte (2,2%).

O sector terciário é o mais importante no concelho de Braga, empregando cerca de 60% dos activos, em 2001. Este valor é superior ao registado no Norte (49%) e no Cávado (46%), onde o sector secundário, ainda apresenta valores elevados. Em apenas uma década Braga registou um aumento de 46,7% dos activos no terciário, variação semelhante à registada no Cávado (46,1%) e superior à do Norte (36,3%).

O concelho tem assistido a um progressivo distanciamento entre o sector terciário e o sector secundário, em resultado do desenvolvimento da cidade em termos urbanos, económicos e sociais. Outros factores que têm acentuado este processo, são: o processo de globalização da economia que tem permitido o aparecimento de investimento estrangeiro, designadamente, no comércio (hipermercados e centros comerciais) e nos serviços (banca, seguros); a adesão de Portugal à CEE, actual UE, e o incentivo ao desenvolvimento de novos serviços e actividades de apoio às empresas; o aumento da população residente e respectivo poder de compra individual assim como o alargamento do mercado a concelhos periféricos devido à melhoria da acessibilidade e da mobilidade individual; o aparecimento de problemas estruturais no sector primário e secundário, que tem incentivado a migração de activos destes sectores para o terciário; a modernização da indústria que permitiu dispensar mão-de-obra para os outros sectores de actividade; a existência de duas Universidades que tem promovido o aumento da instrução da população e o desenvolvimento das actividades dos serviços (ensino, saúde, apoio às empresas, etc.).

Em resumo, a distribuição dos activos pelos diferentes ramos de actividade é o reflexo de todo o processo de afirmação de Braga como capital de distrito e como pólo dinamizador de toda a região do Minho, apresentando uma capacidade crescente de atracção de empresas e de investimentos em diversas actividades, destacando-se a prestação de serviços individuais e colectivos.

b| Freguesias

Através do gráfico 2.8, constata-se que, as freguesias onde residem mais indivíduos coincidem com as que apresentam a maior quantidade de activos.¹⁰

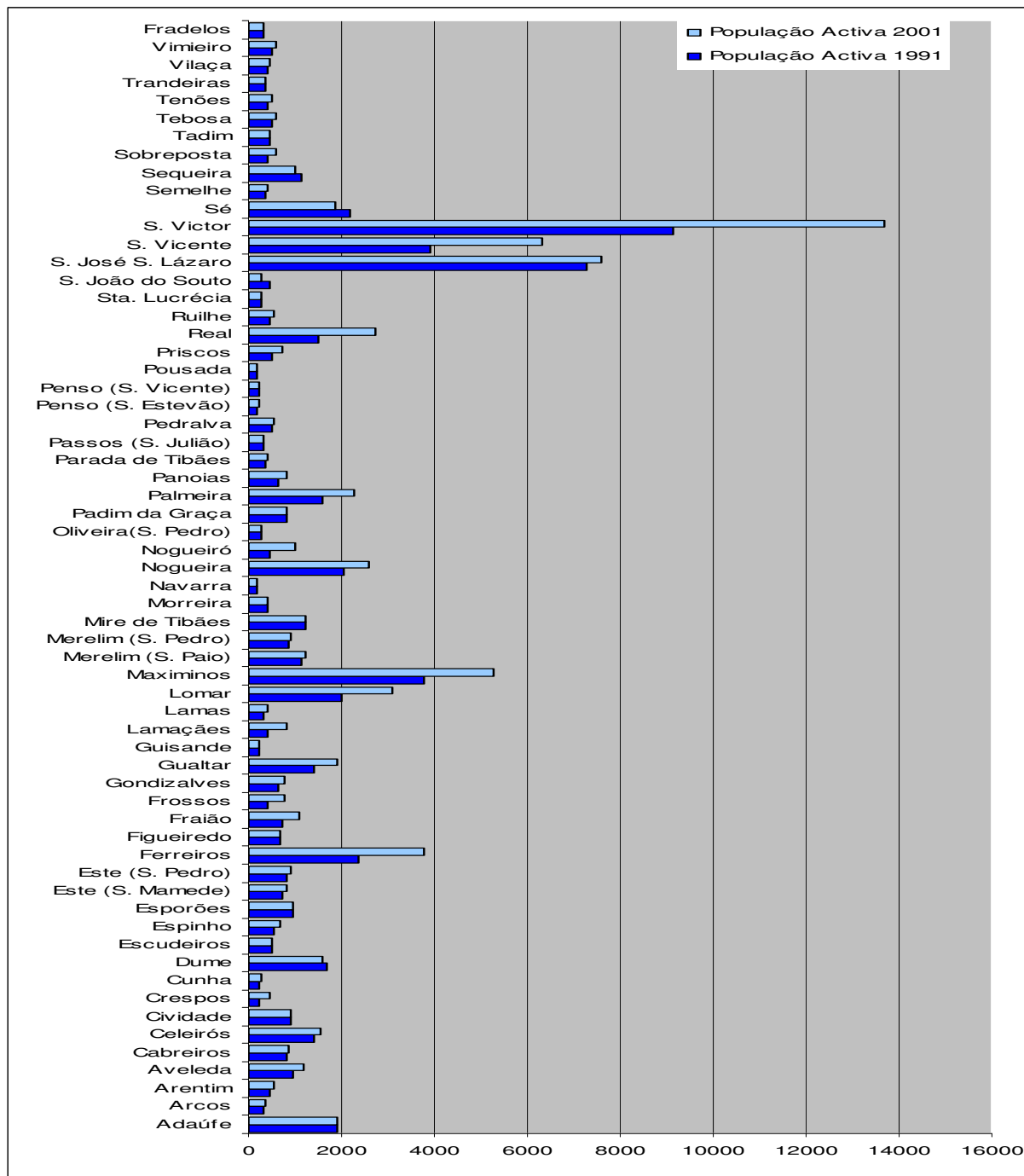
Os aumentos mais significativos da população activa, entre 1991 e 2001, registaram-se em: Nogueiró (acréscimo de 126,3%), Crespos (96,6%), Lamações (96,4%), Real (79%) e Frossos (79%). As taxas de variação da população activa de Nogueiró, Crespos, Real, Frossos, Lamações devem-se, por um lado, ao reduzido número de activos existentes em 1991, e por outro lado, ao aumento de indivíduos residentes neste período¹¹. De facto, se recordarmos quais as freguesias que apresentaram crescimentos percentuais

¹⁰ Assim, São Victor que, em 2001, regista 25407 residentes, apresenta um total de 13672 activos (+4547 do que em 1991), representando 16% dos activos do concelho. Para além de São Victor, destaca-se São Lázaro com 7593 activos (aumento de 4,6% em relação a 1991), São Vicente com 6328 activos (+ 62,4%), Maximinos com 5281 activos (+ 39,6%), e Ferreiros 3790 activos (+ 60,7%).

¹¹ - Nogueiró apresentou um aumento da população de 122,7% – acréscimo de 1167 indivíduos;
- Frossos registou um aumento da população de 68,4% – acréscimo de 578 indivíduos;
- Real teve um aumento populacional de 59,3% – acréscimo de 1813 indivíduos;
- Lamações teve um acréscimo populacional de 50,7% – aumento de 459 indivíduos;



dos seus residentes mais significativos, verificamos que coincidem com as que registam acréscimos percentuais de activos mais relevantes. Conclui-se que a população móvel é na sua maioria a activa.



Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Gráfico 2.8 – População activa por freguesias do concelho de Braga, em 1991 e 2001

Algumas freguesias têm perdido activos, entre 1991 e 2001, apresentando taxas de variações negativas, como são exemplo: São João do Souto (36,7% devido à perda 160 activos), Sé (14,8% - perda de 321

- Crespos registou um aumento da população residente de 36,3% – acréscimo de 264 indivíduos.

activos), Sequeira (9% - perda de 100 activos), Penso São Vicente (8% - perda de 18 activos) e Dume (6,2% - perda de 105 activos).

- SECTOR PRIMÁRIO

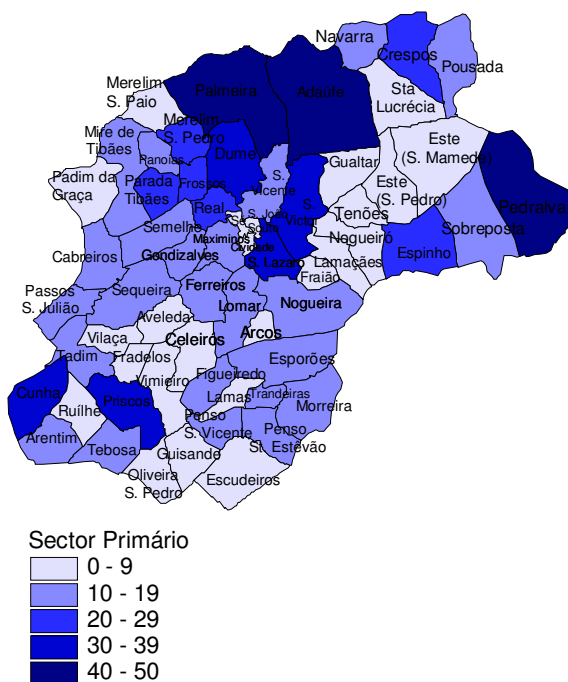


Figura 2.12 – População activa por freguesia, empregue no sector primário no concelho de Braga, em 2001

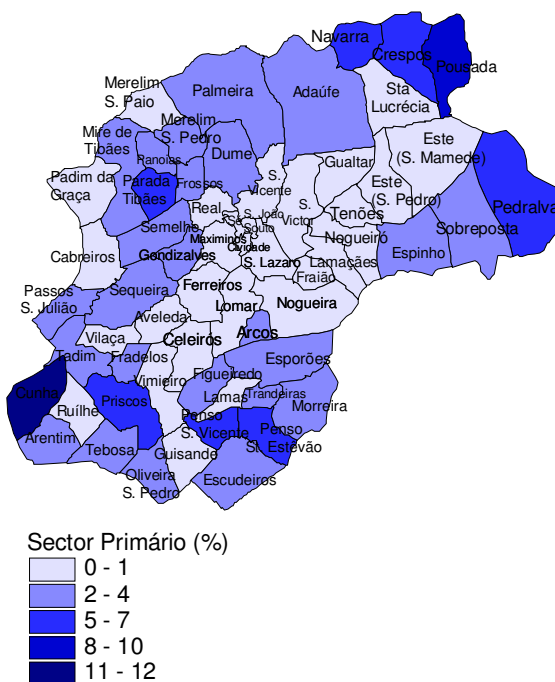


Figura 2.13 – Peso percentual dos activos no sector primário sobre o total de activos de cada freguesia do concelho de Braga, em 2001

Fonte: INE (2001)

Em 2001, existiam 893 activos no sector primário sendo pouco significativo para a estrutura activa concelhia. As freguesias que apresentam o maior número de activos empregues neste sector localizam-se sobretudo a norte, coincidindo com a área mais plana e mais propícia para a actividade agrícola.

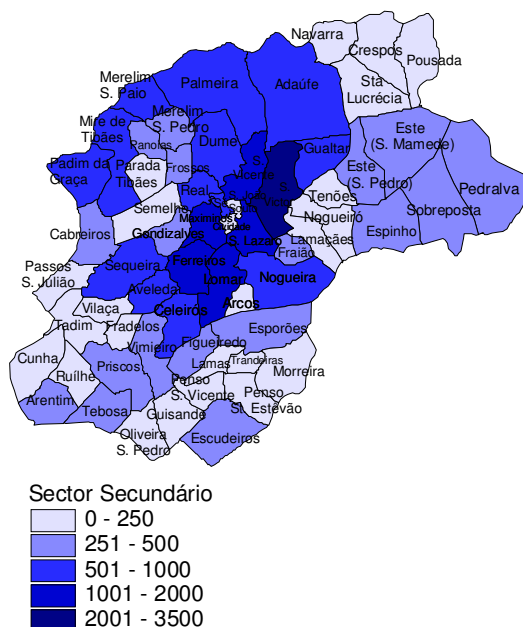
Na figura 2.13, observa-se que é nas periferias que o sector primário apresenta uma representatividade percentual mais significativa, embora tenha uma expressão reduzida comparativamente com sector secundário ou terciário.¹² Estas freguesias são essencialmente rurais, possuindo campos agrícolas disponíveis para a actividade agrícola e pecuária assim como espaços florestais potencializando as actividades primárias, facto que não acontece na área central do concelho, onde a ocupação urbana é mais intensa. Na área urbana nomeadamente nas freguesias do centro da cidade, assume maior importância a actividade dos serviços de apoio à agricultura e à produção animal.

O sector primário, mais especificamente a actividade agrícola, ao contrário das restantes actividades, não implica na sua generalidade, uma grande quantidade de movimentos pendulares, uma vez que, normalmente os campos agrícolas estão associados a quintas e às respectivas habitações dos agricultores.

¹² Assim, destaca-se: Cunha (11% dos activos), Pousada (9% dos activos), Penso São Vicente (7% dos activos), Penso Santo Estêvão (7% dos activos), Pedralva (7% dos activos), Crespos (6% dos activos), Navarra (6% dos activos), Parada Tibães (6% dos activos).



- SECTOR SECUNDÁRIO



Fonte: INE (2001)
Figura 2.14 – População activa no sector secundário por freguesias do concelho de Braga, em 2001

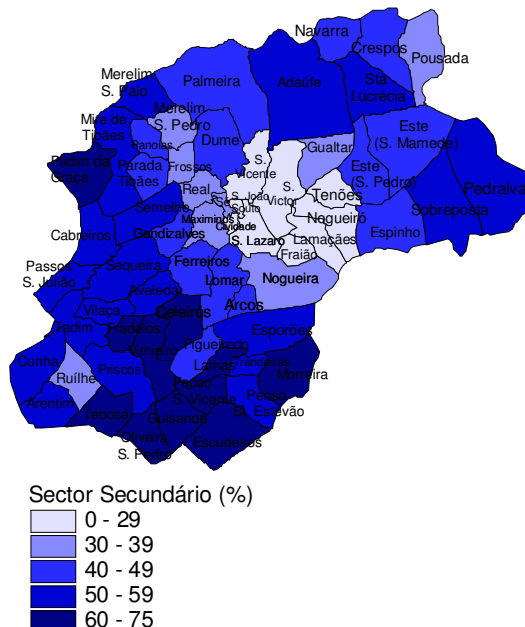


Figura 2.15 – Peso percentual dos activos no sector secundário sobre o total de activos de cada freguesia do concelho de Braga, em 2001

A população activa no sector secundário, como se pode verificar através da figura 2.14, reside maioritariamente na área central coincidindo com o núcleo urbano, seguindo a tendência da concentração demográfica.¹³

Procurando compreender a importância do secundário na estrutura activa das freguesias, verifica-se que a Sul e a Oeste evidenciam uma grande dependência em relação a este sector, como comprova o facto de 65% ou mais dos activos exercerem a sua actividade no mesmo.¹⁴

Apesar da grande dependência da zona Sul em relação à actividade industrial, esta área apenas regista uma zona industrial relevante (Celeirós). Este facto, implica a necessidade de deslocações diárias da população casa/trabalho entre freguesias e concelhos.

¹³ Assim, destaca-se: São Victor (3241 activos), São Lázaro (1866 activos), Ferreiros (1692 activos), Maximinos (1652 activos), São Vicente (1529 activos) e Lomar (1391 activos). Em São Victor residem cerca de 10% dos activos do sector secundário, seguido de São Lázaro, Ferreiros, Maximinos, São Vicente e Lomar com 6%, 5,4%, 5,3%, 4,9% e 4,4%, respectivamente.

¹⁴ Destacando-se: Guisande (74% dos seus activos), Padim da Graça (70%), Vimieiro (69%), Escudeiros (67%), Celeirós (65%), Tebosa (63%), Morreira (62%), Lamas (62%), Fradelos (61%) e Oliveira São Pedro (60%).



- SECTOR TERCIÁRIO

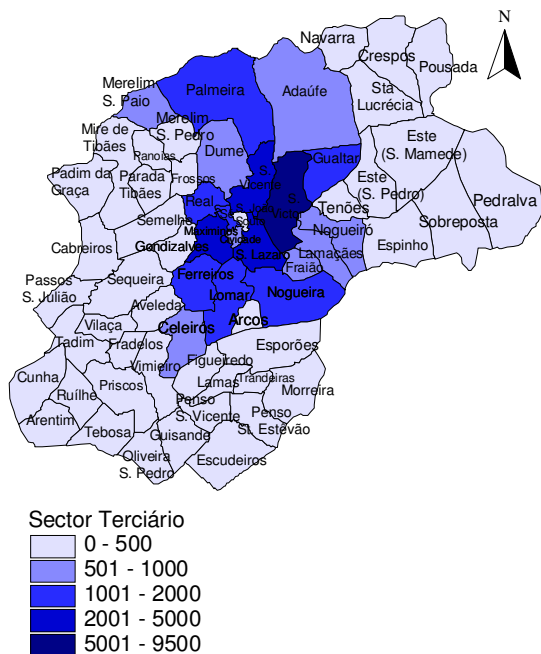


Figura 2.16 – População Activa no sector terciário por freguesias do concelho de Braga, em 2001

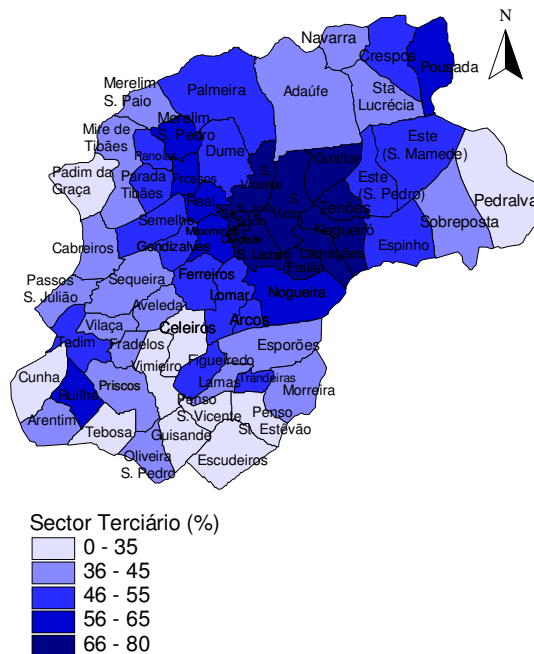


Figura 2.17 – Peso percentual dos activos no sector terciário sobre o total de activos de cada freguesia do concelho de Braga, em 2001

A maioria dos activos no sector terciário reside na área central e urbana, destacando-se a freguesia de São Victor, que concentra 20% dos activos empregados neste sector (9384 indivíduos). Assim, 74% dos seus activos, exercem a sua actividade profissional no comércio, serviços e hotelaria (ver figura 2.17).

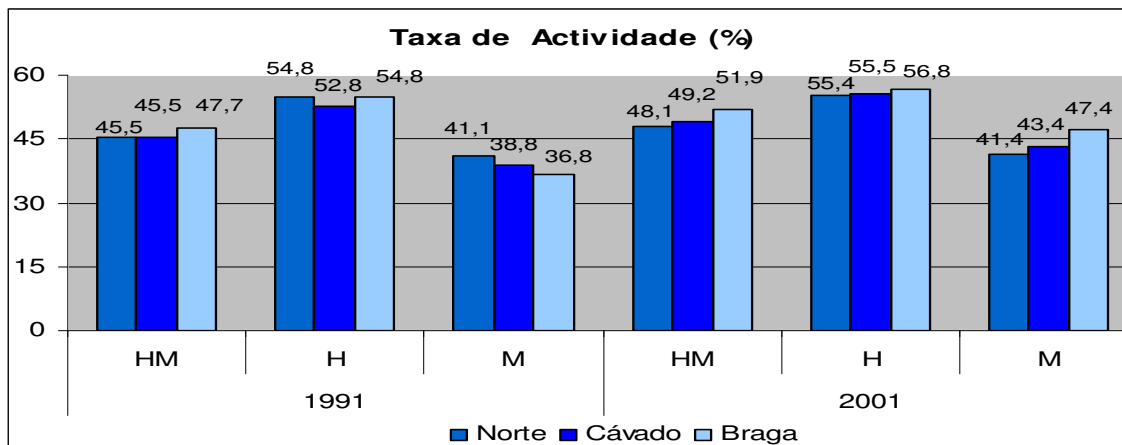
Para além de São Victor, destaque-se São Lázaro, com 4978 activos (11% dos activos do terciário do concelho), São Vicente com 4362 activos (9,3% dos activos do terciário) e Maximinos com 3127 activos (6,7% dos activos do terciário). Em conjunto estas 4 freguesias apresentam cerca de 50% dos activos no terciário do concelho.

O peso percentual dos activos no sector terciário, sobre o total de activos em cada freguesia, é mais acentuado no núcleo central correspondendo à área urbana, estendendo-se para as freguesias a Norte e a Este. Deste modo, constata-se uma coincidência geográfica entre a quantidade de activos no terciário e a importância do sector na estrutura activa de cada freguesia. Ao mesmo tempo, verifica-se que a área onde existe mais actividade de comércio e serviços, é igualmente a área onde residem mais activos nesta actividade. À medida que nos deslocamos para Sul e Oeste, o peso percentual do sector do comércio e dos serviços na estrutura activa vai diminuindo, assumindo maior importância o sector secundário.



2.2.2| TAXA DE ACTIVIDADE E DE DESEMPREGO

a| Concelho

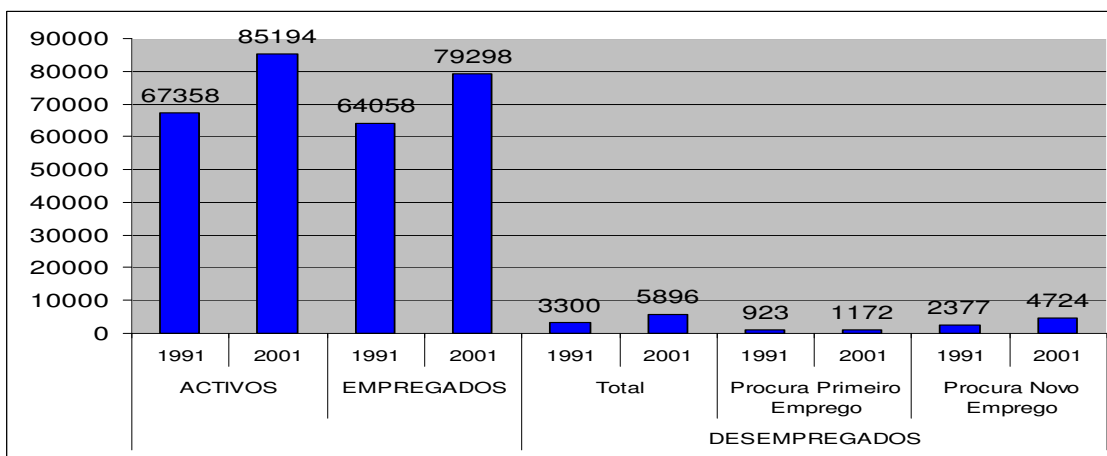


Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Gráfico 2.9 – Taxa de actividade por sexos no Norte, no Cávado, e no concelho de Braga, em 1991 e 2001

A taxa de actividade¹⁵, no concelho de Braga, entre 1991 e 2001 tem crescido. Em 2001, esta taxa era de 51,9% (+4,2% do que em 1991), sendo superior à da região Norte (48,1%) e do Cávado (49,2%).

Observando a taxa de actividade segundo o sexo, verifica-se que é superior nos homens, apesar de em ambos os casos se registar o seu aumento. Em 2001, a taxa de actividade masculina em Braga era de 56,8%, sendo superior à verificada no Norte (55,4%) e no Cávado (55,5%). A taxa de actividade feminina, apesar de na década anterior ser inferior à registada no Norte e no Cávado, registou um aumento significativo, superiorizando-se a estas duas unidades territoriais.



Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Gráfico 2.10 – População activa e desempregada no concelho de Braga, em 1991 e 2001

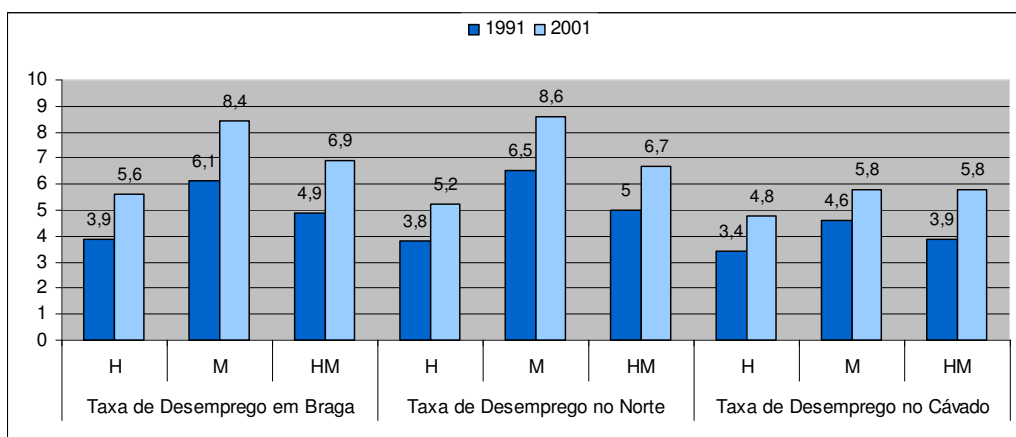
Em 2001, a quantidade de desempregados em Braga aumentou 78,7% em relação à década anterior, totalizando 5896 indivíduos, sendo superior ao registado no Norte (51,6%), e idêntico aos valores averbados no Cávado (77,2%). Este facto, acentua a necessidade de se considerar este problema social,

¹⁵ Taxa de Actividade – População Activa/População Residente*100



sendo fundamental intervir de uma forma estrutural, no sentido de prevenir as assimetrias sociais e evitar a estratificação da sociedade e consequente aparecimento de grupos de risco.

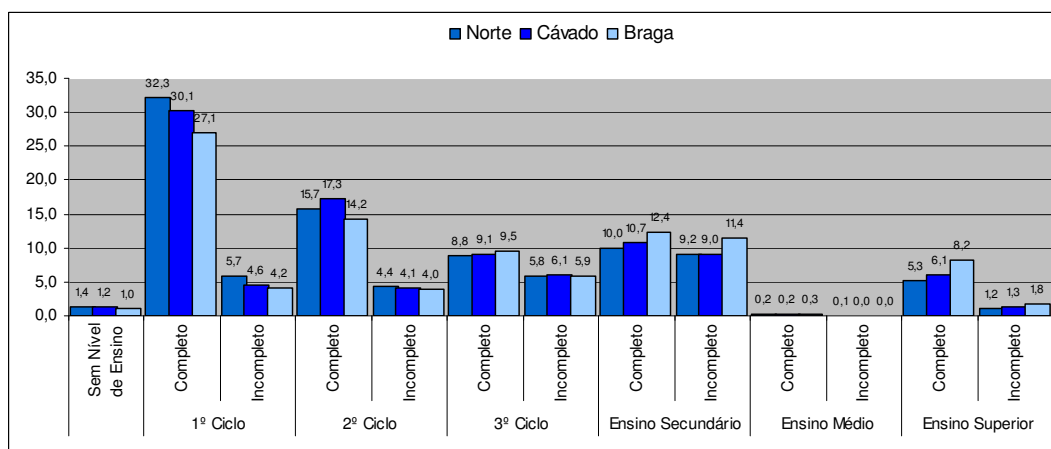
A maior parcela de desempregados, é constituída por indivíduos à procura de novo emprego. Estes, em 1991, perfaziam 2377 residentes, aumentando 98,7% em apenas uma década (4724). No Cávado e na região Norte este tipo de desempregados, no mesmo período, aumentou 104,8% e 70% respectivamente. Os desempregados à procura de primeiro emprego, frequentemente associado à população mais jovem do concelho, aumentaram 27%, entre 1991 e 2001, valor bastante superior ao registado na região Norte (7,3%) e no Cávado (14,7%).



Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Gráfico 2.11 – Taxa de desemprego no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991 e 2001 (%)

A taxa de desemprego¹⁶, tem aumentado nas três unidades territoriais em análise e em ambos os sexos. O concelho de Braga, em 2001, apresenta 6,9% (+2% que em 1991) da população activa no desemprego, valor superior ao registado no Norte (6,7%) e no Cávado (5,8%). Sublinhe-se que a taxa de desemprego nas mulheres é superior à verificada nos homens. As taxas de desemprego segundo o sexo do concelho de Braga, são superiores às averbadas no Norte e no Cávado.



Fonte: INE (Censos 2001)

Gráfico 2.12 – População desempregada por nível de instrução no Norte, Cávado e concelho de Braga em 2001(%)

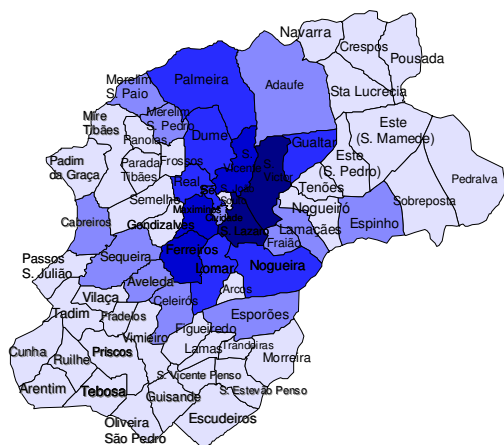
¹⁶ Taxa de Desemprego = (População Desempregada/População Activa) *100



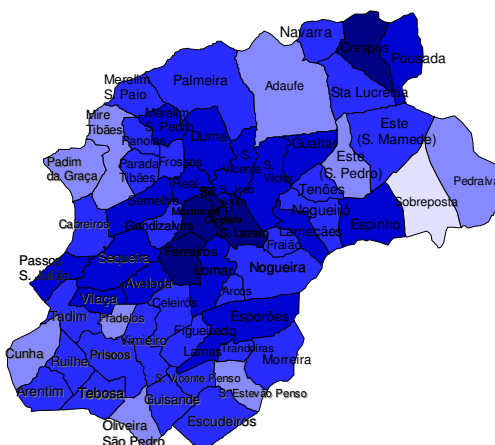
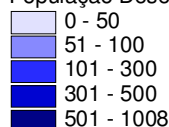
Atendendo ao nível de instrução da população desempregada, podemos verificar através do gráfico 2.12, que, 27% dos desempregados, em 2001, possuíam o 1º ciclo completo. No entanto, este valor é inferior ao verificado no Norte (32%) e no Cavado (30%). Cerca de 14% dos desempregados, possuem o 2º ciclo completo, sendo o segundo grupo mais relevante quanto ao número de desempregados. Deste modo, cerca de 40% dos desempregados apresentam o 2º ciclo completo ou menos. Este facto, evidencia a importância da escolaridade dos indivíduos para a sua reinserção no mercado de trabalho.

Actualmente, começa a sentir-se um aumento dos desempregados com curso superior, representando em 2001, cerca de 8% dos indivíduos sem emprego, sendo superior ao verificado no Norte e no Cávado (5,3% e 6,1% respectivamente). De facto, verifica-se uma grande dificuldade na inserção no mercado de trabalho de alguns grupos de indivíduos formados, sendo necessário articular da melhor forma as licenciaturas e as reais necessidades ao mercado.

b) Freguesias



População Desempregada - 2001



Taxa de Desemprego - 2001 (%)



Fonte: INE (Censos 2001)

Figura 2.18 – População desempregada por freguesias do concelho de Braga, em 2001

Figura 2.19 – Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga, em 2001

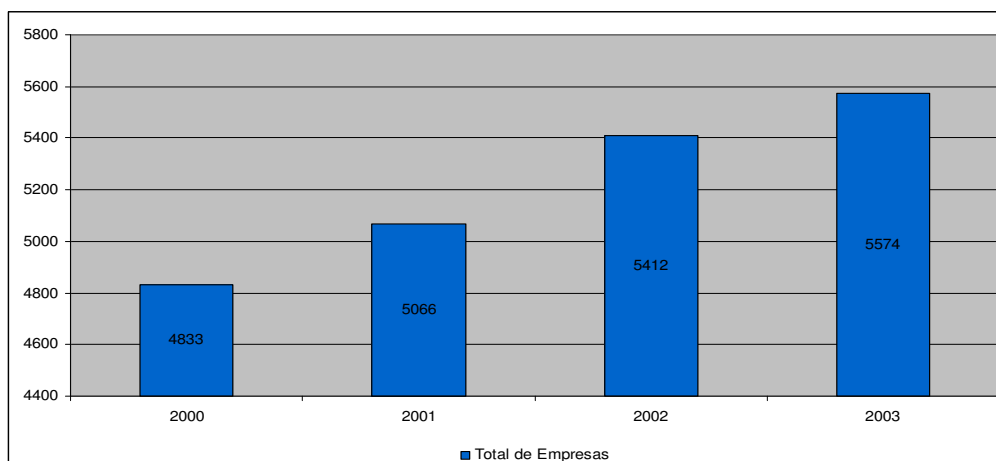
A maioria dos desempregados e as taxas de desemprego mais significativas, concentram-se na área central da cidade. À medida que as freguesias se encontram mais afastadas do núcleo central (cidade), estas variáveis vão diminuindo. As freguesias mais populosas, são as que registam uma maior quantidade de desempregados.

Assim, São Victor apresenta a maior quantidade de indivíduos sem actividade, concentrando 17% dos desempregados do concelho (1008 indivíduos), seguido por São Lázaro com 12% e Maximinos, com 8%, respectivamente. A taxa de desemprego elevada nas freguesias centrais evidencia que o peso dos desempregados sobre a população empregada bastante relevante, podendo despoletar graves problemas sociais e de desintegração a breve prazo caso não se encontrem soluções de empregabilidade.



2.2.3| CARACTERIZAÇÃO DO TECIDO ECONÓMICO

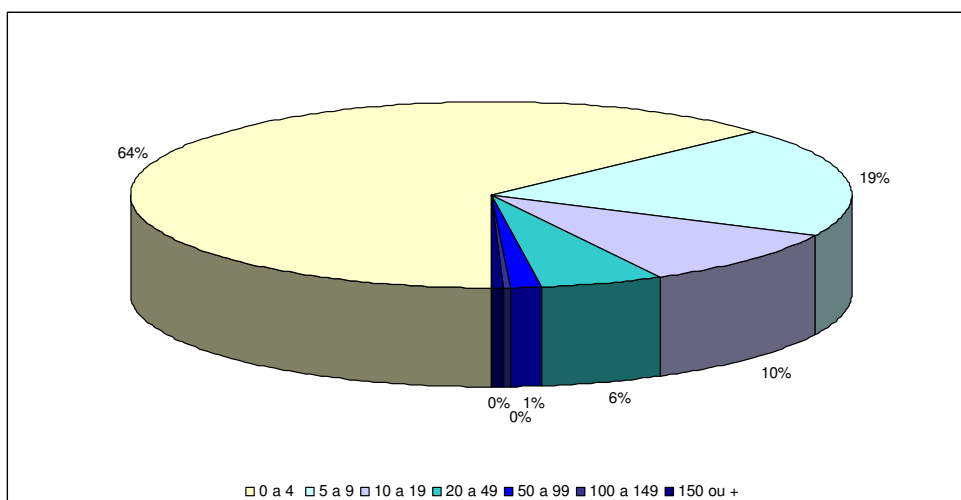
a| Enquadramento



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.13 – Quantidade de empresas existentes no concelho de Braga, entre 2000/2003

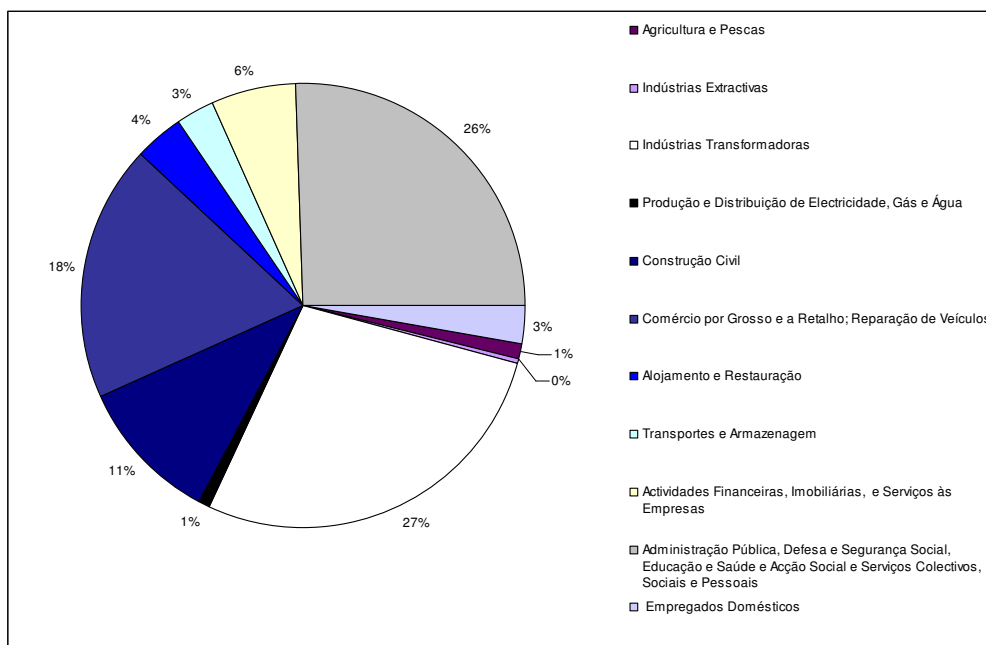
O concelho de Braga, em 2003 apresenta um total de 5574 empresas, representando um aumento na ordem dos 15% em relação a 2000 (+741 empresas).



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.14 – Distribuição percentual das empresas existentes no concelho de Braga segundo o n.º de Trabalhadores, em 2003 (%)

A estrutura empresarial é constituída por pequenas e médias empresas, que apresentam na sua maioria menos de 5 empregados. Em 2003, 3513 empresas empregavam menos de 5 funcionários, aumentando 20% em relação a 2000. Nesse ano, cerca de 93% das empresas empregavam no máximo 19 activos. Saliente-se que, 64% das mesmas, eram compostas por 1 a 4 trabalhadores. Este facto, revela a importância, das empresas de pequena dimensão, que não apresentam como base de sustentação a mão-de-obra intensiva, mas apostam noutros factores geradores de mais valias.



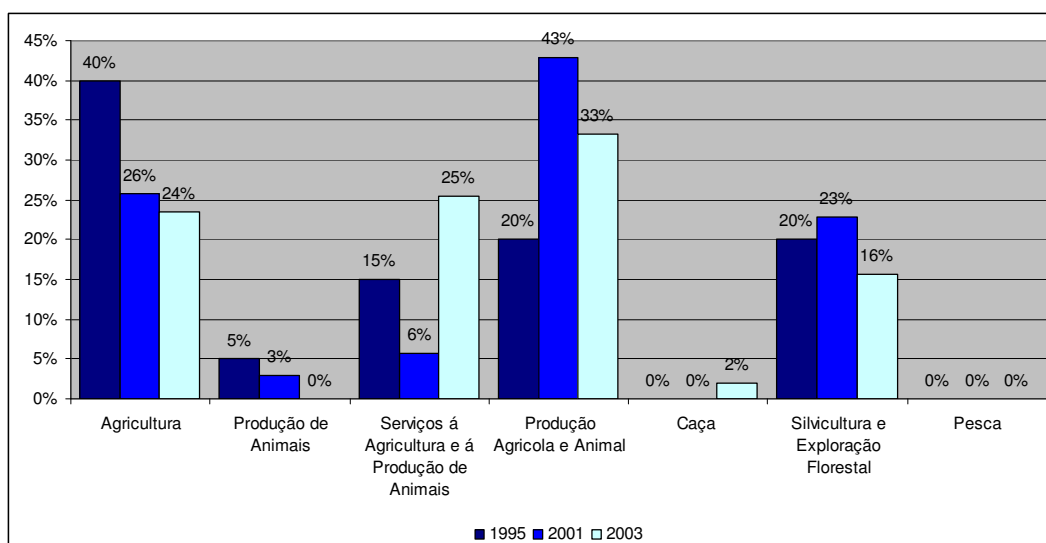
Fonte: INE (Censos 2001)

Gráfico 2.15 – População activa empregue por actividade, no concelho de Braga, em 2001 (%)

Em 2001, segundo os Censos do INE, as actividades económicas mais empregadoras são: Indústria Transformadora (27% dos activos), Administração Pública, Defesa e Segurança Social, Educação, Saúde e Acção Social e Serviços Colectivos Sociais e Pessoais (26%) Comércio, Hotelaria e Restauração (18%), Construção Civil (11%), Actividade Financeira e Imobiliária (6%).

b) Sector Primário

- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura

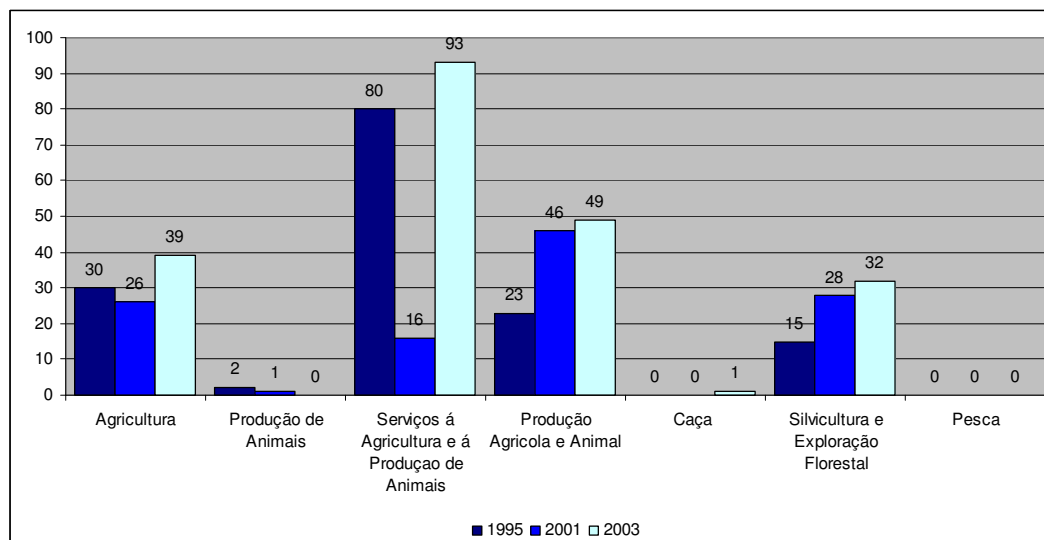


Fonte: Sales Índice 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.16 – Distribuição percentual das empresas pertencentes à actividade agrícola, silvicultura, caça e pescas, no concelho de Braga, em 1995, 2001 e 2003



Em 2003, dedicavam-se às actividades do sector primário 51 empresas (+16 empresas que em 2001), empregando um total de 214 activos. Cerca de 33% destas empresas dedicavam-se à produção agrícola e animal, 25% aos serviços de apoio à agricultura e à produção animal e 24% eram empresas agrícolas.

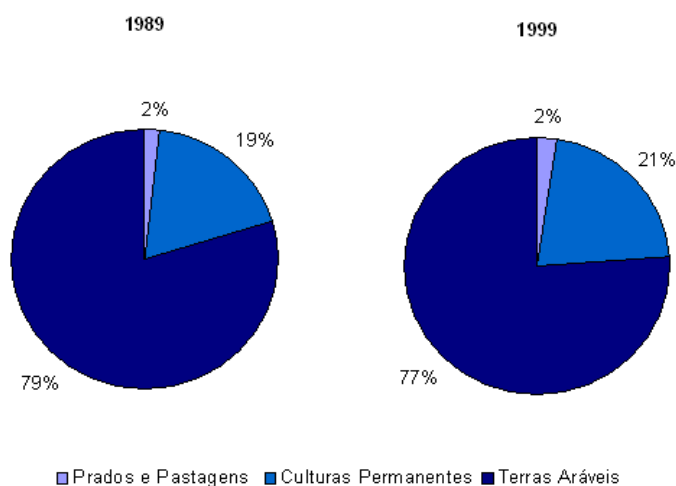


Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.17 – População activa empregue no sector primário, no concelho de Braga, em 1995, 2001 e 2003

Os activos do sector primário, em 2003, estavam empregues nos serviços de apoio à agricultura e à produção animal (44% dos activos deste sector), seguido pela produção animal (23%), e pela actividade agrícola (18%).

- Superfície Agrícola Utilizada (SAU)



Fonte: INE

Gráfico 2.18 – Superfície Agrícola Utilizada no Concelho de Braga (1989-1999)

Segundo o INE, Braga apresenta em 1999, um total de 1667 explorações agrícolas (decréscimo de 28,58% em relação a 1989), e uma superfície agrícola utilizada de 5051 hectares, dos quais 64% era utilizado em regime de conta própria (3235 hectares), e 31% em regime de arrendamento (1581 hectares). As terras aráveis são a utilização agrícola mais significativa no concelho com 3738 hectares representando

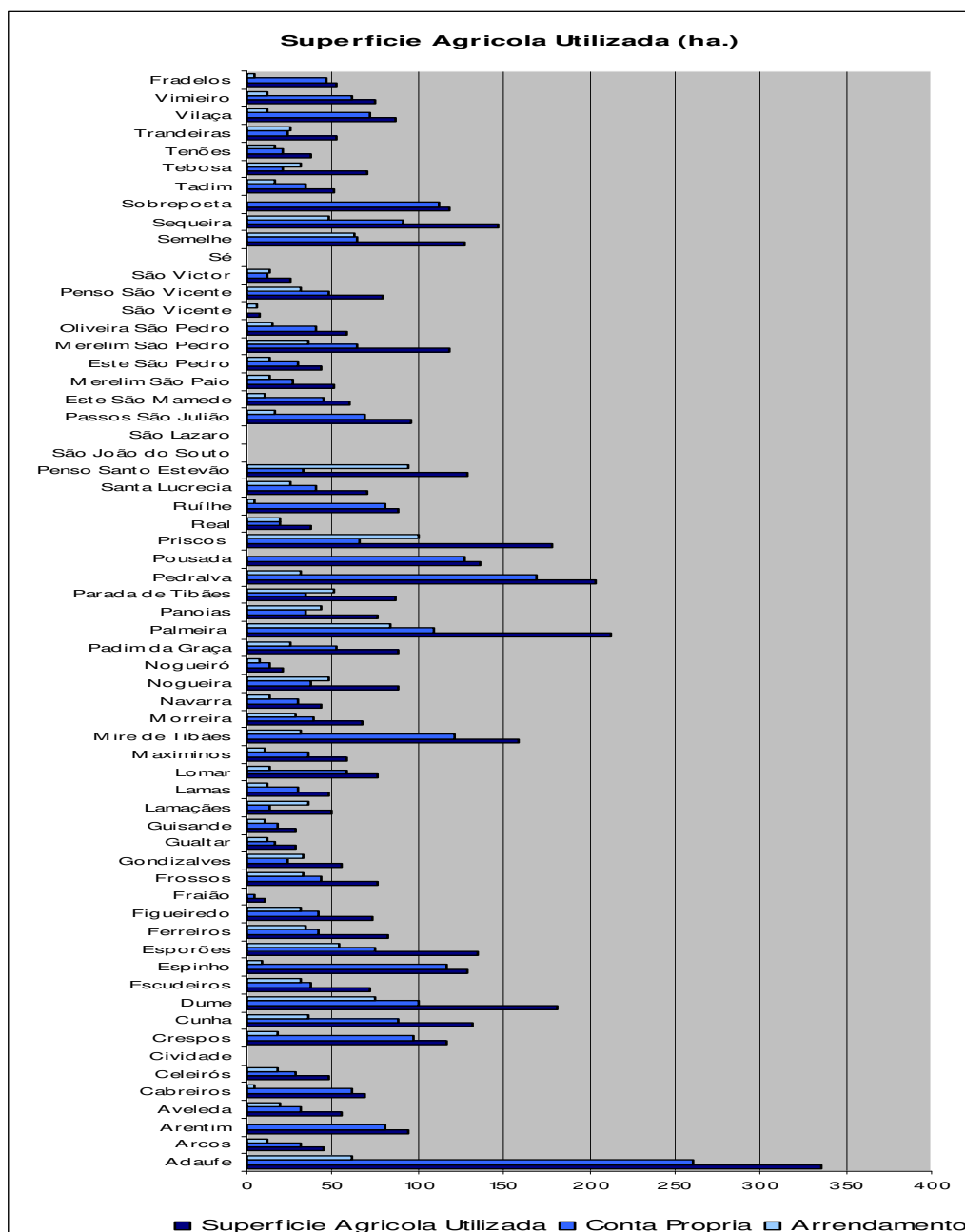


77% da superfície agrícola utilizada.

	<1(ha)		1 a <2(ha)		2 a <5(ha)		5 a <10(ha)	
Braga	Expl.	SAU (ha)	Expl.	SAU (ha)	Expl.	SAU (ha)	Expl.	SAU (ha)
1989	523	271	647	833	835	2560	329	2193
1999	324	181	620	870	568	1787	155	1039
Varição %	-38	-33,3	-4,2	4,4	-32	-30	-52	-53

Fonte: INE

Quadro 2.10 – Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por dimensão de Exploração no Concelho de Braga (1989-1999)



Fonte: INE

Gráfico 2.19 – Superfície agrícola utilizada nas freguesias do concelho de Braga, em 1999



Atendendo à evolução da quantidade de explorações e à sua dimensão, verifica-se que têm diminuído acentuadamente entre 1989 e 1999 em resultado de abandono da actividade agrícola e ocupação dos terrenos agricultados pelo processo de urbanização.

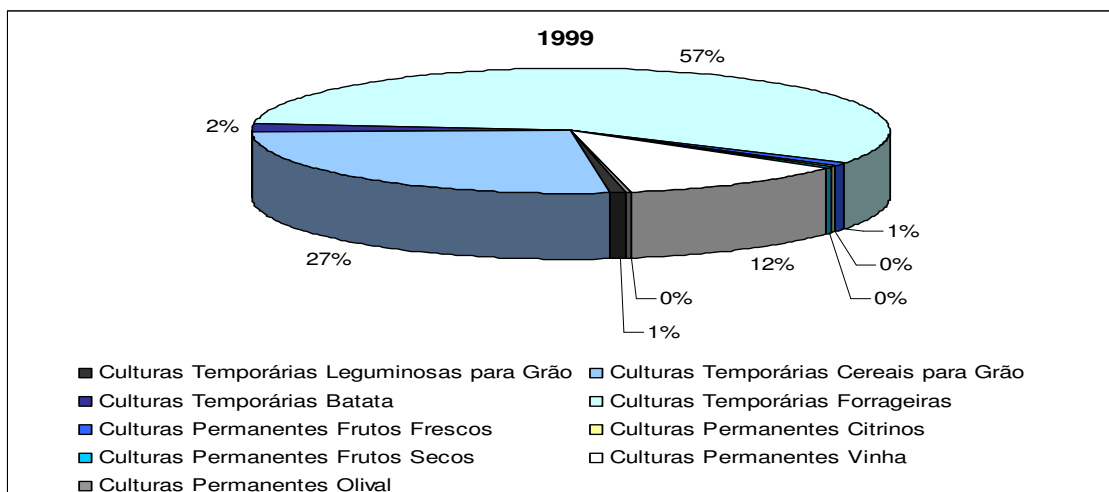
A maioria das explorações apresenta uma dimensão inferior a 2 hectares, no entanto, são as explorações com 2 a 5 hectares que registam a maior área de SAU.

Atendendo à distribuição da superfície agrícola utilizada (SAU) por freguesia, verifica-se que esta se destaca em Adaúfe, com um total de 336 hectares, representando 6,7% da SAU do concelho.

Isto não se encontra indissociável dos seguintes factores: a freguesia apresentar uma dimensão relevante; de se localizar na área norte do concelho apresentando uma densidade demográfica baixa; estar limitada por um curso de água importante (rio Cávado); e ainda por apresentar um relevo plano propício para a agricultura.

Para além de Adaúfe a utilização do solo para a actividade agrícola é importante em: Palmeira (213 hectares), Pedralva (a 203 hectares), Dume (181 hectares), Priscos (178 hectares), Mire de Tibães (159 hectares) e Sequeira (147 hectares). As 7 freguesias referidas, apresentam um total de 1417 hectares utilizados para a agricultura, representando 28,1% da SAU concelhio.

Apesar de 64% dos solo agricultado, ser cultivados pelo próprio proprietário, podemos encontrar algumas freguesias em que o regime de arrendamento assume grande importância, nomeadamente: Priscos (101 hectares), Penso Santo Estêvão (95 hectares), Nogueira (48 hectares), Parada de Tibães (51 hectares) e Panóias (43 hectares).



Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados
Gráfico 2.20 – Principais culturas efectuadas no concelho de Braga, em 1999

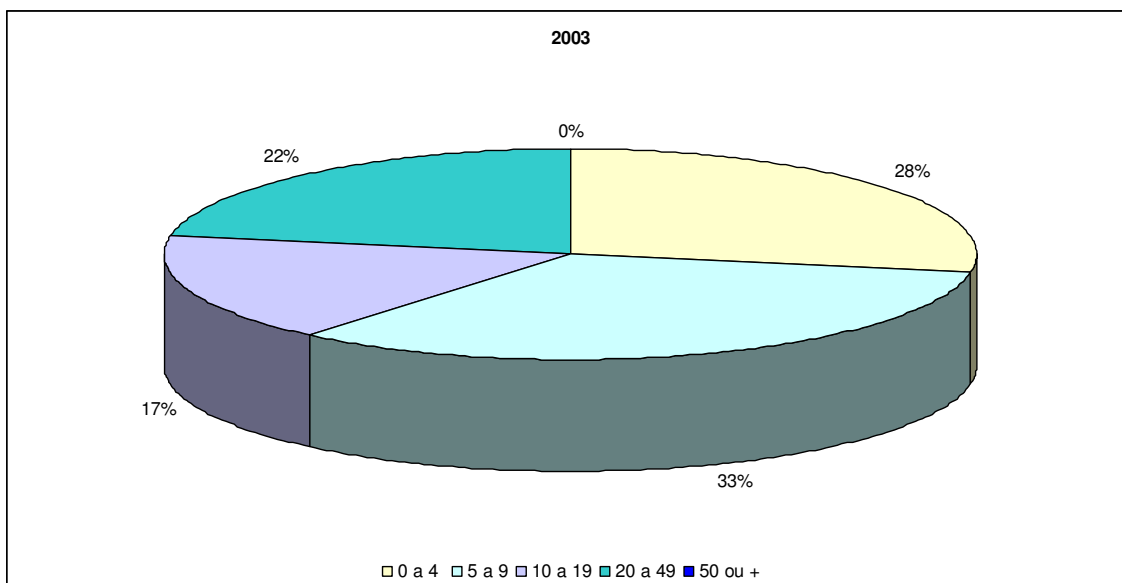
Os dois tipos de culturas principais são as permanentes e as temporárias. As culturas temporárias, ocupavam, em 1999, cerca de 87% da totalidade do solo utilizado para a actividade agrícola, tendo maior expressão a cultura de plantas Forrageiras, e de Cereais para Grão. A cultura temporária de plantas forrageiras representava 57% da área com aproveitamento agrícola (4277ha), seguido pela cultura de cereais para grão com 27% (2034ha). As culturas permanentes totalizam 13% do solo utilizado para a actividade agrícola, assumindo-se a cultura da vinha como a principal actividade (899ha). Saliente-se que as restantes culturas permanentes ocupam áreas pouco significativas.



c| Sector Secundário

- Indústria Extractiva

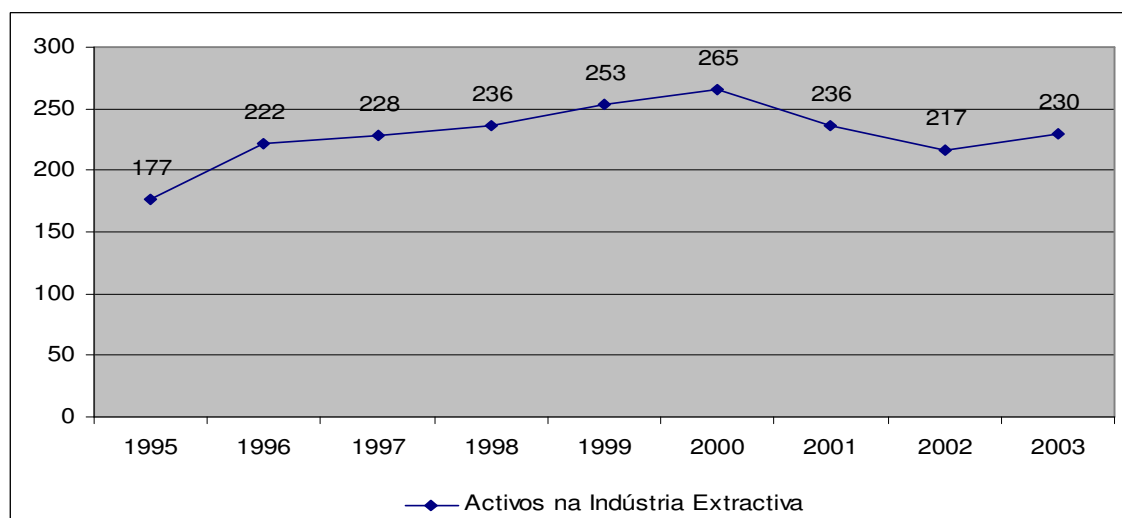
O número de empresas afectas à indústria extractiva (pedreiras) existentes em Braga, tem-se mantido estável, totalizando 18 empresas em 2003 (menos 2 empresas do que em 2001).



Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.21 – Empresas da indústria extractiva existentes no concelho de Braga em 2003, segundo o n.º de trabalhadores

Em 2003, cerca de 33% das empresas da indústria extractiva, eram compostas por 5 a 9 activos, seguido das empresas que apresentam 1 a 4 indivíduos e das empresas que possuem entre 20 a 49 activos, com 28% e 22%, respectivamente. Estes valores evidenciam a grande necessidade de mão-de-obra e consequentemente baixa produtividade desta actividade económica.

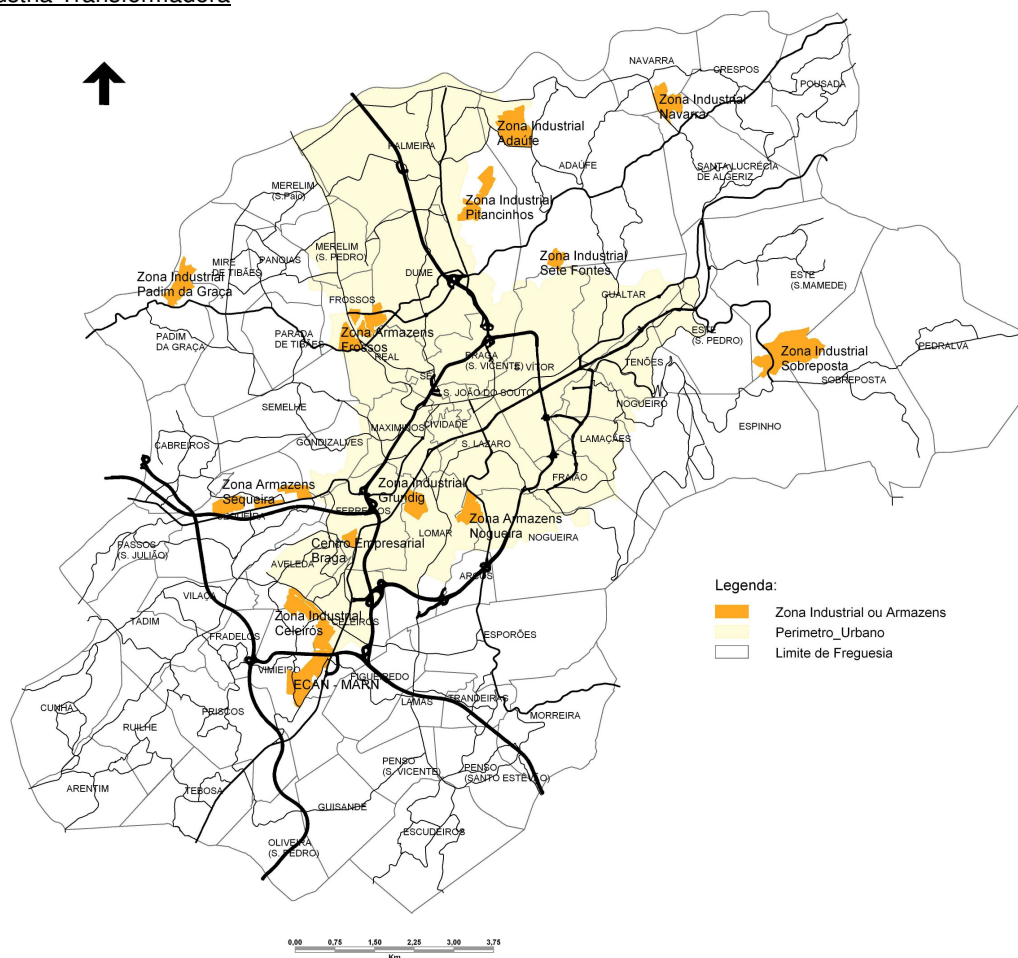


Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.22 – Evolução dos activos da indústria extractiva, no concelho de Braga entre 1995 e 2003

Os activos empregues nesta actividade nunca ultrapassaram os 265 indivíduos, valor atingido em 2000. Refira-se que, devido a existirem um número reduzido de empresas extractivas, esta actividade não apresenta uma grande importância na estrutura económica e social do concelho, assumindo apenas uma relevância ao nível local (circunscrevendo-se sobretudo às freguesias onde se localizam as explorações).

- Indústria Transformadora



Fonte: CMB

Figura 2.20 – Parques empresariais e zonas industriais do concelho de Braga, 2009

As zonas industriais ou de armazenagem de maior dimensão ocupam uma área de 3547683,90m² representando cerca de 2% do território concelhio e 4,9% do solo urbanizado. Observando a distribuição espacial das zonas industriais ou de armazenagem verifica-se que cerca de 60% se encontram fora do perímetro urbano da cidade e o restante no interior deste, evidenciando uma distribuição equilibrada dos espaços industriais.

As zonas industriais existentes restringem-se apenas a empresas industriais, existindo excepcionalmente, serviços e lojas comerciais.

Todas as unidades industriais encontram-se próximas a estradas nacionais, evidenciando um cuidado e preocupação durante o seu planeamento de localizar estas actividades perto de vias de comunicação essenciais ao seu desenvolvimento. Estas assumem-se como um “veículo” fundamental para o



escoamento dos produtos e para o recebimento das matérias-primas sendo o sustentáculo das actividades económicas.

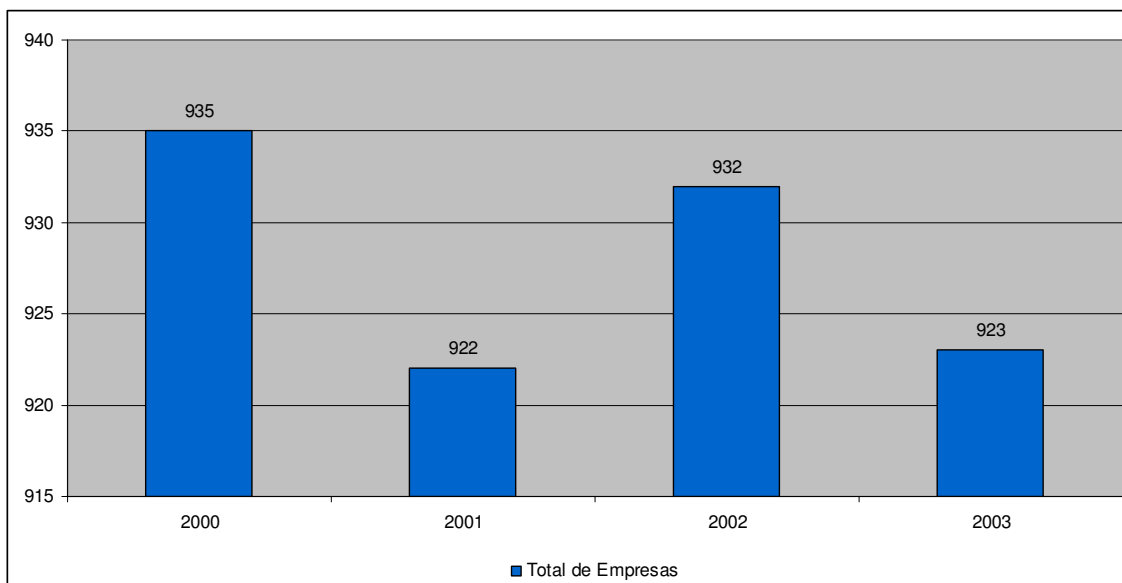
Actualmente, verifica-se que as unidades industriais localizadas a Sul, dispõe de melhores acessibilidades, visto beneficiarem, para além das estradas nacionais, da existência de itinerários principais, nomeadamente a A3 e a A11, e do terminal de mercadorias da rede ferroviária.

	Localização (Freguesia)	Área Total (m2)	Vias Estruturantes Próximas
Zona de Armazéns Frossos	Frossos	341983,2	EN201
Centro Empresarial de Braga	Ferreiros	61256,6	EN14/A3/A11
Zona de Armazéns de Sequeira	Sequeira	309112,6	EN103/A3/A11
Zona Industrial Pitancinhos	Palmeira	237576,3	EN101
Zona Industrial Padim da Graça	Padim da Graça	228012,6	EN205-4
Zona Armazéns Nogueira	Nogueira	177355,6	EN101/A3/A11
Zona Industrial Celeirós	Celeirós	364266,6	EN14/A3/A11
Zona Industrial de Sobreposta	Sobreposta	627825,7	EN309
Zona Industrial Adaúfe	Adaúfe	361647	EN101
Zona Industrial Navarra	Navarra	225909,6	EN205-4
Zona Industrial da Grundig	Ferreiros	161776,8	EN14/A3/A11
Zona Industrial Sete Fontes	Adaúfe	79890,9	CM1289
ECAN – MARN	Vimieiro	371070,4	EN14/A3/A11
Área Total	Concelho	3547683,90	

Quadro 2.11 – Parques empresariais e zonas industriais e respectivas áreas

Os investimentos mais significativos efectuados pela Câmara Municipal nos últimos anos em novas zonas industriais foram: Centro Empresarial de Braga, Zona de Armazéns de Sequeira, Zona Industrial de Sobreposta (Parque de Sucatas) e ECAN-MARN (Mercado Abastecedor).

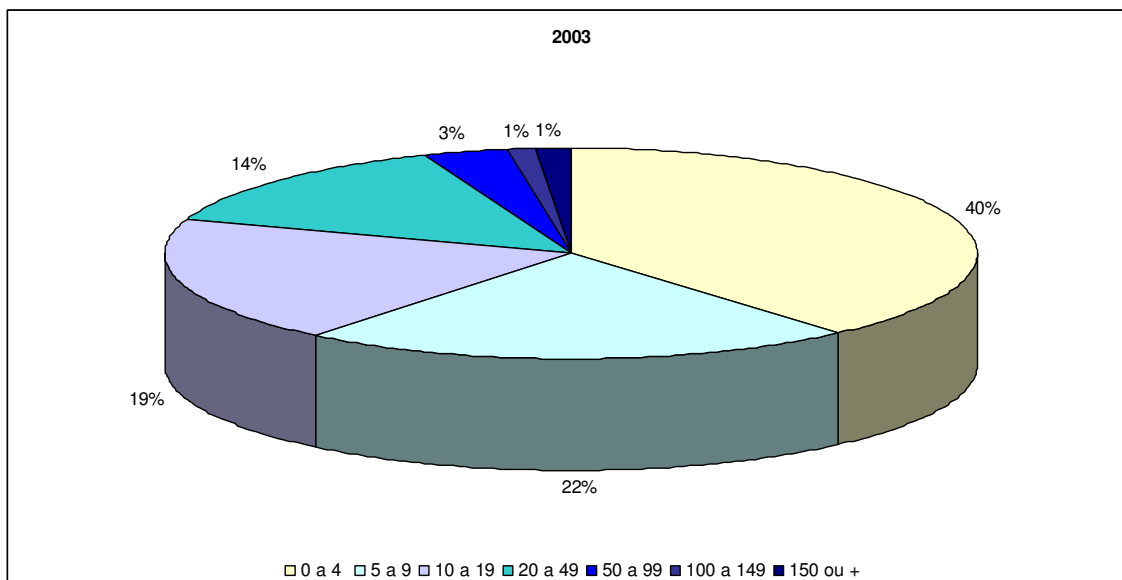
O Mercado Abastecedor da Região do Noroeste foi inaugurado em 2002, sendo um entreposto comercial e um centro de logística importante para toda a região noroeste do país. Apesar de ser um entreposto comercial foi contabilizado como espaço industrial ou de armazenagem uma vez que se encontra classificado segundo o Plano Director Municipal em “Espaço de Indústria ou Armazenagem”, inserido na UOPG7, designada por Trezeste (ECAN) – Vimieiro.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.23 – Evolução do número de indústrias transformadoras existentes no concelho de Braga, entre 2000 e 2003

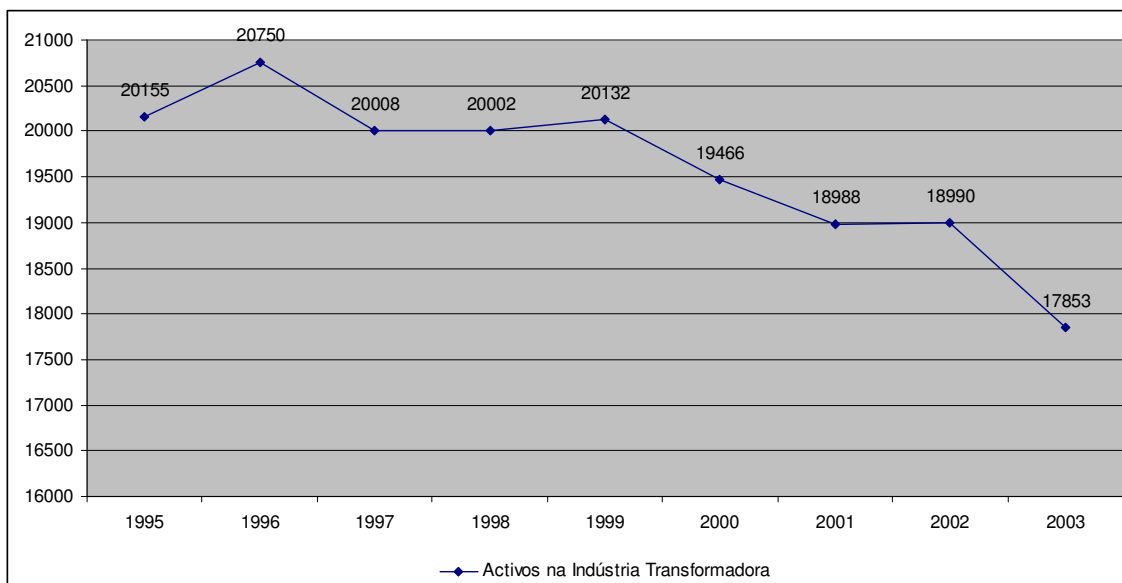
O número de empresas da indústria transformadora tem apresentado ligeiras oscilações ao longo dos últimos anos. O tecido industrial ao ser constituído por pequenas e médias indústrias necessita de baixos investimentos para a abertura de novas empresas facilitando a sua abertura e a extinção.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.24 – Empresas da indústria transformadoras, segundo o n.º de trabalhadores, existentes no Concelho de Braga, em 2003

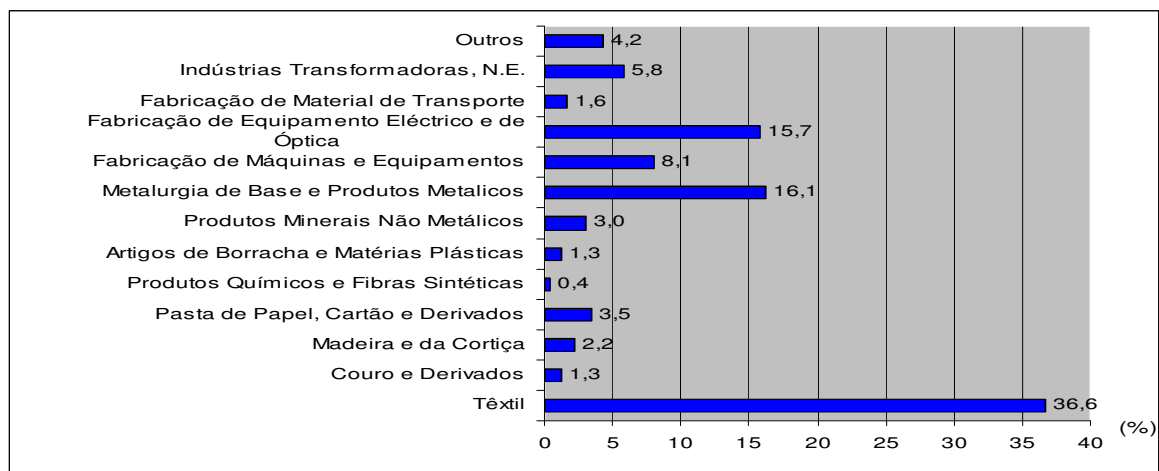
Em 2003, das 923 indústrias, cerca de 40% empregavam entre 1 a 4 indivíduos, 23% empregavam entre 5 a 9 indivíduos, e 19% empregavam entre 10 a 19 indivíduos. Assim, 82% das indústrias transformadoras, empregavam menos de 20 activos. As indústrias de maior dimensão, são bastante reduzidas ou quase inexistentes, contabilizando-se 55 empresas com 50 ou mais empregados.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.25 – Evolução do número de activos na indústria transformadora, no concelho de Braga, entre 1995 e 2003

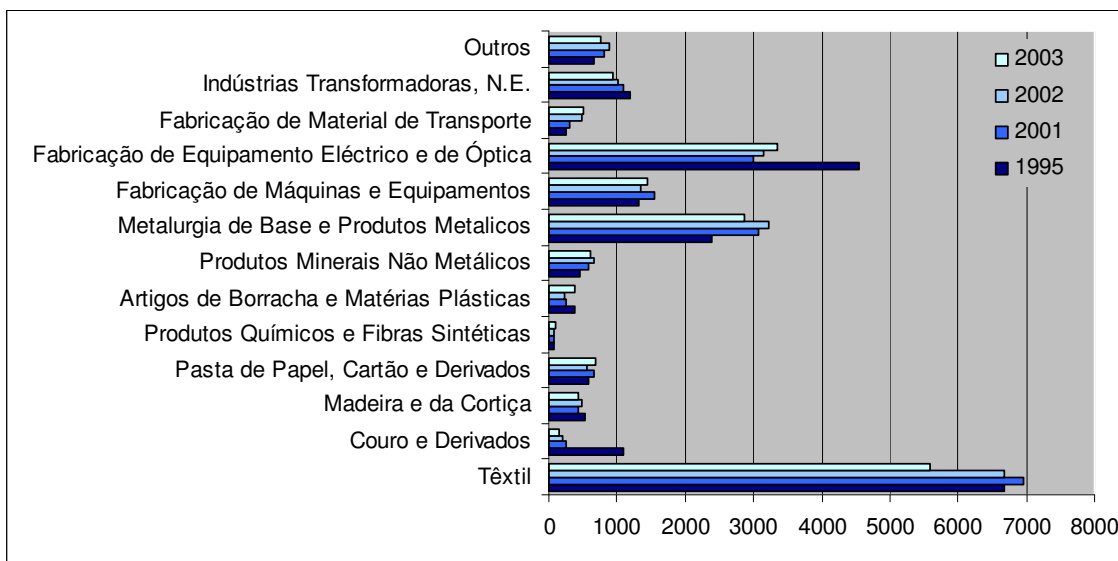
A importância da indústria transformadora como actividade empregadora tem vindo a diminuir, sobretudo a partir de 1999. Entre 1999 e 2003, assiste-se a uma diminuição de 11% dos activos (perda de 2279 postos de trabalho) revelando-se como um período de elevada instabilidade industrial. Em 2001, a indústria transformadora, empregava um total de 18988 activos, 22,3% dos seus activos de Braga.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.26 – Distribuição dos activos na indústria transformadora, no concelho de Braga, em 2001

A indústria transformadora, em 2001, baseava-se sobretudo na actividade têxtil que emprega 36,6% dos activos nesta actividade (6959 indivíduos), seguida pela actividade da metalurgia de base e produtos metálicos com 16% (3063 activos) e pela indústria de fabricação de equipamentos eléctricos e de óptica, com 15,7% (2987 activos). Refira-se que, a indústria têxtil, só por si, é responsável por empregar 9% dos activos do concelho evidenciando a grande importância para a estrutura económica e social.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.27 – Evolução dos activos na indústria transformadora, no concelho de Braga, entre 1995 e 2003

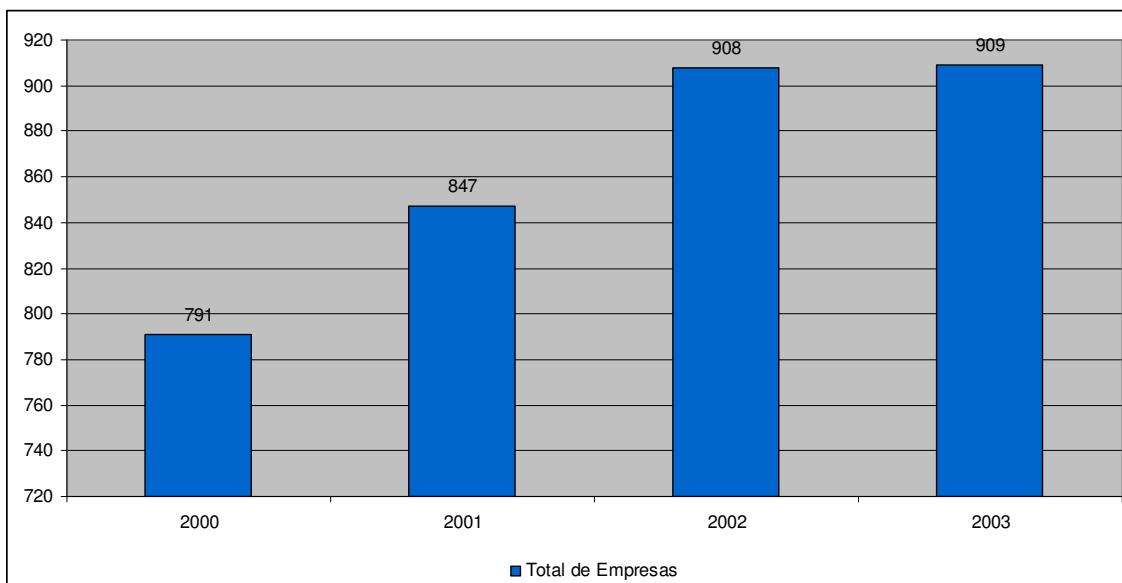
Deste modo, verifica-se uma especialização em três indústrias transformadoras principais, que são: a têxtil, a metalúrgica, e a fabricação de material eléctrico e de óptica. Em conjunto, estas actividades são responsáveis por empregar, em 2001, um total de 13009 indivíduos, correspondendo a cerca de 70% dos activos empregues na indústria transformadora. Observando a evolução destas três indústrias principais, podemos constatar que o sector têxtil, apesar de ser aquele que emprega um maior número de activos, tem vindo a perder progressivamente importância. Apesar da quantidade de empregados ter aumentado 4% entre 1995 e 2001, constata-se que, a partir deste período, tem-se verificado um retrocesso acentuado (perda de 20% dos activos, entre 2001 e 2003).

A fabricação de equipamentos eléctricos e de óptica tem tido uma evolução bastante instável. Esta actividade, entre 1995 e 2001, registou um forte retrocesso, com uma diminuição de cerca de 34% dos seus activos. No entanto, após essa data, esta actividade aumentou em 12,5% os seus activos, constituindo-se, em 2003, como a segunda industria mais empregadora (com 19%).

As indústrias associadas à metalurgia de base e produtos metálicos têm apresentado um crescimento contínuo dos activos, à excepção de 2003, que registou uma diminuição de 11%. Entre 1995 e 2002, esta actividade apresentou um aumento na ordem dos 35%.

- Construção Civil

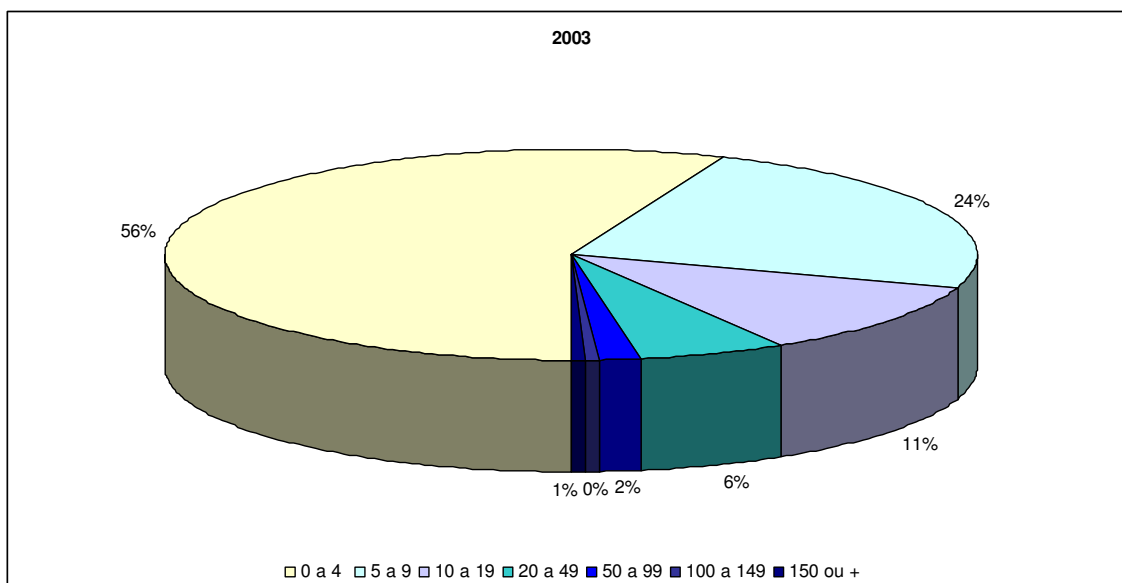
A construção civil, assume um papel de grande evidência em Braga, constituindo-se como uma actividade importante para o crescimento urbano e estabilidade económica e social de toda a região.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.28 – Evolução do número de empresas da construção civil, no concelho de Braga, entre 2000/2003

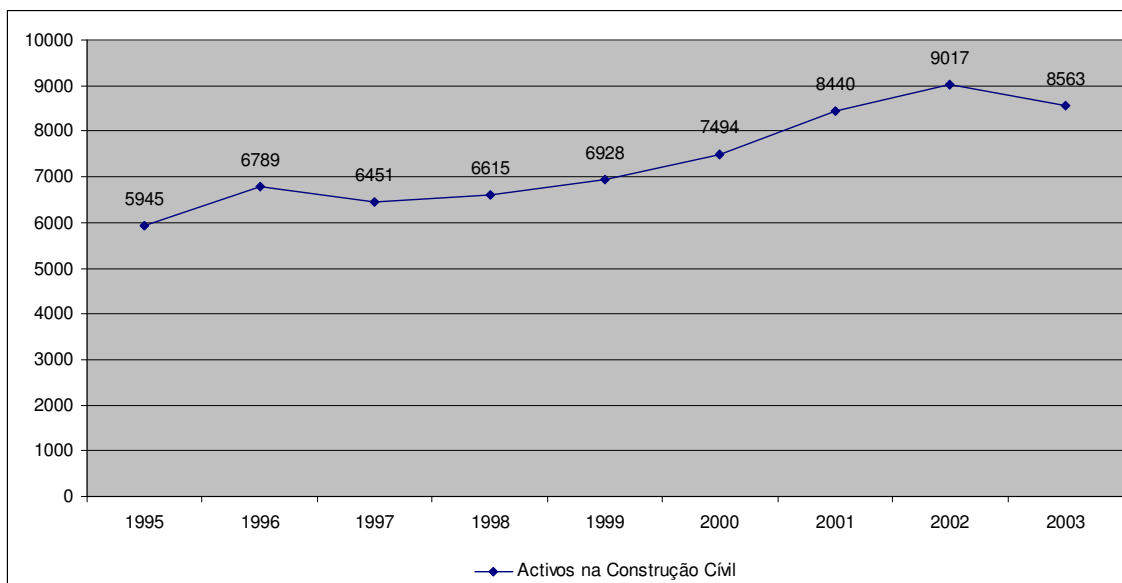
O número de empresas da construção civil, tem vindo a apresentar uma evolução positiva, aumentando cerca de 15%, entre 2000 e 2003 (118 novas empresas).



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.29 – Empresas da construção civil, segundo a sua dimensão, existentes no concelho de Braga, em 2003

Em 2003, a maioria das empresas da construção civil são constituídas por 1 a 4 activos (56%), seguido das que incorporam 5 a 9 activos, e 10 a 19 activos. Assim, 92% das empresas apresentavam menos de 20 trabalhadores, acompanhando a tendência presente na indústria transformadora.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.30 – Evolução do número de activos na construção civil, no concelho de Braga, entre 1995/2003

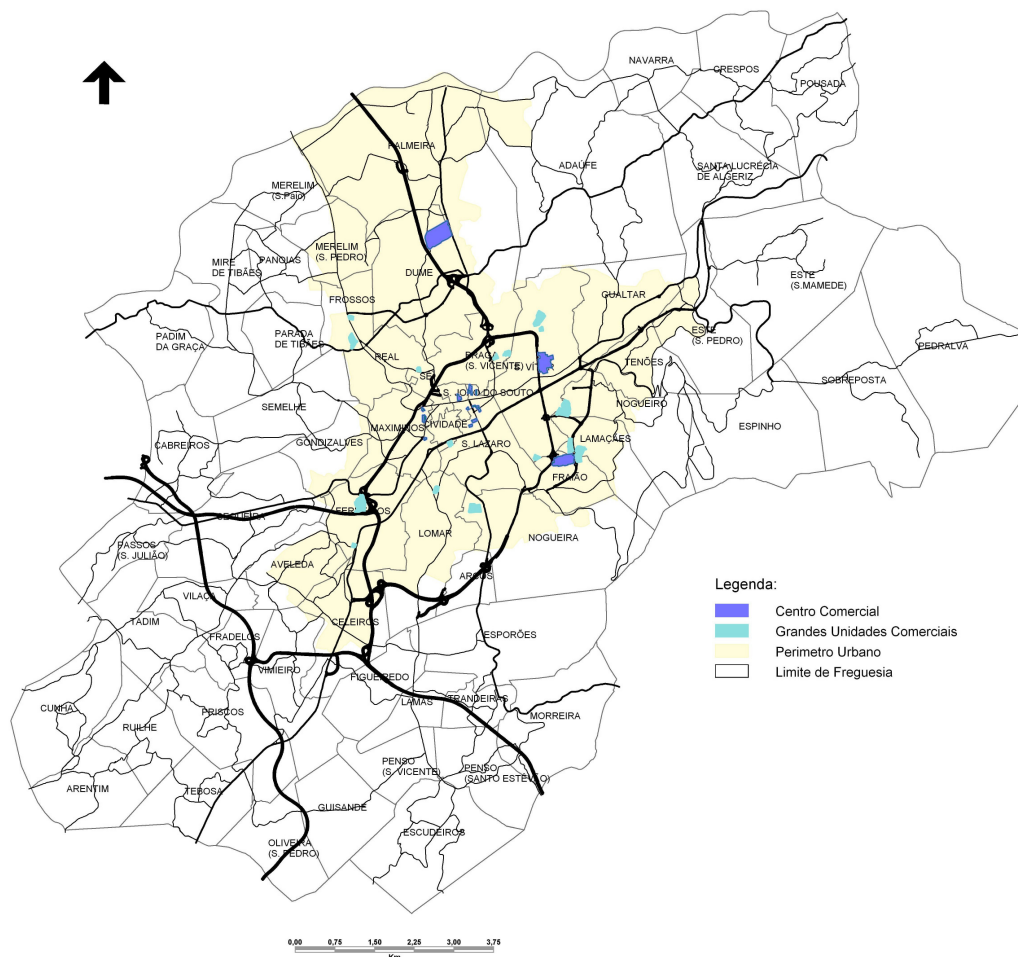
A actividade da construção civil, tem apresentado um crescimento contínuo dos activos, acompanhando o aparecimento de novas empresas do ramo. Assim, entre 1997 e 2002, registou um acréscimo de 40% dos activos, decrescendo 5% no ano seguinte. Em 2001, dependiam desta actividade 8440 indivíduos, representando cerca de 10% dos activos do concelho, e 26,9% dos activos do sector secundário.

O sector da construção civil, tem sido um sustento fundamental para o aparecimento e desenvolvimento de todo um conjunto de serviços de apoio a esta actividade (banca, seguros e sector imobiliário).



d| Sector Terciário

- Comércio



Fonte: CMB

Figura 2.21 – Grandes superfícies comerciais e centros comerciais do concelho de Braga, 2009

As grandes superfícies comerciais no concelho surgiram sobretudo a partir dos anos 90. Numa fase inicial concentraram-se principalmente no centro urbano mais tradicional, na área correspondente à cidade, beneficiando sobretudo da coexistência com a maioria das residências e da maior oferta de serviços, equipamentos, empregos e acessibilidades. Deste modo, multiplicaram-se os centros comerciais em áreas contíguas ao centro histórico, beneficiando das dinâmicas existentes, e potenciando novas dinâmicas, criando novos empregos e intensificando polaridades. São exemplo deste tipo de unidades os casos: “Bragashopping”, “Centro Comercial dos Granjinhos”, “Centro Comercial Lafayette”, “Rechicho”, “Shopping Santa Cruz”, “Centro Comercial Gold Center”, “Centro Comercial Cruz de Pedra”, “Centro Comercial Galécia”.

Nos últimos anos tem-se assistido a uma descentralização destas unidades comerciais acompanhando o próprio crescimento da cidade, e beneficiando do investimento em novas infra-estruturas rodoviárias geradoras de tráfego e importantes para a diminuição das distancias/tempo, como é exemplo a circular urbana e a variante da encosta. Esta tendência é facilitada pela generalização do uso do meio de



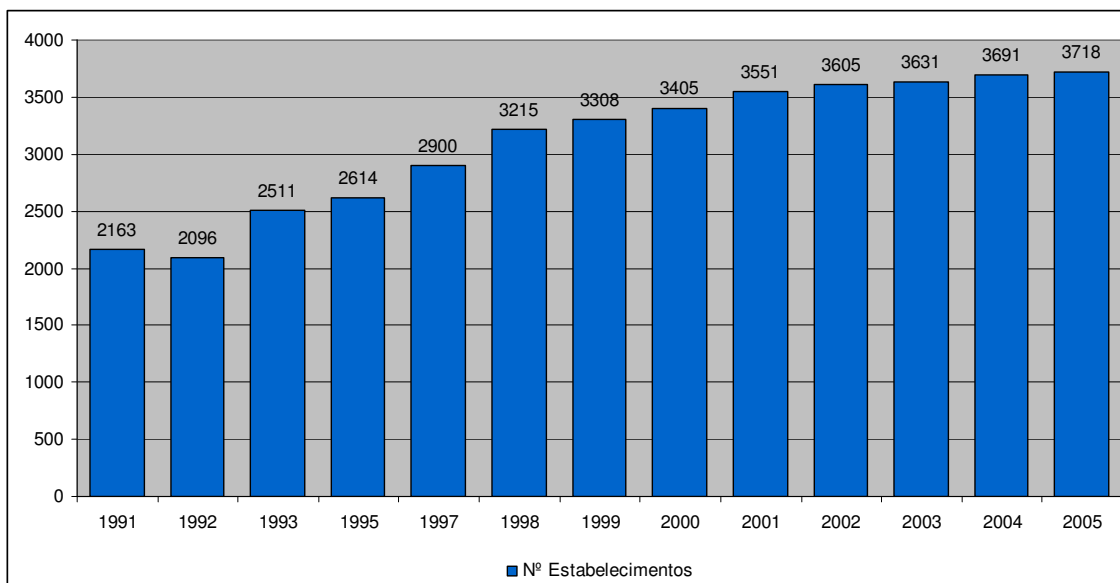
transporte privado como é o automóvel, que permite deslocações dos indivíduos mais rápidas e eficientes. Estas vias permitiram o desenvolvimento da função residencial cumulativamente com a função comercial baseada sobretudo nas grandes superfícies. Destaca-se entre outros o aparecimento do “Minho Center”, “Braga Parque”, “Aki”, “San Luís”, “Office Center”, “Lidle”, “Makro” entre outros. Estes empreendimentos apesar de serem pólos gerados de empregos e de mobilidade necessitam de grandes espaços para a sua implantação (pavilhões) e para a criação de estacionamento contribuindo para o aumento da impermeabilização do solo. Refira-se, particularmente, os casos do “Minho Center” e do “Braga Parque” que se distingue dos restantes, uma vez que associam um Centro Comercial a um hipermercado.

Actualmente encontra-se em construção um novo centro comercial associado a um hipermercado (“Dolce Vita Braga”) localizado na freguesia de Dume, nas imediações do Estádio Municipal, e contíguo à EN101 e à Avenida do Estádio, encontrando-se desta forma bem servido de acessibilidades.

Grandes Superfícies Comerciais			Centros Comerciais			
Nome	Área (m2)	Freguesia	Nome	Área (m2)	Freguesia	Nº Lojas
Braga Retail Center	32483	S. Victor	Minho Center	67166,3	Fraião	62
AKI	11811,6	Lamações	Braga Parque	75218,3	S. Victor	198
San Luís	2715,6	Lamações	BragaShopping	9087,7	S. Lázaro	119
Office Center	5354,1	Fraião	Centro Comercial Granjinhos	4566,7	S. Lázaro	67
Lidle 1	6880,2	Cividade	Centro Comercial Lafayette	1235,7	S. Lázaro	47
Lidle 2	7990,5	Lamações	Centro Comercial Rechicho	1864,5	S. Lázaro	70
Happy China	4420,9	S. Victor	Shopping Santa Cruz	1504,6	S. João do Souto	100
Média Markt	14018,2	Lamações	Centro Comercial Gold Center	3346,5	S. Lázaro	46
Cidadela Electronica	11412,9	Lamações	Centro Comercial Cruz de Pedra	4920,7	Maximinos	71
Makro	51077,4	Lamações	Centro Comercial Santa Barbara	6298,1	S. João do Souto	100
Radio Popular	7728,8	S. Victor	Centro Comercial Galécia	1748	Maximinos	69
Pingo Doce	5744,6	S. Vicente	Centro Comercial da Estação	1682,8	Maximinos	-
DeBorla	9423,4	S. Vicente	Centro Comercial São Lazaro	2363,6	S. Lázaro	61
MiniPreço	4818,8	Real	Dolce Vita	148630,9	Dume	203
MaxMat	8805	Frossos				
Modelo	14358,6	Frossos				
Pingo Doce 2	5853	Frossos				
Arminho	30828,5	Nogueira				
InterMarche	9925,1	Lomar				
Leclerc	47412,8	Ferreiros				
Freitas	4663,7	Ferreiros				
Total	297726,7			329634,4		1213

Quadro 2.12 – Grandes superfícies comerciais e centros comerciais do concelho de Braga, em 2009

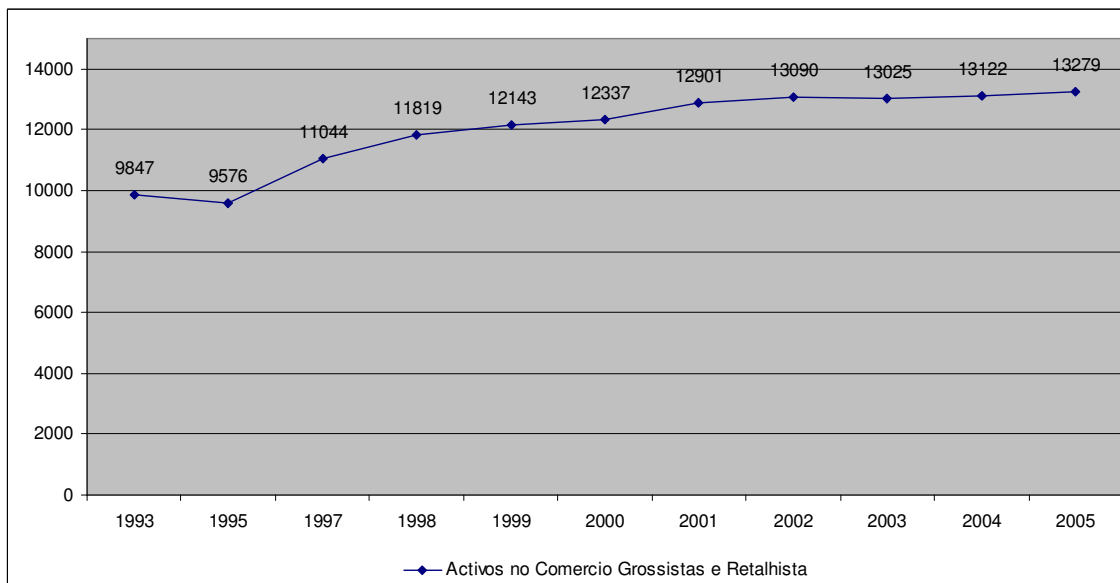
O quadro 2.12 e a figura 2.21, apresentam as “grandes superfícies comerciais” do concelho de Braga, ocupando uma área total de cerca de 300000 m2. Os centros comerciais, por sua vez, ocupam uma área de 329643,3 m2, disponibilizando um total de 1213 lojas destinadas a comércio e serviço. Refira-se que este valor inclui as áreas de implantação e as áreas envolventes tais como os parques de estacionamento e áreas de apoio.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.31 – Evolução dos número de estabelecimentos de comércio por grosso e a retalho, existentes no concelho de Braga, entre 1991/2005

Em 2005 existiam no concelho um total de 3718 empresas comerciais, constituindo um aumento na ordem dos 77% em relação a 1992 (1622 novas empresas).



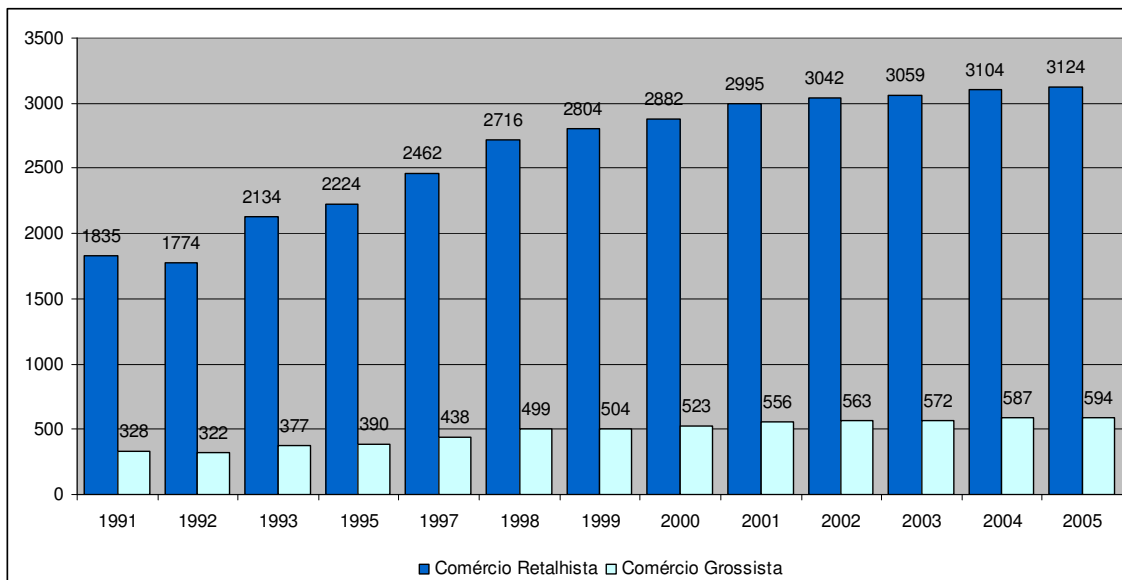
Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.32 – Evolução dos activos no comércio por grosso e a retalho, no concelho de Braga, entre 1993/2005

A actividade comercial, tem apresentado um acréscimo dos activos ao longo dos últimos anos beneficiando do aumento na ordem dos 39% número de empresas entre 1995 e 2005. Esta actividade, em 2001, empregava 12901 indivíduos, representando cerca de 15% dos activos do concelho, encontrando-se distribuídos por 3551 empresas. Este facto, evidencia o papel da cidade de Braga como um centro urbano que se caracteriza por um sector terciário importante, ligado ao comércio e à logística.



- Comércio Retalhista/ Comercio Grossista

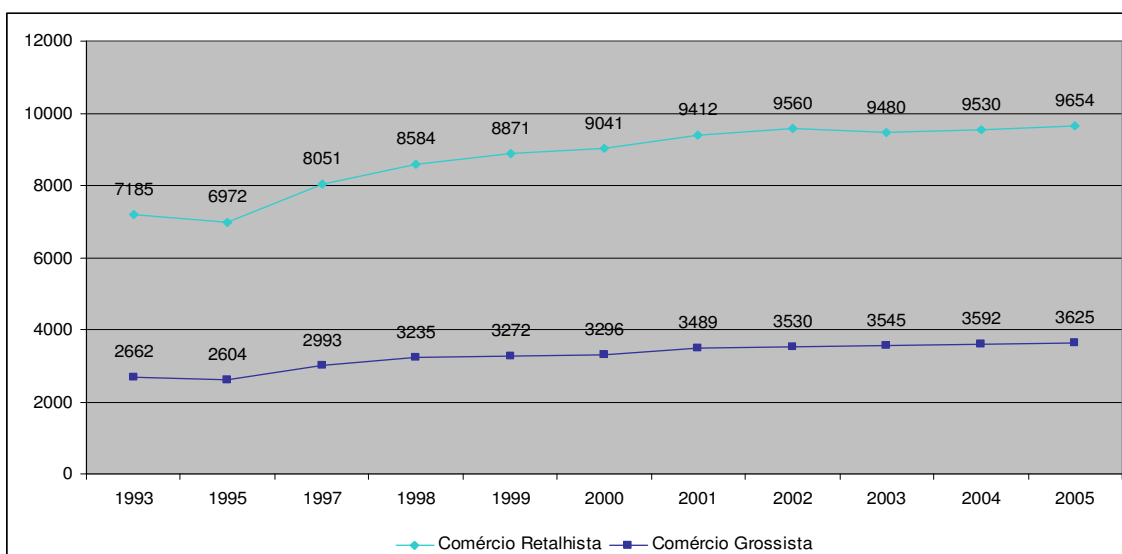


Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.33 – Evolução do número de estabelecimentos no comércio a retalho, existentes no concelho de Braga, entre 1991/2005

O comércio retalhista apresenta uma maior quantidade de estabelecimentos do que o comércio por grosso. Comparando a evolução deste tipo de estabelecimentos, verifica-se que apresentam uma evolução distinta. A quantidade de estabelecimentos de comércio a retalho tem aumentado, à excepção de 1992, (perda de 61 estabelecimentos). Até 2001, aumentou cerca de 70%, e após esse ano até 2005 esta tendência estabilizou (4%).

O comércio por grosso tem-se mantido estável não apresentando grandes oscilações. Em 2005, existiam 594 estabelecimentos grossistas, representando um aumento de 7% em relação a 2001.



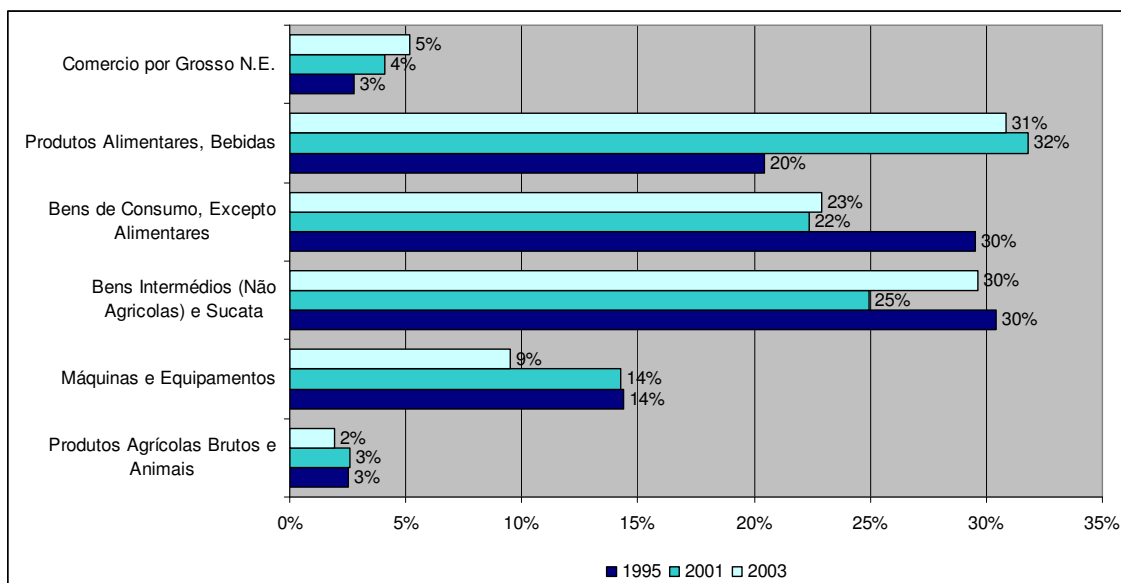
Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.34 – Evolução dos activos no comércio a retalho e grossista, no concelho de Braga, entre 1993/2005



Em termos de empregabilidade, o comércio a retalho regista uma maior quantidade de activos do que o comércio por grosso, beneficiando da existência no concelho de uma maior quantidade deste tipo de estabelecimentos.

Segundo o gráfico 2.34, à excepção do período 1993 e 1995, o número de activos no comércio a retalho¹⁷ tem apresentado uma evolução positiva, com tendência para a sua estabilização ao longo dos últimos anos. Em 2001, esta actividade representava cerca de 20% dos activos do sector terciário, e 12% dos activos do concelho evidenciando a importância desta actividade para a estrutura social e económica.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.35 – Distribuição dos activos empregados no comércio por grosso, existentes no concelho de Braga, em 1995, 2001 e 2003

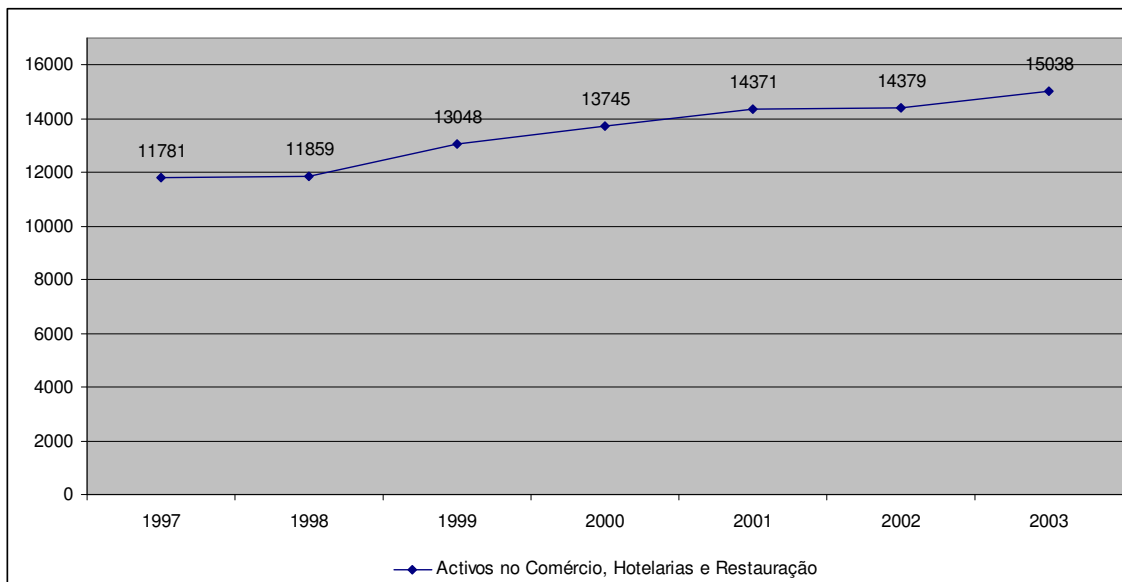
Observando a evolução dos activos no comércio por grosso¹⁸, podemos aferir que se tem mantido estável. Em 2001, encontravam-se empregues no comércio grossista um total de 3489 activos, correspondendo a apenas 4% do total de activos do concelho. Entre 2001 e 2003, os activos nesta actividade aumentaram 1,6%, distribuindo-se maioritariamente pela venda de produtos alimentares e bebidas (31%), de bens intermédios (não agrícolas) e sucata (30%), e de bens de consumo (excepção dos alimentares) (23%).

¹⁷ Unidades comerciais que estabelecem o contacto directo de intermediação com os consumidores;

¹⁸ Estabelecimentos comerciais que efectuem a ligação entre os produtores e o comércio a retalho, apresentando uma grande importância ao nível do armazenamento;



- Comércio, Hotelaria e Restauração

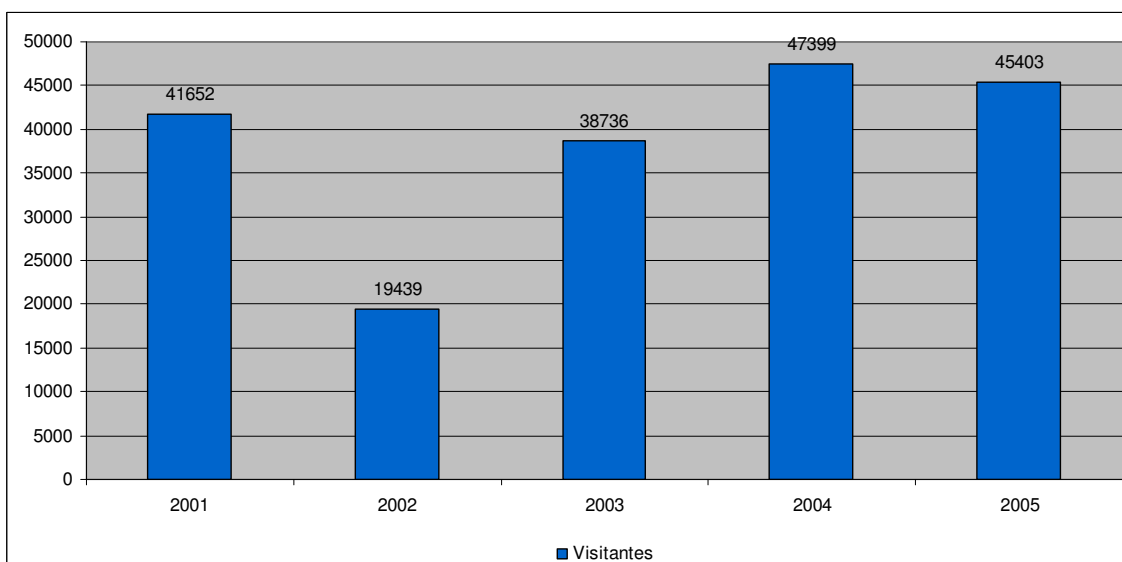


Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.36 – Evolução dos activos no comércio, hotelaria e restauração, existentes no concelho de Braga, entre 1997/2003

O sector do comércio, hotelaria e restauração tem assumido uma importância crescente no concelho, principalmente, a partir de 1998 (entre 1998 e 2003, aumentou cerca de 27%).

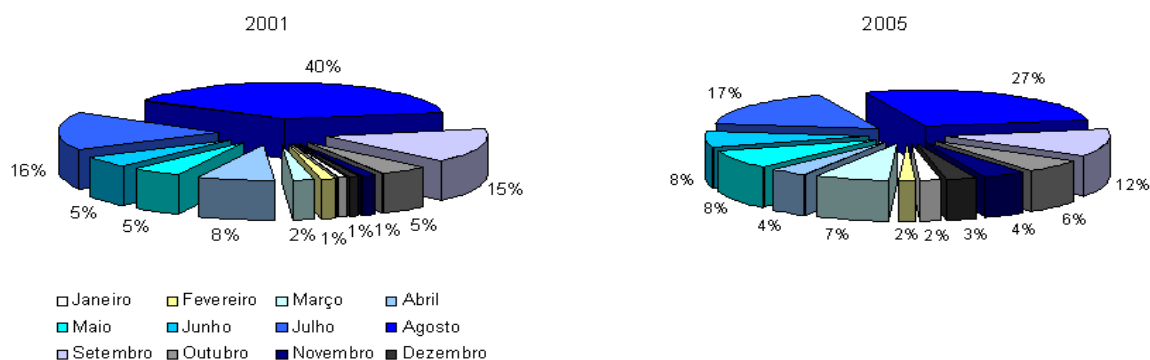
Em 2001, registavam-se 14371 activos nesta actividade, constituindo 17% dos activos do concelho, e de 31% dos activos do sector terciário.



Fonte: Posto de Turismo de Braga

Gráfico 2.37 – Número de visitantes por ano, no concelho de Braga, entre 2001/2005

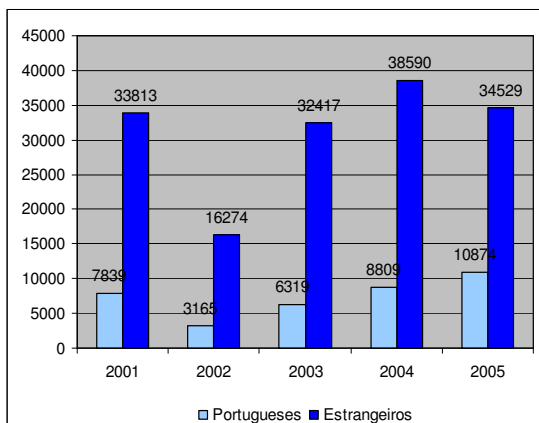
Analisando a evolução dos visitantes, verifica-se que, após ter diminuído 53% entre 2001 e 2002, tem-se aferido um aumento gradual das visitas (acréscimo de 143,8%, entre 2002 e 2004).



Fonte: Posto de Turismo de Braga

Gráfico 2.38 – Distribuição percentual dos visitantes ao concelho de Braga segundo o mês, em 2001 e 2005

Analisando a distribuição das visitas ao longo do ano, verifica-se que, tanto em 2001, como em 2005, é Agosto o mês que apresenta a maioria dos visitantes, contribuindo para que a população presente neste mês aumente significativamente (mais de 10000 indivíduos). Este facto foi mais expressivo em 2001, do que em 2005, uma vez que, 40% das visitas foram efectuadas nesse mês.



Fonte: Posto de Turismo de Braga

Gráfico 2.39 – Número de visitantes, portugueses e estrangeiros, no concelho de Braga, entre 2001/2005

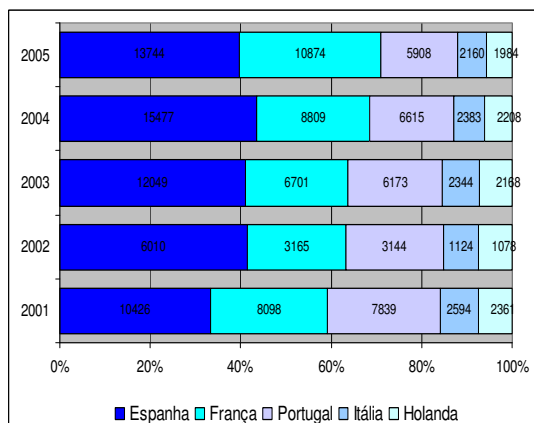


Gráfico 2.40 – Nacionalidade dos visitantes, no concelho de Braga, entre 2001/2005

Em todos os anos em análise, cerca de 80% dos visitantes são estrangeiros, sendo provenientes sobretudo de Espanha e de França. Os indivíduos provenientes de Espanha, representam cerca de 40% dos visitantes.

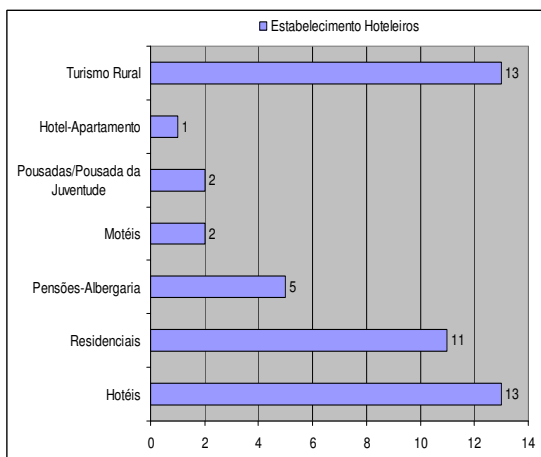


Gráfico 2.41 – Tipo de estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho de Braga, em 2009

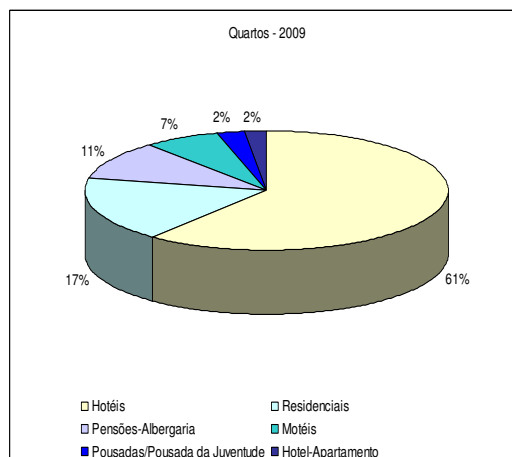
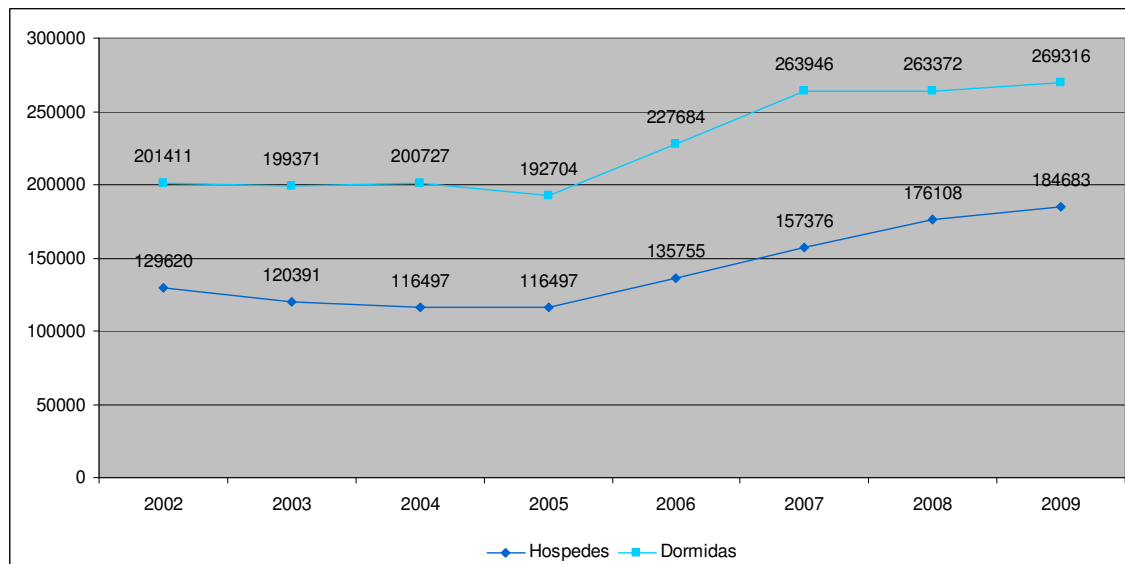


Gráfico 2.42 – Quartos por tipo de estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho de Braga, em 2009

Em 2009, existiam no concelho de Braga um total de 47 estabelecimentos hoteleiros, gerando uma capacidade de alojamento de 1454 quartos. Os “hotéis”, as “residenciais” e as “casas de turismo rural”, representavam 79% das unidades hoteleiras.

O estabelecimento hoteleiro geradores de uma maior quantidade de quartos é o Hotel, disponibilizando cerca de 60% da capacidade hoteleira do concelho, seguido das residenciais e das pensões/albergarias com 17% e 11%, respectivamente.



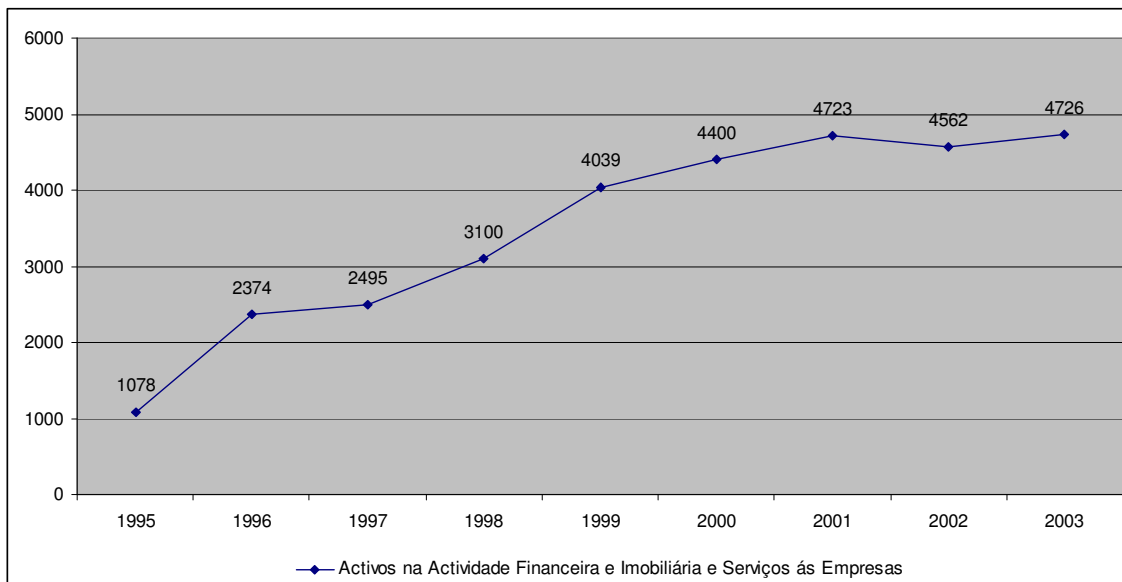
Fonte: ÎNE

Gráfico 2.43 – Número de hóspedes e respectivas dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Braga

Observando a evolução dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Braga constatamos que após um período de estagnação até 2005, tem-se assistido ao seu rápido crescimento. Deste modo, entre esse ano e 2009, o número de hóspedes aumentou 58,5%, totalizando mais de 180000 indivíduos. À medida que a quantidade de hóspedes vai aumentando o número de dormidas tem aumentado no mesmo sentido.



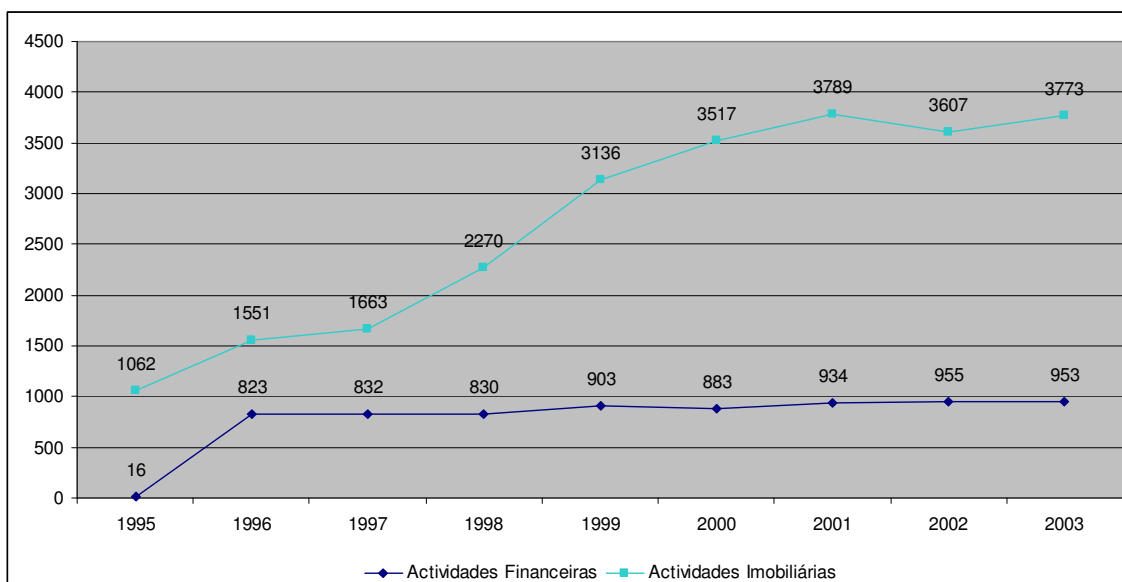
- Actividade Financeira e Imobiliária



Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.44 – Evolução dos activos na actividade financeira e imobiliária, existentes no concelho de Braga, entre 1995/2003

A evolução dos activos empregues na actividade financeira e imobiliária tem apresentado ritmos de crescimento distinto, verificando um crescimento acentuado até 2001, e após esse ano uma estabilização. Em 2001, esta actividade empregava 4723 indivíduos, representando cerca de 5,5% dos activos do concelho, e de 10% dos activos do sector terciário.



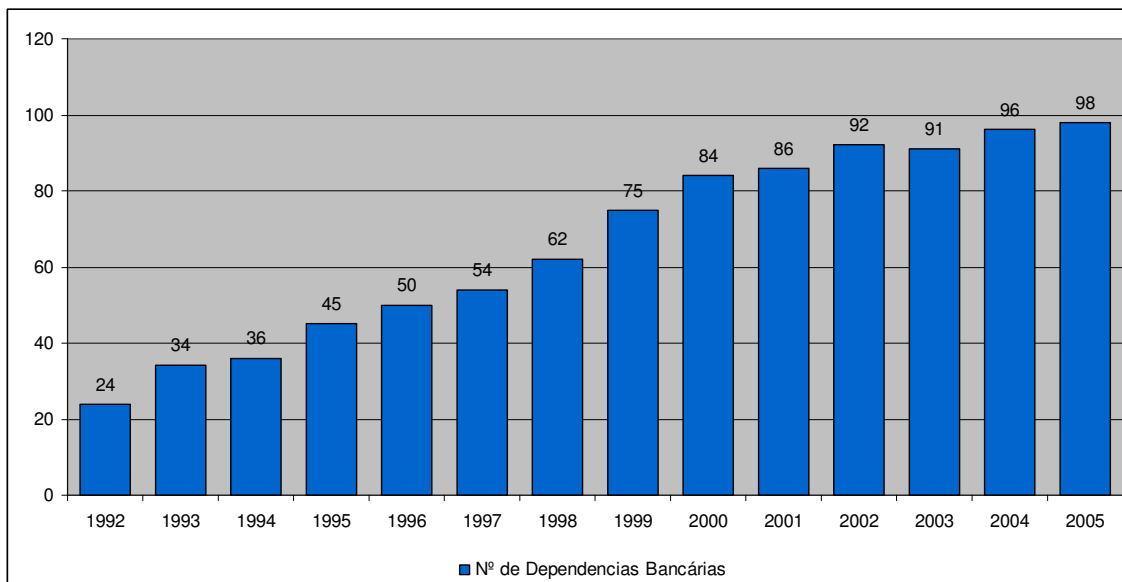
Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.45 – Evolução dos activos nas actividades financeira e imobiliária, existentes no concelho de Braga, entre 1995/2003

A actividade imobiliária emprega uma maior quantidade de activos do que a financeira, registando 2727



novos empregados entre 1997 e 2001. Após este ano tem assistido a um processo de estagnação. A actividade financeira, por sua vez, apresenta um número de activos bastante constante ao longo dos últimos anos, aumentando apenas cerca de 16% entre 1996 e 2003.

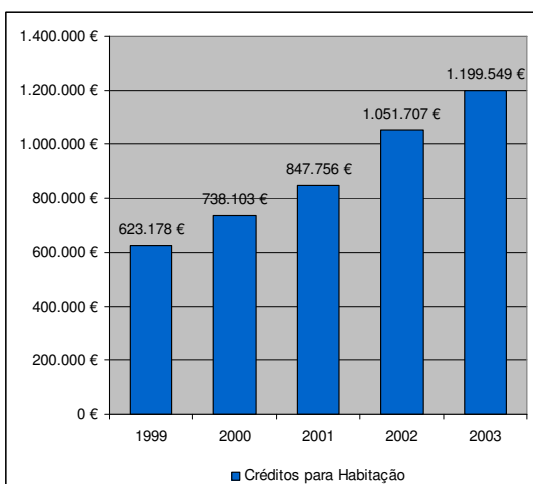


Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.46 – Evolução do número de dependências bancárias, existentes no concelho de Braga, entre 1992/2005

O número de dependências bancárias tem aumentado ao longo dos últimos anos, totalizando, em 2005, 98 instituições, mais 74 dos que em 1992, e mais 12 do que em 2001.

A banca apresenta-se, como um grande aliado para a construção civil, e é essencial para que os cidadãos possam adquirir as suas habitações, constituindo-se como um elemento regulador do sector imobiliário e de toda a economia de mercado.



Fonte: Sales Índex 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.47 – Total de créditos para a compra de habitação, entre 1999/ 2003 (Milhares de Euros)

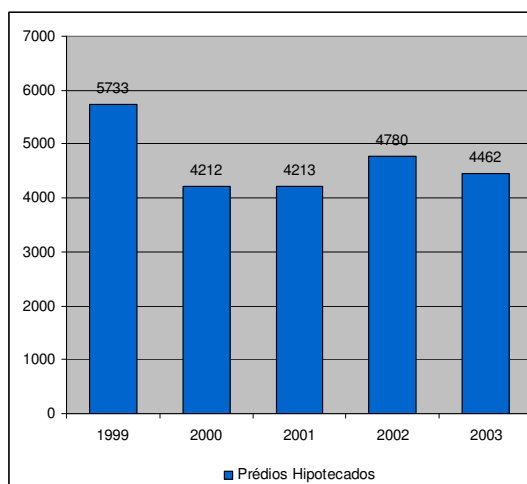


Gráfico 2.48 – Evolução da quantidade de prédios hipotecados, existentes no concelho de Braga, entre 1999/2003

Através do gráfico 2.47, verifica-se que o valor dos créditos para aquisição de habitação, a partir de 1999,

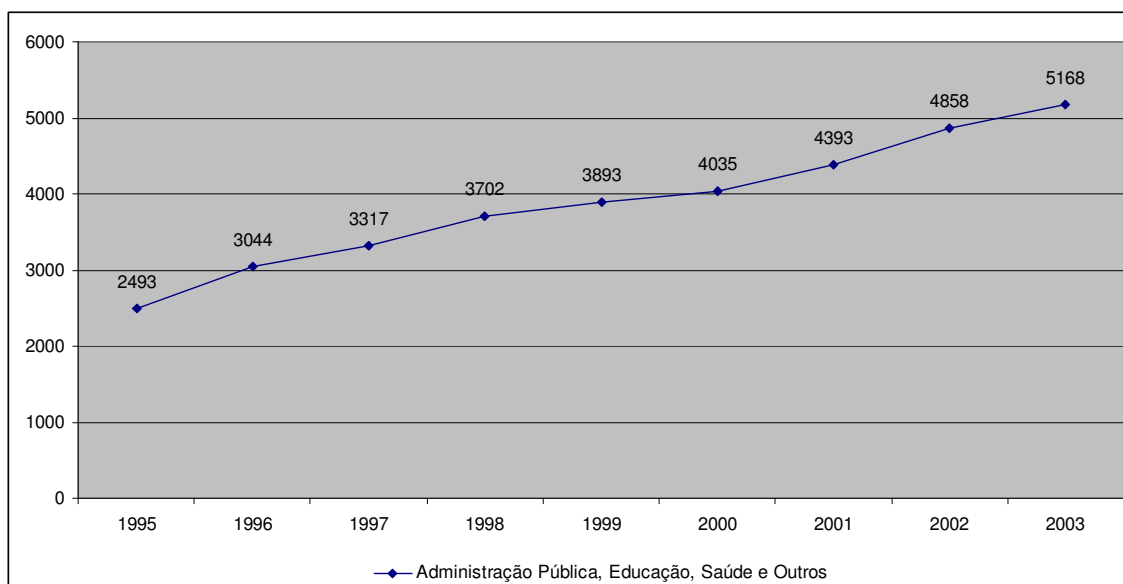


tem crescido rapidamente. Assim, em 2003, foram concedidos, pelas instituições financeiras do concelho, um total de 1199549 milhares de euros para a aquisição de habitação, correspondendo a um aumento de 14% em relação ao ano anterior, e de 41% em relação a 2001.

A quantidade de prédios alvos de hipoteca pela banca entre 1999 e 2003, não apresenta grandes oscilações. O número mais elevado de hipotecas foi registado em 1999 (5733 prédios), decrescendo 27% no ano seguinte.

Actualmente, com o agravamento da crise económica sentida no nosso país, tem-se assistido à retracção dos empréstimos concedidos pela banca para a aquisição de casa própria e para apoio à construção civil. Assim, ao aumentar as exigências para atribuição dos empréstimos, a banca, deixa de ser o impulsionador da actividade imobiliária passando a contribuir para a contracção do mercado.

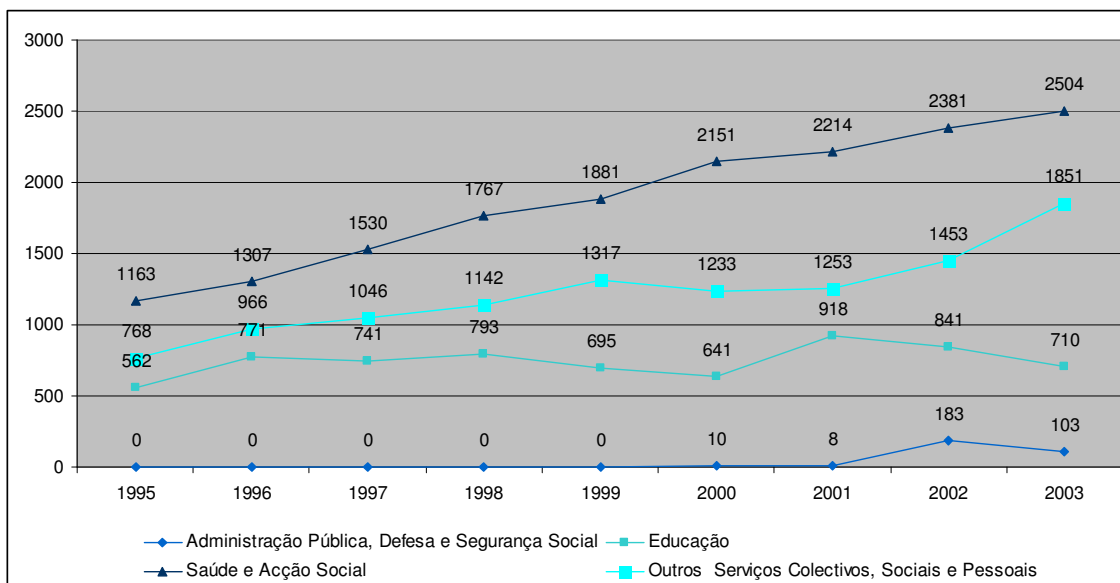
- Administração Pública, Defesa, Educação, Saúde e Serviços Sociais



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.49 – Evolução dos activos na administração pública, educação, saúde e outros, no concelho de Braga, entre 1995/2003

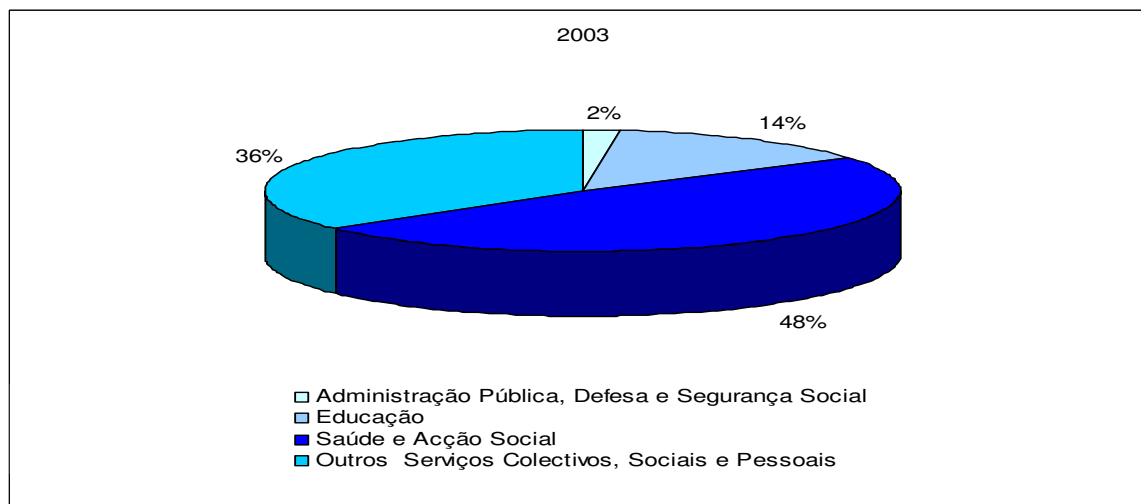
A administração pública, a defesa, a saúde e os serviços sociais tem assumido uma importância bastante relevante na estrutura activa do concelho, como o comprova, o acréscimo de 107% verificado, entre 1995 e 2003. Em 2001, contabilizava-se um total de 4393 activos, correspondendo a 5,2% do total dos activos do concelho, e a 9,3% dos activos do terciário.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.50 – Distribuição dos activos da administração pública, educação, saúde e outros, existentes no concelho de Braga, entre 1995/2003

Em 2003, os serviços públicos mais empregador no concelho é a “saúde e acção social” (2504 activos), seguido pelos “outros serviços colectivos, sociais e pessoais” (1851). Em 2001, existiam 2214 empregados na saúde e actividade social, correspondendo a cerca de 3% dos activos do concelho, e 5% do sector terciário.



Fonte: Sales Index 2006 v5.3.1, Base de Dados 2006

Gráfico 2.51 – Distribuição percentual dos activos da administração pública, educação, saúde e outros, existentes no concelho de Braga, em 2003

No que concerne à distribuição dos activos nas actividades de prestação de serviços colectivos (Administração Pública, Educação, Saúde, Sociais e Outros), em 2003, 48% estão empregues na saúde e acção social, seguido das actividades que incorporam outros serviços colectivos, sociais e pessoais com 36% e a educação com 14%.



2.3| EDIFICADO

2.3.1| PARQUE HABITACIONAL (1991- 2001)

a| Concelho

A concentração urbana e populacional nas freguesias da cidade, é uma característica de Braga. Em 2001 contabilizavam-se 32780 edifícios significando um aumento de 16%, em relação à década anterior (+4468), valor superior ao verificado no Norte (12,5%), mas ligeiramente inferior ao do Cávado (16%).

	Norte		Cávado		Braga	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Total de Edifícios	978155	1100329	91268	105772	28312	32780
Exclusivamente Residenciais	965446	989860	83335	94390	25892	29148
Parcialmente Residenciais	93596	99918	6850	10335	2142	3300
Principalmente Não Residenciais	12709	10551	1083	698	278	220

Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Quadro 2.13 – Total de edifícios segundo a sua função no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991 e 2001¹⁹

Cerca de 89% do edificado existente em 2001, apresenta como exclusiva finalidade a função residencial (-2% que em 1991), e 10% têm a função residencial associada a outra função (+2,4% que em 1991). Estes valores são bastante semelhantes aos registados no Norte e no Cávado. Os edifícios que apresentam a sua função principal distinta da residencial são quase inexistentes (0,7%).

	Norte		Cávado		Braga	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Total de Alojamentos Familiares	1284120	1611843	119024	159902	47813	70268
Alojamentos Clássicos de Residência Habitual	978982	1182065	89690	11494	37156	50263
Alojamentos Clássicos de Uso Sazonal/Secundário	171210	255800	17411	27838	5183	9651
Alojamentos Vagos	128756	167292	11601	16540	5389	10121
Alojamentos Colectivos	3600	1938	442	206	162	121
Famílias Clássicas Residentes	1002640	1210631	92314	117094	38362	51173
Alojamentos Familiares por Família	1,3	1,3	1,3	1,4	1,2	1,4
Alojamentos Familiares por Edifício	1,3	1,5	1,3	1,5	1,7	2,2
Pop. Residente por Alojamento Familiar Residência Habitual	3,5	3,1	3,9	3,4	3,8	3,3

Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Quadro 2.14 – Total de alojamentos segundo a sua ocupação, alojamentos familiares de residência habitual e de uso sazonal, e famílias clássicas residentes, em 1991 e 2001, no Norte, no Cávado e em Braga²⁰

¹⁹ **Edifício:** “Construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas (...)”

Edifício Exclusivamente Residencial: “Edifício em que toda a área útil estava, no momento censitário, afecta à habitação humana”

Edifício Principalmente Não Residencial: “Edifício em que a maior parte da área útil estava, no momento censitário, afecta a outros fins que não os da habitação humana”

Edifício Principalmente Residencial: “Edifício em que a maior parte da sua área útil estava, no momento censitário, destinada à habitação humana”.

²⁰ **Alojamento Familiar:** “Unidade de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família”

Alojamento Familiar Clássico: “Divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, que, fazendo parte de um edifício com carácter permanente ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou



O parque habitacional, medido pelos alojamentos familiares, tem registado uma forte expansão, crescendo 47% em relação a 1991 (22576 novos alojamentos), sendo superior ao registado no Norte (+26%) e no Cávado (+ 34%). Refira-se que, em 2001, tendo em atenção a população residente do concelho, vivem em média, 3,3 pessoas por alojamento familiar de residência habitual valor semelhante ao verificado no Norte e no Cávado.

Os alojamentos vagos, por sua vez, aumentaram cerca de 87,8%, entre 1991 a 2001, valor muito superior ao registado no Cávado (42,6%) e no Norte (30%). Este facto, está relacionado com a grande oferta de alojamentos que se tem assistido nas últimas décadas. Em 2001, existiam 10121 alojamentos vagos, correspondendo a 14,4% da totalidade dos alojamentos familiares clássicos²¹. Este valor é sensivelmente superior ao registado no Norte (10,4%) e no Cávado (10,3%).

Destaque-se ainda, que, em Braga, cerca de 13,7% (+2,9% que em 1991) dos alojamentos familiares eram de uso sazonal ou segunda habitação²², valor inferior ao registado no Norte (16%), e no Cávado (17,4%) onde esta realidade é mais evidente.

Observando a evolução dos alojamentos familiares por edifício ou os alojamentos familiares por família, entre 1991 e 2001, podemos verificar que têm evoluído no mesmo sentido. Em 2001, existiam, em média, cerca de 2,2 alojamentos familiares por edifício, sendo este valor superior ao registado no Norte (1,46) e no Cávado (1,5). Por outro lado, existem 1,4 alojamentos familiares para cada família (em 1991, era de 1,2), valor superior ao registado no Norte (1,3) e igual ao do Cávado. Este valor permite concluir que caso todos os alojamentos familiares fossem ocupados, existiam habitações suficientes para todas as famílias.

Alojamentos Segundo Nº de Famílias	Norte		Cávado		Braga	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Com 1 Família	958497	1164123	87410	113715	36191	49782
Com 2 Famílias	18160	15681	2010	1056	814	384
Com 3 Famílias	2325	2261	270	173	159	97
Total	978982	1182065	89690	114944	37164	50263

Fonte: INE (Censos de 1991 e 2001)

Quadro 2.15 – Número de famílias residentes por alojamento no Norte, no Cávado e no concelho de Braga

Segundo o quadro 2.15, existiam no concelho, em 2001, um total de 49782 alojamentos que albergavam apenas uma família, representando um acréscimo de 38% em relação a 1991. Assim, cerca de 99% dos alojamentos familiares, albergavam apenas uma família (em 1991, este valor era de cerca de 97%).

reconvertido se destina á habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins”.

Alojamento Familiar de Residência Habitual: “Alojamento familiar ocupado que constitui a residência principal e habitual de, pelo menos, uma família”

Alojamento Familiar de Uso Sazonal ou Secundário: “Alojamento familiar ocupado que é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual”.

Alojamento Vago: “Alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontra disponível no mercado de habitação”.

Alojamento Colectivo: “Local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e, no momento censitário, está ocupado por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes”.

Família Clássica: “Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. (...)”

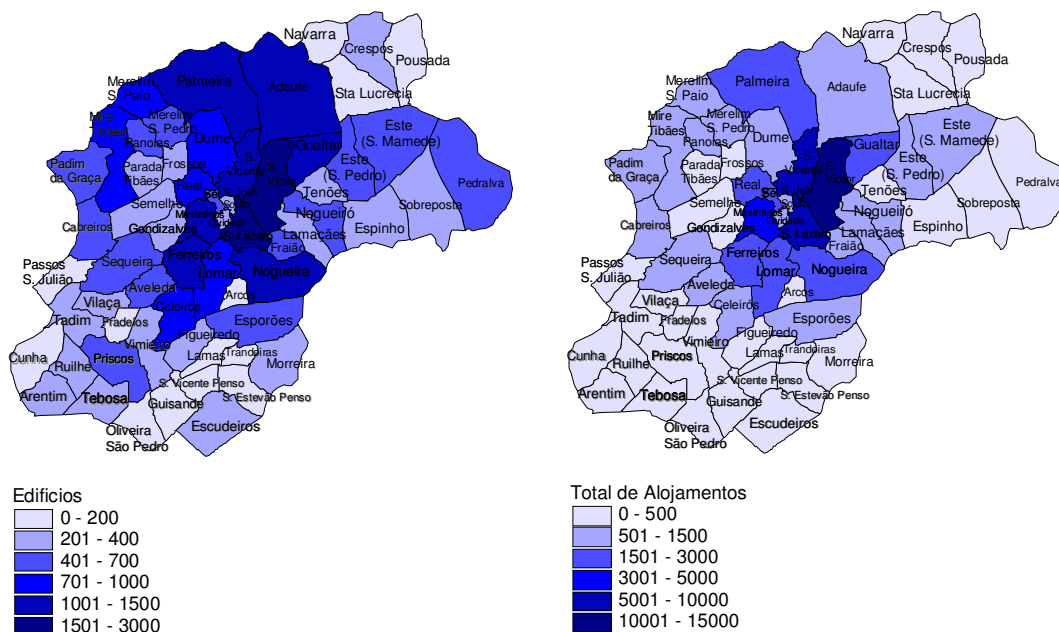
²¹ **Proporção de Alojamentos Vagos** = (Alojamentos Vagos/Alojamentos Familiares Clássicos)*100

²² **Proporção de Alojamentos de Uso Sazonal** = (Alojamento de Uso Sazonal/Alojamentos Familiares Clássicos)*100



No Norte e no Cávado, a percentagem de alojamentos familiares com apenas uma família residente, no mesmo ano, era ligeiramente menor à registada no concelho (98%). Para além da reduzida percentagem de alojamentos com mais do que uma família residente, verifica-se que, nas três unidades territoriais em análise, se tem assistido à sua diminuição, representando uma melhoria das condições de habitabilidade.

b) Freguesias



Fonte: INE (Censos 2001)

Figura 2.22 – Distribuição dos edifícios por freguesias do concelho de Braga, em 2001

Figura 2.23 – Distribuição dos alojamentos por freguesias do concelho de Braga, em 2001

As freguesias urbanas contíguas ao centro histórico apresentam a maior quantidade de edifícios e de alojamentos familiares, em resultado da grande importância da função residencial destas áreas. Isto permite que a população se concentre na área central do concelho.

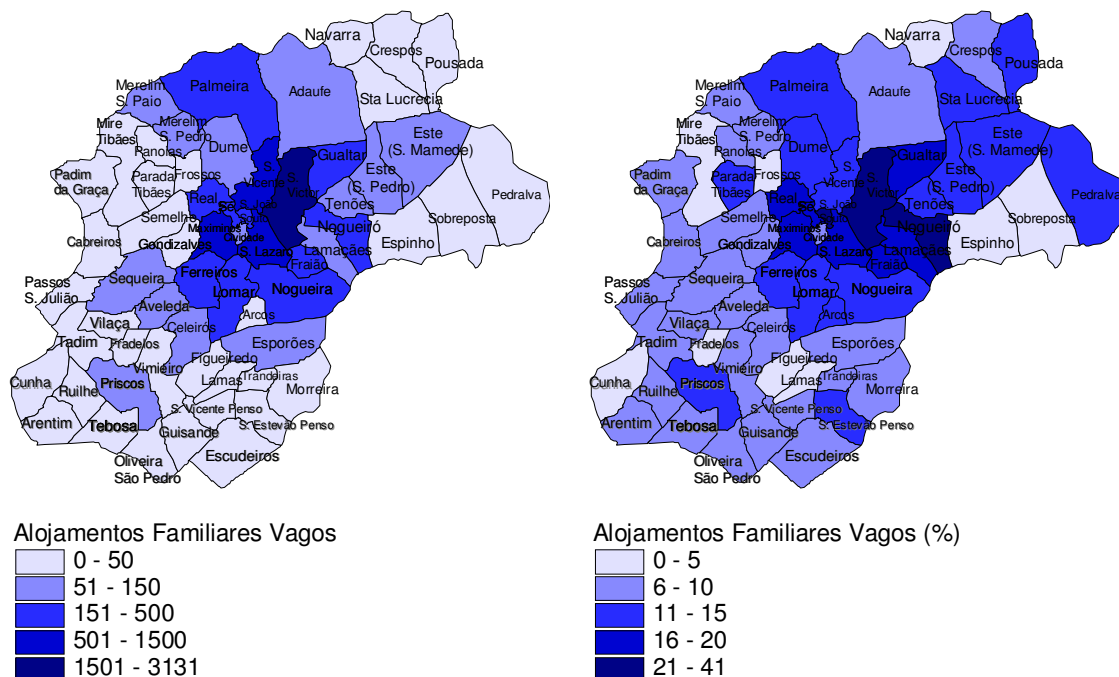
São Victor, com 8% do edificado concelhio, é a freguesia que regista a maior quantidade de edifícios e simultaneamente a que apresentam a maior quantidade de indivíduos residentes, seguido por São Lázaro, Palmeira, São Vicente, Nogueira, Adaúfe, Ferreiros, Maximinos e Gualtar com 5%, 4%, 3,6%, 3,5%, 3,4%, 3,2% e 3,1%, respectivamente. Estas freguesias, em conjunto, concentram 33,8% do edificado. Saliente-se que, se considerarmos apenas as 7 freguesias da cidade, contabilizam-se 7697 edifícios, correspondendo a 23,5% dos edifícios existentes, em 2001.

À medida que nos afastamos das freguesias da cidade, a quantidade de edifícios e de alojamentos familiares vai diminuindo, acompanhando a distribuição da população residente e da densidade demográfica.

Estabelecendo uma comparação entre estas duas variáveis por freguesia, verificamos que São Victor apresenta uma média de 5,5 alojamentos familiares por edifício, sendo a mais elevada de todo o concelho. São igualmente significativos os valores registados nas restantes freguesias do centro concelhio, nomeadamente Maximinos (4,48), São Vicente (4,37) e São Lázaro (4,32). Estes valores resultam da



existência de vários edifícios habitacionais multifamiliares e com vários pisos, e consequentemente uma maior quantidade de alojamentos familiares por edifício.



Fonte: INE (Censos 2001)

Figura 2.24 – Distribuição dos alojamentos familiares vagos por freguesias do concelho de Braga, em 2001

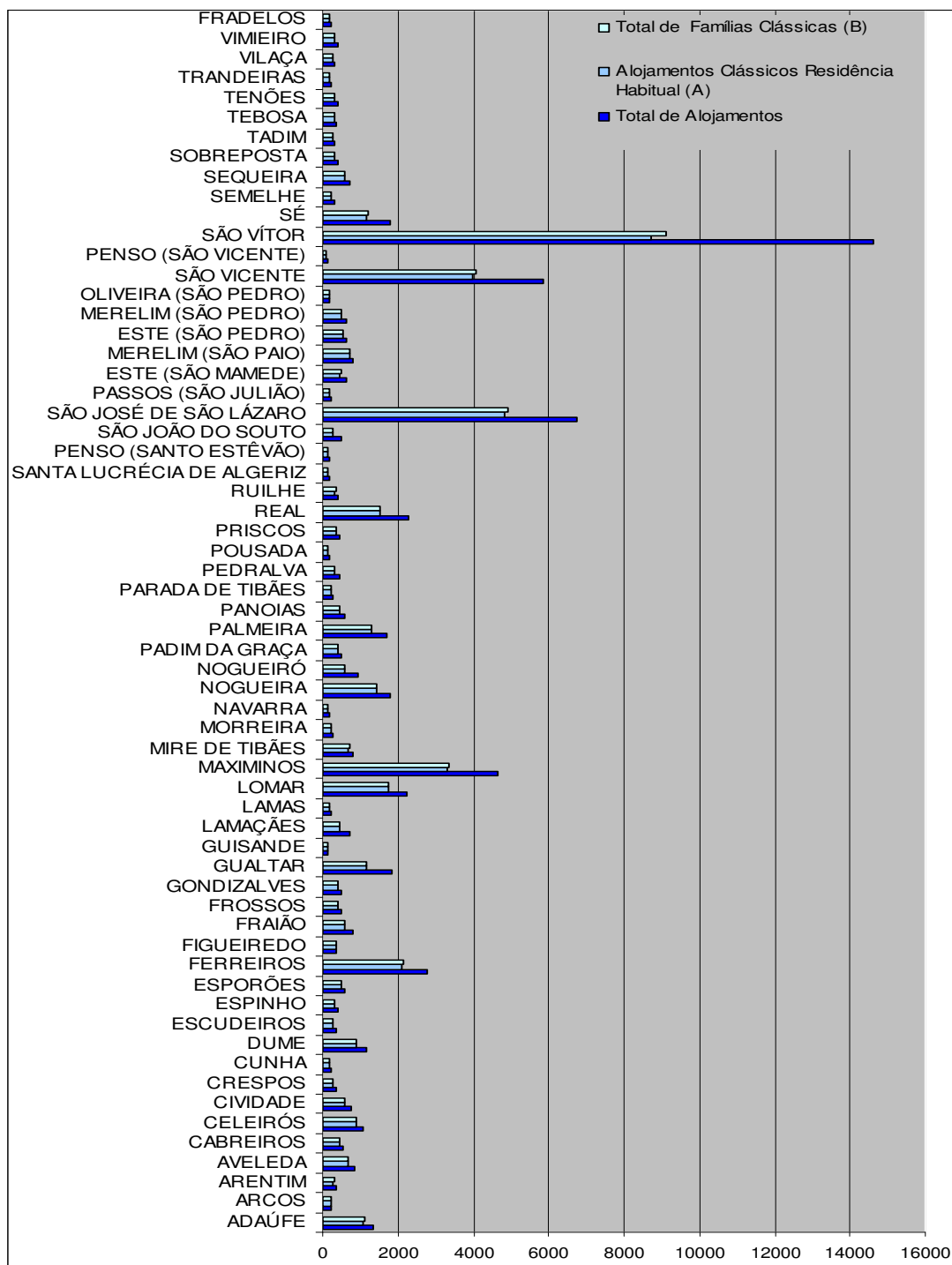
Figura 2.25 – Peso percentual dos alojamentos familiares vagos sobre o total de alojamentos existentes por freguesias do concelho de Braga, em 2001

São Victor, para além de possuir a maior quantidade de edifícios e de alojamentos, apresenta o maior volume de alojamentos vagos, concentrando 31% dos mesmos (3131). De facto dos 14612 alojamentos desta freguesia, cerca de 21% encontrava-se desocupado.

A freguesia de São João do Souto, com 41% dos seus alojamentos sem ocupação é a que apresenta a maior quantidade percentual de alojamentos devolutos do concelho, seguido por Nogueiró com 23%.

Se no caso de São João de Souto, a existência de uma grande quantidade de alojamentos vagos, se deve a problemas inerentes ao despovoamento do centro histórico, no caso de São Victor e Nogueiró os principais motivos são:

- a incapacidade do mercado da procura absorver todos os alojamentos existentes para venda;
- a existência de uma grande quantidade de edifícios de desenvolvimento vertical nestas freguesias;
- o facto de existirem muitos edifícios de habitação colectiva de construção recente que ainda não estavam ocupados na altura dos Censos;
- a existência de alojamentos vagos, que não se encontram no mercado, pertencentes a emigrantes que investiram no imobiliário;
- a importância significativa das segundas habitações.



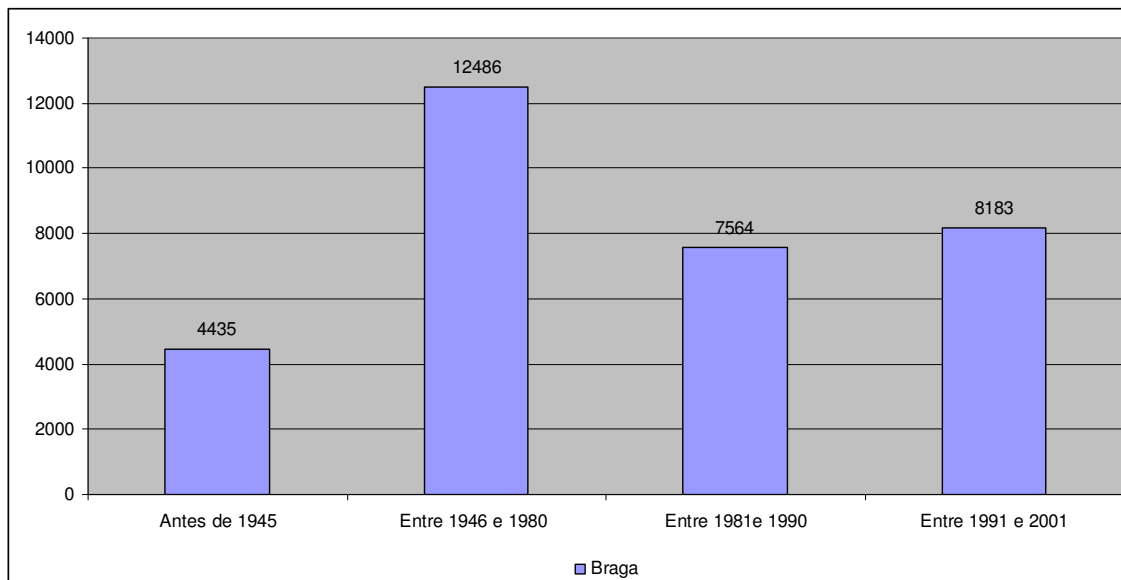
Fonte: INE (Censos 2001)

Gráfico 2.52 – Total de alojamentos, alojamentos clássicos de residência habitual e famílias residentes, em 2001

Apesar do elevado número de edifícios vagos, ainda existe uma quantidade considerável de famílias que partilham o mesmo alojamento e de vários alojamentos com mais do que uma família residente. Confrontando os “alojamentos clássicos de residência habitual” com os de “famílias residentes”, existe um défice no concelho de 910 fogos, sendo que, é em São Victor que este valor é mais expressivo (364).



2.3.2| EDIFÍCIOS SEGUNDO A DATA DE CONSTRUÇÃO



Fonte: INE (Censos 2001)

Gráfico 2.53 – N.º de edifícios, por data de construção, em 2001

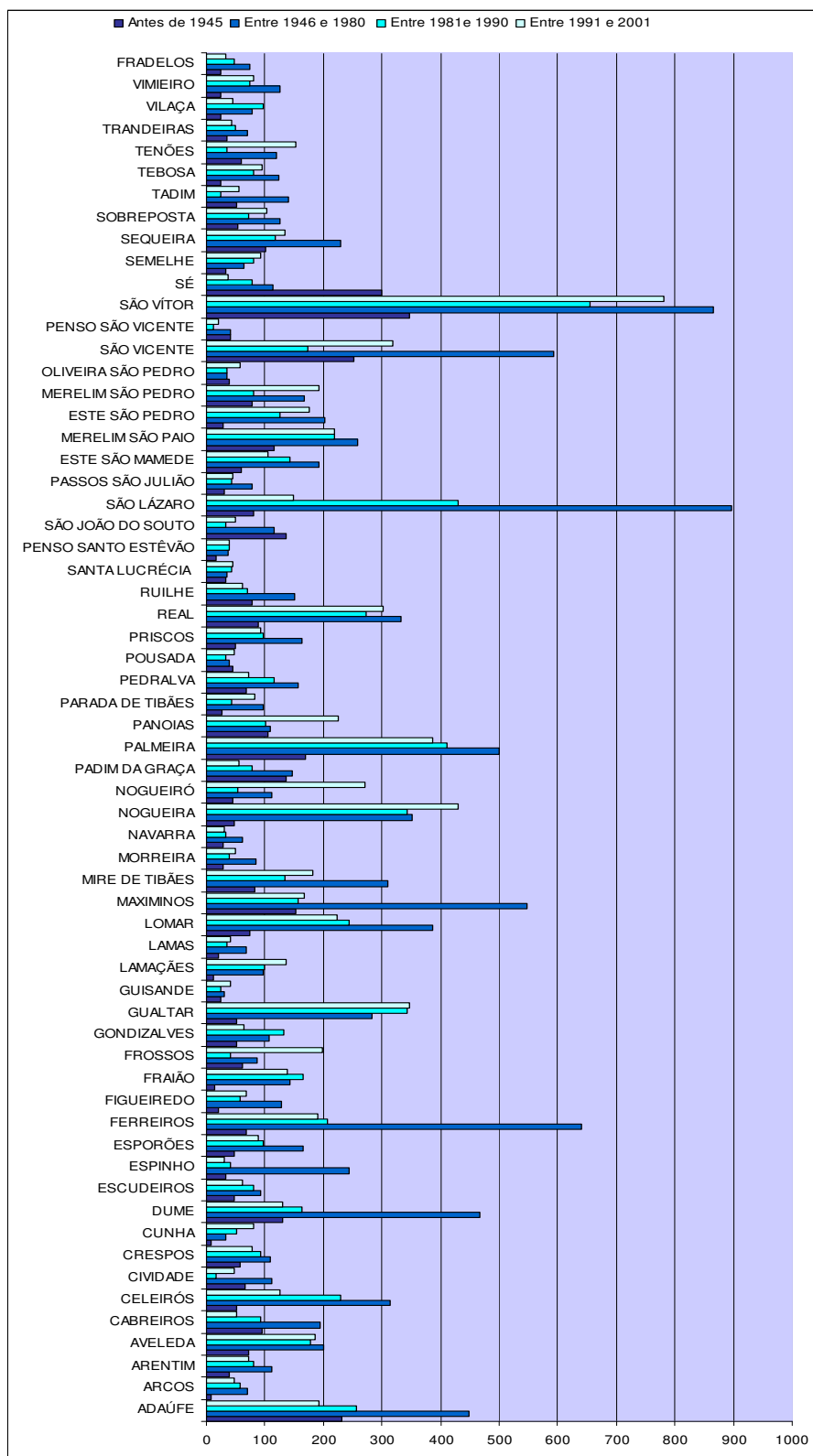
O gráfico 2.53, apresenta a idade dos edifícios existentes no concelho em 2001, constatando-se que 48% foi construído entre 1980 e 2001, dos quais, 25% foi edificado após 1991 apresentando menos de 20 anos, o que evidencia que estamos perante um edificado bastante jovem.

As freguesias que apresentam um edificado mais antigo, ou seja construído antes de 1945 são: São Victor com 347 edifícios (13% do seu edificado), seguido pela Sé com 300 edifícios (56% do seu edificado), Adaúfe com 231 edifícios (20,4% do seu edificado) e São Vicente com 252 edifícios (19% do seu edificado). Destaque-se que, 56% do edificado existente na Sé, 41% de São João do Souto, 36% de Penso São Vicente e 33% de Padim da Graça foi construído neste período evidenciando uma grande imutabilidade construtiva e um elevado envelhecimento dos seus edifícios.

A freguesia de São Lázaro apresenta mais de metade dos seus edifícios construídos, entre 1946 e 1980 (57,5% correspondendo a 896 edifícios), seguido por São Victor com 865 edifícios (33% do seu edificado), Ferreiros com 640 edifícios (58% do seu edificado) e São Vicente com 593 edifícios (44,4% do seu edificado). A grande parte do edificado das freguesias referidas apresenta mais de 20 anos, podendo necessitar de intervenções de reabilitação.

Saliente-se que, 9% dos edifícios construídos na década de 80, encontram-se em São Victor (654 edifícios), representando 25% do seu edificado. Para além de São Victor, este período caracteriza-se por um crescimento do edificado em São Lázaro e Palmeira com 429 e 411 edifícios, respectivamente. Assim, 28% do edificado existente nestas freguesias foi construído neste período.

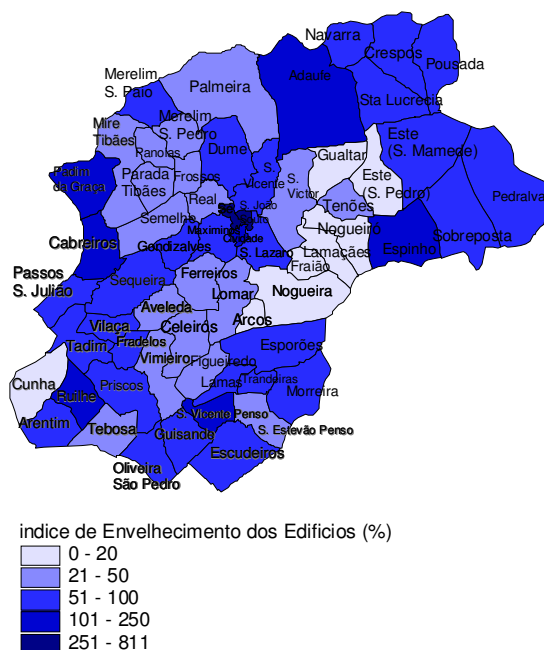
A década de 90, coincide com o período de maior crescimento do edificado na freguesia de São Victor, com 29% do seu edificado (782 edifícios) construído neste período. Para além desta freguesia sublinhe-se a construção de novos edifícios em Nogueira (37% do seu edificado), Palmeira (26,3% do seu edificado) e Gualtar (34% do seu edificado).



Fonte: INE (Censos 2001)

Gráfico 2.54 – N.º de edifícios, por freguesia, segundo períodos de construção

Tendo em atenção o índice de envelhecimento dos edifícios²³, podemos verificar que, em Braga, por cada 100 edifícios construídos depois de 1991, existiam 54 edifícios construídos até 1945, confirmando que estamos perante um parque habitacional dos mais jovens da zona Norte do país. Este índice, é inferior ao registado em Portugal e no Norte, que apresentam valores na ordem dos 98,7 e 87 edifícios construídos até 1945, por cada 100 edifícios construídos depois de 1991.



Fonte: INE (Censos 2001)

Figura 2.26 – Índice de envelhecimento dos edifícios por freguesia do concelho de Braga, em 2001

As freguesias que apresentam os maiores índices de envelhecimento dos edifícios, coincidem geralmente, com as que apresentam índices de envelhecimento da população mais elevados e perdas de residentes mais significativas.

Assim, podemos destacar, no centro histórico as freguesias da Sé, São João do Souto, Cividade, e na periferia Padim da Graça, Penso São Vicente, Cabreiros, Adaúfe, Espinho e Dume.

Por outro lado, as freguesias que apresentam um maior crescimento habitacional e baixos índices de envelhecimento dos edifícios, registam por sua vez, índices de envelhecimento populacionais menores e acréscimos demográficos mais relevantes. A existência de novas construções é um factor importante para que exista um maior dinamismo populacional, uma vez que estas atraem novos residentes.

O menor índice de envelhecimento dos edifícios refere-se às novas áreas de expansão da cidade, que correspondem um alargamento no núcleo urbano tradicional para Sul (Lamações, Fraião, Nogueira e Gualtar), beneficiando da construção de novas vias de comunicação como são exemplo a circular sul, a variante da encosta e a variante do fojo. No período considerado a facilidade no acesso ao crédito e a existência de uma nova mentalidade social de valorização da residência em novas habitações beneficiou as freguesias que apresentavam uma maior disponibilidade de construções.

²³ Índice de Envelhecimento dos Edifícios = (Edifícios Construídos até 1945/Edifícios Construídos Após 1991)*100

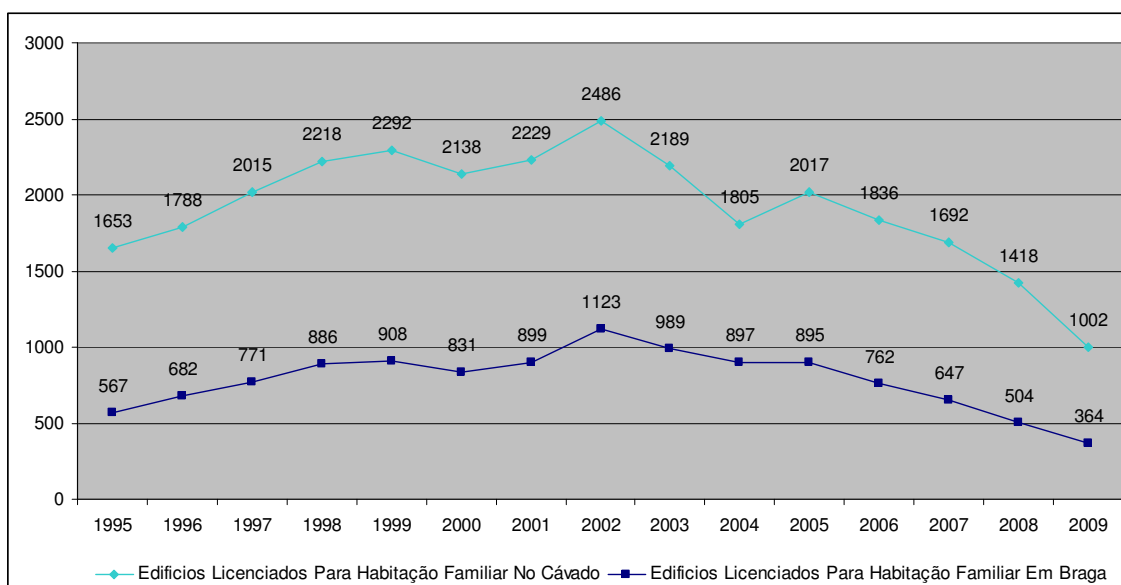


2.3.3| LICENÇAS CONCEDIDAS (2001-2009)

2.3.3.1| CONSTRUÇÃO DE NOVAS HABITAÇÕES

a| Concelho

No sentido de se perceber a vitalidade construtiva verificada na sub-região do Cávado e no concelho de Braga, entre 1995 e 2009, procedeu-se à análise do número de edifícios licenciados para a construção de novas habitações familiares.

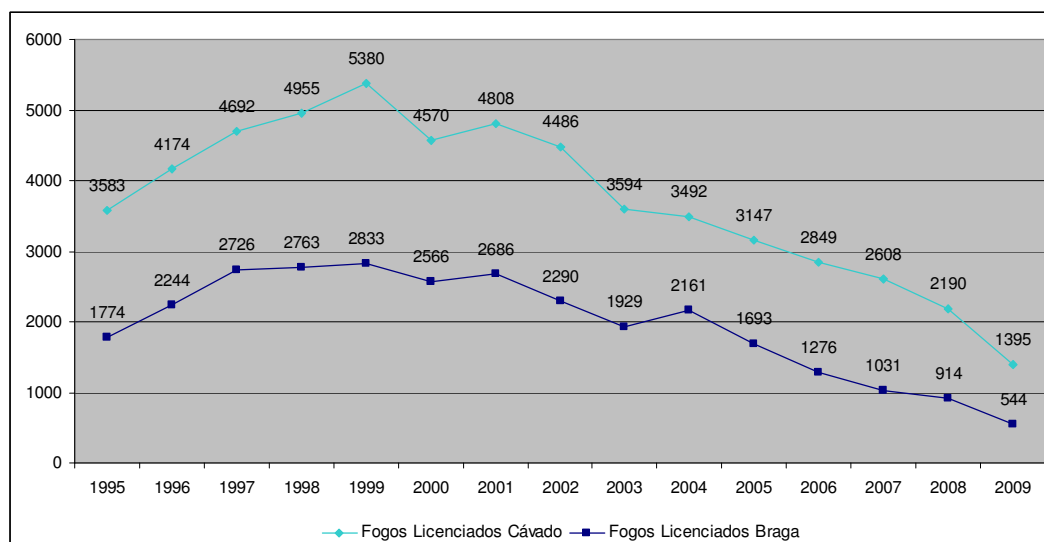


Fonte: INE

Gráfico 2.55 – Evolução dos licenciamentos de novas construções para habitações, entre 1995/ 2009, no Cávado e no concelho de Braga

Os licenciamentos para a construção de novas habitações familiares, em Braga, entre 1995 e 2009, têm apresentado períodos de evolução distintos, similar à verificada no Cávado. A revisão do PDM em 2001, proporcionou que no ano seguinte existisse o maior número de habitações licenciadas de todo o período em análise, aumentando cerca de 98% em relação a 1995. A partir de 2002, as licenças têm diminuído acentuadamente, registando-se apenas 364 licenciamentos de novas habitações em 2009, representando uma diminuição na ordem dos 67%. Comparativamente com 1995, efectuaram-se menos 36% das licenças registadas nesse ano.

Apesar deste decréscimo, em 2009, Braga é responsável por 36% das licenças para a construção de novos edifícios para habitação familiar do Cávado evidenciando o papel dinamizador para a região.

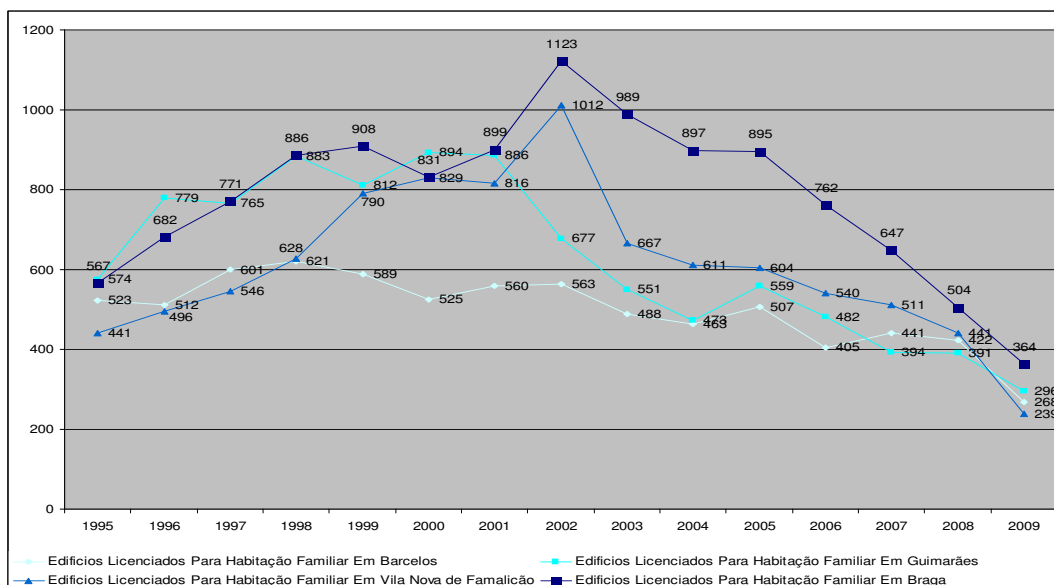


Fonte: INE

Gráfico 2.56 – Evolução dos fogos licenciados em novas habitações familiares, entre 1995/2009, no Cávado e no concelho de Braga

Os fogos gerados pelas novas construções licenciadas, após apresentarem um período de rápido crescimento, têm diminuído, sobretudo a partir de 2001. Assim, entre 2001 e 2009, os fogos gerados diminuíram cerca de 80%. Este facto deve-se, por um lado ao decréscimo das licenças emitidas para a construção de habitações, e à diminuição da cêrcea. Ainda assim, em 2009, o concelho é responsável por 40% dos fogos gerados por novos licenciamentos da região do Cávado.

Tendo em atenção que em 2001 (Censos), existiam 70389 alojamentos familiares, e adicionando os novos fogos gerados pelas novas habitações familiares licenciadas entre 2002 e 2009 (11838 fogos), podemos concluir que, em 2010, o concelho passou a contar com cerca de 82227 alojamentos familiares.

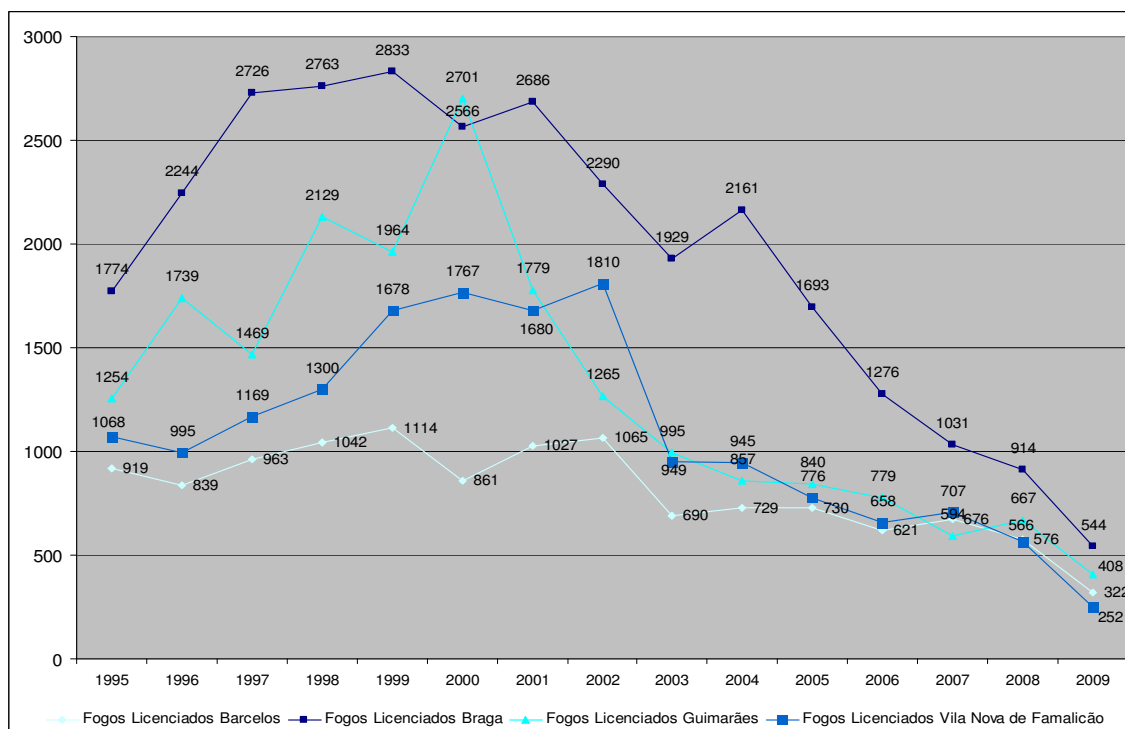


Fonte: INE

Gráfico 2.57 – Evolução dos licenciamentos de novas construções para habitações, entre 1995/2009, em Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão



Estabelecendo uma comparação entre os quatro concelhos mais importantes da região do Noroeste de Portugal, podemos verificar que os licenciamentos de edifícios para a construção de novas habitações familiares, entre 1995 e 2009, têm apresentado tendências semelhantes. Assim, podemos identificar que 2002, coincidiu com o ano onde este tipo de licenciamentos, começou a diminuir.



Fonte: INE

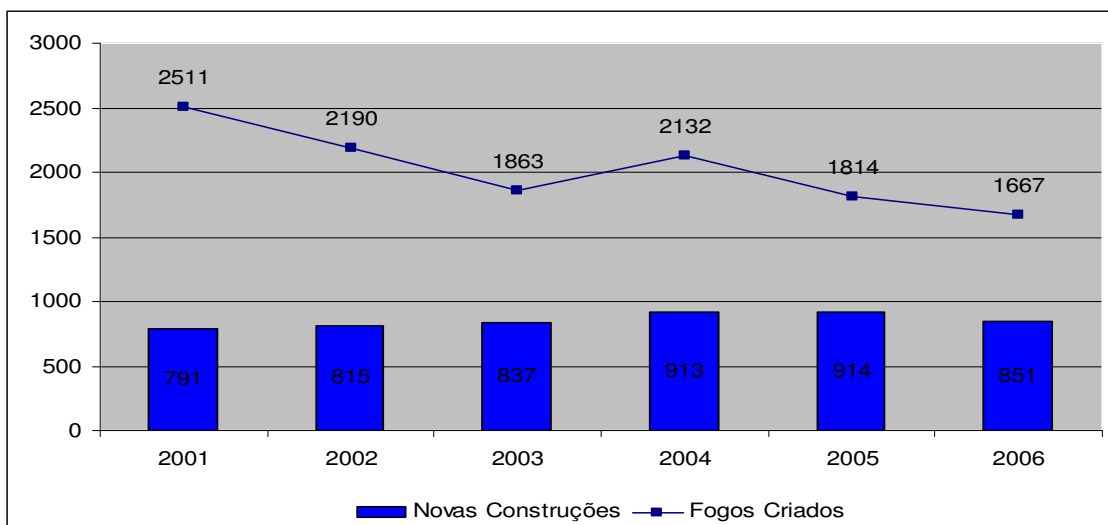
Gráfico 2.58 – Evolução dos fogos licenciados em novas habitações familiares, entre 1995/2009, em Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão

A quantidade de fogos gerados pelas novas habitações familiares licenciadas nas quatro unidades territoriais em análise, têm acompanhado a tendência verificada nas licenças para a construção de edifícios para a habitação.

No caso de Braga, este decréscimo ocorreu, a partir de 2001 (diminuição em 80% entre 2001 e 2009), em Guimarães ocorreu um ano antes (diminuição de 85% entre 2000 e 2009), e em Famalicão e Barcelos esta tendência acentuou-se sobretudo a partir de 2002 (diminuição de 86% e 70%, entre 2002 e 2009, respectivamente).

Após se terem constatado as tendências evidenciadas pelos dados disponibilizados pelo INE, procedeu-se ao levantamento e contabilização de todos os licenciamentos presentes nos “**Alvarás de Habitabilidade**” emitidos pela Câmara Municipal para a construção de novas habitações, no período que compreende os anos de 2001 e 2006. Este trabalho, teve como objectivo primordial a atribuição de um maior rigor estatístico.

Através desta contagem verifica-se que os dados do INE se encontram deficitários em relação à real quantidade de licenciamentos emitidos para a construção de novas habitações e respectivos fogos gerados.



Fonte: CMB

Gráfico 2.59 – Novas construções licenciadas para habitação familiar e respectivos fogos criados, entre 2001/2006, no concelho de Braga

No concelho de Braga, entre 2001 e 2006, licenciaram-se 5121 novas construções para habitação, gerando 12177 fogos, evidenciando uma evolução positiva (acréscimo de 15,5% entre 2001 e 2005), à excepção do período que compreende os anos de 2005 e 2006, que registou uma diminuição em cerca de 7%. Apesar do acréscimo das licenças para a construção de nova habitação, entre 2001 e 2003, verifica-se que o número de fogos gerados diminuiu 26%, em resultado de uma diminuição da cêrcea e um aumento das habitações unifamiliares.

O aumento dos licenciamentos para novas construções, registado entre 2001 e 2005, devem-se, em parte, às expectativas geradas pela aprovação da revisão ao PDMB em 2001. Após este período de crescimento, verificou-se a sua estabilização, em resultado do abrandamento dos ritmos de crescimento populacional (diminuição das taxas de crescimento da população), a conjuntura económica nacional e mais especificamente da região do Noroeste onde se verifica o aumento do desemprego e o aumento da insegurança em relação ao investimento, e a diminuição do poder de compra da população que se reflectiu na diminuição da procura e incapacidade do mercado absorver a totalidade das novas construções.

Por outro lado, verifica-se que muitos dos terrenos urbanizáveis do PDMB estão nestas condições antes da revisão ao Plano, evidenciando que estes não se encontram acessíveis aos investidores, por inércia dos proprietários, não servindo os fins para os quais foram propostos. A revisão do PDM permitiu criar um conjunto de novos espaços urbanizáveis que rapidamente foram ocupados, o que nos leva a concluir que nem todos os terrenos urbanizáveis estão disponíveis no mercado, por vários motivos e que existe a necessidade de se adequar o PDM às novas realidades sob pena de haver estagnação do sector imobiliário e da construção civil.

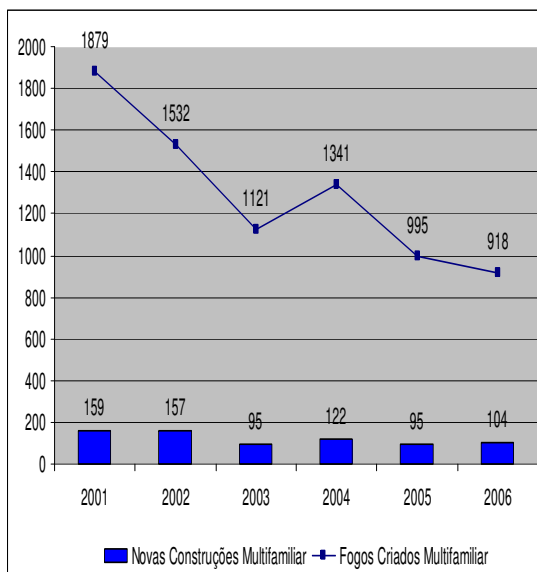
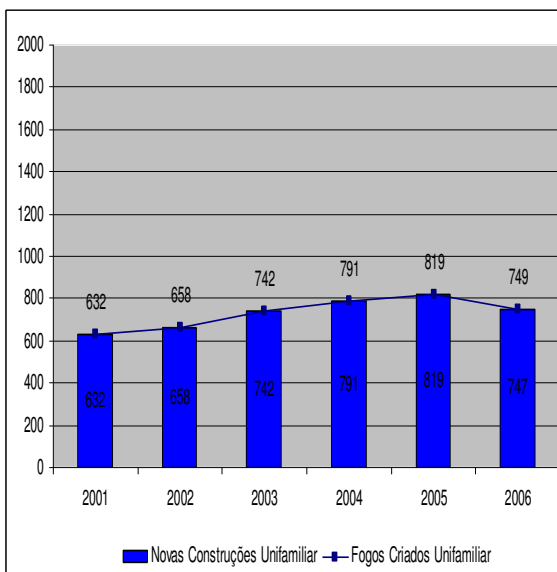


Gráfico 2.60 – Número de fogos e de construções para habitação multifamiliar licenciadas, entre 2001/2006, em Braga



Fonte: CMB

Gráfico 2.61 – Número de fogos e de construções unifamiliares licenciadas, entre 2001/2006, no concelho de Braga

Os licenciamentos de construções para habitação multifamiliar apresentam uma tendência generalizada para a sua diminuição e consequente decréscimo da quantidade de fogos gerados. Entre 2002 e 2003, o licenciamento de construções multifamiliares registou uma diminuição de 39%, sendo o mais acentuado de todo o período em estudo.

O número de fogos, apesar de apresentar um crescimento de 19,6% entre 2003 e 2004, a tendência geral é para a seu decréscimo, destacando-se o período entre 2001-2003 em que diminuiu cerca de 40%.

Os licenciamentos para construções de habitações unifamiliares, por sua vez, apresentam uma tendência ascendente, à excepção de 2006 (diminuição em 8,5%). Entre 2001 e 2005, as construções unifamiliares licenciadas aumentaram 29,6%, disponibilizando um total de 3642 fogos.

O aumento das construções unifamiliares tem promovido uma ocupação e um consumo extensivo do território. Este tipo de construção é incentivado pela melhoria da acessibilidade e decorre da procura pela população de um ambiente mais natural e saudável que privilegia o contacto com a natureza.

As principais debilidades inerentes ao desenvolvimento urbano que privilegia o aumento da construção unifamiliar e diminuição da construção multifamiliar são: “alargamento” da malha urbana e a progressiva diminuição da densidade demográfica; insustentabilidade e incapacidade das infra-estruturas de saneamento e água canalizada; necessidade de se efectuar investimentos em vias de comunicação; acentuação dos movimentos pendulares para o centro da cidade onde se concentram os serviços e o comércio (locais de emprego de grande parte da população); aumento das despesas com a electricidade utilizada para a iluminação dos arruamentos; consumo do solo pela construção e destruição de muitos espaços de valor ambiental; acentuar da necessidade de se investir em infra-estruturas e equipamentos por todo o território.

As principais vantagens do tipo de ocupação compacta, por sua vez, são: o incremento da densidade populacional e a contenção da dispersão da malha urbana; aumento da eficácia e sustentabilidade da rede de infra-estruturas de água e saneamento básico; maior facilidade na gestão dos resíduos sólidos; menor



necessidade de investimentos em novas vias de comunicação; menor quantidade de movimentos pendulares diários; polifuncionalismo do espaço urbano; maior facilidade de gestão da rede de equipamentos; preservação dos espaços de valor natural e patrimonial; poupança de energia eléctrica dispendida para a iluminação pública.

No entanto, as cidades que apostam num desenvolvimento urbano concentrado, ainda não conseguiram resolver o problema ambiental e ecológico da ausência de espaços naturais e de lazer, sendo necessário, promover áreas verdes de utilização colectiva.

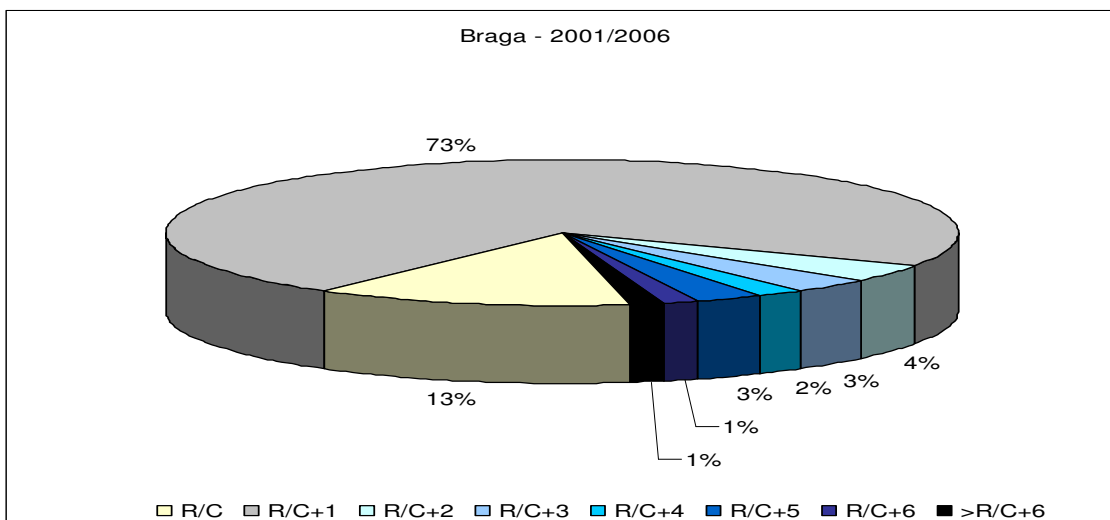


Gráfico 2.62 – Cércea total dos edifícios licenciados, entre 2001/2006, no Concelho de Braga

Entre 2001-2006, a cércea dominante é Rés/Chão+1 andar (73% dos licenciamentos), seguido dos edifícios que possuem apenas Rés/Chão (13%). Os edifícios com 2 andares ou mais, são pouco expressivos, representando cerca de 14% do total de licenciamentos efectuados neste período.

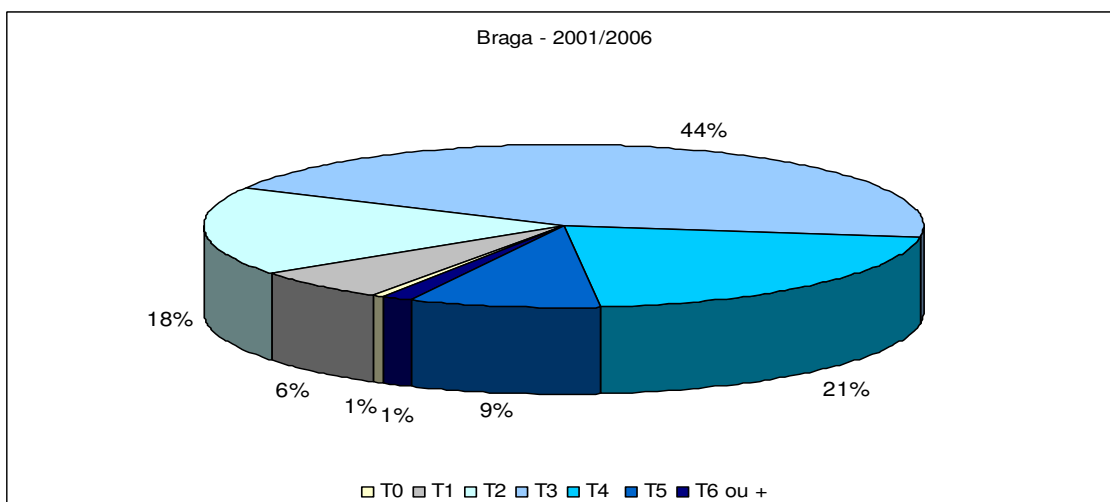
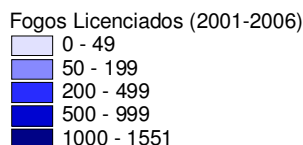
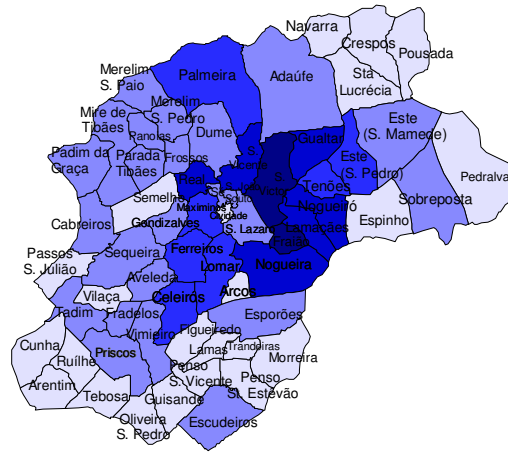
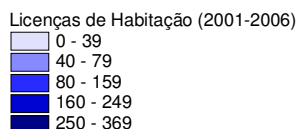
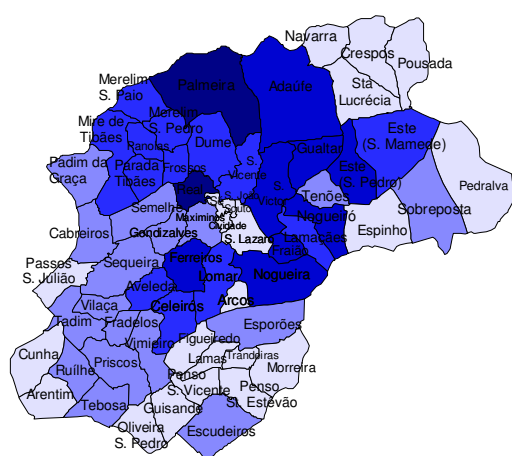


Gráfico 2.63 – Tipologias dominantes das construções licenciadas, entre 2001/2006, no concelho de Braga

A tipologia dominante dos licenciamentos efectuados, entre 2001 e 2006, é o T3 com 44% dos licenciamentos, seguido dos T4 com 21% e dos T2 com 18%.

b) Freguesias



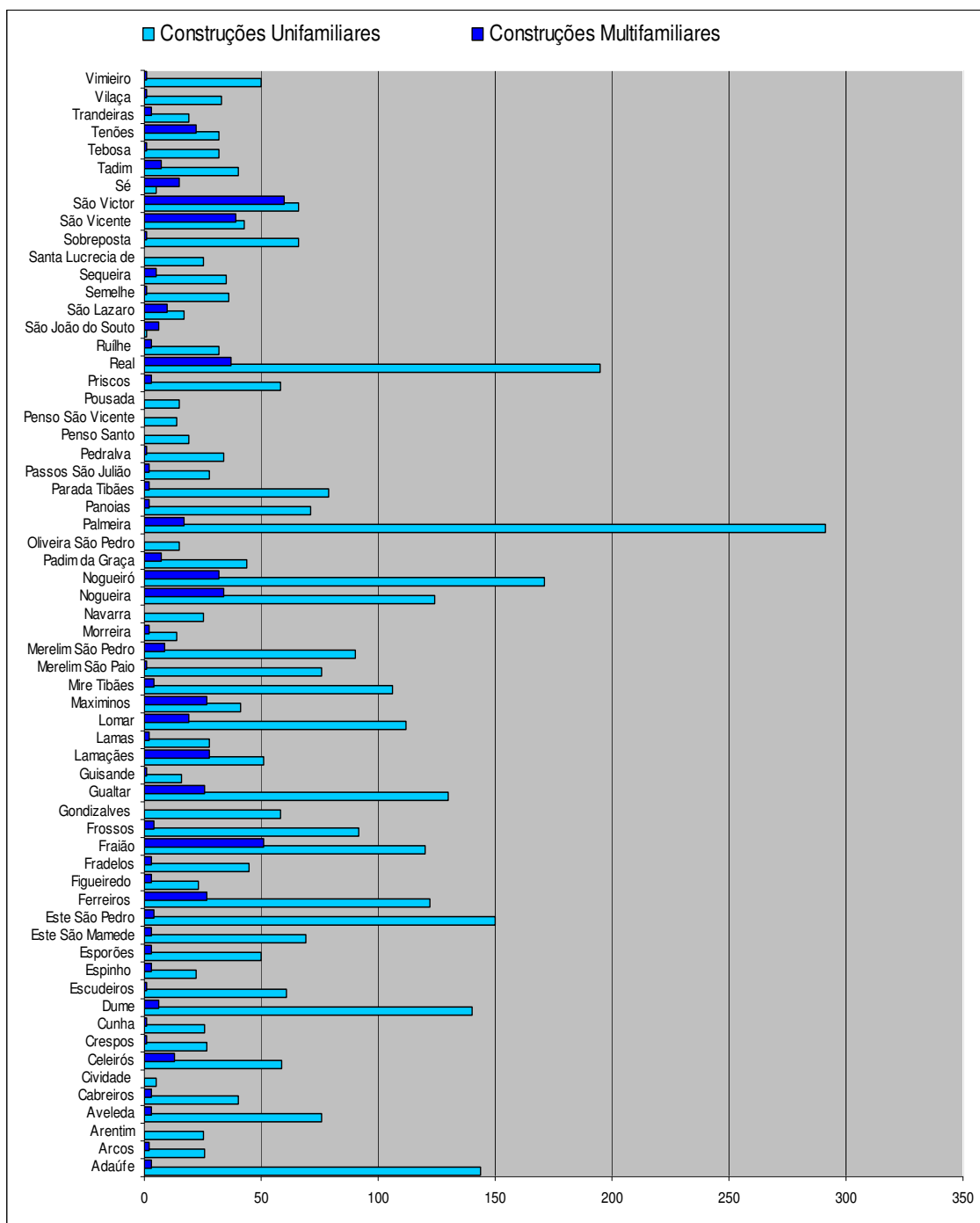
Fonte: CMB

Figura 2.27 – Distribuição das licenças para novas construções para habitação familiar, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga

Figura 2.28 – Total de fogos licenciados, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga

Palmeira, apresenta a maior quantidade de construções licenciadas neste período (366), não sendo, no entanto, a que apresenta mais fogos criados, devido à tipologia dominante, baseada nas habitações unifamiliares. Para além desta freguesia, destaque-se: Real (271), Nogueiró (245), Nogueira (197), Gualtar (190), Fraião (189), Ferreiros (183), Adaúfe (174), Este São Pedro (168) e Dume (156).

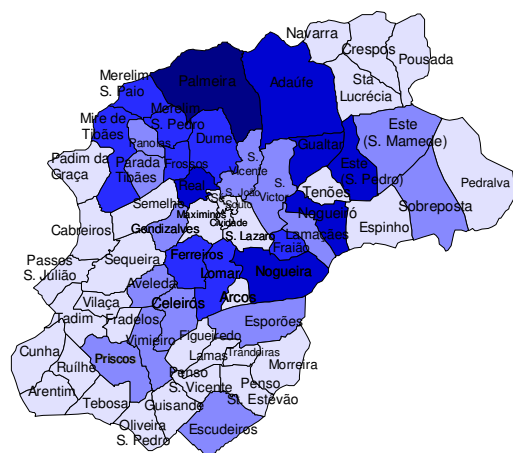
As freguesias centrais do concelho onde predomina as habitações multifamiliares registam a maior quantidade de fogos gerados, nomeadamente: São Victor (1551), Fraião (1000), Real (784), São Vicente (687), Nogueiró (650), Lamações (876), Gualtar (560) e Palmeira (485).



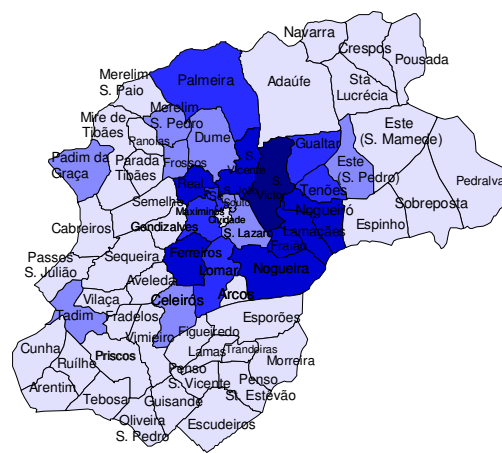
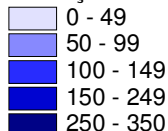
Fonte: CMB

Gráfico 2.64 – Construções de habitação unifamiliares e multifamiliares licenciadas nas freguesias do concelho (2001/2006)

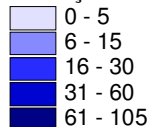
O licenciamento de construções para habitação unifamiliares, entre 2001 e 2006, é mais importante nas freguesias periféricas à área central, localizadas sobretudo a Norte e a Este do concelho: Palmeira (346 edifícios), Real (220 edifícios), Nogueiró (209 edifícios), Adaúfe (171 edifícios), Este São Pedro (162 edifícios), Gualtar (161 edifícios), Nogueira (154 edifícios), Dume (148 edifícios) e Fraião (133 edifícios).



Habituação Unifamiliar (2001-2006)



Habituação Multifamiliar (2001-2006)

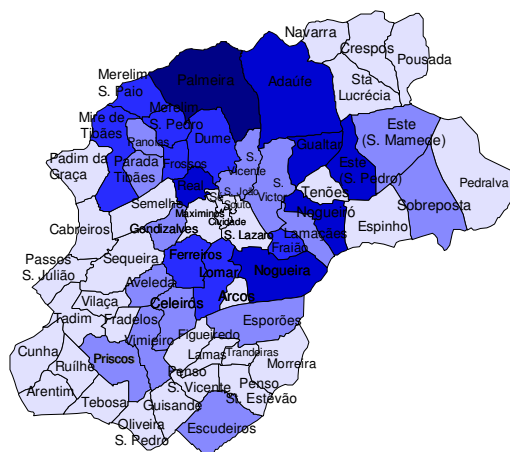


Fonte: CMB

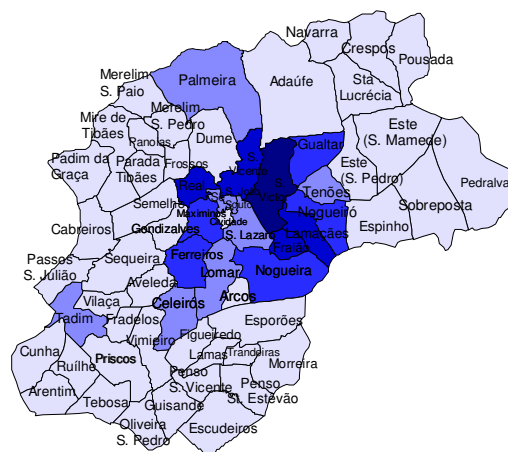
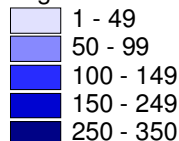
Figura 2.29 – Total de construções unifamiliares licenciadas, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga

Figura 2.30 – Total de construções multifamiliares licenciadas, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga

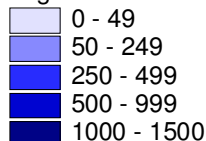
Os licenciamentos para a construção de edifícios multifamiliares, por sua vez, predominam nas freguesias localizadas nas proximidades do centro da cidade, nomeadamente: São Victor, Fraião, São Vicente, Real, Lamações e Nogueira.



Fogos Unifamiliar (2001-2006)



Fogos Multifamiliar (2001-2006)



Fonte: CMB

Figura 2.31 – Total de fogos gerados pelas construções unifamiliares entre 2001/2006

Figura 2.32 – Total de fogos gerados pelas construções multifamiliares, entre 2001/2006



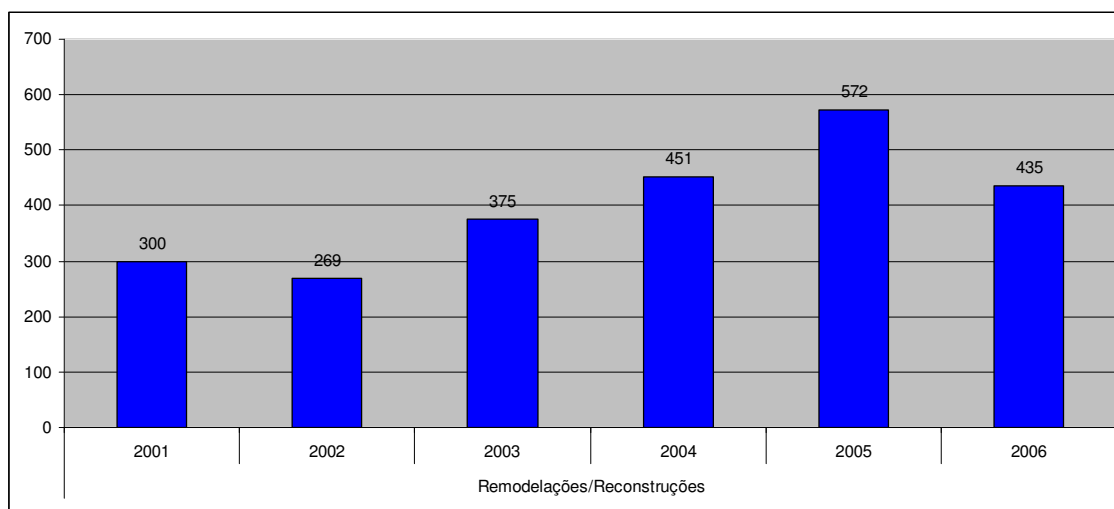
Tendo como base, a análise efectuada aos licenciamentos para a construção de habitações familiares entre 2001-2006, podemos concluir que:

- Os fogos gerados pelas novas construções licenciadas têm diminuído progressivamente, após 2001 (decréscimo de 26% entre 2001 e 2003);
- No concelho predominam as construções unifamiliares, em relação às construções multifamiliares;
- Assiste-se à diminuição progressiva da quantidade de fogos gerados pela habitação multifamiliar;
- Os licenciamentos para construções de habitações unifamiliares têm apresentado uma tendência crescente, à excepção do ano 2006;
- Palmeira regista a maior quantidade de licenciamentos para novas construções, seguido por Real, Nogueiró, Nogueira, Gualtar, Fraião e Ferreiros;
- São Victor, Fraião, Real, São Vicente, Nogueiró, Lamações, Gualtar e Palmeira concentram a maioria dos fogos gerados;
- São Victor, para além de apresentar a maior quantidade de residentes e de alojamentos familiares vagos em 2001, regista o maior número de fogos criados pelas novas construções licenciadas entre 2001-2006.

2.3.3.2| REMODELAÇÕES/RECONSTRUÇÕES

a| Concelho

O levantamento das remodelações ou reconstruções licenciadas no período em causa, foi efectuado através da consulta dos “Alvarás de Habitabilidade”, à semelhança do levantamento efectuado para as licenças de construções novas. No entanto, no que concerne a esta temática não foi possível alcançar o rigor desejado, pela omissão de informação nos referidos alvarás. De facto, verifica-se que poderão estar a ser indevidamente contabilizadas algumas licenças, consideradas construções novas, mas que na realidade correspondem a remodelações ou reconstruções. Estas correspondem a dois tipos de casos distintos (e que não estão aqui diferenciados): uns cuja reconstrução ou remodelação se refere à totalidade do edifício e outros cuja remodelação é parcial ou corresponde à construção de anexos.



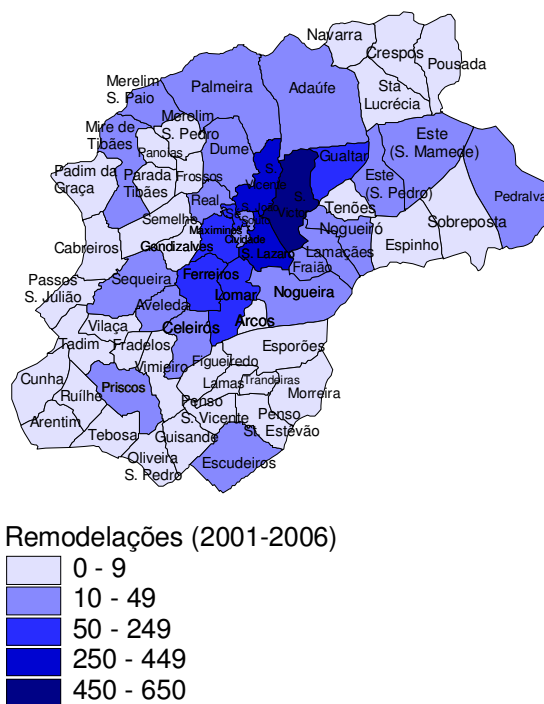
Fonte: CMB

Gráfico 2.65 – Evolução do número de remodelações ou reconstruções licenciadas, entre 2001/2006, no concelho de Braga



Entre 2001 e 2006, efectuaram-se 2406 remodelações/reconstruções. O ano de 2005, foi o que apresentou a maior quantidade de remodelações, representando um acréscimo de 91% em relação a 2002.

b| Freguesias



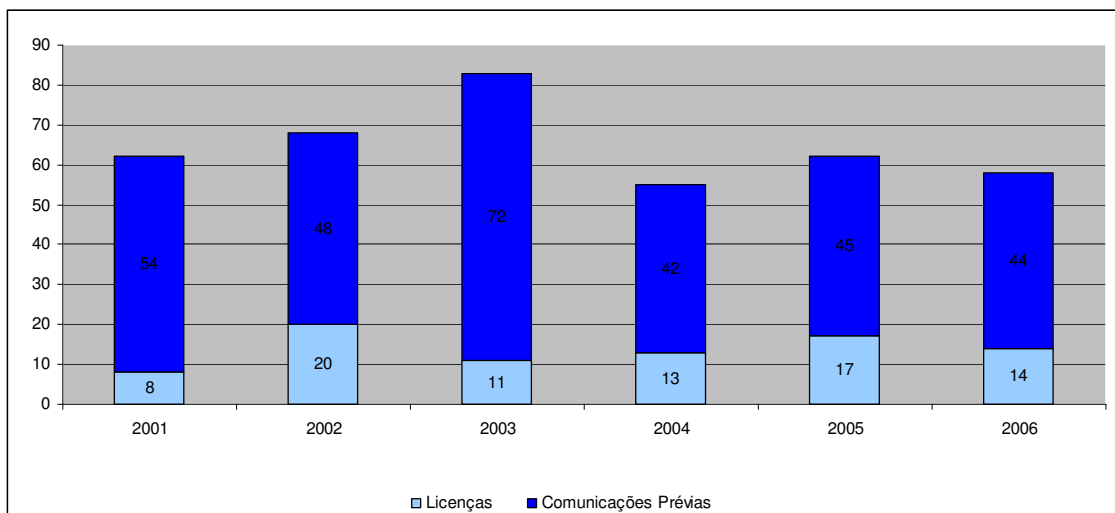
Fonte: CMB

Figura 2.33 – Distribuição das remodelações licenciadas, no concelho de Braga entre 2001/2006

As remodelações ou reconstruções, efectuadas entre 2001 e 2006, predominam nas freguesias centrais mais populosas e onde existem mais edifícios e alojamentos, nomeadamente em São Vítor (645 licenças), São Lázaro (305 licenças), São Vicente (293 licenças) e Sé (134 licenças). As reconstruções/remodelações efectuadas nas 7 freguesias da cidade, correspondem a cerca de 70% das licenças emitidas para esse efeito.

c| Centro Histórico

Na obtenção dos dados para esta área do concelho, recorreu-se à contagem das licenças, à semelhança das alíneas anteriores, e à informação existente para este efeito na “Divisão de Renovação Urbana” (designadamente comunicações prévias para obras de conservação/beneficiação no Centro Histórico e obras de recuperação de imóveis no Centro Histórico).



Fonte: CMB

Gráfico 2.66 – Evolução do número de remodelações ou reconstruções sujeitas a licença ou comunicação prévia, entre 2001 e 2006, no Centro Histórico

A partir de 2001, o município deixou de intervir directamente na aquisição, reconstrução e venda de edifícios para habitação no Centro Histórico, reservando esse papel para os privados. Essa intervenção centraliza-se sobretudo na requalificação de edifícios com maior valor patrimonial.

Nos últimos anos, as intervenções mais importantes de requalificação do edificado são:

- em 2001 – “Antiga Escola da Sé”;
- em 2002 – “Centro de Recursos Educativos” (Rua Sto. António das Travessas), “Centro de ATL” (Rua D. Afonso Henriques), “Centro de Dia para Seniores” (Rua D. Gualdim Pais), “Centro de Apoio Social” (Rua. D. Paio Mendes), “Edifício do Turismo”;
- em 2003 – “Centro de Apoio a Actividades Económicas” (R. Sto. António das Travessas); “Biblioteca do Cabido” (R. D. Gualdim Pais);
- em 2004 – “Musealização das Ruínas Romanas da Cividade”;
- em 2005 – “Teatro Circo”;
- em 2006 – “Fonte do Ídolo”.



2.4| EQUIPAMENTOS

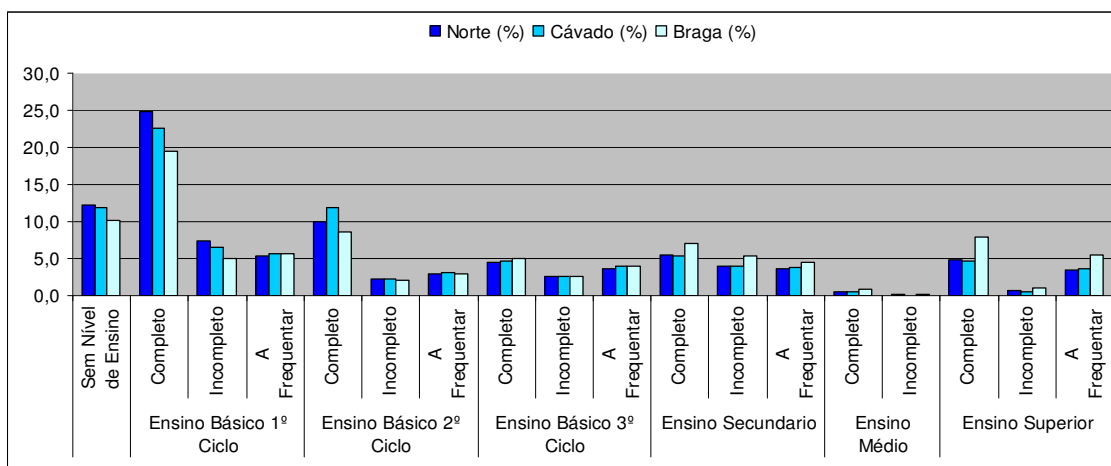
2.4.1| EDUCAÇÃO

Zona Geográfica	Analfabetos com 10 ou mais anos		Taxa de Analfabetismo (%)					
	HM	H	1991			2001		
			HM	H	M	HM	H	M
Portugal	838140	281889	11	7,7	14,1	9	6,3	11,5
Norte	272547	86850	9,9	6,4	13,2	8,3	5,5	10,9
Cávado	26146	7667	9,5	5,4	13,1	7,6	4,7	10
Braga	8286	2279	6,9	3,8	9,7	5,8	3,3	8

Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Quadro 2.16 – Taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001 (%)

Em 2001, residiam no concelho de Braga, 164192 indivíduos, dos quais 22,6% se encontravam a frequentar o ensino (37087). A taxa de analfabetismo²⁴ era de 5,8% (-1,1% do que em 1991), sendo inferior à registada no Norte (8,3%) e no Cávado (7,6%). Analisando esta taxa segundo o sexo, é muito superior nas mulheres do que nos homens (mais do dobro) apesar de em ambos os casos estar a decrescer.



Fonte: INE (Censos 2001)

Gráfico 2.67 – População residente segundo o nível de instrução no concelho de Braga, em 2001 (%)

Analisando a escolaridade da população residente no concelho, verifica-se que a maior parcela possui o primeiro ciclo do ensino básico (19,4%), reflectindo um reduzido grau de instrução. Comparativamente com o Norte e o Cávado, esta percentagem é inferior (registam 24,8% e 22,6% respectivamente).

Os indivíduos residentes sem qualquer nível de ensino estão a diminuir, representando 10,2% da população do concelho de Braga, valor inferior ao registado no Norte (12,2%) e no Cávado (11,9%). Este valor ainda é bastante significativo sendo necessário envidar esforços para reduzir este tipo de exclusão social, não só na população mais jovem mas também na mais idosa.

Devido ao papel importantíssimo da Universidade do Minho como pólo formador e qualificador dos recursos humanos, cerca de 7,9% dos residentes no concelho, em 2001, possuíam um curso superior completo e mais de 6% encontrava-se a frequentar este nível de ensino. No Norte e no Cávado a

²⁴ Taxa de Analfabetismo = (População com 10 ou + anos que não sabe ler e escrever/População com 10 ou + anos)*100



percentagem de indivíduos com o ensino superior é bastante inferior ao aferido no concelho, representando 4,8 e 4,7% dos residentes, respectivamente.

	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico						Escola Secundária				Ensino Profissional		Ensino Superior	
	Jl	EB1/Jl	EB1	EB1,2 Ou EB2	EB2,3	EB2,3/ES	EBI	EB/ES	ES	ES/EB3	EPEI (ES e C+S)	Público	Privado	Público Universitário	Politécnico
Norte	1199	722	1555	4	229	35	18	1	8	114	3	7	81	20	47
Cávado	125	124	148	0	25	3	5	1	1	13	0	0	9	1	5
Braga	34	31	45	0	12	1	0	1	1	5	0	0	4	1	2

Fonte: Ministério da Educação

Quadro 2.17 – Equipamentos de ensino e segundo grau de ensino, em 2005/2006

Em 2007, o concelho de Braga possui 138 estabelecimentos de ensino escolar de carácter público, distribuídos pelos seguintes níveis de ensino: pré-escolar, básico, secundário, profissional e superior. Este valor, representa 30% dos equipamentos escolares de todo o Cávado e 3,4% do Norte.

Tipologia	Capacidade				Taxa de Ocupação			
	2004/2005		2005/2006		2004/2005		2005/2006	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
Jl	1680	2856	1752	2664	84,2%	80,3%	81,6%	92,6%
EB1	5424	0	5568	0	87,7%	0,0%	91,9%	0,0%
EB1/Jl	4368	672	4704	480	93,4%	72,8%	81,9%	95,8%
EB2,3	5400	0	5352	0	188,3%	0,0%	186,2%	0,0%
EBM	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EB2,3/ES	0	0	0	1248	0,0%	0,0%	0,0%	110,7%
ES/EB3	3960	0	4248	384	150,4%	0,0%	143,9%	107,6%
ES	120	0	144	0	130,8%	0,0%	111,1%	0,0%
M-N	1032	4896	1032	3600	44,3%	102,0%	44,4%	92,4%
EP	0	888	0	864	0,0%	112,2%	0,0%	88,4%

Fonte: GIASE, 2006

Quadro 2.18 – Taxa de Ocupação dos estabelecimentos escolares

Os estabelecimentos públicos de **Educação Pré-Escolar**, representam, em 2006, cerca de 47% dos equipamentos escolares do concelho (65), subdivididos em 34 jardins-de-infância (Jl) e 31 escolas básicas do 1º ciclo com jardim-de-infância (EB1/Jl). Estes valores representavam cerca de 3,7 estabelecimentos pré-escolares para cada 10000 habitantes, valor bastante inferior ao verificado no Norte (5,13) e no Cávado (6,08).

Apesar deste facto, a taxa de ocupação destes estabelecimentos públicos, em 2005/2006, rondava os 80% nos jardins-de-infância e os 82% EB1/Jl.



Ensino Pré-Escolar			
Encerramento	Freguesia	Construção Prevista	Freguesia
JI de Este São Pedro	Este São Pedro	JI da Ponte de Pedrinha	Lomar
JI de Passos São Julião	Passos São Julião	JI de Adaúfe	Adaúfe
JI Penso São Vicente	Penso São Vicente	JI do Barreiro	Nogueira
JI Bracara Augusta	São Lázaro		
JI de Romil	Adaúfe		
JI da EB1/JI do Rendondal	Passos São Julião		

Fonte: CMB, 2009

Quadro 2.19 – Estabelecimento pré-escolares encerrado e construções novas previsto em 2009

A Carta Educativa previu o encerramento de 6 estabelecimentos de ensino pré-escolar, localizados nas freguesias apresentadas no quadro 2.19. Ao mesmo tempo estava prevista a construção de 3 jardins-de-infância, com o objectivo de compensar o encerramento dos referidos anteriormente.

Em 2007, cerca de 55% dos estabelecimentos escolares (76), leccionam o **Ensino Básico do 1º Ciclo** (EB1), dividindo-se em escolas básicas do 1º ciclo (45) e escolas básicas do 1º ciclo com jardim-de-infância (31).

Em 2006, Braga, apresenta cerca de 4,4 estabelecimentos do ensino básico do 1º ciclo por cada 10000 habitantes, valor inferior ao registado no Norte (6,1) e no Cávado (6,6). Estes valores resultam da concentração demográfica existente no concelho e que não se verifica no Norte e no Cávado, permitindo que a quantidade de escolas necessárias para a satisfação da população escolar seja menor.

Segundo a Carta Educativa, a taxa de ocupação média das instituições que apresentam este nível de ensino no ano lectivo de 2005/2006 é de 92%, não atingindo a sua capacidade máxima. No entanto, algumas escolas básicas do 1º ciclo localizadas na cidade apresentam taxas superiores a 125%.

Entre a aprovação da Carta Educativa e o ano de 2009 foram encerrados 15 estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo uma vez que segundo a carta educativa *“não garantem as condições mínimas de segurança” (...), e “não oferecem condições, de qualidade e segurança, e que não seja possível a recuperação e ampliação”*; e *“com carências de população juvenil, nomeadamente, jardins-de-infância com menos de 10 alunos e do 1º ciclo escolas com menos de 1 sala ou menos de 20 alunos”*.

Sublinhe-se que, à excepção da EB1 D. Pedro V e da EB1 da Cangosta, todos os estabelecimentos de ensino encerrados se localizam em freguesias periféricas.

Com o objectivo de colmatar a sobrelotação e a degradação de algumas EB1 na área de expansão da cidade, o mesmo documento prevê-se a construção de 7 novos centros escolares.

No ano de 2010 entraram em funcionamento o centro escolar da Naia e o centro escolar de Lamações (compensou o encerramento da EB1 da Cangosta). Encontra-se em fase de conclusão a construção da EB1 de Parada de Tibães que permitirá o encerramento da EB1 de Semelhe.

As freguesias que não apresentam uma escola com este nível de ensino são: Cividade, Lamas, Parada Tibães, Priscos, Penso Santo Estêvão e Penso São Vicente.



Ensino Básico do 1º Ciclo					
Encerrado		Inaugurado		Construção Prevista	
Nome	Freguesia	Nome	Freguesia	Nome	Freguesia
EB1 de Cid	Gondizalves	Centro Escolar da Naia	Ferreiros	Centro Escolar de Lomar	Lomar
EB1 de Pombal	Penso São Vicente	Centro Escolar de Lamações	Lamações	Centro Escolar de Urjais	Nogueiró
EB1 do Assento	Palmeira			Centro Escolar de São Frutuoso	Real
EB1 da Póvoa	Adaúfe			Centro Escolar de Mouta	Nogueira
EB1 da Costa	Espinho			Centro Escolar da Amarela	Ferreiros
EB1 do Monte	Aveleda				
EB1 do Picoto nº2	Vimieiro				
EB1/JI de Priscos	Priscos				
EB1 Penso Santo Estevão	Penso St. Estêvão				
EB1 Aldeia Rio	Adaúfe				
EB1 Parada Tibães (Funciona como JI)	Parada de Tibães				
EB1 de Trás do Rio	Sequeira				
EB1 D. Pedro V	S. Lázaro				
EB1 da Cangosta	Lamações				
EB1/JI do Padrão	Tadim				

Fonte: CMB, 2009

Quadro 2.20 – Estabelecimento do ensino básico 1º ciclo encerrado, inaugurados e construções novas previsto em 2009

O concelho possui 12 escolas públicas do **Ensino Básico do 2º e 3º Ciclos** existindo a consciência que estas são insuficientes para a quantidade de alunos. Segundo a Carta Educativa do concelho, à excepção da EB2,3 de Tadim, todas as outras encontram-se com excesso de alunos. A taxa de ocupação média deste tipo de nível de ensino é de 147,3%, existindo em média cerca de 1 escola do 2º e 3º ciclo por cada 10000 habitantes, valor igual ao registado no Norte e no Cávado.

O Ensino **Secundário**, por sua vez, é ministrado em 7 escolas públicas correspondendo a 0,4 instituições com este nível de ensino por cada 10000 habitantes, valor igual ao registado no Norte e no Cávado. Segundo a Carta educativa, *“todas as escolas públicas da cidade estão sobrelotadas, apresentando taxas de ocupação entre os 108% na ES/EB3 Alberto Sampaio e os 130% na ES/EB3 Carlos Amarante.”* O mesmo documento chama à atenção para a necessidade de se concentrar a rede de equipamentos, na cidade, procurando requalificar e reordenar a oferta do ensino secundário.

No sentido de resolver as carências existentes no 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário, a carta educativa do concelho, prevê a construção de *“um novo equipamento, do tipo Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância, a norte da cidade, na zona de Infias, freguesia de São Vicente”* e outra



“Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância na linha do eixo viário da EN309, zona de Penso São Vicente”, assim como, “a ampliação da Escola EB2,3 de Lamações”. Para além da EB2,3 de Lamações saliente-se as remodelações e ampliações nas Escolas Secundárias do concelho.

Ensino Básico 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário			
Remodelação / Ampliação	Freguesia	Construção Prevista	Freguesia
EB2, 3 Lamações	Lamações	Escola Básica Integrada de Infias	S. Vicente
Escola Secundaria Sá de Miranda	S. Vicente	Escola Básica Integrada de S. Vicente	Zona de São Vicente
Escola Secundaria Alberto Sampaio	S. Lázaro		
Escola Secundária Carlos Amarante	S. Victor		
Escola Secundária D. Maria II	S. Lázaro		

Fonte: CMB, 2009

Quadro 2.21 – Estabelecimento do ensino básico do 2º e 3º ciclo remodelados/ampliados e construções novas previstas em 2009

O **Ensino Profissional** é ministrado em 4 escolas profissionais de carácter privado – Escola Profissional de Braga (São Lázaro); Profitecla (São Victor); EsproMinho (Espinho); Escola Europeia de Ensino Profissional (Maximinos), e 1 centro de formação público localizado em Mazagão – Aveleda, da responsabilidade do IEFP (Centro de Formação Profissional de Braga).

Sublinhe-se que 44% das escolas de formação profissional existentes no Cávado, se localizam em Braga indiciando uma concentração deste tipo de ensino. Em Braga, existem cerca de 0,2 escolas de formação profissional por cada 10000 habitantes, valor igual ao registado no Norte e no Cávado.

O **Ensino Superior** tem uma área de influência superior ao nível concelhio, apresentando capacidade para atrair indivíduos de todo o país e em alguns casos do estrangeiro. O concelho possui duas universidades, sendo uma pública (Universidade do Minho), e outra privada (Universidade Católica).

Para além das instituições de ensino superior universitário, existem dois Politécnicos pertencentes à Universidade do Minho (Escola Superior de Educação – São Lázaro e a Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian – Gualtar).

Após a entrada em vigor da Carta Educativa, procedeu-se a um novo levantamento da rede escolar verificando-se o encerramento e abertura de alguns estabelecimentos de ensino como foi possível aferir anteriormente. Refira-se que estes equipamentos foram divididos em dois tipos principais: os privados e os públicos. Foram igualmente cartografados os equipamentos de apoio às actividades educativas como são exemplo as residências universitárias, assim como o centro de investigação e desenvolvimento, denominado Instituto Ibérico de Nanotecnologia, a Escola de Educação Rodoviária e a Direcção Geral de Viação.



Tipologia	2009	
	Público	Privado
JI	43	0
EB1	46	0
EB1/JI	25	4
EB2,3	12	0
EB2,3/ES	0	1
EBI	0	4
EBI/ES	1	0
EBI/JI/ES	0	1
ES/EB3	0	1
ES	6	0
Universidade/Politécnicos	1	1
Ensino Profissional	1	4
Outros	0	3
Residências Universitárias	4	0
Edifício Escolares Encerrados	22	0
Total	161	19

Fonte: CMB, 2009

Quadro 2.22 – Rede de equipamentos educativos existentes no concelho de Braga em 2009

A rede educativa de Braga, em 2009, que compreende a educação pré-escolar, o ensino básico e secundário, é constituída por 133 estabelecimentos de ensino públicos e 10 privados. Além disso existem 2 instituições de ensino superior (1 público e 1 privado), e 5 de ensino profissional.

Neste levantamento, ao contrário do que foi efectuado pela “Carta Educativa”, apenas se considerou os jardins-de-infância públicos, que resultaram de investimentos efectuados directamente pelas juntas de freguesia em articulação com a Câmara Municipal de Braga. As IPSS, jardins-de-infância, infantários e creches resultantes de investimentos particulares foram integrados nos equipamentos de âmbito social.

Ao mesmo tempo foram consideradas as instituições públicas ou privadas que agregam o ensino básico ou secundário.

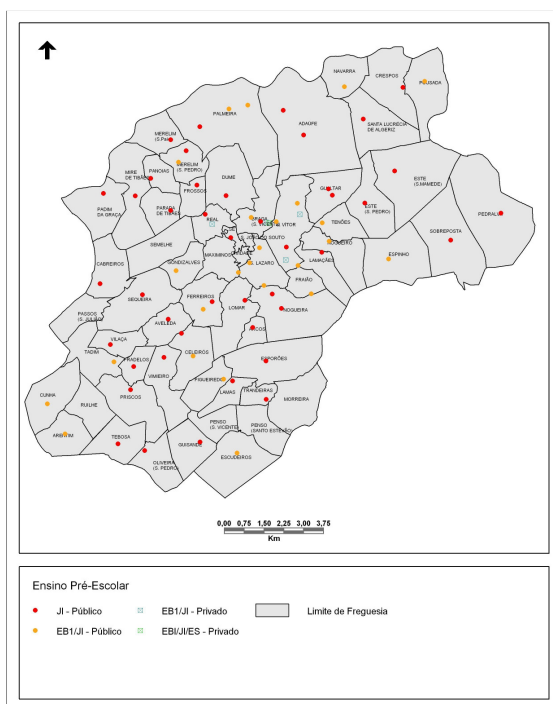


Figura 2.34 – Rede de equipamentos educativos pré-escolar

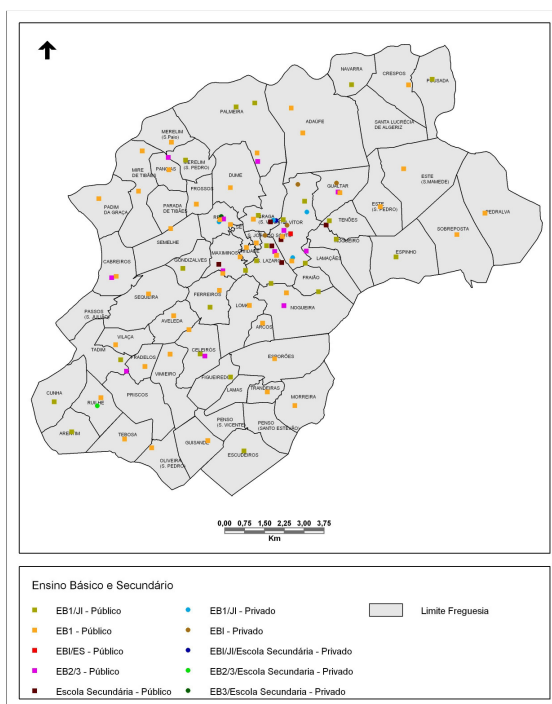


Figura 2.35 – Rede de equipamentos educativos ensino básico e secundário

A rede de equipamentos pré-escolar em 2009, é composta por 74 instituições, repartidas por 43 jardins-de-infância públicos, 29 escolas básicas com jardim-de-infância (25 públicas e 4 privadas) e uma escola básica integrada com jardim-de-infância e ensino secundário particular.

Analisando a distribuição espacial dos equipamentos pré-escolares verifica-se que são escassas as freguesias que não apresentam pelo menos uma instituição com este nível de ensino público, e mesmo nos casos onde isto acontece existem freguesias contíguas que as servem eficazmente.

No concelho encontramos 8 freguesias que não apresentam este nível de ensino, das quais 2 se localizam na área central correspondente ao núcleo da cidade (Cidade, São João do Souto), e as restantes na periferia (Morreira, Passos São Julião, Penso São Vicente, Penso Santo Estêvão, Ruilhe, e Semelhe).

As freguesias de São Victor, São Lázaro e Palmeira com 3 instituições pré-escolares, são as que apresentam o maior número deste tipo de equipamentos.

A rede de equipamentos do Ensino Básico é constituída por 94 estabelecimentos de ensino, distribuídos por 83 instituições públicas e 11 privadas.

No concelho existem 71 unidades públicas de ensino básico do primeiro ciclo (45 EB1, 25 EB1/JI e 1 EBI/ES), das quais cerca de 35% apresentam jardim-de-infância. O ensino privado por sua vez, apresenta 9 escolas com este nível de ensino, das quais 55% possuem jardim-de-infância.

Apenas 7 freguesias do concelho não apresentam qualquer instituição com este nível de ensino (“1º Ciclo Ensino Básico”), nomeadamente, Lamas, Parada de Tibães, Passos São Julião, Penso Santo Estêvão, Penso São Vicente, Priscos e Santa Lucrécia.

As Escolas Básicas Integradas (EB1,2 e 3 Ciclo), as Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º ciclo (EB2,3) e

as Escolas Secundárias (ES) encontram-se a funcionar com mais do que uma valência, estando repartidas em instituições públicas e privadas.

O município de Braga possui uma rede pública constituída por: 12 Escolas do Ensino Básico do 2º e 3º ciclo, 1 Escola Básica Integrada e 6 Escolas Secundárias. As freguesias que concentram uma maior quantidade de instituições com este nível de ensino são: São Lázaro e São Victor, ambas com 3 estabelecimentos. Deste modo, cerca de 30% deste tipo de instituições de ensino está localizado na área central do concelho, que é melhor servida de acessibilidades e de vias de comunicação, e onde se verificou uma concentração de locais de emprego e de habitação. A figura 2.35 permite aferir que a zona Este do concelho apresenta um défice de equipamento com este nível de ensino resumindo-se à Escola do Ensino Básico do 2º e 3º ciclo de Gualtar.

A rede privada, por sua vez, é composta por 7 instituições de ensino, designadamente 1 EB2,3/ES, 4 EBI, 1 EBI/JI/ES e 1 ES/EB3. A freguesia de São Victor apresenta a maior quantidade deste tipo de nível de ensino privado com 2 instituições (Colégio Teresiano e o Colégio das Sete Fontes).

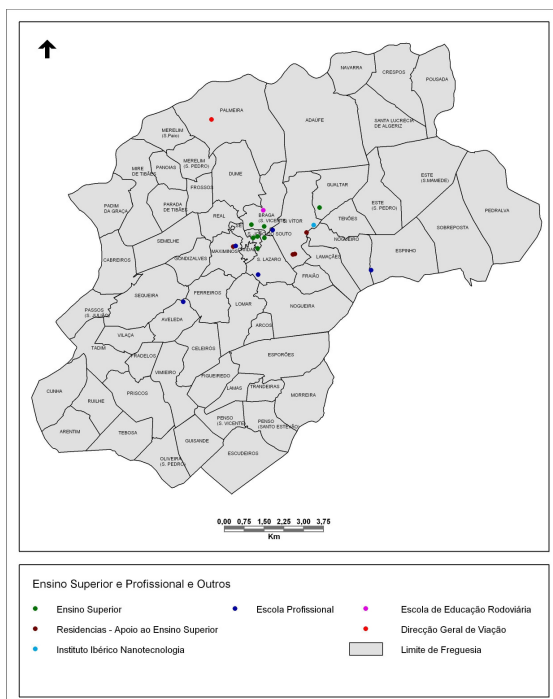


Figura 2.36 – Rede de equipamentos educativos ensino superior e profissional

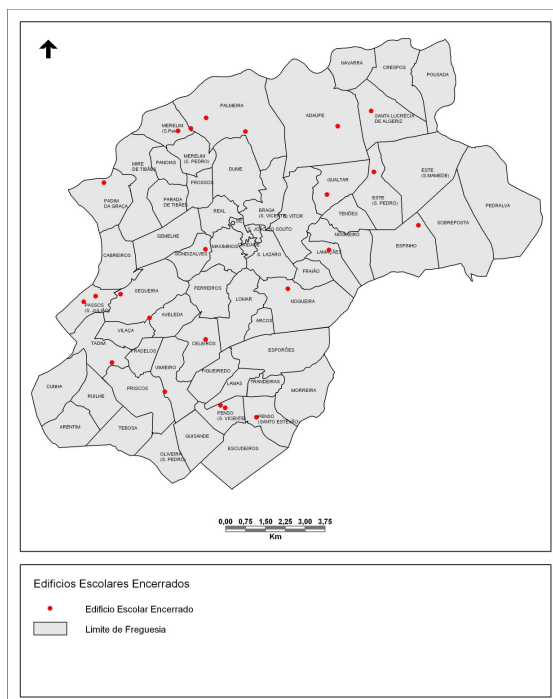


Figura 2.37 – Edifícios escolares encerrados

O Ensino Superior de cariz público é ministrado em 2 instituições de ensino e concentram-se na área central do concelho. A Universidade do Minho, é constituída por várias escolas podendo-se destacar a “Escola de Ciências de Saúde”, “Escola de Direito”, “Escola de Economia e Gestão”, “Escola de Engenharias”, “Escola de Psicologia”, “Escola Superior de Enfermagem”, “Instituto de Ciências Sociais”, “Instituto de Educação” e o “Instituto de Letras e Ciências Humanas”.

O pólo principal desta universidade localiza-se em Gualtar albergando a grande maioria das escolas, tendo sido construído recentemente novas escolas em São Victor. Ao longo da cidade vamos encontrar a Escola Superior de Enfermagem e a Escola Superior de Enfermagem Calouste de Gulbenkian (São Lázaro), dois edifícios onde funcionam a reitoria da universidade (São João do Souto) e a Unidade de Educação de

Adultos (São Vicente).

A Universidade Católica é constituída por 3 faculdades, subdivididas por “Faculdade de Filosofia” e “Faculdade de Ciências Sociais” ambas localizadas em São Vicente e a “Faculdade de Teologia” em São Victor.

As instituições de ensino superior referidas são apoiadas por 4 residências universitárias que estão localizadas na freguesia de São Victor (3) e em Maximinos (1).

O Instituto Ibérico de Nanotecnologia constitui um centro de investigação e desenvolvimento, procurando aumentar a colaboração científica e tecnológica entre Portugal e Espanha, em parceria com as instituições do ensino superior e as actividades económicas nomeadamente a Universidade do Minho e as empresas da região.

Existe um total de 5 escolas profissionais no concelho, nomeadamente: Centro de Formação Profissional de Braga (Aveleda), Centro Profissional de Braga (São Lazaro), Escola Europeia de Ensino Profissional (Maximinos), Profitecla (São Victor), e Esprominho (Espinho).

No sentido de se compreender os recursos disponíveis para reconversão dos equipamentos, efectuou-se o levantamento dos edifícios educativos encerrados, existindo 23 unidades desactivadas, destacando-se a freguesia de Palmeira com 3 casos.

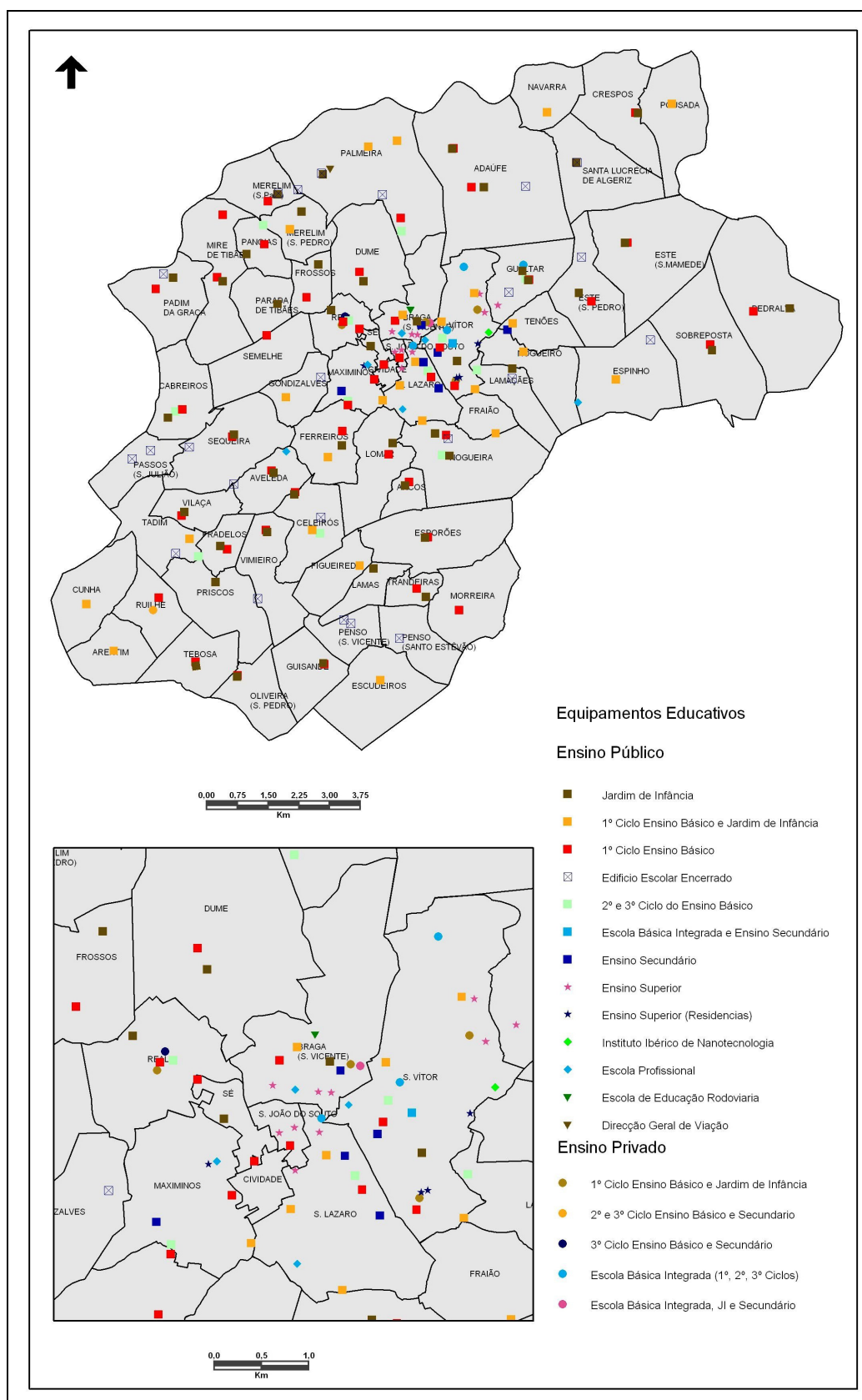


Figura 2.38 – Rede de equipamentos educativos



2.4.2| SAÚDE

A Lei de Bases do Sistema de Saúde aprovada pela Lei nº 48/90, de 24 de Agosto, e alterada pela Lei nº 27/2002 sublinha que o “Estado promove e garante o acesso de todos os cuidados de saúde nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis”. Esta lei sublinha, desta forma, a universalidade da saúde. O mesmo documento refere que “a rede de prestação de cuidados de saúde abrange os estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS), os estabelecimentos privados que prestam cuidados aos utentes do SNS e outros serviços de saúde (...)”.

Os serviços de saúde primários são prestados pelos Centros de Saúde e respectivas Extensões, e estabelecem os “cuidados de primeiro contacto”, “cuidados longitudinais” (acompanhamento ao longo da vida), “compreensivos” (prevenção de doenças), “coordenação/ Integração” (referenciação dos utentes para níveis de cuidados superiores). Os cuidados de saúde secundários, por sua vez são prestados pelos Hospitais e procuram responder a situações que as instituições de primeiro nível não resolvem, muitas vezes relacionadas a problemas de saúde que implicam internamentos e ambulatórios.²⁵

	Hospital				Centro de Saúde		Extensões de Saúde	Taxa Ocupação	Médicos / 1000hab
	Oficial	Privado / Clínica	Total	Camas	Nº	Camas	Nº		
Portugal	86	100	186	35593	375	484	1316	77,60%	3,80
Norte	23	34	57	10620	107	58	304	77,60%	3,50
Cávado	2	10	12	1783	6	0	42	85,90%	2,80
Braga	1	3	4	939	1	0	10	85,10%	4,90

Fonte: INE (Estatísticas da Saúde)

Quadro 2.23 – Equipamentos de saúde e respectiva taxa de ocupação, em 2009

Ao nível dos cuidados de saúde secundários, o concelho é servido por um Hospital Público (Hospital de São Marcos), cuja área de influência se estende por todo o distrito de Braga. Este equipamento, localiza-se na sua grande maioria na freguesia de São João do Souto e uma pequena parte em São Lazaro.

Actualmente, tem-se verificado que o actual hospital de São Marcos apresenta problemas crónicos de falta de espaço. Assim, em 1994, por despacho do Senhor Ministro da Saúde, foi decidido desencadear todo o processo de construção do novo Hospital em Braga de nível Regional e Distrital, em terrenos com cerca de 20 hectares, o que possibilitaria a sua posterior ampliação.²⁶ O “Hospital Universitário de Braga” iniciado em Janeiro de 2009, encontra-se em fase de acabamentos e execução de acessibilidades, prevendo-se que entre em funcionamento durante o ano de 2011, melhorando a qualidade de prestação de saúde no concelho e em toda a região e disponibilizando 200 novas camas.

A criação da Escola Superior de Enfermagem e do curso de medicina, na Universidade do Minho, constitui um factor de potencialização dos serviços de saúde, permitindo, nos próximos anos, o aparecimento de novos médicos na região e a consequente melhoria do serviço. O concelho de Braga apresenta em 2009, cerca de 4,90 médicos por cada 1000 habitantes, valor bastante superior à média nacional, e restante regiões em que se insere, perspectivando-se que esta diferença se acentue nos próximos anos.

²⁵ Farinha, Ricardo João Santos, Optimização de redes de cuidados de saúde – Desenvolvimento de um modelo de simulação discreta com aplicação à sub-região de saúde de Setúbal, pagina 7 e 8

²⁶ Segundo a resolução do Concelho de Ministros nº 94/2004 foi declarado que “(...) o Ministério da Saúde pretende implantar um novo hospital em Braga e o terreno aprovado para essa implantação engloba o PM 5/Braga – Carreira do Tiro de São Victor(...)”, existindo a necessidade de desafectação deste espaço público militar.



Para além da Unidade Hospitalar Oficial, em 2009, o concelho possui 3 Clínicas de Saúde de Dimensão Relevante (ou Hospitais Particulares), que assumem um papel importante na qualidade da prestação dos serviços de saúde, nomeadamente a Casa de Saúde Bom Jesus, a Clínica de São Lázaro e a Clínica de Santa Tecla. No seu conjunto as unidades hospitalares do concelho, oferecem 939 camas (52,7% das camas existentes no Cávado e 8,9% do Norte), apresentando em 2009, uma taxa de ocupação média de 85,1%, valor superior ao registado em Portugal e no Norte, e semelhante ao do Cávado.

Durante o ano de 2010 foi inaugurado, em Nogueira, uma nova unidade hospitalar denominada “Hospital Privado de Braga” que permitiu melhorar a prestação de cuidados de saúde procurando efectuar um serviço de prevenção, educação e protecção e tratamento e reabilitação dos utentes.

Ao nível dos cuidados primários, de índole regional, o concelho de Braga possui, uma “Unidade Operativa de Saúde Pública” localizada em Lomar, que segundo o Decreto-lei nº 81/2009, apresenta entre outros, os seguintes objectivo: identificar necessidades de saúde da região, “promover investigação e a vigilância epidemiológicas”, e “gerir programas e projectos nas áreas de defesa, protecção da saúde da população, no quadro dos planos nacionais de saúde ou dos respectivos programas ou planos regionais ou locais de saúde, nomeadamente vacinação, saúde ambiental, saúde escolar, saúde ocupacional e saúde oral.”

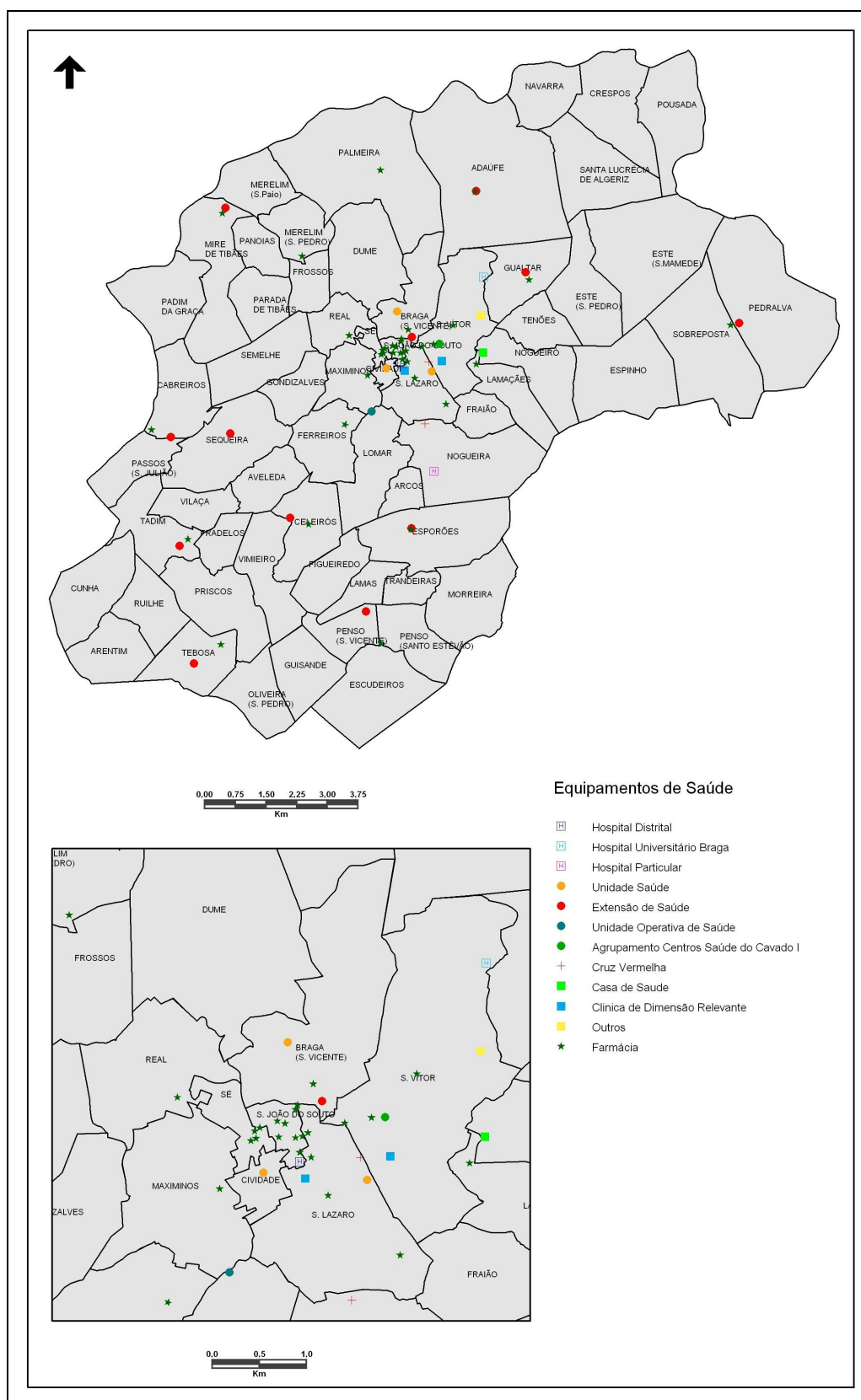
O “Agrupamento de Centro de Saúde do Cávado I” visa definir e participar na estratégia de saúde local, cujo objectivo passa por assegurar a prestação de cuidados de saúde primários à população da sua área geográfica e promover a saúde, prevenir doenças e estruturar as unidades funcionais. Esta instituição encontra-se na freguesia de São Victor.

Apesar dos dados estatísticos do INE apresentados na tabela anterior referirem a existência de apenas 1 Centro de Saúde e 10 Extensões de Saúde, o levantamento no local permitiu aferir 3 Unidades de Saúde, localizadas no Carandá (São Lázaro), Maximinos, e Infias (São Vicente), possuindo as seguintes Extensões de Saúde:

Unidade de Saúde Carandá	Unidade de Saúde Maximinos	Unidade de Saúde Infias
Extensão de Saúde Esporões	Extensão de Saúde Cabreiros	Extensão de Saúde Adaúfe
Unidade de Saúde Familiar Gualtar	Extensão de Saúde Celeirós	Extensão de Saúde Ruães
Extensão de Saúde Pedralva	Extensão de Saúde Sequeira	
CDP – Centro Diagnóstico Pneumológico (S. Vicente)	Extensão de Saúde Tadim	
	Extensão de Saúde Tebosa	
	Extensão de Saúde Veiga de Penso (Penso São Vicente)	

Quadro 2.24 – Unidades de Saúde e respectivas extensões de saúde, em 2009

Os cuidados de Saúde Mental em Braga, são prestados pelo Departamento de Psiquiatria e de Saúde Mental do Hospital de São Marcos. Foram cartografados 2 equipamentos de saúde pertencentes à Delegação da Cruz Vermelha um localizado em São Lázaro e outro em Nogueira, dispondo de um “Posto de Enfermagem” com o objectivo de promover a saúde e prevenir e tratar doenças, um “Posto de Cinesiterapia” e uma “Clínica de Hemodiálise”. O concelho é servido por 36 farmácias, 21 das quais se encontram distribuídas pelas freguesias da cidade (58% das farmácias). São João do Souto, apesar da sua reduzida dimensão (0,26 km²), apresenta o maior número de farmácias (8), correspondendo a 38% dos estabelecimentos existentes nas freguesias da cidade e de 22% do total no concelho.



2.4.3| PREVENÇÃO E SEGURANÇA

A rede de equipamentos de prevenção e segurança presente no PDMB em vigor, era composta por duas zonas de protecção constituídas por servidões militares, abrangendo as faixas de protecção do Quartel do Regimento de Cavalaria de Braga e da Carreira de Tiro.

Em 2004, procedeu-se à desafecção do domínio público militar e à sua integração no domínio privado do Estado, da Servidão Militar da Carreira de Tiro, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2004. Este facto permitiu a eliminação da zona de protecção existente.

A Servidão Militar do Quartel do Areal (Regimento de Cavalaria), apresenta a sua zona de protecção definida pelo Decreto-Lei nº 49 186 de 12 de Agosto de 1969, mantendo-se em vigor.

Para além do Quartel Militar, o concelho apresenta em matéria de segurança o “Estabelecimento Prisional Regional de Braga” localizado na freguesia de São Vicente.

No que se refere às corporações dos bombeiros, verifica-se a existência de 2 unidades, designadamente:

- os Bombeiros Sapadores de Braga instalada na freguesia de São Vicente, tendo sido criados oficialmente a 8 de Junho de 1799 a pedido do arcebispo primaz de Braga D. Gaspar de Bragança ao rei D. João VI;
- os Bombeiros Voluntários de Braga localizados na freguesia da Cidade.

Segundo a Lei nº49/2008 de 27 de Agosto os órgãos de polícia criminal são a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) que apresentam como objectivos apoiar as autoridades judiciais na investigação, e desenvolver acções de prevenção e investigação. No concelho existem 1 estabelecimento da “Polícia Judiciária” (Cidade), 3 postos da Guarda Nacional Republicana (Espinho, Ruíhe e São João do Souto) e 2 postos da “Polícia de Segurança Pública”, um localizado em São João do Souto e outro em São Victor.

Outro órgão que assegura a prevenção e a segurança no concelho é a “Polícia Municipal”, cujas instalações se encontram na freguesia da Sé, e que foi criada a 4 de Julho de 2001. Esta instituição apresenta valências no âmbito do urbanismo e construção; da defesa e protecção da natureza e meio ambiente; do comércio, restauração e abastecimento; da segurança e policiamento dos espaços públicos; das diligências processuais; e do trânsito.

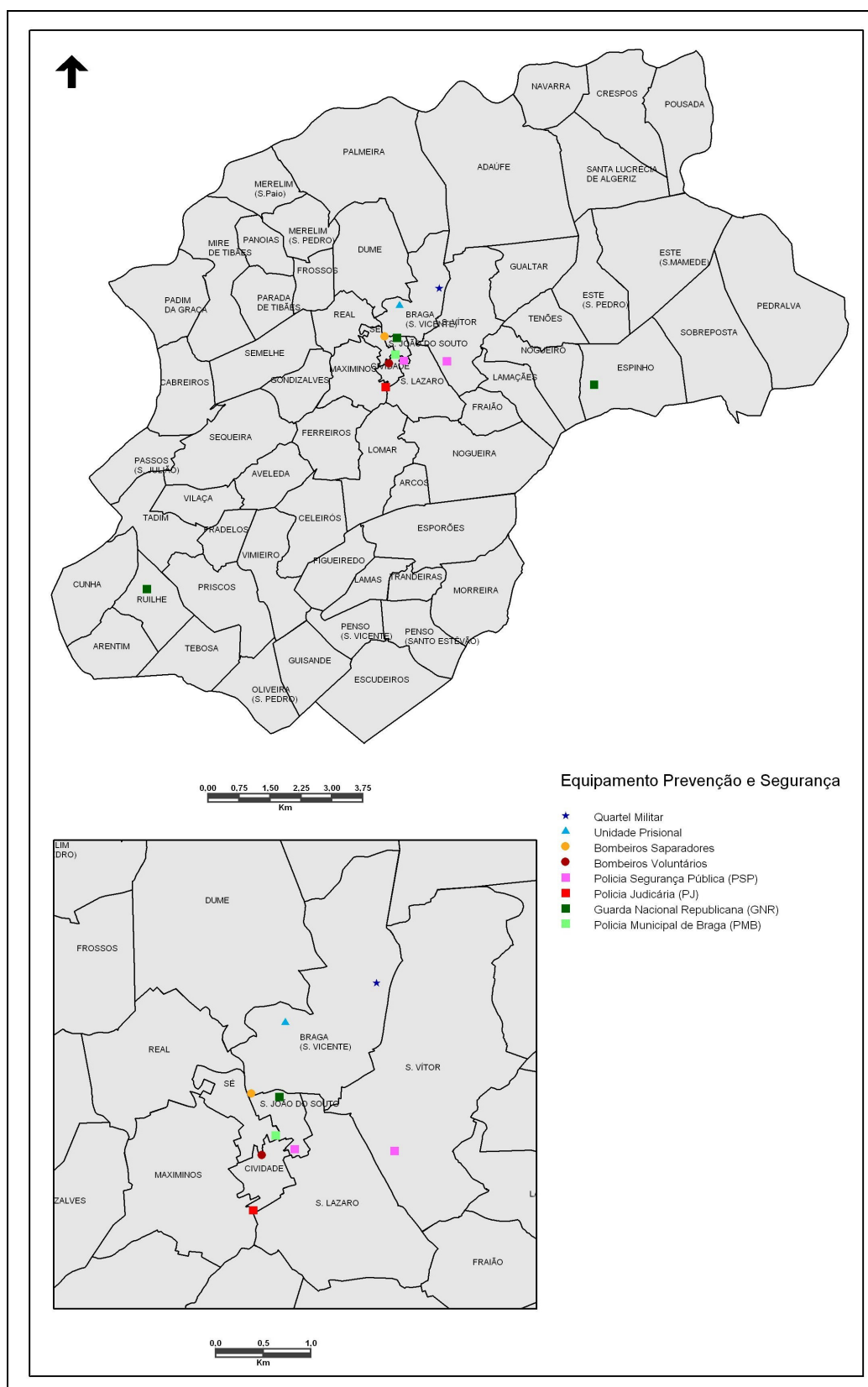


Figura 2.40 – Rede de equipamentos de prevenção e segurança

2.4.4| CEMITÉRIOS

Durante vários anos os mortos eram enterrados dentro das igrejas e apenas em casos excepcionais é que isto não acontecia, nomeadamente em situações de calamidade pública provocada por doenças ou epidemias que contribuíam para um aumento acentuados dos índices de mortalidade num curto período.

O decreto de 21 de Setembro de 1835, definiu o estabelecimento de cemitérios públicos em todas as povoações do País, proibindo os enterramentos dentro dos templos, e exigindo que, por uma questão de saúde pública, os cemitérios fossem edificados em locais isolados e cercados com muros elevados.

As normas para a construção dos cemitérios, a escolha dos terrenos e as respectivas ampliações e remodelações vão estar definidas e reguladas pelo Decreto nº44 220, de 3 de Março de 1962, alterado pelos Decreto-Lei 168/2006 de 16 de Agosto.

O levantamento *in loco* efectuado permitiu verificar que existem um total de 58 cemitérios. As freguesias da cidade pertencentes ao centro histórico e as que lhe são contíguas não possuem cemitério próprio (Sé, Cividade, São João do Souto, São Vicente, São Lazaro e Maximinos). Os indivíduos falecidos pertencentes a estas freguesias são enterrados no “Cemitério Municipal de Monte de Arcos” localizado na freguesia de São Victor.

As restantes freguesias possuem o seu próprio cemitério, estando as juntas de freguesia responsáveis pela sua gestão e por zelar pelas necessidades de intervenção que estes possam necessitar, e sugerir em articulação com a autarquia, possíveis necessidades de ampliação. Refira-se que Penso S. Vicente e Lamas, apresentam 2 cemitérios, provavelmente por impossibilidade de ampliação do original, obrigando à construção de um novo noutro local.

Toda e qualquer intervenção nos cemitérios, ou a sua realocização implica a necessidade de se efectuar uma vistoria por uma comissão composta pelo presidente da câmara municipal ou da junta de freguesia ou o seu representante, pelo director dos serviços de urbanização e pelo inspector ou delegado de saúde. Esta vistoria é dispensada quando os terrenos de localização do cemitério se encontram definidos em plano de pormenor ou de urbanização em vigor.

O projecto terá, posteriormente que ser submetido a apreciação da Direcção Geral de Saúde que se pronunciará sobre a sua viabilidade. A Câmara Municipal de Braga tem apresentado sempre apoio técnico às juntas de freguesia em casos de elaboração de projectos de ampliação ou de criação de novos cemitérios, obedecendo à legislação reguladora deste equipamento.

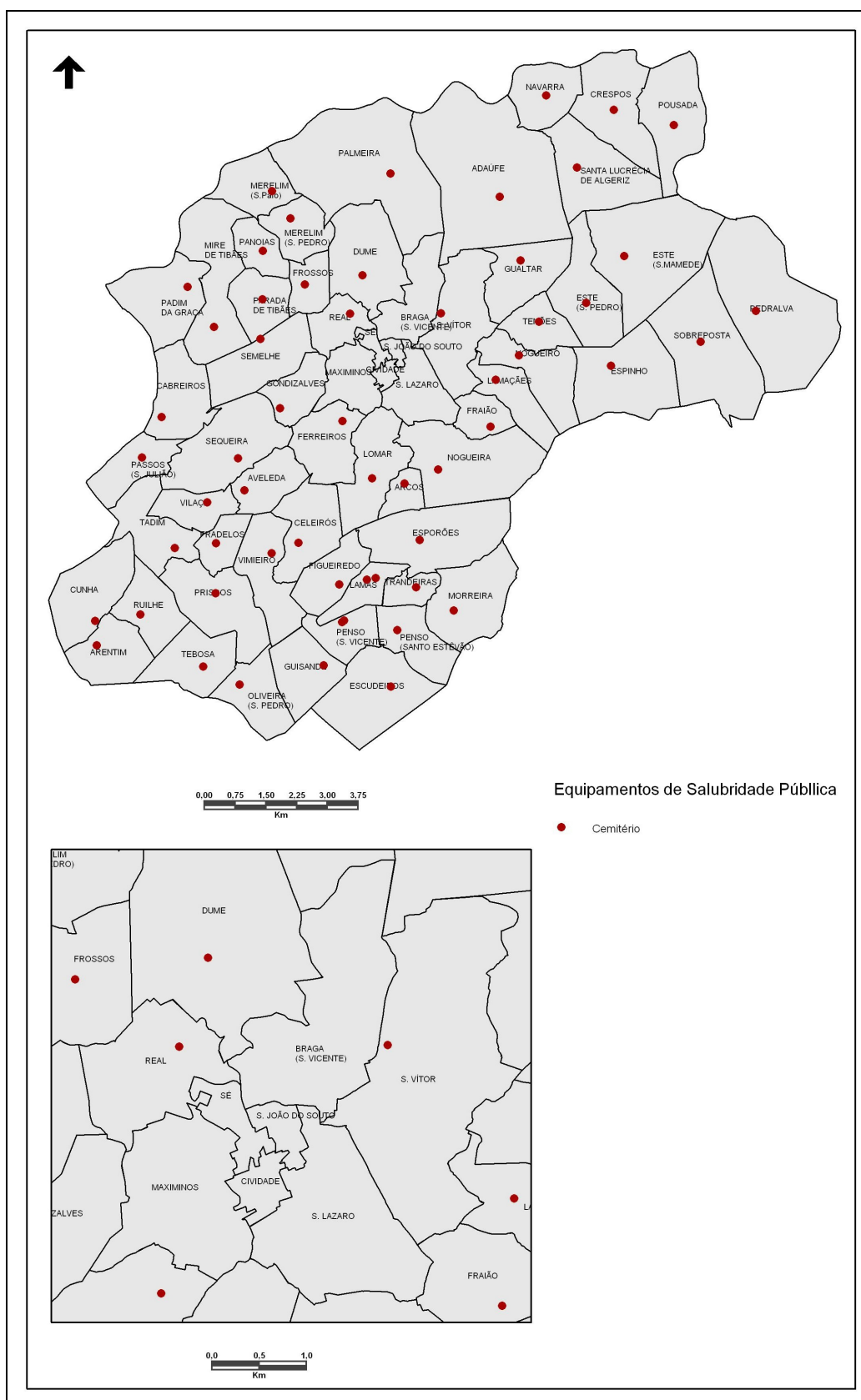


Figura 2.41 – Rede de equipamentos salubridade pública



2.4.5| ADMINISTRATIVOS / JUDICIAL

No ponto que se segue procedeu-se ao agrupamento dos equipamentos relativos à administração pública e os judiciais. Estes equipamentos definem as áreas mais centrais dos aglomerados, nomeadamente os seus núcleos principais.

O concelho de Braga como capital de distrito apresenta uma grande quantidade e variedade de equipamentos administrativos e judiciais, constituindo um pólo gerador de deslocações para os indivíduos de toda a região.

Os equipamentos administrativos vão apresentar áreas de influência distintas. Por um lado, apresentam um âmbito distrital e regional evidenciando uma área de influência maior, e por outro, um âmbito local associado ao serviço aos cidadãos das respectivas freguesias.

A nível regional ou distrital podemos destacar:

- “Direcção Geral de Agricultura” constituída por um núcleo localizado na freguesia de Merelim São Pedro cuja missão é “participar na formulação e na execução das políticas nas áreas da agricultura, de produção agro-alimentar, de desenvolvimento rural e das pescas, contribuindo para o respectivo acompanhamento e avaliação...”²⁷;
- “Associação Florestal do Cávado” localizada na freguesia da Sé, apresenta como principais objectivos a promoção da união entre proprietários florestais e prestar apoio técnico na gestão das áreas florestais²⁸;
- “Governo Civil” localizado na freguesia da Cidade, constitui o representante do Governo na área do distrito, apresentando como principais competências estabelecer uma maior aproximação entre a Administração e os cidadãos, assegurar a segurança pública e a respectiva protecção civil.
- “Parque Nacional Peneda Gerês” apresenta a sua sede na freguesia da Sé, sendo um instituto que tem como função a defesa e conservação do Parque e proceder ao seu desenvolvimento sustentável articulando as actividades humanas com a preservação dos habitats e das espécies animais e de toda a sua biodiversidade;
- “Assembleia Distrital de Braga” localizada na freguesia da Sé, estando as suas funções definidas pelo Decreto-lei nº 5/91 de 8 de Janeiro, e constitui uma entidade deliberativa de âmbito supramunicipal.
- “Estradas de Portugal” apresenta a sua delegação regional para o concelho de Braga na freguesia de São João do Souto e a função é executar a política de infra-estruturas rodoviárias.

A nível municipal e local destacam-se, nomeadamente:

- “Câmara Municipal de Braga” que apresenta dois edifícios distintos, um constituído pelo edifício principal localizado na freguesia da Sé, e o edifício correspondendo aos serviços técnicos em São João do Souto.
- “Junta de Freguesia” cujas competências estão definidas pela Lei nº169/99 de 18 de Setembro, é um órgão executivo competindo entre outras funções assegurar: a “organização e o funcionamento dos seus serviços e a gestão corrente”, o “ordenamento do território e urbanismo”, e a gestão e conservação “no âmbito dos equipamentos integrados no respectivo território”. Cada freguesia apresenta um edifício destinado a este tipo de função.
- “Empresas Municipais” foram delimitadas 4 empresas municipais, designadamente: a sede da “AGERE” (Empresa de Aguas, Efluentes e Resíduos de Braga) localizada em São João do Souto, que apresenta

²⁷ http://www.drapn.min-agricultura.pt/drapn/instituicao/dir_missao.php

²⁸ <http://www.afcavado.pt/index.php?status=1>



como funções a captação, tratamento e adução e distribuição de água, a condução, depuração e transformação de efluentes domésticos e industriais, assim como, a recolha e depósito de resíduos sólidos e assegurar a limpeza e higiene do concelho; e a “BRAGAHABIT” (empresa municipal de habitação de Braga) localizada na freguesia da Sé, que tem como objectivo a promoção de habitação social no município de Braga e a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa. A “Parque de Exposições de Braga” é uma empresa municipal com o objectivo de promover a realização de feiras, exposições, congressos e eventos de carácter sócio-cultural, científico, recreativo e desportivo. A TUB (Transportes Urbanos de Braga), por sua vez, é uma empresa municipal com o objectivo de prestar o transporte de passageiros no concelho de Braga. As duas últimas empresas referidas não foram integradas nesta carta, mas sim na carta de equipamentos culturais e de transportes respectivamente.

- “Centro de Recrutamento” localizado em São Victor tem como objectivo proceder ao recrutamento de indivíduos para a prestação do serviço militar.

- “Repartição das Finanças” apresenta como “missão administrar os impostos sobre o rendimento, sobre o património e sobre o consumo (...)”²⁹. Foram cartografados 3 unidades das finanças, duas das quais localizadas em São Lázaro e uma em Maximinos.

- “Correios CTT” localizado em Maximinos, tem como “missão o estabelecimento de ligações físicas e electrónicas entre os cidadãos, a administração Pública, as empresas e as organizações sociais.”³⁰

- “IEFP – Centro de Emprego e Formação Profissional” localizado na freguesia de Maximinos, constitui um “serviço de emprego nacional e tem como missão promover a criação e a qualidade de emprego e combater o desemprego, através da execução das políticas activas de emprego e formação profissional”.³¹

- “Loja do Cidadão” localizado em São Lázaro, foi criado em 1999, e constitui um “serviço de utilidade pública que pretende promover a modernização da prestação de serviços públicos orientados à satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas, permitindo o acesso a um conjunto de serviços públicos e privados que se concentram num mesmo espaço físico. É possível encontrar serviços da Segurança Social, Notariado, Electricidade, Telecomunicações, Finanças, Saúde, Banca, Consumo, Correios, televisão por cabo, ou Mobilidade.”³²

- “Segurança Social” localizado na freguesia de São Victor, “tem por missão a gestão dos regimes de Segurança Social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de Segurança Social e o exercício da Acção Social, bem como assegurar a aplicação dos instrumentos internacionais de Segurança Social e Acção Social.”³³

Ao nível dos equipamentos de justiça existem 3 tribunais, nomeadamente, o Tribunal Judicial de Braga (São Victor), o Tribunal de Família e Menores (São João do Souto) e o Tribunal de Trabalho (Sé).

Observando a distribuição geográfica dos equipamentos administrativos e de justiça, verifica-se que à excepção dos edifícios das juntas de freguesia que se apresentam equitativamente distribuídos no concelho, todos os restantes equipamentos referidos estão localizados na área central mais densamente povoada correspondente ao núcleo urbano.

²⁹ <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/missao/>

³⁰ http://www.ctt.pt/fewcm/wcmservlet/ctt/grupo_ctt/quemsomos/governosociedade/codigoetica.html#32

³¹ <http://www.iefp.pt/iefp/Paginas/Home.aspx>

³² <http://www.oportaldasempresas.com/?e=2212>

³³ http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MTSS/ISS/pt/ORG_instituto+da+seguranca+social.htm

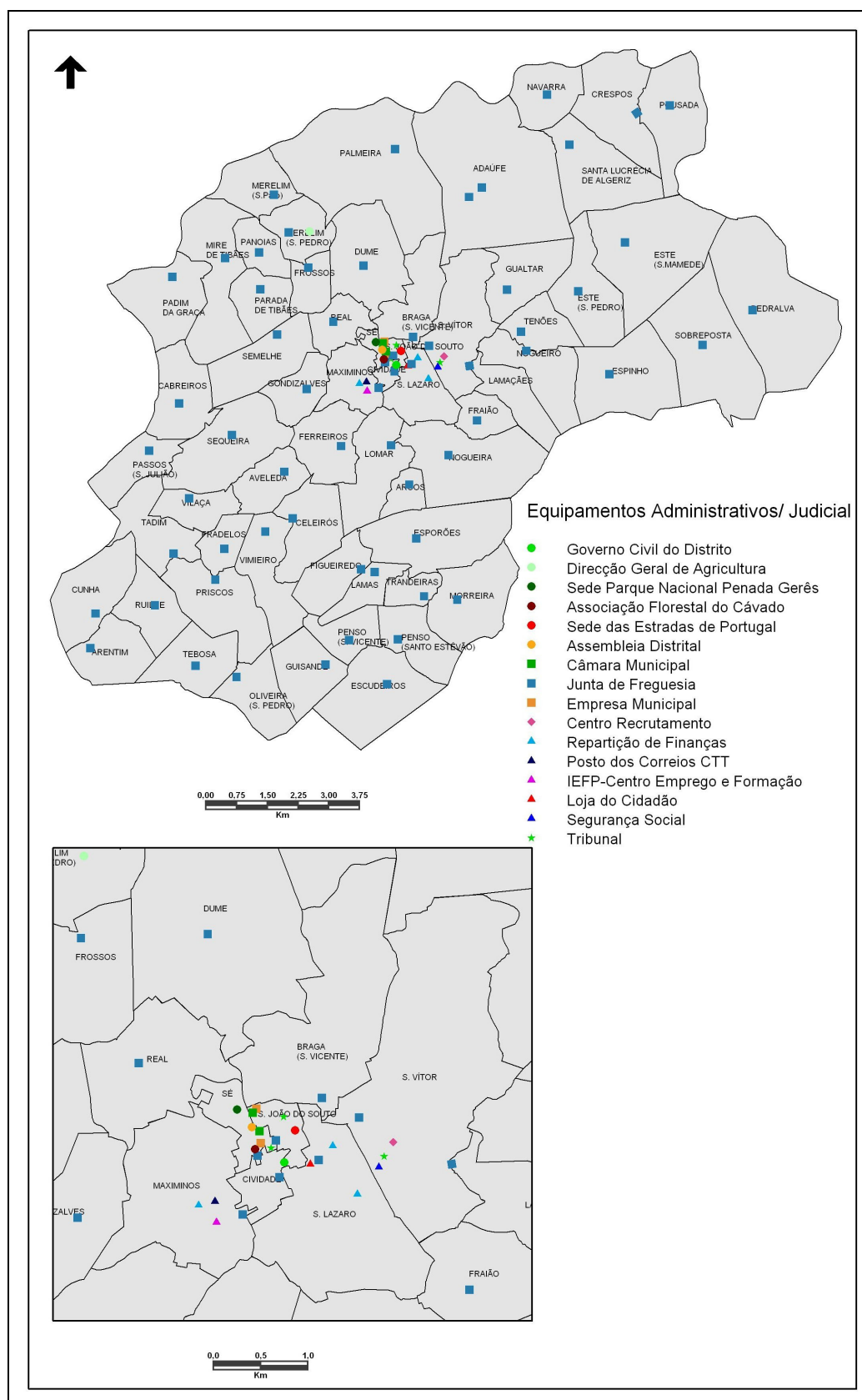


Figura 2.42 – Rede de equipamentos administrativos e judiciais



2.4.6| SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

A rede de equipamentos de Solidariedade e de Segurança Social é constituída por 4 grandes grupos direccionados para os jovens, idosos e restante população, designadamente os “serviços e equipamentos para crianças e jovens”, os “serviços e equipamentos para idosos”, os “serviços e equipamentos de reabilitação e integração social” e as “sedes de associações”.

- POPULAÇÃO JOVEM

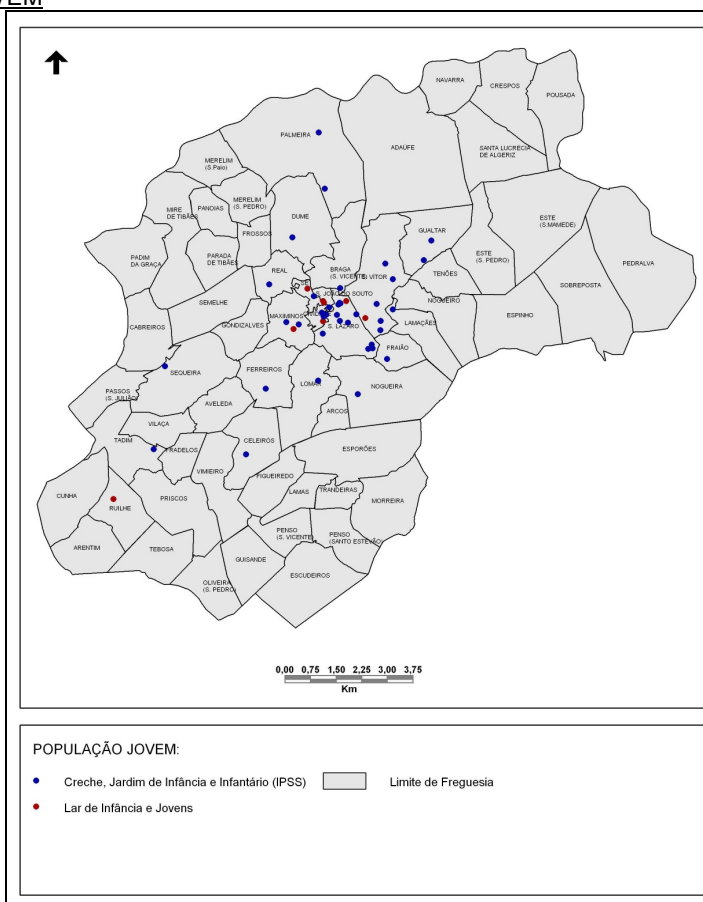


Figura 2.43 – Equipamentos sociais de apoio às crianças e população jovem

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens – integram todos os equipamentos e serviços que procuram dar resposta ao nível sócio-educativo para as crianças e jovens do concelho.

Neste ponto foram integrados os seguintes equipamentos:

- Creches e Instituições Particulares de Solidariedade Social (Infantários e Jardins de Infância privados). As creches dão resposta social para as crianças dos 3 meses aos 3 anos de idade, e os jardins-de-infância destinam-se às crianças dos 3 anos até a entrada no ensino básico (6 anos). Os infantários, por sua vez, incluem as crianças dos 3 meses aos 6 anos.

O concelho possui 40 instituições deste âmbito, e a freguesia de São Lázaro com 12 instituições apresenta a maior quantidade de estabelecimentos. De facto, cerca de 30% destes serviços às crianças e jovens estão localizados nesta freguesia devido, sobretudo ao seu carácter central.



Estes equipamentos são complementados pelos jardins-de-infância públicos inseridos nos equipamentos educativos, e que estão sob jurisdição da câmara municipal ou das juntas de freguesia.

- Lar de Infância e Jovens – integra todos os equipamentos destinados ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medidas de promoção e protecção, integrando os jovens nesta situação até à sua maioridade (18 anos).

Foram contabilizadas 7 instituições deste carácter, nomeadamente: o Instituto Monsenhor Airosa (Cividade), o Colégio São Caetano (Maximinos), o Centro Social Padre David Oliveira Martins (Ruílhe), a Casa de Santa Zita (São João do Souto), a Oficina de São José (São Lazaro), o Instituto Juvenil Maria Imaculada (São Victor) e a Associação de São José (Sé).

Analisando a distribuição geográfica destes equipamentos, podemos aferir que à excepção do Centro Social Padre David, localizado em Ruílhe, todas as restantes instituições que apresentam esta valência se encontram no centro do concelho.

- POPULAÇÃO IDOSA

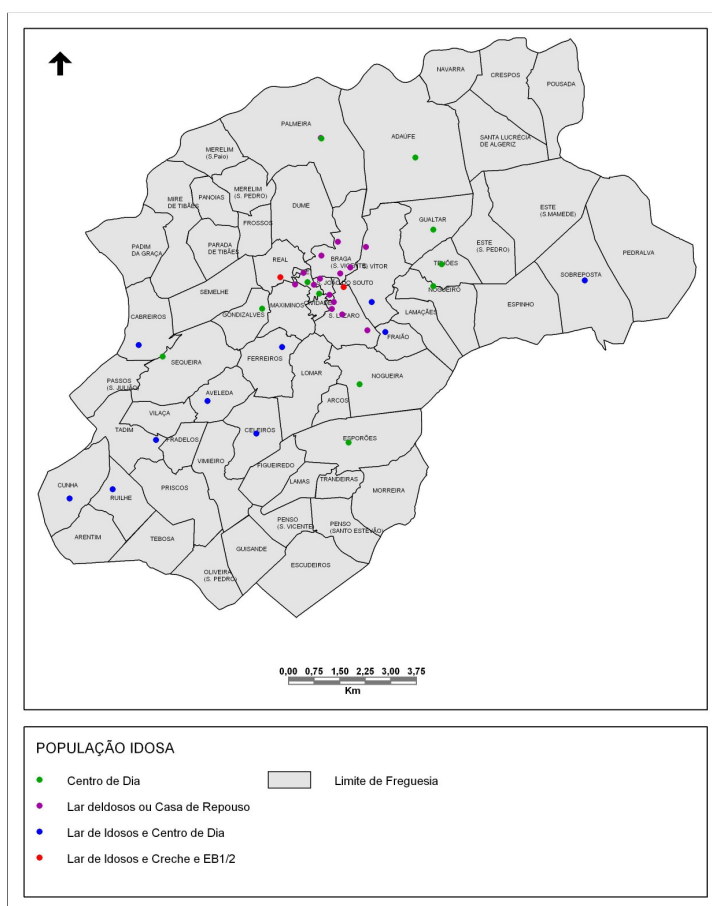


Figura 2.44 – Equipamentos sociais de apoio aos idosos

Serviços e equipamentos para idosos – procuram dar resposta social às pessoas idosas promovendo actividades sócio-recreativas e animação social, assegurando aos idosos a manutenção no meio sócio-familiar. Este alojamento temporário e colectivo desenvolve cuidados de saúde e higiene na população. Numa sociedade que se perspectiva cada vez mais envelhecida em reflexo do aumento da esperança



média de vida, e em que as famílias monoparentais assumem um maior peso nas estruturas familiares, é cada vez mais importante desenvolver este tipo de equipamentos.

O concelho de Braga apresenta as seguintes valências neste âmbito:

- Centro de Dia – procura prestar “um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no meio sócio-familiar”, assumindo relevância para que a população idosa se mantenha activa e não permaneça isolada em suas habitações grande parte do dia, beneficiando de um acompanhamento permanente.

Braga possui 11 centros de dia, e 10 lares de idosos com centro de dia. Assim, no total existem 21 equipamentos sociais que prestam este tipo de serviço. Analisando a distribuição geográfica dos centros de dia identificam-se 3 grandes áreas onde este serviço não existe, nomeadamente a nordeste, noroeste e sul do concelho.

- Lar de Idosos ou Casa de Repouso – “estabelecimentos em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene e conforto, fomentando o convívio e proporcionando animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes”.

Foram contabilizados 15 lares ou casas de repouso concentrando-se, à excepção do “Lar de Idosos da Associação Amigos da Terceira Idade” de Palmeira, nas freguesias pertencentes ao centro do núcleo urbano do concelho, nomeadamente em Maximinos, São João do Souto, São Lázaro, São Vicente, São Victor e Sé. As freguesias de São Lázaro e de São Vicente são as que apresentam a maior quantidade deste tipo de equipamentos com 4 instituições.

- Lar de Idosos e Centro de Dia – “destina-se a acolher pessoas idosas, singulares ou casais, que não possam bastar-se totalmente a si próprias e a prestar apoio aqueles que, embora mantendo-se na sua residência, necessitam que lhes sejam asseguradas algumas necessidades básicas”.

Existem 10 lares de idosos com centro de dia localizando-se na sua grande maioria nas freguesias mais periféricas do concelho, nomeadamente na margem oeste e sudoeste do mesmo.

- Lar de Idosos, Creche e EB1 ou EB2 – estabelecimento que congrega as valências de apoio à população jovem, com o apoio à população idosa, assim como o ensino básico do primeiro e segundo ciclo.

Foram cartografados 2 instituições com este tipo de valências, localizadas em São Lázaro (Colégio, Lar de Idosos e EB1 D. Pedro V) e em Real (Creche/JI, Lar de Idosos e EB1,2 da Congregação das Servas Franciscanas de Nossa Senhora das Graças).

Globalmente, existem 27 lares de idosos, cuja distribuição não se apresenta uniforme ao longo do concelho. Ou seja, verifica-se a existência de áreas mais bem servidas como o centro do núcleo urbano e a margem oeste e sudoeste, e áreas que ainda se encontram deficitárias deste tipo de serviços. É o caso da área a noroeste, nordeste e sul que não apresentam nenhuma instituição com este tipo de valência.



- POPULAÇÃO EM GERAL

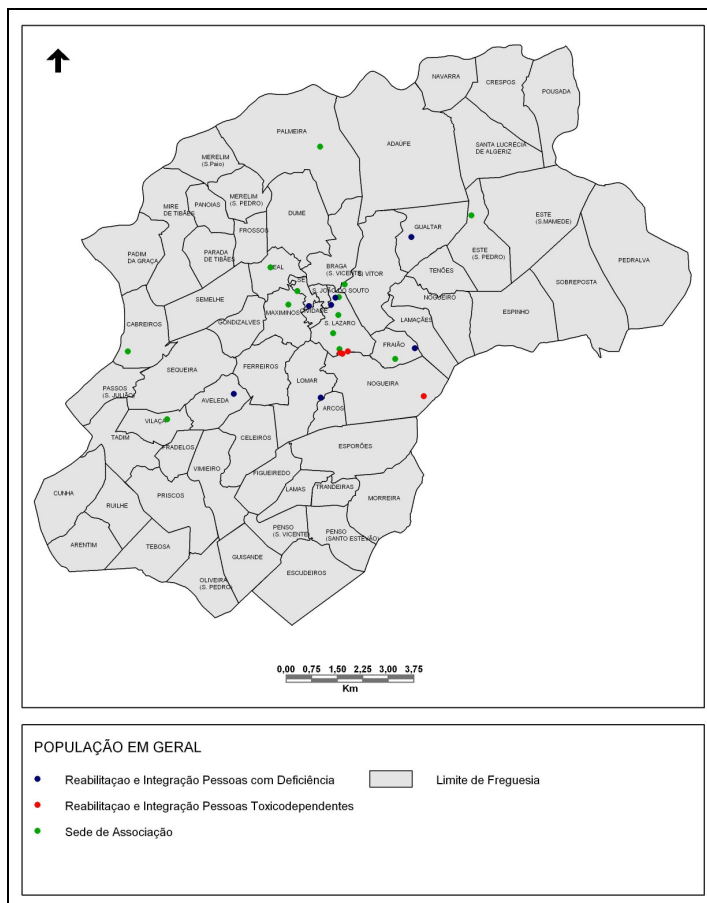


Figura 2.45 – Equipamentos sociais de apoio à população em geral

Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração Social - procuram dar resposta social às pessoas com problemas de dependência de estupefacientes ou com deficiência, recuperando-os e integrando-os na sociedade.

O concelho de Braga apresenta as seguintes valências neste âmbito:

- **Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência** – “destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência graves e profundas, com o objectivo de: estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades; facilitar a sua integração social; facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional”.

Foram cartografados 7 equipamentos de apoio a cidadãos com deficiência, nomeadamente:

a) APECDA (Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas) – localizada na freguesia de Aveleda, é uma creche que tem como objectivo implementar actividades que promovem o desenvolvimento e a reinserção da população com deficiência auditiva do concelho de Braga.

b) 4 complexos da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança com Deficiência Mental) – uma localizada em São Lázaro, outra Fraião (lar residencial), outra em Gualtar (com oficina de trabalho em artes gráficas) e outra em Lomar (intervenção pedagógico-terapêutico nas áreas de psico-



motricidade, cinesioterapia, relaxação e estimulação sensório-motora). Esta instituição procura promover a integração social dos cidadãos com deficiência mental.

c) APD (Associação Portuguesa de Deficientes Delegação do Distrito de Braga) – localizada em São Lázaro, procura defender os direitos humanos das pessoas com deficiência e promover actividades de carácter educativo, formativo, social, cultural, desportivo e de recreio, assim como, procurar integrar estes indivíduos no mercado de trabalho.

d) ACAPO (Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal) – localizada na freguesia da Sé, procuram desenvolver o atendimento e acompanhamento e reinserção das pessoas com deficiência visual na sociedade e no mercado de trabalho.

- Serviços e Equipamentos de Reabilitação e integração de Pessoas Toxicodependentes – procura efectuar um apoio à população toxicodependente, procurando albergar, tratar e reinserir socialmente a população que padece deste problema.

A carta dos equipamentos sociais apresenta 4 centros de reabilitação e reinserção social, dos quais, 2 em Nogueira (Projecto Homem e Centro de Alojamentos Temporário), e 2 em São Lázaro (IRIS – Instituto de Reabilitação e Integração Social e Projecto Homem).

Sedes de Associações – foram integradas todas as associações que apresentam um carácter social ou cultural importante para a actividade social da freguesia. Só foram cartografadas as áreas que apresentam uma monofuncionalidade do edifício com esta função. Deste modo, foram assinalados na carta 12 associações ou instituições destacando-se a freguesia de São Lázaro como a que apresenta a maior quantidade deste tipo de serviços (4).

As instituições levantadas são bastante diversificadas, destacando-se as associações musicais (Sede do Grupo Aspiral na Sé, Banda Musical de S. Miguel de Cabreiros; Associação de Folclore de Palmeira), as associações de apoio ao domicílio a idosos, doentes ou indivíduos com deficiência (Casa do Povo de Este S. Pedro), as sedes de grupos de escuteiros (Corpo nacional de Escutas de Fraião e Sede dos Escuteiros de Vilaça), os centros de atendimento social (Rede Europeia Anti-Pobreza - Núcleo Distrital de Braga em Real), e as associações de convívio e ocupação de tempos livres (ATL, Associação de Amigos do Parque da Ponte, Associação de Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial de Braga, e Centro de Convívio do Centro Social São Lázaro e o IPJ).

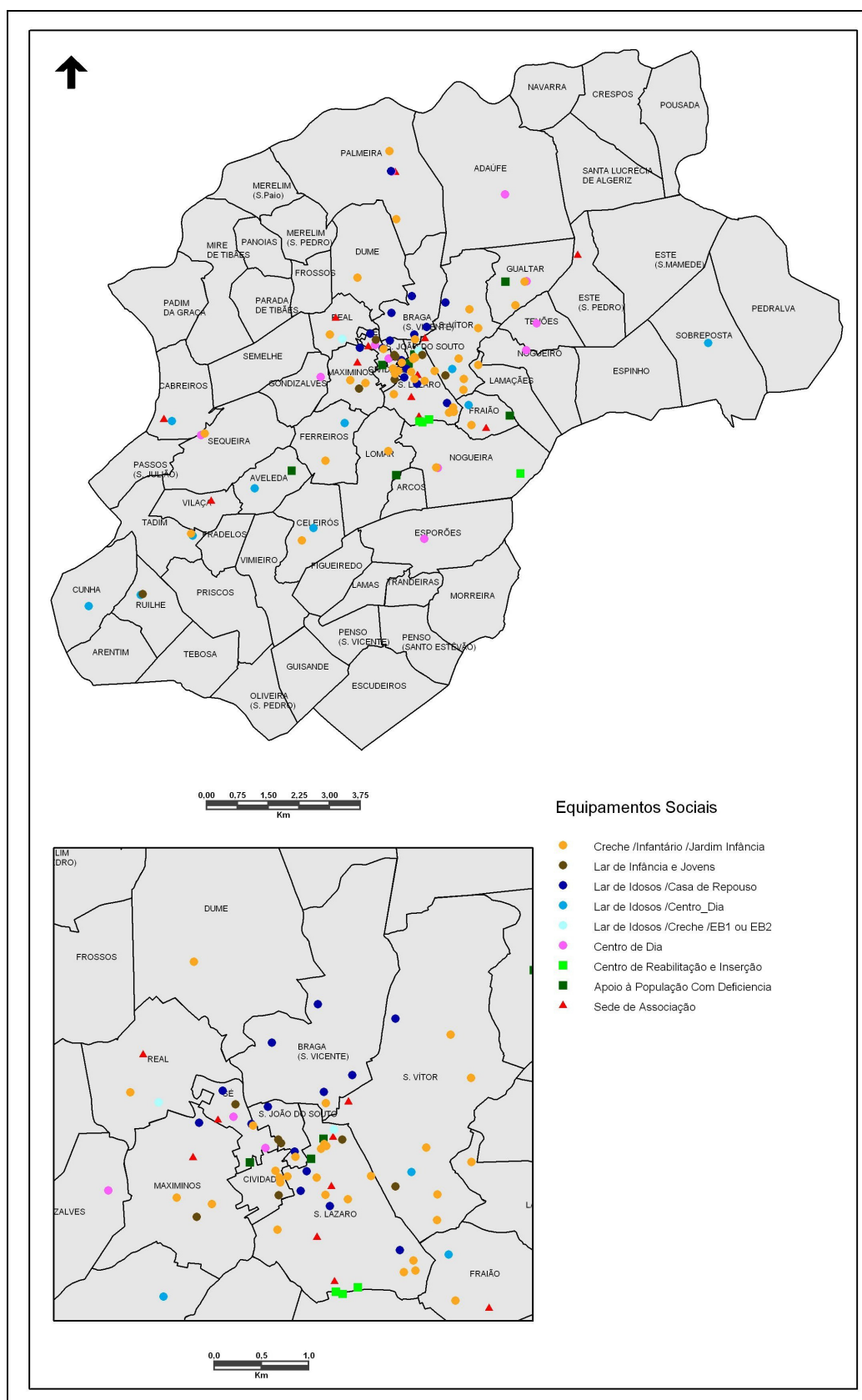


Figura 2.46 – Rede de equipamentos sociais



2.4.7| CULTURA

As cidades actuais procuram desenvolver no seu interior uma maior quantidade de actividades culturais, competindo entre si para poderem atrair um maior número de visitantes e gerar mais valias através do desenvolvimento de um turismo cultural. Ao mesmo tempo, tem-se a noção que uma sociedade com uma maior consciência e prática cultural, será uma sociedade cada vez mais desenvolvida. A maior possibilidade de escolha decorrente da oferta cultural diversa contribui para melhorar da qualidade de vida no espaço urbano, assumindo maior relevância numa sociedade que tende a desvalorizar e a perder as relações sociais e de contacto entre os indivíduos.

Os equipamentos de cultura são um conjunto de edificações ou espaços (a rua assume cada vez mais um papel importante) onde se desenvolvem um conjunto de eventos culturais, religiosos, arquitectónicos e arqueológicos, sendo o testemunho histórico de cada sociedade.

A consciência da importância das práticas culturais para a economia local tem incentivado o aumento do investimento das cidades em equipamentos e infra-estruturas como bibliotecas, cinemas, teatros, museus, auditórios.

Equipamentos de Cultura	Nº	%
Teatro	1	4,35%
Auditório Municipal	2	8,70%
Biblioteca	2	8,70%
Museus	9	39,13%
Videoteca/Espaço Internet	4	17,39%
Arquivo Distrital	1	4,35%
Salas de Exposições	4	17,39%
Total	23	100,00%

Quadro 2.25 – Equipamentos sociais do concelho de Braga, em 2009

No concelho existem 23 equipamentos de cultura e lazer. Os museus assumem uma maior importância no que concerne à quantidade de infra-estruturas, representando cerca de 40% dos equipamentos.

O equipamento cultural mais importante e carismático da cidade é o Theatro Circo localizado na freguesia de São João do Souto. Este possui cerca de 100 anos de existência tendo sido alvo de intervenção de remodelação recentemente (iniciou em 1999), encontrando-se em funcionamento desde o início de 2007. Refira-se que esta é a única sala de espectáculo pública do concelho oferecendo um vasto programa nas áreas da música, teatro e dança. Actualmente, o Theatro Circo é constituído por uma sala principal com capacidade para 899 lugares, um auditório com 236 lugares e uma sala de ensaios.

Este equipamento tem como objectivo, ser “um pólo aglutinador e despoletador de dinâmicas culturais e de criação, junto do público, na cidade e na região, afirmando Braga como cidade europeia da cultura”³⁴.

Para além do teatro, o concelho apresenta 2 auditórios municipais. O “Auditório do Parque de Exposições” é o maior do concelho possuindo 1204 lugares sentados (892 na plateia e 312 em bancada) estando preparado para receber congressos e espectáculos musicais. O “Auditório Municipal Galécia” por sua vez, apresenta capacidade para 152 lugares na plateia, localizando-se na freguesia de Maximinos e está preparado para receber espectáculos, conferências, congressos e peças de teatro.

³⁴ <http://www.theatrocirco.com/theatro/missao.php>

As duas bibliotecas do concelho são a Biblioteca Pública de Braga / Arquivo Distrital e a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva. A Biblioteca Pública de Braga foi fundada em 1841 e actualmente encontra-se integrada na Universidade do Minho estando localizada em São João do Souto. O Arquivo Distrital de Braga encontra-se localizado no mesmo edifício da biblioteca pública, tendo sido criado em 1917. A Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, por sua vez, está localizada na freguesia de Cividade, constituindo-se como uma biblioteca pública que resultou do investimento da Câmara Municipal de Braga em coordenação com a Universidade do Minho, tendo sido inaugurada no final do ano de 2004. Esta biblioteca possui igualmente uma sala de exposições e um auditório com capacidade para 160 lugares.

O concelho de Braga apresenta uma grande diversidade de Museus possibilitando uma diversificação da oferta cultural. Deste modo, existem 9 museus, designadamente:

- Museu da Imagem - criado em 1999 localiza-se na freguesia da Sé, apresentando um arquivo diversificado de documentos fotográficos que retratam a evolução histórica da cidade de Braga. Este equipamento apresenta a possibilidade de realização de exposições fotográficas temporárias.
- Museu do Mosteiro de São Martinho de Tibães - localizado na freguesia de Mire de Tibães, este monumento remonta ao século XI constituindo um museu que apresenta e tem procurado reunir todo o espólio de arte desde a pintura, escultura, obras literárias e arte sacra que fora vendido em 1834, no decurso do encerramento do mosteiro com o findar das ordens religiosas no país.
- Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa - foi criado em 1918, encontrando-se aberto ao público desde 2007, sendo vocacionado para a divulgação e exposição de espólio arqueológico compreendido desde o Paleolítico e a Idade Média. Efectua o estudo dos vestígios da presença do império romano na cidade (Bracara Augusta). Este museu está instalado na freguesia da Cividade.
- Ruínas Romanas da Cividade (Termas do Alto da Cividade) - este espaço está localizado na Cividade, datado dos séculos I e III depois de Cristo, e pertence ao Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa. Estas ruínas são o testemunho das antigas das termas públicas, sendo o resultado da presença romana no concelho.
- Museu dos Biscainhos - localizado na freguesia da Sé é um museu que apresenta um espólio maioritariamente constituído por obras de arte decorativas e de pintura e escultura que procuram representar a sociedade nobre portuguesa do século XVII e XVIII.
- Museu Nogueira da Silva - edificado em São Lazaro, foi criado em 1975, pertencendo à Universidade do Minho. Apresenta um conjunto de obras em diversos domínios entre os quais se destacam a pintura, a escultura, e o mobiliário dos séculos XVI, XVII e XVIII. Possui um espaço destinado à realização de exposições temporárias designado Galeria da Universidade.
- Museu Pio XII - fundado em 1957 pertence à diocese de Braga, e constitui um museu de arqueologia e de arte sacra, apresentando inúmeras obras em domínios da escultura, pintura, ourivesaria. Este equipamento integra três núcleos distintos, nomeadamente a Torre Medieval, o Museu Medina e o Museu Pio XII estando localizado na freguesia da Cividade.
- Tesouro Museu da Sé Catedral - localizado na Sé, foi inaugurado em 1930 e reúne um importante conjunto de obras de arte sacra.
- Museu Galeria Mário Sequeira - localizado em Parada de Tibães foi inaugurado em 1994, estando vocacionado para a apresentação de exposições de arte plástica contemporânea.

Para além dos museus o concelho possui 4 salas de exposições temporárias, vocacionado para a apresentação ao público de obras de pintura, escultura ou fotografia, nomeadamente Casa dos Coimbras e Galeria Mário Sequeira, Torre de Menagem, Casa dos Crivos e o Palácio de Exposições Grande Nave. O Palácio de Exposições Grande Nave apresenta-se como um pavilhão multiusos que, para além do tipo de exposições referidas, promove a realização de eventos económicos, culturais e provas desportivas.

No sentido de promover e divulgar o acesso à internet no concelho, foram criados pela Câmara Municipal, 2 “Videotecas Municipais” (uma localizada na Rua do Raio e outra no Parque da Ponte) ambas localizadas em São Lázaro, e 2 “Espaços Internet” (uma localizada em São Lázaro no “Mercado Cultural do Carandá”, e outra em São João do Souto).

Analisando a distribuição espacial deste tipo de equipamentos podemos constatar que cerca de 90% destas infra-estruturas estão concentradas em 5 freguesias do núcleo central da cidade (São Lázaro, Cidade, São João do Souto, Sé e Maximinos), e apenas 2 se encontram fora deste. Este facto deve-se à tentativa de fazer coincidir estes equipamentos com os locais de residência da maioria dos cidadãos.

Actualmente já começam a existir em cada junta de freguesia espaços onde se pode aceder gratuitamente à internet, combatendo desta forma a info-exclusão e promovendo o conhecimento, a cultura e a informação.

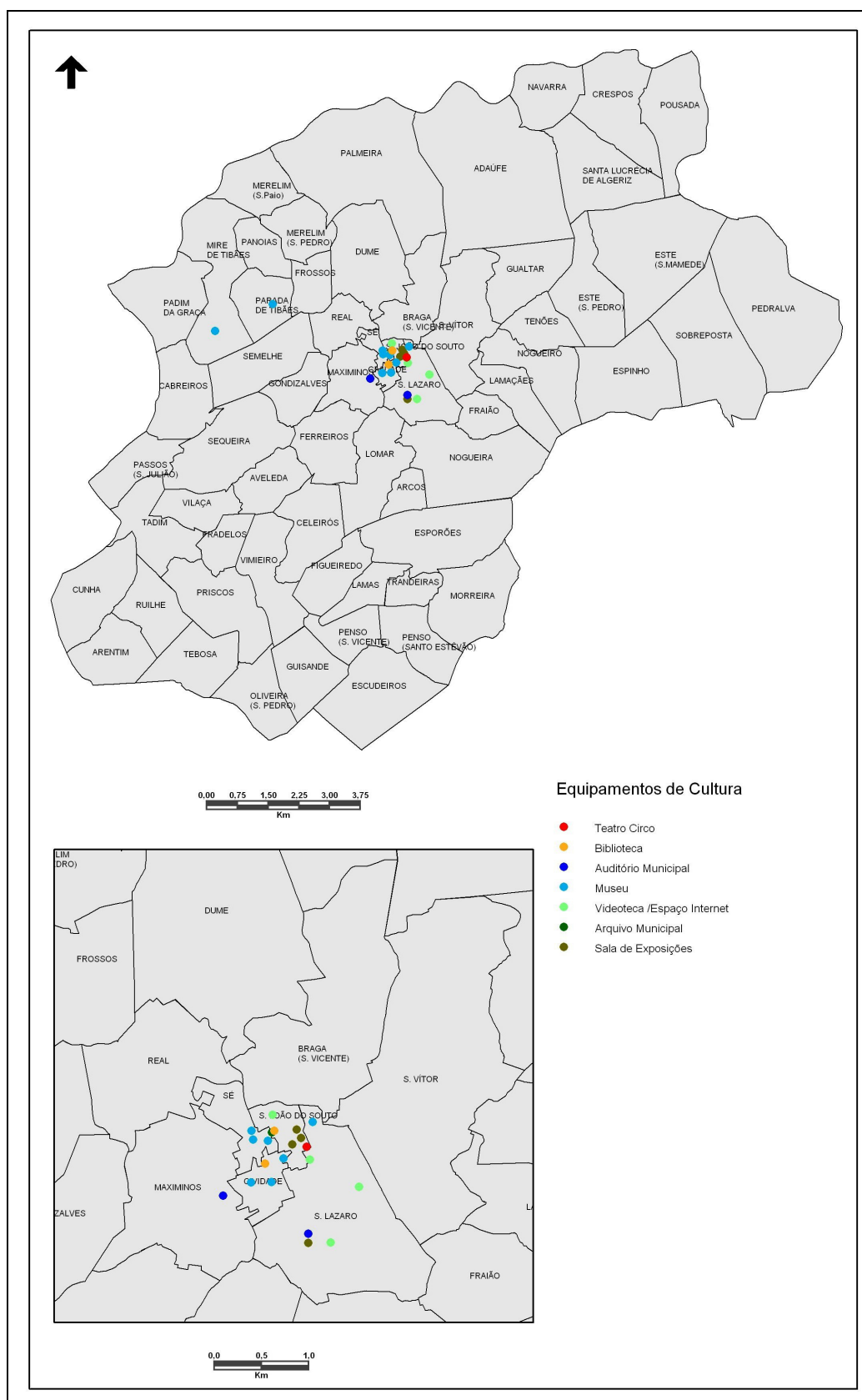


Figura 2.47 – Rede de equipamentos de cultura

2.4.8| DESPORTO

A Câmara Municipal de Braga, consciente da importância do desporto e da actividade desportiva para o desenvolvimento físico, social, saúde, e para a melhoria da qualidade de vida, tem apresentado como grande prioridade, a implementação de uma grande diversidade de equipamentos desportivos. Isto permite que os indivíduos de todos os estratos etários e sociais tenham maior capacidade de opção mediante a actividade com a qual se identificam.

Uma questão relevante é a acessibilidade aos equipamentos. Dado que a prática desportiva pode ser inviabilizada se estes não se encontrarem próximos dos indivíduos, não apresentarem segurança e conforto assim como espaços para estacionamento.

Neste sentido a Carta Europeia do Desporto sublinha que “a prática do desporto depende, em parte, do número, da diversidade das instalações e da sua acessibilidade, cabendo aos poderes públicos fazer a sua planificação global, tendo em conta as exigências nacionais, regionais e locais assim como as instalações públicas, privadas e comerciais já existentes”.

Segundo a Carta Europeia do Desporto promulgada em 1994, deve-se “promover a prática do desporto junto de toda a população, quer para fins de lazer, de saúde, ou com vista a melhorar as prestações, colocando à sua disposição instalações adequadas, programas diversificados e monitores, dirigentes ou “animadores” qualificados”.

A tipologia apresentada no quadro, tem como base o Decreto-Lei n.º 141/2009, que estabelece o novo regime jurídico das instalações desportivas classificando-as como “ (...) o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados para a prática de actividades desportivas (...)”.

O mesmo documento no capítulo II integra as instalações desportivas segundo a seguinte tipologia: Instalações Desportivas de Base Formativa - “ (...) destinadas para a educação desportiva de base e actividades propedêuticas de acesso a disciplinas desportivas (...)”;

Instalações Desportivas Especializadas - “ (...) concebidas e organizadas para a prática de actividades desportivas monodisciplinares (...)”;

Instalações Desportivas Especiais para Espectáculo Desportivo - “ (...) concebidas e vocacionadas para acolher a realização de competições desportivas (...)”.



Equipamentos Desportivos		Quantidade	%	Entidade Reguladora	
				Escolares / Privado	Autarquia
Instalações de Base Formativa					
Pavilhão Gimnodesportivo		28	10,2%	15	13
Grandes Campos de Jogos	Campos Futebol Relvados	35	12,7%	0	35
	Campos Futebol Pelados	21	7,6%	0	21
Piscina Municipal	Piscina Municipal Coberta / Climatizada	5	1,8%	1	4
	Piscina Municipal ao Ar Livre	13	4,7%	0	13
Pequenos Campos de Jogos	Campo de Futebol 7	1	0,4%	0	1
	Campo de Futebol 5	2	0,7%	0	2
	Polidesportivo com Balneários	108	39,6%	62	47
	Polidesportivo sem Balneários	15	5,5%	0	15
	Campo de Ténis	15	5,5%	0	15
	Campo de Basquetebol / Mini-Basquetebol	12	4,4%	0	12
	Campo de Voleibol / Voleibol de Praia	2	0,7%	1	1
	Pista de Atletismo	2	0,7%	0	2
Associação Desportivas		2	0,7%	0	2
Instalações Desportivas Especializadas					
Campo de Tiro do Clube dos Caçadores		2	0,7%	0	2
Campo de Treino de Golfe		1	0,4%	0	1
Parque de Campismo		1	0,4%	0	1
Instalações Desportivas Especiais Para Espectáculos Desportivos					
Estádio de Futebol		2	0,7%	0	2
Autódromo		1	0,4%	0	1
Kartódromo		1	0,4%	0	1
Aeródromo		1	0,4%	0	1
Pista de Aeromodelismo		1	0,4%	0	1
Pista de Radeomodelismo		1	0,4%	1	0
Centro Hípico		2	0,7%	1	1
Total		274	100%	81	193

Fonte: CMB 2009

Quadro 2.26 – Infra-estruturas desportivas existentes no concelho de Braga

O quadro 2.26, apresenta todos os equipamentos desportivos existentes no concelho de Braga, pertencentes ao sistema escolar público e a entidades privadas que prestam um serviço público, ou instalações desportivas da competência da administração local (autarquias ou juntas de freguesia).

Em 2009, existiam 274 infra-estruturas desportivas, dos quais, cerca de 70% se encontram sob a jurisdição da autarquia e os restantes 30% dependiam de entidades escolares ou instituições particulares. Refira-se que o desenvolvimento das infra-estruturas de base formativa tem sido uma das maiores preocupações da autarquia, representando em conjunto com os equipamentos inseridos nos espaços escolares, cerca de 95% das instalações desportivas do concelho. Este tipo de infra-estruturas apresentam uma vocação mais restrita procurando servir a população local, normalmente associado a um bairro ou a uma freguesia.

As instalações desportivas especializadas e as instalações desportivas especiais para espectáculos



apresentam uma área de influência mais abrangente, podendo atrair indivíduos de outras freguesias, ou mesmo em alguns casos, indivíduos de outros concelhos.

Campo de Futebol 11		Pavilhão Gimnodesportivo		
Previsto	A Beneficiar	Previsto	Em Construção	Concluídos
Gualtar	Maximinos	Tebosa	Vilaça	Dume
Sobreposta	Navarra		Ferreiros	Lamações
Frados	Santa Lucrécia		Frossos	
	Semelhe		Merelim São Paio	
	Vilaça		Figueiredo	
	Vimieiro		Este São Pedro	
	Espinho			

Quadro 2.27 – Infra-estruturas desportivas com construção prevista ou a beneficiar, no concelho de Braga

A Câmara Municipal nos últimos anos, tem apostado na construção de novas infra-estruturas desportivas e na requalificação das já existentes, de modo a incentivar os cidadãos para a prática das actividades desportivas. Actualmente o maior investimento nesta área tem sido efectuado no Parque Norte, onde podemos encontrar o Estádio Municipal de Braga que constitui um marco arquitectónico/turístico relevante na cidade. Neste espaço, está em fase de execução a Piscina Olímpica e um Pavilhão Multiusos, que irão permitir uma diversificação dos espaços de desporto e possibilitar a realização de espectáculos e eventos desportivos de importância regional e nacional.

Para além do Parque Norte, podemos identificar duas áreas importantes em termos de concentração de equipamentos desportivos. Uma, está localizada no núcleo urbano, na freguesia de São Victor (Complexo Desportivo da Rodovia), integrando as seguintes instalações: piscinas municipais, Club de Ténis de Braga, três campos de futebol de 11 dos quais dois são relvados, um campo de futebol de 7 e dois campos de futebol de 5 e varias associações desportivas como é exemplo a Associação de Futebol de Braga. A outra localiza-se no Vale de Santo Estêvão, em Palmeira, e apresenta um conjunto de instalações desportivas especiais para espectáculos, como são exemplos, Kartódromo, Aeródromo, Autódromo, campo de Mini Golfe e a Pista de Aerodelismo.

A partir de 2008, os campos de futebol de 11 foram alvo de recuperação e construção de instalações de apoio (balneários e bancadas) e implementação de piso sintético, substituindo os antigos campos em terra batida. Deste modo, foram intervencionados 29 complexos desportivos até 2010³⁵.

Braga, dispõe actualmente de 56 campos de futebol de 11 dos quais 62% estão equipados com relvado (sintético ou natural), sendo o reflexo do empenho da autarquia no melhoramento destes equipamentos. Encontra-se previsto a beneficiação de 7 campos de futebol de 11, localizados em Maximinos, Navarra, Santa Lucrécia, Semelhe, Vilaça, Vimieiro e Espinho, e a construção de 3 novos complexos desportivos em Frados, Gualtar e Sobreposta.

Os pavilhões gimnodesportivos, são resultado de dois tipos de investimento, nomeadamente o escolar e o autárquico em articulação com as juntas de freguesia. O concelho possui 28 pavilhões gimnodesportivos, dos quais cerca de metade pertencem à autarquia. Actualmente encontra-se em fase de construção 6

³⁵ Os campos de futebol 11 intervencionados localizam-se em: Arcos, Arentim, Aveleda, Cabreiros, Celeiros, Crespos, Cunha, Dume (2 – Bairro da Misericórdia e Campo de Treinos do Estádio Municipal), Este São Mamede (2), Ferreiros, Figueiredo, Frossos, Gondizalves, Guisande, Lomar, Merelim São Paio, Mire de Tibães, Nogueira, Palmeira, Panoias, Parada Tibães, Pedralva, São Lázaro (2 Camélias), Sequeira, Tadim e Trandeiras.

pavilhões gimnodesportivos e 1 em fase de projecto (Tebosa). Por outro lado, em 2010, concluiu-se as obras de construção dos pavilhões gimnodesportivos de Dume e Lamações.

As piscinas municipais foram uma aposta importante sobretudo na década de 90 (55% destas infra-estruturas foram construídas neste período), existindo 18 piscinas no município, repartidas por 5 cobertas/climatizadas (uma é particular localizada em Ruíhe pertencente ao “Centro Social Padre David Oliveira Martins”) e 13 ao ar livre.

Os polidesportivos com balneários são os equipamentos mais numerosos no concelho, e servem os indivíduos de cada freguesia. Actualmente assiste-se ao proliferar deste tipo de infra-estrutura, existindo em quase todas as freguesias pelo menos um polidesportivo. Cerca de 57% destas infra-estruturas estão localizadas nos recintos escolares. Estas instalações são complementadas pelos polidesportivos sem balneários. Analisando a distribuição geográfica dos polidesportivos, verificamos a existência de 11 freguesias que não se encontram servidas³⁶. No caso da freguesia de Arcos, o polidesportivo foi construído na freguesia contígua (Nogueira).

A rede de instalações desportivas é mais densa na área da cidade, diminuindo à medida que as freguesias se localizam em áreas mais periféricas. Este facto deve-se, para além da proximidadelocalização da maioria da população, a esta ser uma área onde se encontram a grande maioria dos equipamentos escolares, nomeadamente as escolas do segundo e terceiro ciclo, secundarias e universidades.

³⁶ Arcos, Fraião, Gondizalves, Guisande, Morreira, Pedralva, Priscos, São João do Souto, Semelhe, Sequeira e Sobreposta.

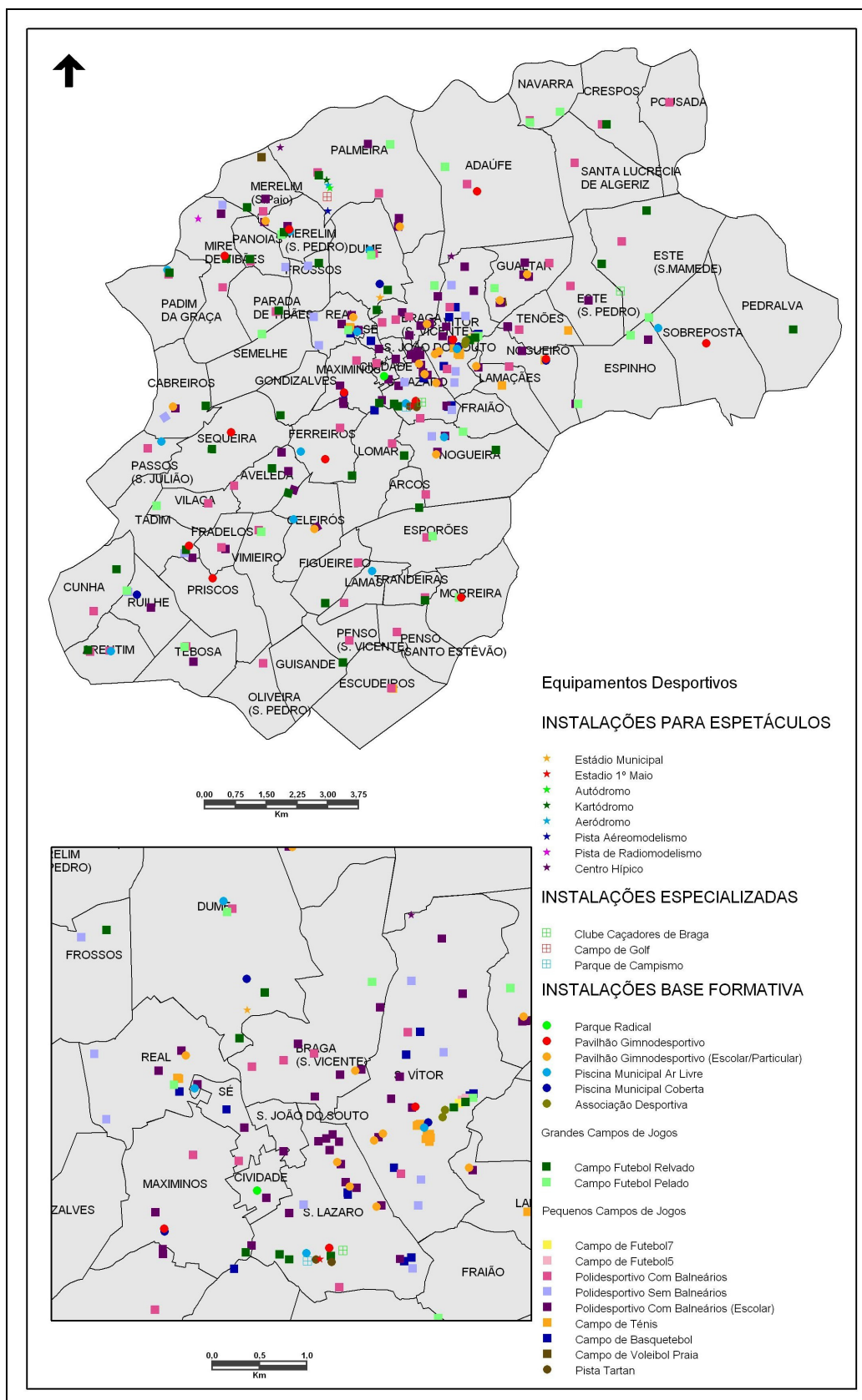


Figura 2.48 – Rede de equipamentos desportivos



2.4.9| RELIGIOSOS

A rede de equipamentos religiosos inclui todos os edifícios deste tipo, com valor patrimonial e histórico do concelho, assim como locais destinados à prática religiosa. Este tipo de equipamento assume uma importância fundamental para a identidade local e para o desenvolvimento das actividades económicas nomeadamente as que apoiam o turismo religioso, alicerçado num património construído de diversos estilos arquitectónicos, sendo testemunho da evolução social e histórica da cidade e da região.

A diocese de Braga, no sentido de potenciar este tipo de turismo promove anualmente a “Semana Santa”, decorrendo pelas ruas da cidade, um conjunto de procissões alusivas às festas da igreja católica. Esta actividade é responsável por atrair inúmeros visitantes para a cidade, e divulgar o seu património e costumes a nível nacional e internacional.

A rede de equipamentos religiosos procura cartografar todos os locais de culto, nomeadamente os templos católicos e de outras religiões. A carta compreende ainda, os edifícios destinados a seminários e institutos religiosos e os centros paroquiais existentes.

Assim, a carta apresenta a seguinte tipologia:

Tipologia	Nº	%	Classificados (IGESPAR)		
			MN	IIP	EVC
Santuário	2	0,7%	0	1	0
Convento	2	0,7%	0	0	0
Mosteiro	2	0,7%	0	1	0
Sé Catedral	1	0,3%	1	0	0
Igreja	85	29,2%	0	9	2
Capela	127	43,6%	2	2	3
Capela Mortuária	23	7,9%	0	0	0
Cruzeiro Classificado	24	8,2%	3	1	0
Seminário /Instituto Religioso	12	4,1%	0	0	0
Casa Sacerdotal	1	0,3%	0	0	0
Casa /Salão / Centro Paroquial	8	2,7%	0	0	0
Igreja Não Católica	4	1,4%	0	0	0
Total	291	100,0%	6	13	6

Quadro 2.28 – Equipamentos religiosos e respectiva classificação pelo IGESPAR, em 2009

Os Santuários são os equipamentos religiosos mais importantes do concelho, responsáveis por atraírem anualmente um grande número de visitantes assumindo uma relevância significativa para a economia de toda a cidade. Ao nível local, encontramos nas imediações destes equipamentos um conjunto de actividades económicas das quais se podem destacar os Hotéis, restaurantes e cafés.

O Santuário do Sameiro localiza-se na freguesia de Espinho coincidindo com o ponto mais elevado do concelho, encontrando-se estrategicamente posicionada em relação à cidade. A sua construção iniciou-se em 1863 tornando-se a seguir ao Santuário de Fátima, o mais importante local de culto de Portugal.

O Santuário do Bom Jesus, por sua vez, é uma obra do arquitecto Carlos Amarante, tendo sido iniciado em 1784 e concluído em 1811. A Igreja constitui uma das mais importantes obras barrocas do país, localizando-se na freguesia de Tenões. Este espaço articula a paisagem natural, expressa na mata e parque do Bom Jesus, com património construído, nomeadamente, a igreja, o imponente escadório com



varias capelas que representam a “Via Sacra” e um elevador movido por um sistema de contrapeso de água datado de 1882. O conjunto do Santuário está classificado pelo IGESPAR como Imóvel de Interesse Público (IIP).

A Sé Catedral está edificada na freguesia da Sé, tendo sido reconstruída no início do século XII substituindo a antiga igreja por iniciativa de D. Paio Mendes, e está classificada como Monumento Nacional (MN). Este templo é testemunho da evolução histórica da cidade de Braga, resistindo ao longo dos séculos e congregando variados estilos arquitectónicos até ao século XIX, nomeadamente o românico, o gótico e o barroco.

O Mosteiro de Tibães, localizado em Mire Tibães, foi fundado no início do século XI, sendo um dos mais importantes mosteiros beneditinos do país. Em 1834, o fim das congregações religiosas despoletou a venda do mosteiro e da maioria do espólio (pintura, escultura e de livros) a privados. O estado português, em 1986, procedeu à aquisição deste imóvel, procurando recuperar todo o espólio artístico que tinha sido vendido reunindo-o e expondo-o no museu. O mosteiro integra igualmente a igreja (ambos classificados como Imóveis de Interesse Público) e o cruzeiro considerado Monumento Nacional (MN).

O concelho possui 85 igrejas, verificando-se a sua existência em todas as freguesias. Apesar da sua pequena dimensão, São João do Souto apresenta a maior quantidade de igrejas do concelho (6). Observando a classificação atribuída pelo IGESPAR, constata-se que existem 9 igrejas classificadas como Imóvel de Interesse Público e 2 como imóvel Em Vias de Classificação³⁷.

As capelas são os equipamentos religiosos mais numerosos do concelho, representando cerca de 43% das infra-estruturas levantadas. A freguesia de Adaúfe e de Dume são as que apresentam a maior quantidade de capelas (8 e 7 respectivamente). O IPPAR classificou e estabeleceu áreas de protecção a 7 capelas, considerando: 2 “Monumento Nacional”, 2 “Imóvel de Interesse Público” e 3 “Imóveis Em Vias de Classificação”³⁸.

Existem 24 cruzeiros alvos de classificação pelo IPPAR ou pela Câmara Municipal, dos quais, 3 são considerados “Monumento Nacional” – Cruzeiro dos Mosteiro de Tibães (Mire Tibães); Cruzeiro do Largo Senhora a Branca (S. Lazaro); Cruzeiro do Campo das Hortas ou das Carvalheiras (Sé) e 1 “Imóvel de Interesse Público” – Cruzeiro de Nossa Senhora da Consolação (Nogueiró).

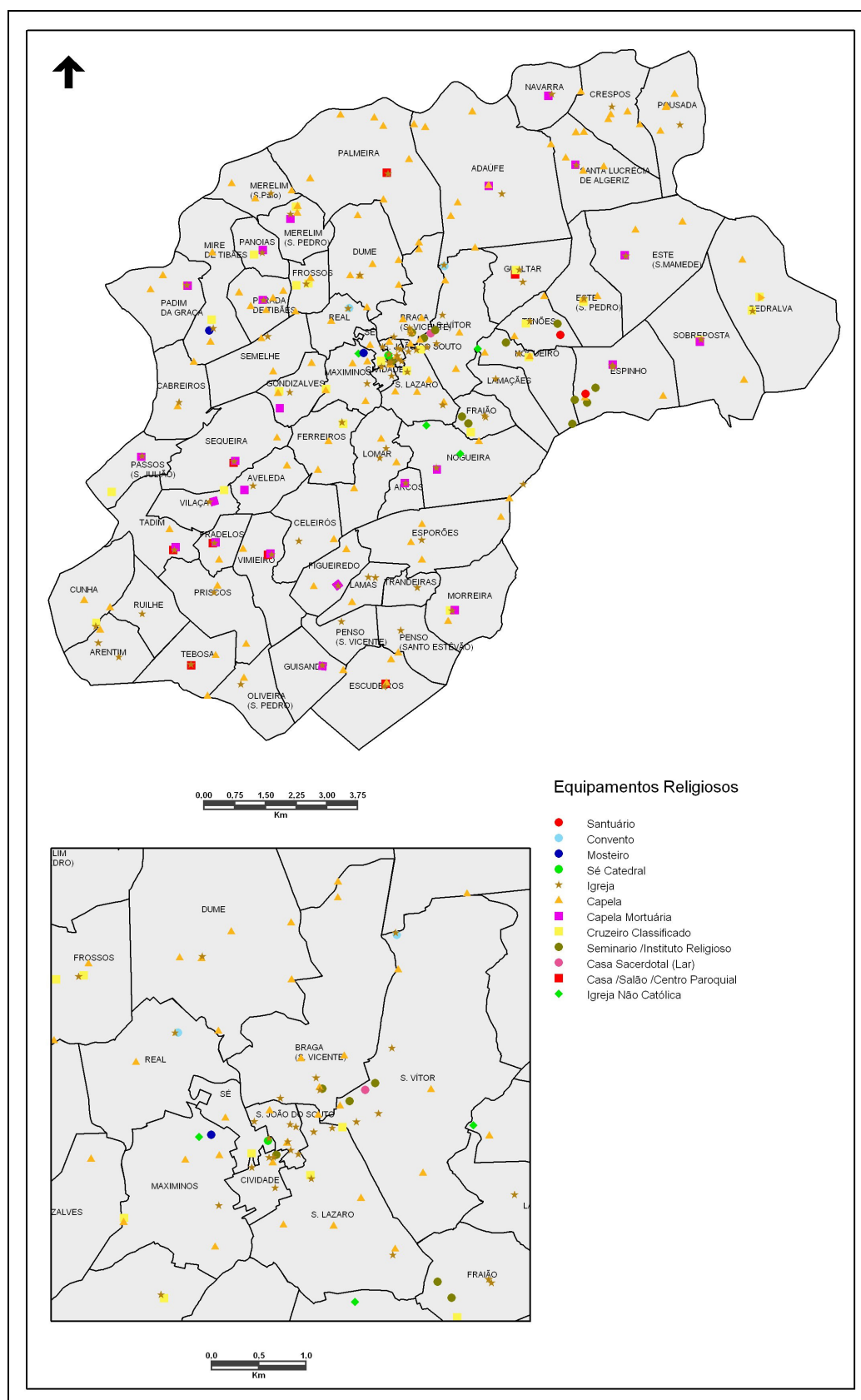
³⁷ **Igrejas – IIP** – Igreja de S. Salvador (Figueiredo); Igreja do Mosteiro de Tibães (Mire Tibães); Igreja de S. Marcos (S. João do Souto); Igreja do Populo (S. João do Souto); Igreja dos Congregados (S. Lazaro); Igreja de São Vicente (S. Vicente); Igreja de S. Victor (S. Victor); Igreja da Misericórdia (Sé); Igreja de Santa Eulália (Tenões).

Igrejas - EVC – Igreja dos Terceiros (S. João do Souto); Igreja; Igreja Nossa Senhora do Carmo (S. Vicente).

³⁸ **Capelas – MN** – Capela de São Frutuoso (Real); Capela da Nossa Senhora da Conceição ou Casa dos Coimbras (S. João do Souto).

Capela - IIP – Capela de Nossa Senhora da Consolação (Nogueiró); Capela do Antigo Convento do Salvador (S. João do Souto).

Capelas – EVC – Capela Senhora do Rosário (Escudeiros); Casa e Capela Quinta da Igreja (Santa Lucrécia); Capela de Guadalupe (S. Victor).



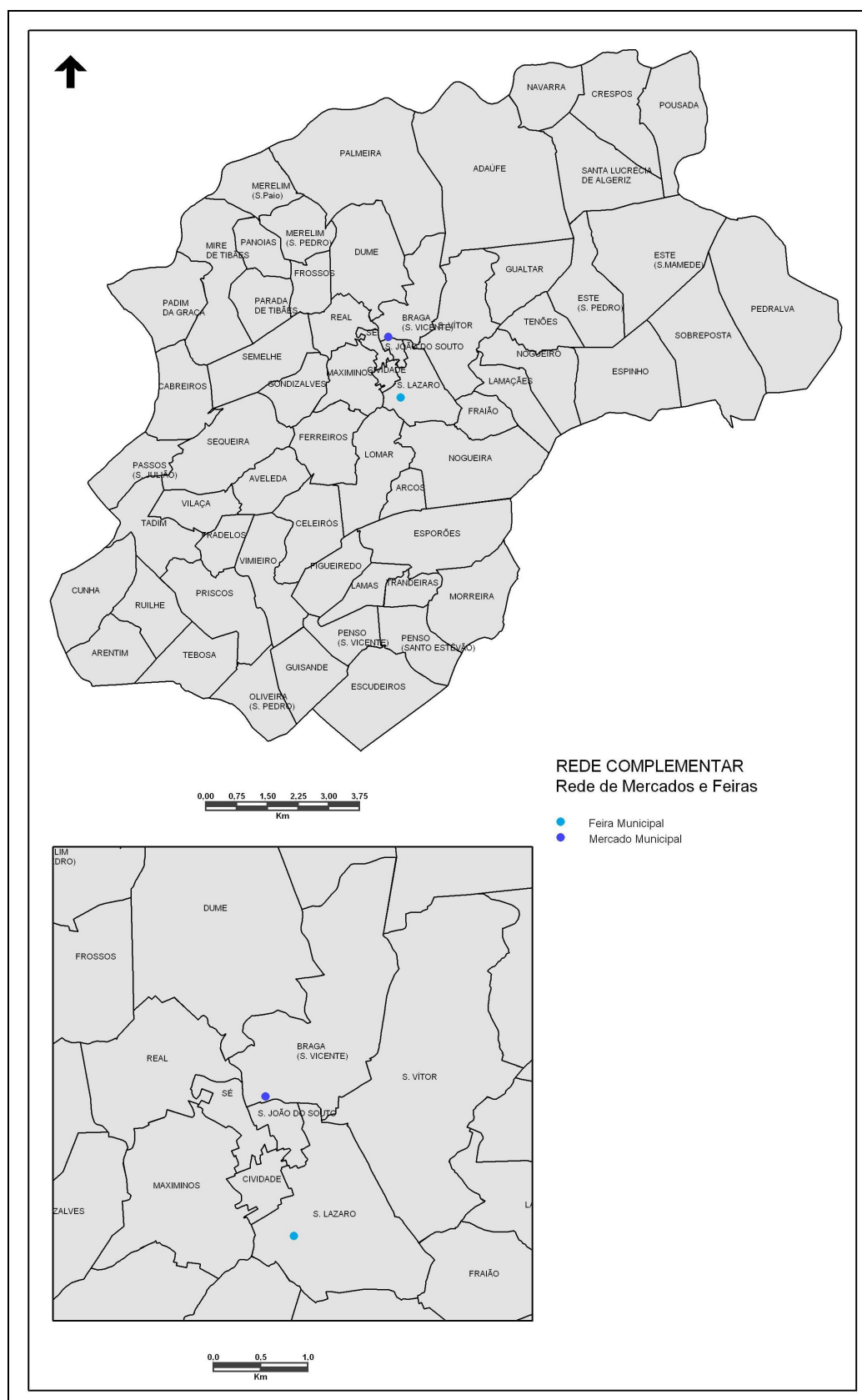
2.4.10| MERCADOS E FEIRA

O concelho de Braga possui 1 mercado municipal e um espaço destinado à realização de feiras.

O mercado municipal localiza-se desde 1956 na freguesia de São Vicente, substituindo o antigo mercado que existia desde 1914 em frente ao edifício principal da Câmara Municipal de Braga, no local que actualmente corresponde à praça do município.

A feira municipal decorre uma vez por semana (terças feiras), realizando-se no recinto exterior do parque de exposições, na freguesia de São Lázaro.

Geograficamente, este tipo de equipamento localizam-se na área central da cidade, coincidindo com os espaços onde residem a maioria da população, assim como, os locais melhor servidos de transportes públicos e com melhor acessibilidade para todos os indivíduos residentes das freguesias periféricas.





2.4.11| TURISMO

Segundo Óscar de La Torre, “o turismo é um fenómeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma actividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, económica e cultural.” (De La Torre 1992, pag19).

Em 1994, a Organização Mundial de Turismo / Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo acrescenta que o turismo são “as actividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período consecutivo de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros”.

O turismo pode apresentar-se de diversas formas, estando intimamente relacionado com a paisagem construída e a paisagem natural, assim como, os eventos realizados em determinada área (artísticos, culturais, desportivos, científicos e realizações religiosas), gerando diferentes tipos de motivação para as deslocações dos indivíduos. Deste modo, podemos encontrar uma grande variedade de formas de turismo nomeadamente: Turismo Recreativo ou de Lazer, Turismo Cultural, Turismo de Saúde, Turismo Religioso, Turismo de Desporto, Turismos Histórico, Turismo Rural, Turismo de Negócios entre outros.

Segundo Boullon (em 1987, pag.66-68), a zona turística é uma área ou espaço com pelo menos, dez atractivos turísticos localizados proximamente. A zona deverá ter dois ou mais centros turísticos, equipamentos, serviços, transporte e comunicações entre eles.

Braga possui uma oferta turística diversificada, com vários estabelecimentos de apoio ao turismo, e equipamentos que contribuem para se considerar como uma importante zona turística. No entanto, é necessário compreender que, para assumir uma importância internacional deve-se diversificar a oferta turística. O concelho não se pode isolar, devendo desenvolver uma política de articulação com os concelhos vizinhos beneficiando igualmente das suas potencialidades, entre os quais Guimarães “Património Cultural da Humanidade”, e o “Parque Nacional da Peneda Geres” como espaço primordial de turismo de natureza, de desportos radicais além do turismo termal relacionado com a saúde. A proximidade entre estes espaços turísticos pode permitir a criação de uma zona turística de importância internacional.

O concelho de Braga apresenta potencialidades para o desenvolvimento turístico nas seguintes vertentes:

- **Turismo Histórico** - baseado num património arquitectónico e arqueológico importante, com um centro histórico que é testemunho da cidade medieval e romana (ruínas romanas e muralhas existentes), e um património religioso e alguns edifícios imponentes que congregam inúmeros estilos arquitectónicos (românico, o gótico e o barroco). Os santuários pela sua monumentalidade e a importância religiosa são responsáveis pela atracção de inúmeros turistas. Segundo o IGESPAR existem 6 imóveis classificados como Monumento Nacional (MN), 13 como Imóvel de Interesse Público (IIP) e 6 Imóveis Em Vias de Classificação (EVC).

- **Turismo Religioso** - de raiz cristã e católica atinge o seu expoente máximo com a realização da Semana Santa, representando uma manifestação pública e colectiva de fé. Os santuários do Bom Jesus e do Sameiro, são lugares importantes de turismo religioso da cidade. O Sameiro é o mais importante local de culto mariano do país a seguir a Fátima.



- **Turismo de Desporto** – o concelho possui equipamentos desportivos com influência nacional e internacional, realizando-se periodicamente eventos e espectáculos de âmbito internacional (corridas de automobilismo e motociclismo, provas internacionais de karting). São os casos do Autódromo, Kartódromo e Aeródromo. O “Estádio Municipal de Braga” construído para o euro 2004, constitui actualmente mais um equipamento que pela sua imponência e originalidade constitui um atractivo turismo para a região.

- **Turismo Cultural** – decorrente da existência de variados equipamentos culturais, que se concentram principalmente na área central do concelho, nomeadamente Museus, Biblioteca, Theatro Circo, assim como a realização de variados espectáculos culturais no âmbito da música, teatro, cinema e exposições e eventos (“Encontros da Imagem” – Maio; “MIMARTE – Festival de Teatro Braga” – Julho; “Festival Internacional de Folclore de Braga” – Agosto; “Braga Romana” – Maio ou Junho).

O Decreto-Lei nº 328/86, de 30 de Setembro, classificou os estabelecimentos hoteleiros, definindo-os como: Hotéis; Pensões; Pousadas; Estalagens; Motéis; Hotéis – Apartamentos; Aldeamentos Turísticos; e Hospedarias ou Casas de Hospedes. Os estabelecimentos referidos, são complementados pelos Apartamentos Turísticos, Unidades de Turismo de Habitação, Unidades de Turismo Rural ou de Agroturismo, e os Parques de Campismo.

Os empreendimentos turísticos existentes no concelho de Braga e que se destinam a proporcionar alojamentos temporários e outros serviços são os seguintes:

HOTEL – “estabelecimento hoteleiro que ocupa um edifício ou apenas parte independente dele, constituindo as suas instalações um todo homogéneo, com pisos completos e contínuos, acesso próprio e directo para o uso exclusivo dos seus utentes, a quem são prestados serviços de alojamento temporário e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições, mediante pagamento. Estes estabelecimentos possuem, no mínimo, 10 unidades de alojamento” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Hotéis	Freguesias	Quartos	Camas
Meliá Braga Hotel & Spa (5 estrelas)	São Victor	182	363
Hotel Turismo (4 estrelas)	São Lázaro	132	250
Hotel do Elevador (4 estrelas)	Tenões	22	44
Hotel do Templo (4 estrelas)	Tenões	42	80
Hotel do Parque (4 estrelas)	Tenões	49	100
Hotel Carandá (3 estrelas)	São Lázaro	82	152
Hotel da Estação (3 estrelas)	Maximinos	53	107
Grande Hotel (3 estrelas)	Tenões	31	40
Hotel Lamações (3 estrelas)	Nogueiró	52	108
Hotel do Lago (3 estrelas)	Tenões	53	100
Hotel Íbis (2 estrelas)	São João Souto	72	140
Hotel João XXI (2 estrelas)	São Lázaro	40	89
Hotel Comfort Inn (2 estrelas)	Ferreiros	75	104
TOTAL	-	885	1677

Quadro 2.29 – Hotéis existentes no concelho de Braga, em 2009

HOTEL-APARTAMENTO – “Estabelecimento hoteleiro constituído por um conjunto de pelo menos 10 apartamento equipados e independentes (alugados dia a dia a turistas), que ocupa a totalidade ou parte



independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos para uso exclusivo dos seus utentes, com restaurante e com, pelo menos, serviço de arrumação e limpeza” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Hotel - Apartamento	Freguesia	Apartamentos	Camas
Aparthotel Mãe de D`água (3 estrelas)	Nogueiró	30	60

Quadro 2.30 – Hotel – apartamento existente no concelho de Braga, em 2009

HOTEL-RESIDENCIAL – “estabelecimento hoteleiro com um mínimo de 10 quartos, que ocupa a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acesso próprios e directos para uso exclusivo dos seus utentes, aos quais são fornecidos apenas o serviço de alojamento e pequeno-almoço” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Hotel - Residencial	Freguesia	Quartos	Camas
Residencial Dom Vilas (4 estrelas)	S. Lázaro	32	64
Hotel Residencial Dona Sofia (3 estrelas)	S. João do Souto	34	67
Residencial dos Terceiros (3 estrelas)	S. João do Souto	22	44
Residencial São Marcos (3 estrelas)	S. João do Souto	13	26
Residencial São Nicolau (3 estrelas)	S. Lázaro	15	30
Residencial Cairense (3 estrelas)	Maximinos	34	68
Residencial Centro Comercial Avenida (2 estrelas)	S. Lázaro	40	-
Residencial Avenida (2 estrelas)	S. Lázaro	20	45
Residencial São Lázaro	S. Lázaro	18	-
Residencial São João	S. Lázaro	12	21
Residencial Dora	S. Victor	12	-
TOTAL		252	365

Quadro 2.31 – Hotel – residencial existente no concelho de Braga, em 2009

PENSÃO-ALBERGARIA – A Pensão é o “estabelecimento hoteleiro com restaurante e um mínimo de 6 quartos, ocupando a totalidade ou parte independente de um edifício, desde que constituído por pisos completos e contíguos, com acessos próprios e directos aos pisos para uso exclusivo dos seus utentes, e que pelos equipamentos e instalações, localização ou capacidade, não obedece às normas estabelecidas para a classificação como hotel ou estalagem, fornecendo aos seus clientes alojamento e refeições. A tipologia contempla as classificações Albergaria, Pensão de 1ª, 2ª e 3ª categorias” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Albergaria - Pensão	Freguesia	Quartos
Albergaria Senhora-a-Branca (4 estrelas)	S. Victor	20
Albergaria Bracara Augusta (4 estrelas)	S. Lázaro	19
Albergaria da Sé (4 estrelas)	Sé	12
Albergaria Centro Apostólico do Sameiro (4 estrelas)	Espinho	91
Pensão Residencial Francfort (3 estrelas)	S. Lázaro	15
TOTAL		157

Quadro 2.32 – Albergarias e Pensão existente no concelho de Braga, em 2009

POUSADA/ POUSADA DA JUVENTUDE – A Pousada é o “estabelecimento hoteleiro instalado em imóvel classificado como monumento nacional de interesse público, regional ou municipal e que, pelo valor



arquitectónico e histórico, seja representativo de uma determinada época e se situe fora de zonas turísticas dotadas de suficiente apoio hoteleiro.” A Pousada da Juventude é “estabelecimento sem fins lucrativos destinados à hospedagem de jovens (sozinhos ou em grupos limitados)” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Pousada/Pousa da Juventude	Freguesia	Quartos
Pousada da Juventude	S. Victor	9
Pousada de Braga - Quinta de Infias	S. Vicente	26
TOTAL		35

Quadro 2.33 – Pousada e pousada da juventude existente no concelho de Braga, em 2009

MOTEL – “estabelecimento hoteleiro situado fora dos centros urbanos e na proximidade de estradas, ocupando a totalidade de um ou mais edifícios, constituindo por um mínimo de 10 apartamentos/quartos (com casa de banho simples) independentes, com entradas directas do exterior e com um lugar de estacionamento privativo e contíguo a cada apartamento/quarto” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Motéis	Freguesia	Quartos
Motel Bracancun	Pousada	40
Motel Horly (3 estrelas)	Palmeira	55
TOTAL		95

Quadro 2.34 – Motéis existentes no concelho de Braga, em 2009

UNIDADES DE TURISMO RURAL/HABITAÇÃO – “estabelecimento de turismo no espaço rural que presta serviço de hospedagem de natureza familiar em casas rústicas particulares que se integram na arquitectura típica regional em função da sua traça, materiais construtivos e demais características” (segundo o “Turismo de Portugal”).

Casas Turismo Rural/Habitação	Freguesia
Castelo do Bom Jesus	Tenões
Casa do Paço de São Mamede	Este S. Mamede
Quinta dos Muros Secos	Pedralva
Solar das Cabanas	Dume
Casa dos Lagos	Tenões
Casa de Pedra Cavalgada	Palmeira
Casa de Santiago	Esporões
Casa de São Brás da Torre	Figueiredo
Quinta do Assento	Gondizalves
Quinta dos Ingleses	Palmeira
Casa Alves de Torneiros	Penso S. Vicente
Casa da Mata	Semelhe
Quinta das Lages	Pousada

Quadro 2.35 – Casas de turismo rural ou de habitação existentes no concelho de Braga, em 2009

A carta de equipamentos turísticos reúne 47 empreendimentos hoteleiros, distribuídos por 13 hotéis, 1 Hotel-Apartamento, 1 Pousada, 1 Pousada da Juventude, 2 Motéis, e 13 Casas de Turismo Rural ou de Habitação. Observando a distribuição geográfica podemos verificar que dependendo do tipo de equipamento vão apresentar uma localização distinta.



Os 13 hotéis, disponibilizam 864 quartos, representando uma capacidade hoteleira para 1677 visitantes. A maior quantidade deste tipo de equipamentos está classificada de 3 estrelas, sendo significativo a existência de apenas uma unidade que dispõe de serviços classificados como de 5 estrelas inaugurado recentemente (Setembro de 2010).

Os Hotéis vão localizar-se nas proximidades ou espaços turísticos mais importantes do concelho. Assim vamos encontrar 5 nas imediações do centro histórico (1 dos quais dentro deste), e outros 5 na freguesia de Tenões contíguos ao Santuário do Bom Jesus. Esta localização demonstra a importância das atrações turísticas para a existência deste tipo de empreendimento, procurando estar próximos destes, beneficiando de um conjunto de externalidades positivas. De facto é significativo que cerca de 80% destes empreendimentos se encontrem próximos a estas duas áreas.

Refira-se que, apesar da importância em termos turísticos do Santuário do Sameiro, este não apresenta nenhum empreendimento turístico classificado como hotel nas suas imediações, possuindo apenas a Albergaria do Centro Apostólico do Sameiro.

Para além dos equipamentos referidos pode-se destacar a existência nas imediações do santuário do Bom Jesus, de um Hotel-Apartamento. Esta instalação hoteleira disponibiliza para o mercado 30 apartamentos e 60 camas.

Os Hotéis-Residencial e as Pensões e Albergarias apresentam uma localização comum. Assim, estes empreendimentos concentram-se na área central do concelho, contribuindo para a reabilitação do edificado. Sublinhe-se que, das 16 infra-estruturas com este tipo de classificação, 44% se encontra inserido no centro histórico e os restantes estão no espaço contíguo a este, permitindo um apoio mais eficaz ao turismo, e reduzindo a necessidade de deslocações e de dependência dos transportes do turista. Nas áreas contíguas aos santuários não existe nenhum tipo de empreendimento turístico com estas características.

Os Motéis instalam-se fora dos centros urbanos na proximidade de importantes vias de comunicação, e no caso do concelho esse facto verifica-se. No concelho localizam-se à margem da Variante à EN103 (Motel Bracancun) e da Variante à EN101/101 (Motel Horly). O Motel Horly localizado em Palmeira procura apoiar a prática desportiva, beneficiando da existência nas suas imediações de vários equipamentos desportivos com importância nacional e internacional (Kartódromo, Aeródromo, Autódromo, Campo de Mini-Golf entre outros) e do rio Cavado.

Existem 13 unidades de turismo rural ou de habitação, localizando-se na sua totalidade fora do núcleo urbano composto pelas 7 freguesias da cidade. Este tipo de modalidade turística tem como objectivo permitir um contacto mais directo com as actividades agrícolas, e com a natureza, o que não é possível nas áreas da cidade onde predomina uma malha urbana bastante densa. Este tipo de turismo é efectuado principalmente em solares, casas apalaçadas ou residências com valor arquitectónico ou em casas rurais, que predominam principalmente nas freguesias mais rurais.

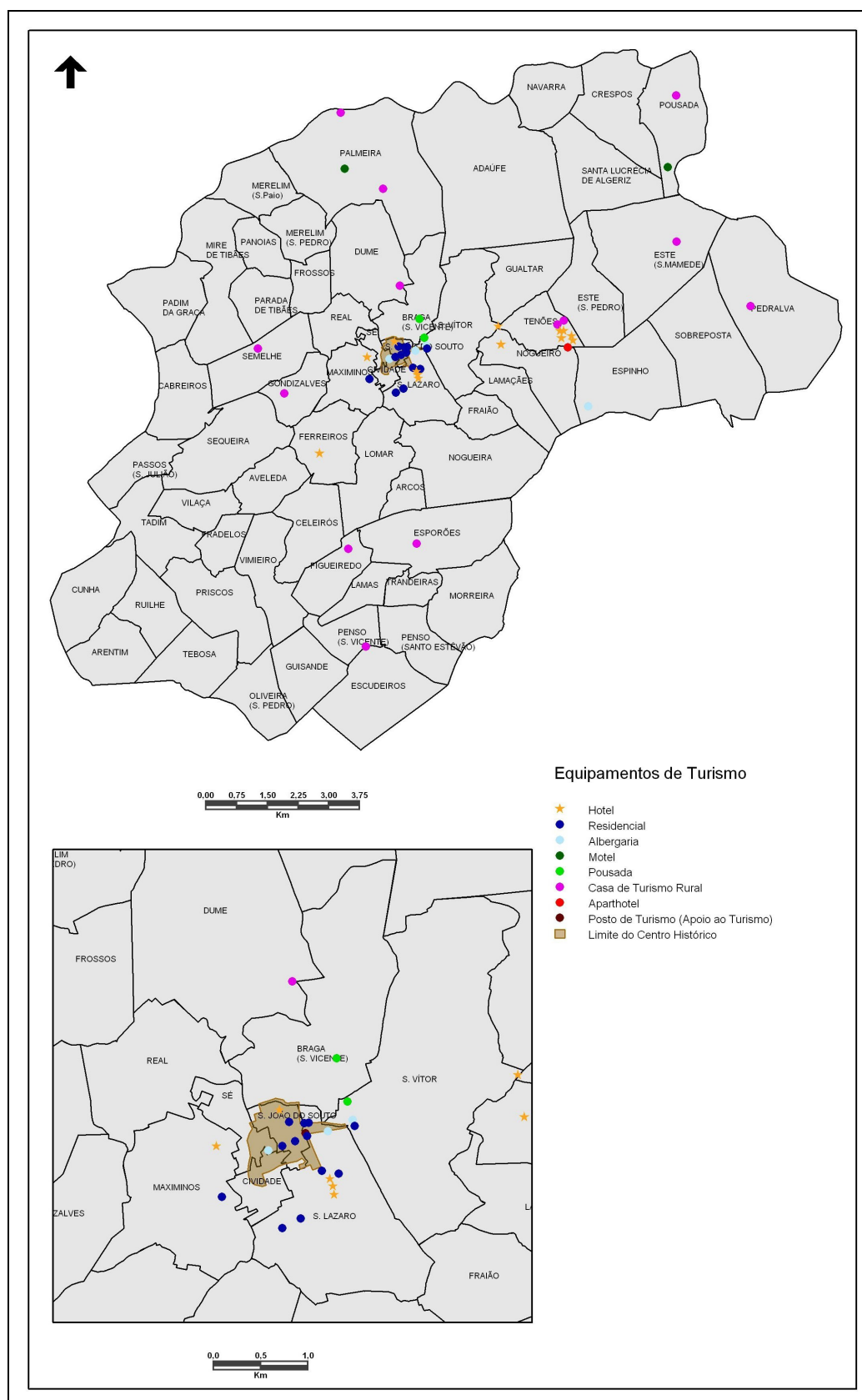


Figura 2.51 – Rede de equipamentos de turismo



2.4.12| RECREIO E LAZER

No sentido de se compreender as necessidades de espaços de lazer e de recreio no concelho de Braga, e a oferta existente, procurou-se fazer um levantamento de todas as infra-estruturas. Estas são fundamentais para o desenvolvimento da convivência urbana e das relações sociais entre indivíduos e consequente aumento da qualidade de vida.

Estes espaços são pontos de encontros entre os indivíduos, privilegiando o contacto com o ambiente natural, e disponibilizando locais saudáveis para ocupar os tempos livres, fora dos ambientes stressantes do dia a dia. Ao mesmo tempo, procedem à estruturação do espaço urbano permitindo uma relação harmoniosa entre espaço natural e construído, sendo fundamentais para o equilíbrio ecológico e ambiental. A carta de equipamentos de recreio e lazer vai efectuar o levantamento das infra-estruturas de âmbito local (freguesia), como são exemplos o parques infantis e os circuitos de manutenção, e também as que apresentam um âmbito mais concelhio atraindo indivíduos de outras freguesias (é o caso da quinta pedagógica, a praia fluvial, o parque público, parque de lazer ou merendas).

A carta de equipamentos de recreio e lazer inclui os seguintes equipamentos:

Quinta Pedagógica	Praia Fluvial	Parque Público	Parque de Merendas e Lazer	Circuito de Manutenção	Parque Infantil		
					Escolar/Particular	Público	Total
1	3	2	11	5	57	42	99

Quadro 2.36 – Equipamentos de recreio e lazer existentes no concelho de Braga, em 2009

A “Quinta Pedagógica” apresenta uma área de 27355m², localizando-se na freguesia de Real, estando instalada numa antiga quinta rural. Os seus principais objectivos são a divulgação, no meio infantil e juvenil e na comunidade educativa do primeiro ciclo, da vida rural do Minho permitindo um contacto com a terra e com os animais típicos do ambiente rural. Este espaço está aberto ao público em geral aos fins-de-semana e feriados constituindo um espaço de lazer e de recreio para os cidadãos (parque de merendas, confecção alimentar e laboratório de experiências ambientais).

O concelho possui 3 praias fluviais localizadas nas freguesias de Merelim São Paio, Adaúfe e Navarra. Todas as praias fluviais aproveitam o mesmo curso de água, que é o rio Cavado. A praia de Navarra é a que se apresenta em pior estado, necessitando de reabilitação e melhoramento em termos de acessibilidades e de espaço de estacionamento. As duas restantes, Adaúfe e Merelim São Paio, estão em bom estado de conservação, integrando espaços ajardinados bem tratados, infra-estruturas de apoio, e locais de estacionamento indispensável para se poder usufruir destes equipamentos.

Os parques públicos são áreas de dimensão significativa acessíveis ao público e possuindo um conjunto de espécies arbóreas diversificadas. São espaços adaptados para os usos de recreio como passeio e actividade desportiva, constituindo elementos fundamentais para o aumento da qualidade ambiental reduzindo os ruídos e contribuindo para a melhoria da qualidade do ar.

São locais importantes para a convivência entre os indivíduos de diferentes gerações, assumindo-se como um ponto de encontro e de vivência social, reduzindo o isolamento da população mais idosa. Actualmente, em Braga existem 2 parques públicos de dimensão significativa, um localizado no centro urbano (Parque Urbano São João da Ponte – cerca de 52751 m²) e outro que se encontra fora do núcleo urbano, na área do Santuário do Bom Jesus (Parque da Mata do Bom Jesus – cerca de 63311 m²). Estes espaços pela

sua dimensão apresentam uma área de influência mais abrangente, atraindo indivíduos de todas as freguesias do concelho, e de concelhos vizinhos.

Com o objectivo de reforçar este tipo de espaços, encontra-se em elaboração alguns Planos de Pormenor que vão permitir o aparecimento de 3 novos parques urbanos. São os casos do: “Parque Norte” (cerca de 450000 m²); “Monte Picoto” (cerca de 211000 m²), e “Sete Fontes” (cerca de 168000 m²), estando prevista a localização de um outro parque na zona sul da cidade junto à antiga fábrica da Grundig.

Para além destes grandes parques, podemos encontrar ao longo do concelho 10 parques de merendas ou de lazer, que apesar da sua reduzida dimensão assumem uma importância social a nível da freguesia bastante relevante. Estes espaços, já não apresentam como principal função a assistência aos viajantes, mas apresentam uma relevância importante para a vivência social e de identificação cultural de cada freguesia.

Para além dos equipamentos referidos, foram levantados os circuitos de manutenção e os parques infantis existentes em espaço urbano, ou inseridos em edifícios escolares.

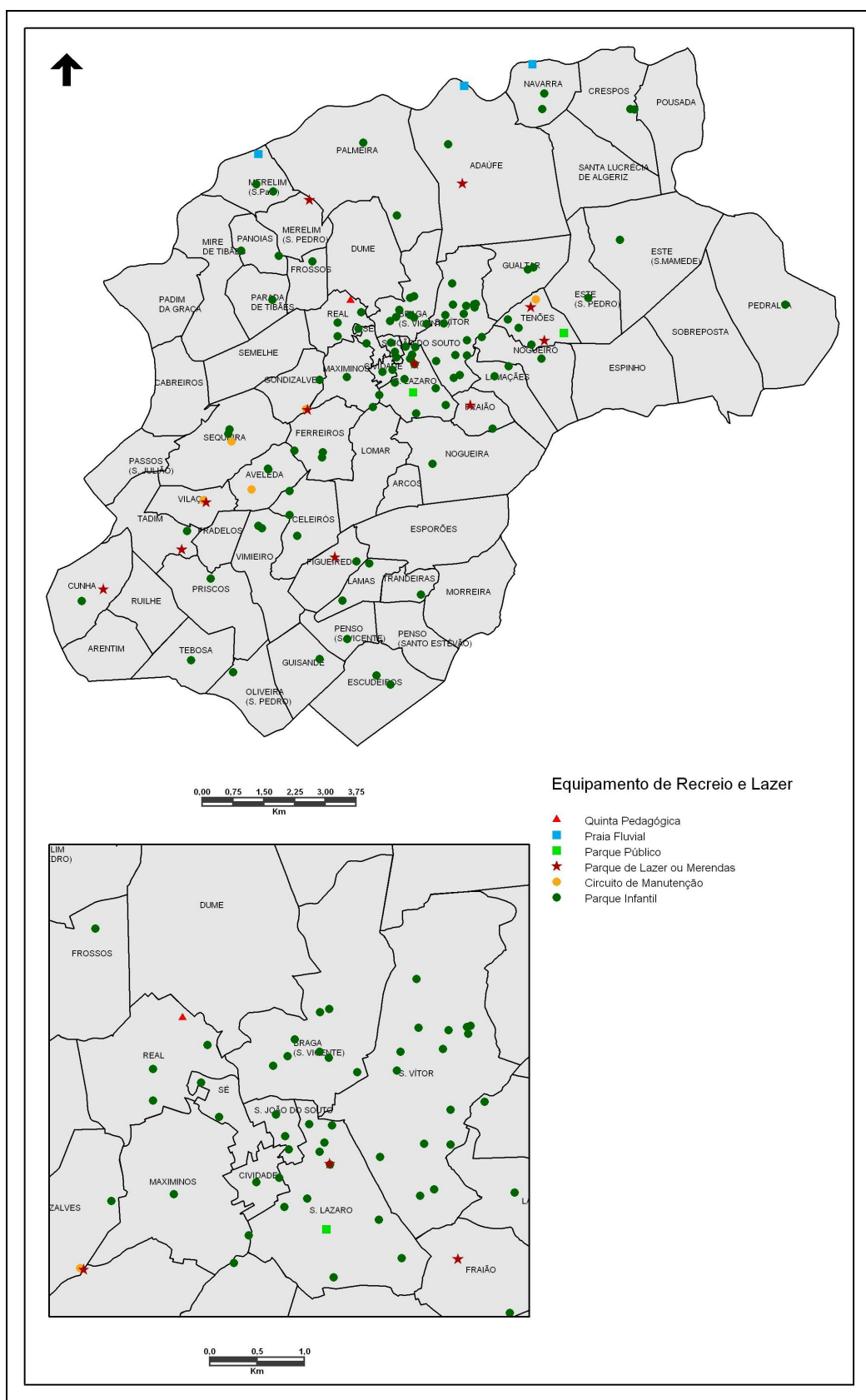


Figura 2.52 – Rede de equipamentos de recreio e lazer



2.4.13| TRANSPORTES

Nesta carta foram levantados todos os equipamentos públicos de apoio aos diferentes meios de transporte do concelho. Assim foi repartido em transportes ferroviários e em transportes rodoviários.

Sem a existência destes espaços os diferentes meios de transportes ou serviços públicos de transporte não funcionam devidamente. Estes espaços são essenciais para que exista uma correcta acessibilidade dos indivíduos aos transportes públicos, sendo pontos de interface por excelência. Por outro lado, para além dos pontos de acesso aos transportes, foram igualmente cartografados os espaços de apoio às empresas que prestam estes serviços, como são exemplo os parques de estacionamento dos autocarros da TUB (Transportes Urbanos de Braga) e o Terminal de Mercadorias onde se fazem as descargas e cargas do material transportado por comboios. Os equipamentos públicos de apoio aos meios de transporte ferroviário levantados foram os seguintes:

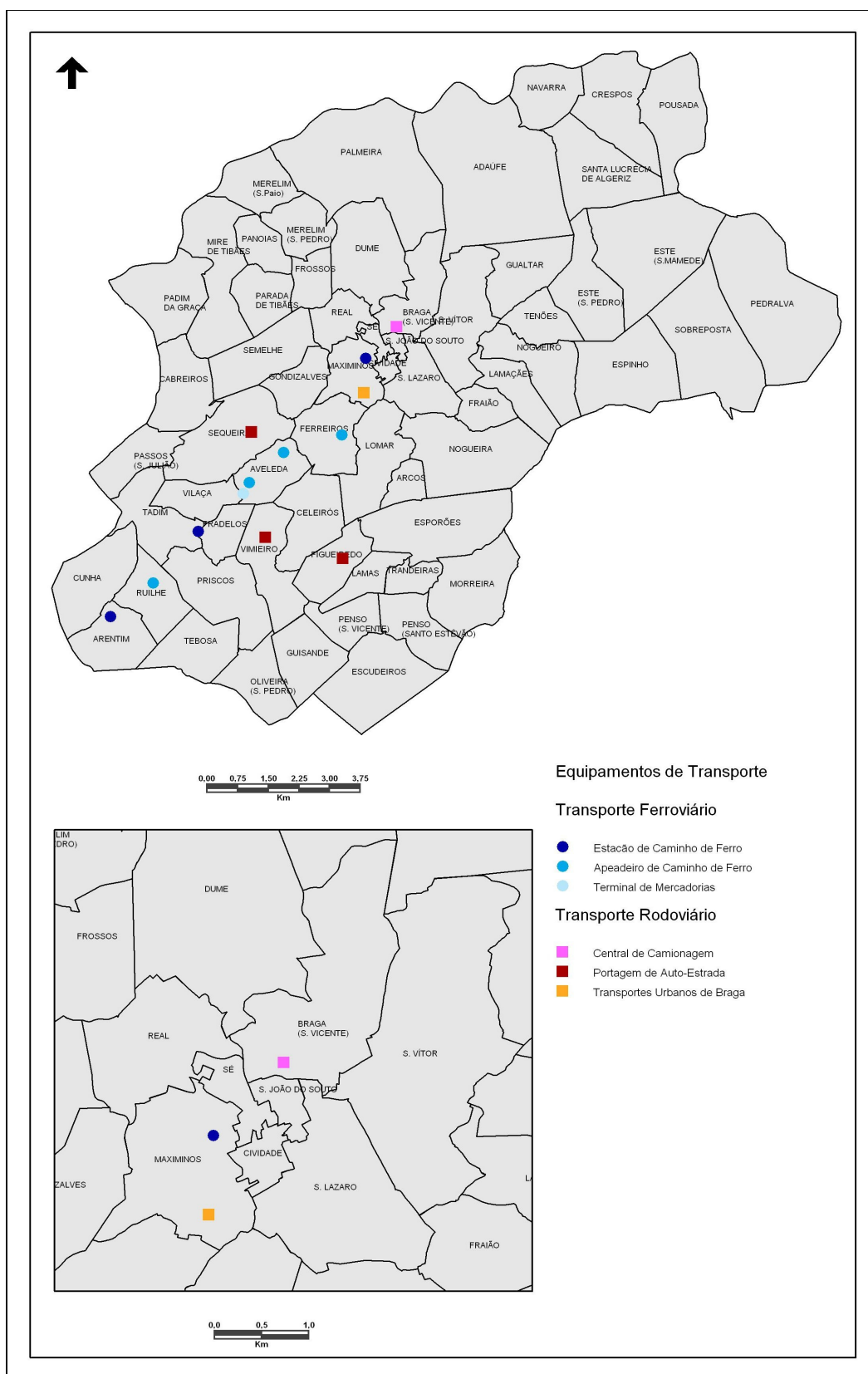
Transporte Ferroviário		
Estações Caminho-de-Ferro	Apeadeiros	Terminal Mercadorias
Estação de Maximinos	Apeadeiro de Aveleda	Terminal Mercadorias de Tadim (Aveleda)
Estação de Arentim	Apeadeiro de Mazagão	
Estação de Tadim	Apeadeiro de Ferreiros	
	Apeadeiro de Ruíhe	

Quadro 2.37 – Equipamentos e infra-estruturas de transporte ferroviário existentes no concelho de Braga, em 2009

Os equipamentos públicos de apoio aos meios de transporte rodoviário levantados foram os seguintes:

Transporte Rodoviário		
Central de Camionagem	Portagens de Auto-estrada	Parque da TUB
São Vicente	Figueiredo	Maximinos
	Sequeira	
	Vimieiro	

Quadro 2.38 – Equipamentos e infra-estruturas de transporte rodoviário existentes no concelho de Braga, em 2009





2.5| ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

2.5.1| ENQUADRAMENTO NA REGIÃO NORTE

- **Acessibilidades Rodoviárias**

Até finais do século XX, a rede rodoviária nacional privilegiava os grandes eixos de ligação nacional, muito centrada no litoral entre Lisboa e Porto até Valença e nas áreas de maior densidade populacional existentes. A entrada de Portugal na CEE, actual EU, permitiu aceder a uma grande quantidade de fundos para o investimento em infra-estruturas rodoviárias, possibilitando, pela primeira vez, o desenvolvimento de uma rede de transportes mais equilibrada entre o litoral e o interior do país. O objectivo central e basilar dos investimentos, passa a ser o de ligar o país com o centro da Europa, beneficiando assim as ligações ao interior do país, em detrimento da exclusiva necessidade de ligar as áreas de maior densidade populacional, verificada anteriormente.

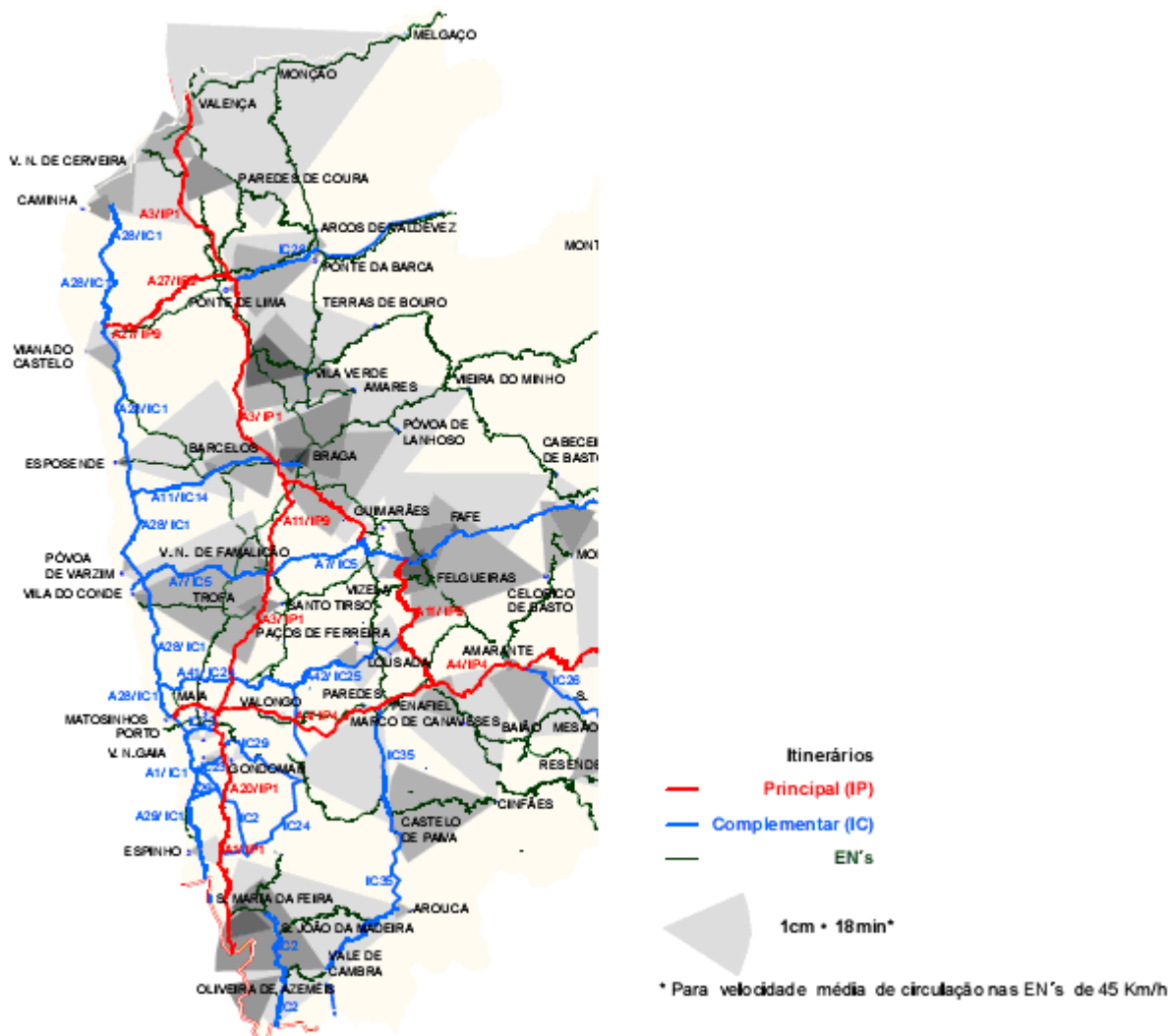
O Plano Rodoviário Nacional, definiu a rede rodoviária que desempenha funções de interesse Nacional e Internacional (Decreto-lei n.º 222/98 e Lei n.º 98/99), sendo composta pela Rede Fundamental que integra todos os Itinerários Principais (IP), e pela Rede Complementar, composta pelos Itinerários Complementares (IC), Estradas Nacionais (EN) e Estradas Regionais (ER).

O concelho, apresenta uma **Rede Viária**, composta por vias integradas na Estrutura Viária Fundamental, e Complementar.

A **Estrutura Viária Fundamental**, integra todas as ligações rodoviárias que garantem as acessibilidades e a mobilidade à escala nacional e a ligação com as regiões envolventes. São vias recentes, e que se distinguem das restantes, devido à sua forte capacidade de escoamento de trânsito e ao grau maior de acessibilidade que lhes está associado, constituindo eixos de ligação com o exterior. A Rede Fundamental é composta pelas:

- **A3/IP1** (Braga - Porto – Lisboa; Braga – Ponte de Lima – Valença);
- **A11/IP9 e A11/IC14** (Braga – Guimarães; Braga – Barcelos – Esposende).

A sede do concelho de Braga encontra-se a cerca de 15 minutos dos Itinerários Principal e Complementar mais próximo (para velocidades médias de 45 km/h em Estrada Nacional).



Fonte: PROT-N; Fase I; Acessibilidades, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.20; fig. 2.

A **Estrutura Viária Complementar**, é composta pelas Estradas Nacionais (EN) e pelas variantes inter-urbanas que se apresentam como alternativas ao sistema viário principal.

Ao longo das EN, verifica-se o desenvolvimento de edificações urbanas e de actividades económicas, contribuindo para o desenvolvimento das aglomerações de uma forma linear.

Observando a rede de Estradas Nacionais, constata-se que, estas convergem para o centro, acentuando o seu carácter radial e a centralidade da cidade. Esta rede é constituída pelas, seguintes estradas: **EN14** (Braga - Porto); **EN101** (Braga – Guimarães; e Braga - Vila Verde – Monção); **EN103** (Braga – Póvoa de Lanhoso - Chaves; e Braga - Barcelos); **EN201** (Braga - Ponte de Lima - Valença); **EN205-4** (Braga - Barcelos e Braga - Amares); **EN309** (Braga – Famalicão e Braga - Guimarães).

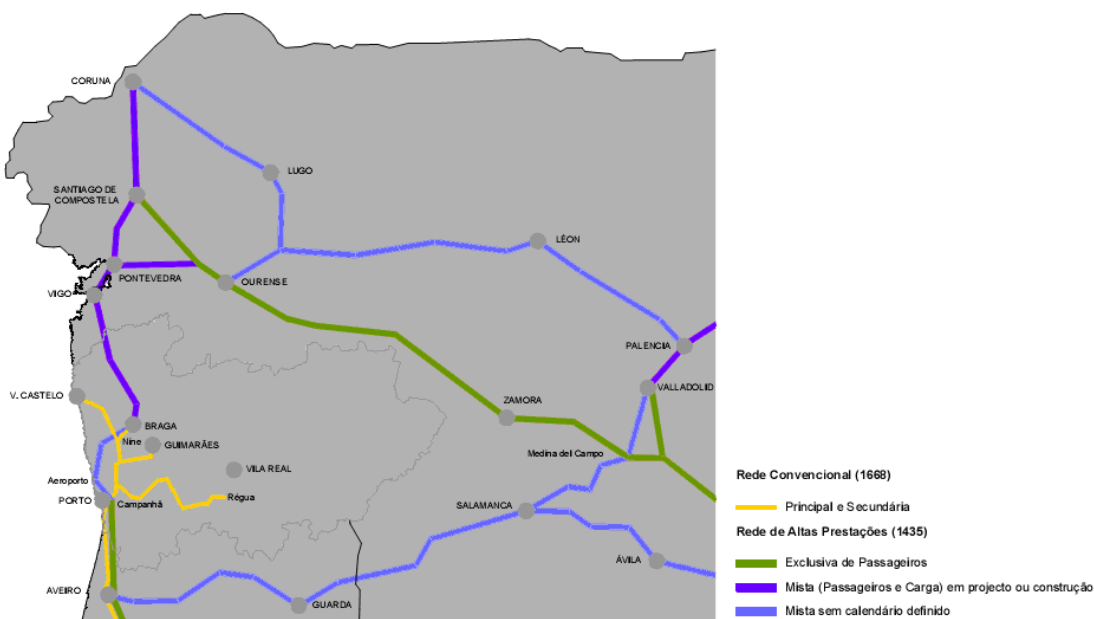
As variantes Inter-urbanas do concelho são: **Variantes à EN101-201** – Vila Verde; **Variante à EN103** – Chaves (em estudo); **Variante à EN14** – Porto.

A **Rede Viária Municipal**, por sua vez, é constituída pelas Estradas Municipais (EM), pelos Caminhos Municipais (CM), pela Circular Urbana (Circular Interior Norte e Sul) e Variantes Municipais (a Variante do Fojo e a Variante da Encosta, executadas, e a Variante do Cávado que se encontra em projecto). Esta rede inclui, ainda a Avenida do Estádio e Via do Alto da Vela que foi construída para efectuar a ligação da Variante do Fojo à Zona Industrial de Sobreposta, e toda a rede de acessibilidade interna que assegura todas as funções urbanas e fluxos locais de estacionamento e acesso às habitações.

A circular urbana, ladeia o núcleo central e tem como principal função distribuir o tráfego, permitindo uma maior acessibilidade e constituindo-se uma alternativa de sucesso ao atravessamento do núcleo central da cidade.

- Acessibilidades Ferroviárias

Está prevista a integração de Portugal na rede ferroviária de alta velocidade (bitola europeia) prevista para 2013 e 2015, reduzindo a distância/tempo entre Lisboa e Porto, e Lisboa e Madrid (1:15h e 2:45h). Posteriormente, prevê-se a entrada em serviço do troço em Linha de Alta Velocidade entre Braga-Valença com ligações a Vigo e Corunha (após a remodelação da Linha entre Vigo e Corunha)³⁹.



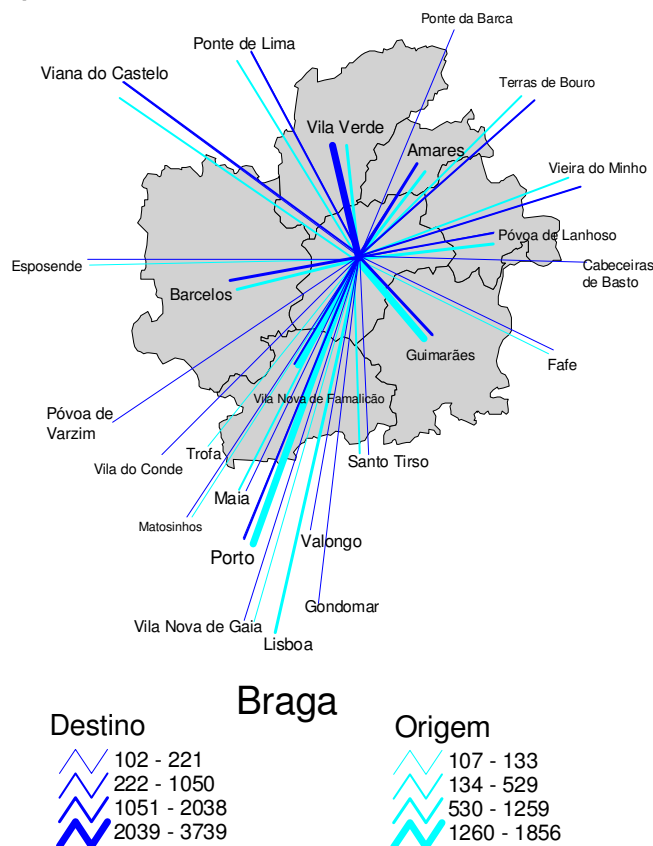
Fonte: PROT-N; Fase II; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Junho 2007; p. 14; fig.2.
Figura 2.55 – Redes ferroviárias no noroeste peninsular

O ramal ferroviário de Braga, estabelece a ligação com a estação de Nine em Vila Nova de Famalicão (dista cerca de 15 km da estação de Braga), que serve de centro distribuidor da rede, inserindo-se na “Linha do Minho”.

³⁹ Babo, António; PROT- Norte; Fasel – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidades, Mobilidade e Logística; Maio 2007, p. 42.



- Mobilidade e Transportes



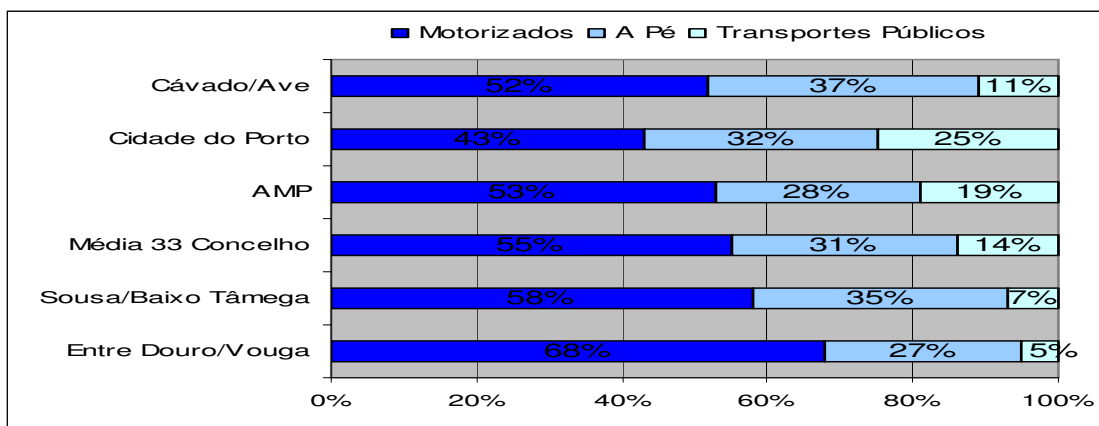
Fonte: INE (Censos 2001) e Agenda 21
Figura 2.56 – Fluxos médios diários de activos e de estudantes, no concelho de Braga, em 2001

Os activos e os estudantes que se deslocam diariamente para Braga, são provenientes sobretudo dos concelhos contíguos. Diariamente, Braga, recebe, uma média superior a 15000 indivíduos, provenientes de Vila Verde, Barcelos, Guimarães, Amares, Póvoa de Lanhoso, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Vila Nova de Famalicão, Vieira do Minho e Terras de Bouro.

O concelho, tem apresentado capacidade para atrair indivíduos provenientes da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente da cidade do Porto, de Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Maia e Matosinhos. Os principais destinos dos indivíduos provenientes do concelho, são as cidades do Porto, Guimarães, e Vila Nova de Famalicão. É igualmente importante a deslocação para Barcelos, Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso, Maia, Viana do Castelo, Santo Tirso, e Lisboa.

O estudo estratégico de mobilidade e de transportes, para a Região Norte, efectuado em 2005, chegou às seguintes conclusões: os níveis de mobilidade na Região são médios e moderados, caracterizando-se pelo recurso ao transporte individual em carro próprio e transporte a pé e o transporte público é utilizado, sobretudo pela população escolar e indivíduos de baixos recursos (principalmente femininos) e idosos.⁴⁰

⁴⁰ “ (...) a população na região Norte apresenta médios e baixos níveis de mobilidade; (...) o transporte individual em carro próprio e o transporte a pé representam uma percentagem maioritária das soluções utilizadas; têm-se assistido a uma perda ou estagnação de passageiros no transporte público, mesmo nas conurbações mais densas”. “O perfil dos



Fonte: Babo, António; "Norte 2015 – QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGICO (QRE) – Diagnostico Prospectivo da Região Norte – Mobilidade, Transporte e Acessibilidades"; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte; Maio 2005

Gráfico 2.67 – Repartição modal das deslocações (2000)

Analisando as motivações das viagens, verifica-se “um crescimento galopante das deslocações por outros motivos, sendo que as deslocações casa-trabalho e casa-escola, apesar de ainda serem maioritárias estão a perder peso relativo”.⁴¹

Em 2000, o modo de transporte mais utilizado nas deslocações da população para a sub-região do Cávado e do Ave, é o motorizado representando 52% das deslocações. Refira-se que os movimentos da população a pé representam 37% das deslocações, sendo superior aos valores registados nas restantes sub-regiões em análise.

Dia Útil	Cávado/Ave	AM Porto (Cidade do Porto)	Sousa/ Bx. Tâmega	E. Douro e Vouga	Média (33 concelhos)
Nº Viagens / Pessoa / Dia (Valores Absolutos)	2,6	2,5 (3,2)	2,2	2,1	2,5
Pop. Móvel / Pop. Residente	78	76	71	67	75
Pop. Móvel Motorizada / Pop. Móvel	76	81	80	81	79
Nº Viagens / Pop. Móvel / Dia	3,4	3,3	3,3	3,2	3,3

Fonte: Babo, António; "Norte 2015 – QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGICO (QRE) – Diagnostico Prospectivo da Região Norte – Mobilidade, Transporte e Acessibilidades"; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte; Maio 2005

Quadro 2.39 – Dados gerais de mobilidade da população, em 2000

O índice médio de mobilidade da população, do Cávado/Ave, ou seja o número médio de viagens que cada indivíduo efectua por dia é 2,6. Este valor é superior às restantes unidades territoriais em análise, à excepção da cidade do Porto. O número de viagens por dia, da população móvel, na sub-região do Cávado/Ave, é de 3,4, o que evidencia uma grande mobilidade da população.

utentes de transporte público assenta basicamente na população escolar, na componente feminina dos agregados de baixos recursos e nos idosos.”⁴⁰

De facto, “ (...) os altos níveis de deslocações a pé na região indiciam não uma política de promoção desse transporte por via de qualificação urbana e periurbana da infra-estrutura associada (passeios, bermas de estrada, etc.), mas antes a conjugação de factores tais como falta de fiabilidade do autocarro (preso no congestionamento), baixas frequências e diminuição do poder de compra na região.” Babo, António; "Norte 2015 – QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGICO (QRE) – Diagnostico Prospectivo da Região Norte – Mobilidade, Transporte e Acessibilidades"; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte; Maio 2005

⁴¹ Babo, António; "Norte 2015 – QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGICO (QRE) – Diagnostico Prospectivo da Região Norte – Mobilidade, Transporte e Acessibilidades"; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte; Maio 2005



- Logística

A construção de plataformas logísticas à escala global e interurbana, preconiza, designadamente, a afirmação dos operadores envolvidos e a racionalização do mercado no abastecimento de uma rede urbana policêntrica. Por sua vez, representa ganhos ao nível do ordenamento do território, do ambiente, do funcionamento do espaço público e da rede viária. A sua eficácia depende da adequada articulação com os diferentes modos de transporte, prevendo, assim, a intermodalidade também a este nível como garantia económica.

2.5.2| ESTRUTURA VIÁRIA DO CONCELHO DE BRAGA

- Descrição da Estrutura Viária

Efectuando uma breve descrição da rede viária concelhia, refira-se que é composta por uma **estrutura viária medieval consolidada**, que ainda hoje subsiste no centro histórico, apesar de apresentar algumas alterações às suas características iniciais. Esta área, actualmente, é composta por uma grande quantidade de vias vedadas ao automóvel, formando um núcleo central compacto, onde existe uma elevada densidade de edifícios antigos que moldam os arruamentos.

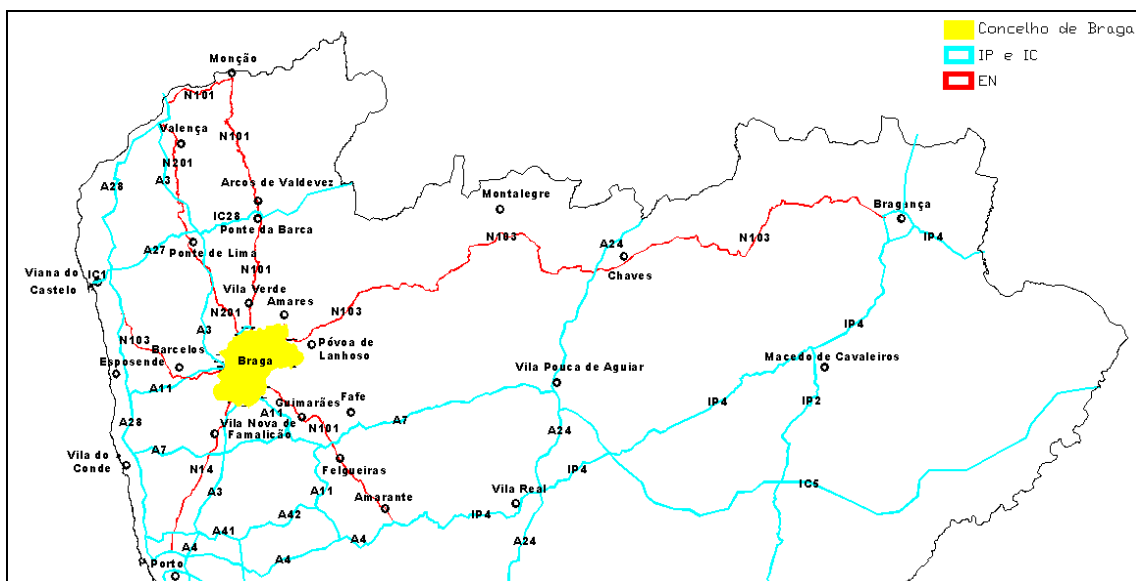
A partir desse centro, desenvolve-se um conjunto de vias de ligação regional, que se dispõe de uma forma radial (**subsistema radiocêntrico**), formando um modelo de ocupação urbana do tipo “estrela”. Ao confluírem directamente para o centro do concelho, reforçam o papel polarizador do núcleo central da cidade em relação ao restante território. Estas vias, constituídas, sobretudo, por estradas nacionais, estabelecem a ligação com os aglomerados urbanos mais importantes da região, nomeadamente: Porto (pela EN14), Póvoa de Lanhoso e Chaves (pela EN 103), Guimarães (pela EN 101 e EN 309), Barcelos (pela EN 103 e EN 205-4), Famalicão (pela EN 309 e EN 14), Vila Verde e Monção (pela EN 101), Ponte de Lima e Valença (pela EN 201).

Em estreita ligação com as estradas nacionais, temos as estradas e caminhos municipais e todas as ligações tradicionais e caminhos rurais.

A estrutura da rede viária do Concelho de Braga, configura, ainda um **subsistema anelar**, composto pela “Circular Norte” e “Circular Sul” da cidade. Esta, apresenta ligações com a A11 e a A3.

Decorrente do objectivo político expresso no PRN de 1985 e em planos anteriores, no sentido de aumentar a mobilidade individual e aproximar as regiões, nomeadamente entre Lisboa e Porto e posteriormente com ligações a Valença, foi concluída em 2003 a A3. A construção da A3, tem permitido a diminuição do tráfego automóvel na EN14, ao ponto de em 2005, a estrada nacional com maior volume de tráfego ser a EN 103 que estabelece a ligação com o interior do país, nomeadamente com a Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre e Chaves.

As auto-estradas existentes, possibilitam o reforço e a aproximação de Braga com o litoral do país, com o norte (Espanha por Valença) e com o Sul (Porto e Lisboa).



Fonte: Própria (Baseado no Plano Rodoviário de 2000-Site do EP)
 Figura 2.57 – Principais ligações rodoviárias ao concelho de Braga

O Plano Rodoviário Nacional 2000, secundarizou as ligações rodoviárias com o lado nascente de Braga e com o interior norte do país. As ligações com o interior do país passaram a ser efectuadas através do eixo Braga/Guimarães/Vila Pouca de Aguiar (A11 e A7 – IP9) com posterior ligação a Chaves e Vila Real pela A24, e com Bragança pelo IP4, em detrimento da EN 103 (Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre, Chaves e Bragança). No caso da região interior norte não existe alternativas à EN101, que se encontra longe de satisfazer as necessidades dos aglomerados.

Apesar disso, os fluxos económicos e sociais entre Braga e o interior do país (Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre e Chaves) e a região norte (Ponte Lima, Arcos, Ponte da Barca, Monção e Melgaço) têm-se intensificado.

Sabendo-se que as vias são importantes para aproximar as regiões e os centros urbanos e reduzem os efeitos de interioridade, é necessário definir ou reforçar Itinerários de ligação a Norte Interior e a Nascente de Braga. É prioritário proceder à construção do ***“Itinerário Complementar Porto-Braga-Monção, incluindo a Via Norte entre o IC23 e a Maia, a Variante à EN14 entre a Maia e Famalicão Norte, a EN14 até Braga, a Variante Sudeste de Braga, a Variante às EN’s 101 e 201 entre Braga (cidade) e Cávado, e a EN101 até Monção”*** e no “caso do IC14 entre Esposende e Braga,” (...) proceder ao seu “prolongamento para Nascente, com integração da Rodovia Norte de Braga que passa pela Estação Ferroviária, da N103 até Bragança e que passa por Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre, Chaves e Vinhais”.⁴²

Estes objectivos, vão de encontro aos investimentos já iniciados, na tentativa de resolver o congestionamento nas estradas nacionais do concelho e melhorar as acessibilidades com o exterior, através, designadamente, da construção das Variantes à EN 101/201 (Vila Verde) e à EN14 (Porto), encontrando-se por concluir a Variante à EN 103.

A Variante à EN 101/201 e a Variante à EN 14 permitiram diminuir significativamente o tráfego automóvel na EN 101 e EN 14. De facto, em 2005, a Variante à EN 101/201, regista o maior volume de tráfego de

⁴² Babo, António; “*PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE – PROT-NORTE – Temática Acessibilidades, Mobilidade e Logística*”; PROT-N. Junho de 2007; pág. 6 e 7.



todas as vias do concelho, com uma média de 42627 veículos por dia em ambos os sentidos.

Por outro lado, é urgente que se execute a Variante à EN 103 permitindo a ligação à A11/IC14, referida anteriormente, dado que, a EN 103 é a segunda via com maior volume de tráfego automóvel em 2005. Esta via, ainda não entrou em ruptura porque, entretanto a Câmara construiu a Variante do Fojo, que se tornou um apoio imprescindível à mesma.

Actualmente, existe a necessidade de se proceder à construção de uma circular exterior que funcione como alternativa à circular interior, uma vez que a existente passou a estar integrada no perímetro urbano. A circular exterior irá permitir uma ligação em rede entre as vias principais de acesso à cidade e os seus aglomerados.

- Tráfego Médio Diário Anual

Vias	Posto	Velocípedes			Ligeiros			Pesados			TOTAL		
		1990	2001	2005	1990	2001	2005	1990	2001	2005	1990	2001	2005
A3	Cruz – Braga Sul	-	-	-	-	18543	18903	-	783	752	-	19326	19655
	Braga Sul – Braga Oeste	-	-	-	-	8943	8753	-	539	465	-	9482	9218
	Braga Oeste – EN201	-	-	-	-	7508	7724	-	454	402	-	7962	8126
Variente à EN101/201 (Km90,45)	63-U/CD (Vila Verde)	-	-	17	-	-	41216	-	-	1394	-	-	42627
EN14 (Km39)	68-U/P (Porto)	100	18	63	10835	14362	16838	1066	1305	1047	1382	15685	17948
EN101 (Km82,7)	60-U/P (Vila Verde/Monção)	-	32	17	-	9876	7564	-	526	351	-	10434	7932
EN101 (Km101,8)	74-U/P (Guimarães)	37	74	54	9803	12703	10300	669	896	474	11507	13673	10828
EN103 (Km28,5)	71-U/P (Barcelos)	363	77	39	9890	15125	15079	1030	818	1009	12809	16020	16127
EN103 (Km51,46)	56/C (Póvoa Lanhoso/Chaves)	107	59	18	4113	11418	19555	232	725	913	4941	12125	20486
EN201 (km61)	63-U/P (Ponte Lima/Valença)	163	165	-	7393	11879	-	698	710	-	8970	12754	-
EN205-4 (Km4,6)	55-C (Amares/Póvoa de Lanhoso)	89	148	91	1788	4313	6387	172	156	245	2269	4617	6723

Fonte: Dados da EP (Recenseamento de Tráfego); Brisa;

Quadro 2.40 – Tráfego médio anual segundo o tipo de veículos nos acessos viários ao município de Braga (veículos/dia nos dois sentidos – 24h)

Vias	Posto	Classe I			Classe II, III e IV			TOTAL		
		2004	2005	2006	2004	2005	2006	2004	2005	2006
A11	Braga Oeste – Ferreiros	-	4859	7211	-	693	1015	-	5552	8274
	Ferreiros – Celeirós	16030	17601	19323	3081	3227	3414	19111	20828	22737
	Celeirós – Guimarães	6163	7265	8890	1076	1223	1493	7239	8488	10383

Fonte: Aenor

Quadro 2.41 – Tráfego médio anual segundo o tipo de veículos no acesso viário ao município de Braga – A11 (Veículos/Dia nos Dois Sentidos – 24h)

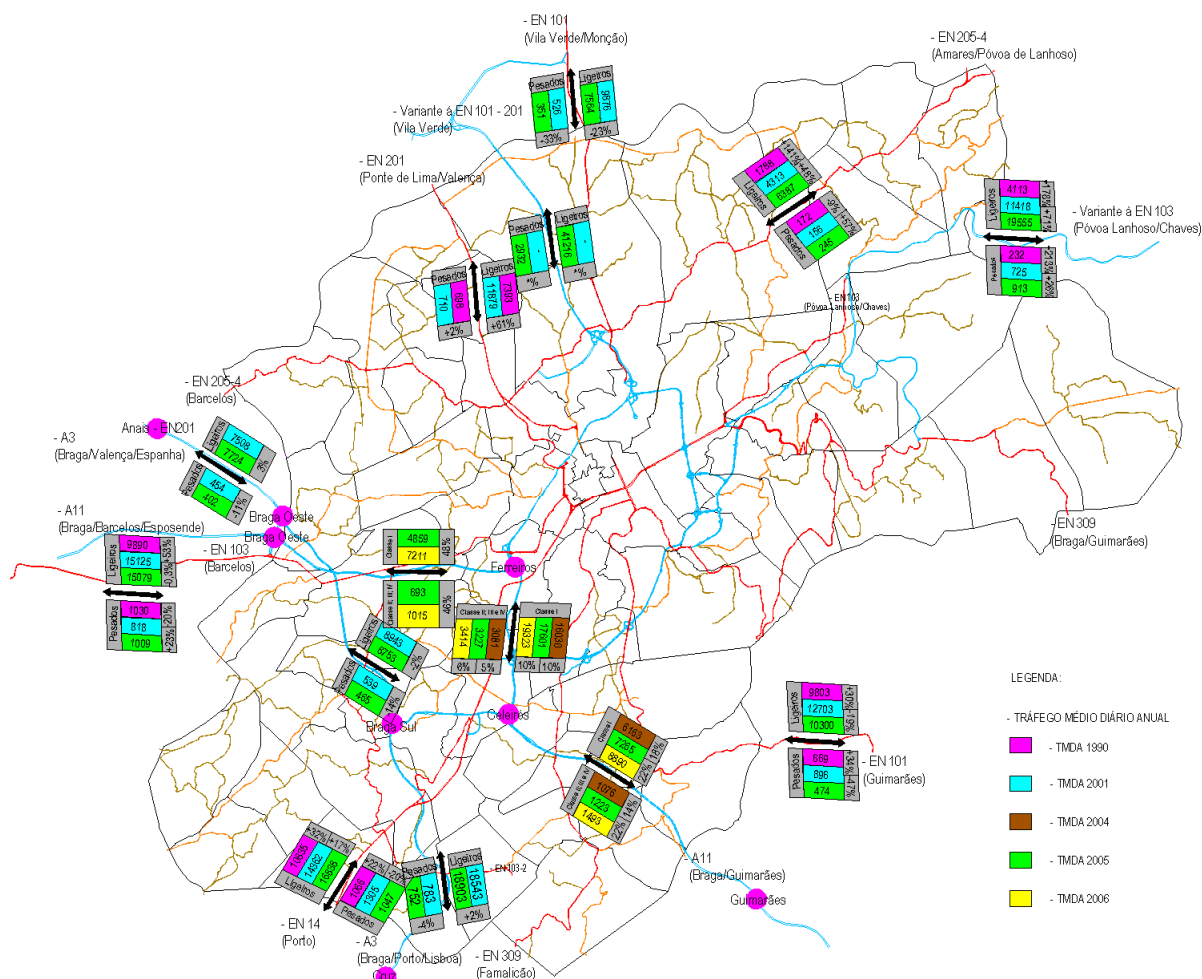


Figura 2.58 – Tráfego médio anual segundo o tipo de veículos

No sentido de compreender o volume de tráfego automóvel médio diário, nos principais eixos rodoviários do concelho de Braga, procedeu-se à análise das contagens efectuadas pela BRISA (A3), AENOR (A11), e EP – Estradas de Portugal (Estradas Nacionais e Variantes Urbanas).

Foram considerados os dados de tráfego nos principais eixos viários de acesso à cidade, em ambos os sentidos, em 1990, 2001 e 2005. Assim, contabilizaram-se sempre que possível, todos os veículos ligeiros e pesados na A3 (dados referentes a 2001 e 2005), na A11 (dados referentes a 2004, 2005 e 2006), nas 7 Estradas Nacionais – EN (1990, 2001 e 2005), e na Variante à EN 101/201 (2005).

No caso das EN, não foi possível aceder aos dados estatísticos para a EN 205-4 (Braga-Barcelos) e para a EN 309 (Braga-Guimarães e Braga-Famalicao). O mesmo aconteceu, na EN101 (Vila Verde/Monção) em 1990 e na EN201 (Ponte de Lima/Valença) em 2005. A Variante à EN101/201 pelo facto de ter sido inaugurada após 2001, só foi possível obter os dados referentes a 2005.

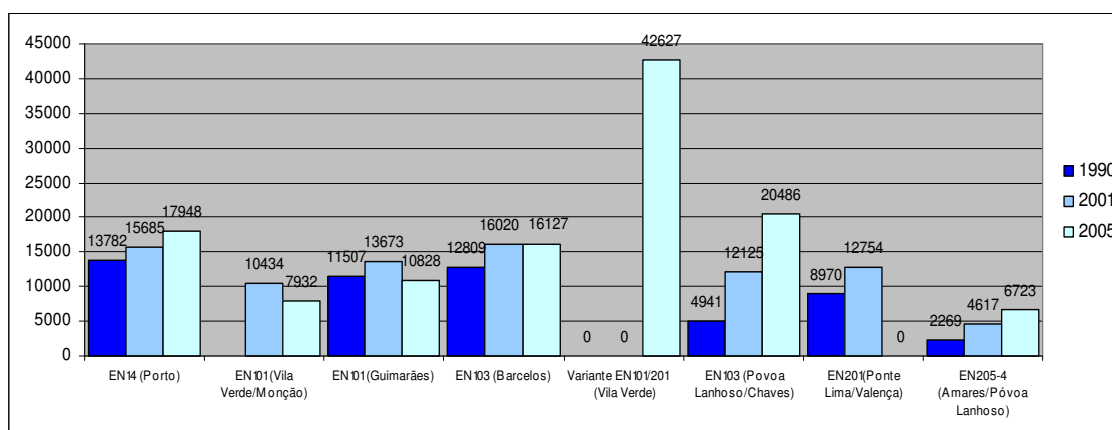
O volume de tráfego automóvel relativamente à estrutura viária fundamental, é mais significativo na A3 do que na A11. As contagens efectuadas na A3, encontra-se repartida em três troços principais (Cruz-Braga Sul, Braga Sul-Braga Oeste e Braga Oeste-EN201). O troço Cruz-Braga Sul que estabelece a ligação com

o Porto e o litoral sul, é o que apresenta o maior volume de veículos, em 2005, com um total de 19655 em ambos os sentidos (18903 ligeiros e 752 pesados), representando um aumento de 1,7% em relação a 2001. Apesar deste acréscimo, o tráfego de pesados tem diminuído, cerca de 4% no troço Cruz-Braga Sul e 14% no troço Braga Sul-Braga Oeste.

À medida que esta via se desenvolve para norte a quantidade de veículos diminui. Ou seja estabelecendo uma relação entre a quantidade de veículos que circulam no troço Cruz-Braga Sul e entre Braga Sul-Braga Oeste verifica-se uma redução de cerca de 10000 veículos ligeiros. Isto, evidencia que os fluxos económicos e sociais são mais significativos com o litoral sul (Porto até Lisboa) do que com a zona norte litoral (Valença e Espanha), e que Braga funciona como o destino ou a origem da maioria dos veículos e não um local de passagem.

Na A11, no troço Celeirós – Guimarães, em 2006, circularam uma média diária de 10383 veículos, valor superior ao registado no troço Ferreiros – Braga Oeste (direcção a Barcelos - 8274). Esta via, tem assumido uma importância não apenas na ligação com Guimarães, mas também com o interior do país, visto que, não existem alternativas eficientes de ligação com esta zona do país, sendo significativo que, entre 2005 e 2006 o tráfego nesta via aumentou 22%. A actual EN 103 não se apresenta uma alternativa eficiente para estabelecer a ligação do litoral com o interior numa perspectiva de reduzir a distância tempo entre as regiões.

O troço da A11 entre Ferreiros e Celeiros, que compreende a variante à EN14, é bastante importante para a mobilidade interna e externa do concelho. É o ponto de confluência entre as auto-estradas e o tráfego de ligação aos diferentes aglomerados que se localizam a sul (ligação com o litoral e com o interior do país por Guimarães). Deste modo, para além de receber os veículos provenientes da ligação da A3 na saída de Braga Sul, este troço recebe veículos da A11, da EN14 - Porto, da EN103 - Barcelos, e da circular sul. Em 2006, circularam neste troço uma média de 22737 veículos, aumentando 9% em relação ao ano anterior.



Fonte: Dados Fornecidos Pelo EP (Estradas de Portugal)

Gráfico 2.68 – Tráfego médio diário nos acessos viários ao município de Braga (EN e Variante à EN101/201)

Para além das infra-estruturas rodoviárias fundamentais, o concelho possui uma rede de estradas nacionais e variantes urbanas que assumem grande importância na mobilidade do concelho.

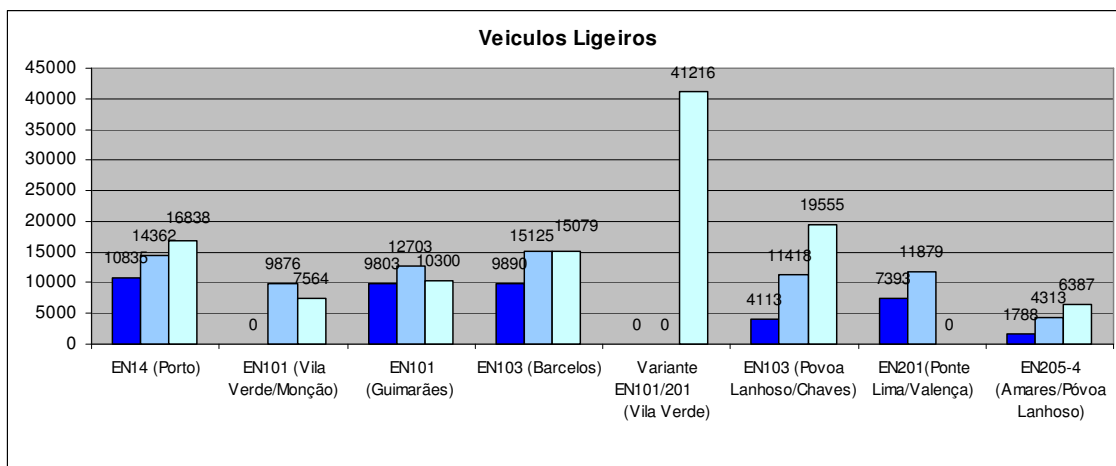
A Variante à EN 101/201, é a via com maior volume de veículos por dia, com 42627 (capta veículos da EN101 e EN201), seguido pela EN103 que liga à Póvoa de Lanhoso e ao interior do país (20486 veículos). Este facto, evidencia o papel polarizador que Braga exerce sobre a região situada a norte (Vila Verde,



Amares, Região do Coura até Monção) e sobre o interior nascente do país, nomeadamente com Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Montalegre e Chaves e que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. Por outro lado, reflecte a falta de alternativas existentes a ambas as vias.

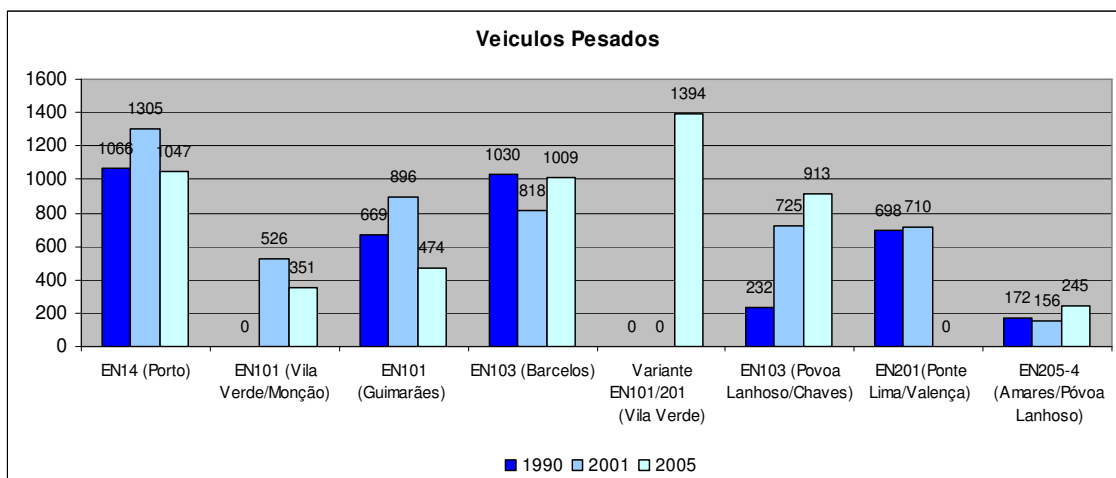
A EN 103, em particular, registou um acréscimo do tráfego médio anual de 145,4% entre 1990 e 2001, e de 69% entre 2001 e 2005. Este facto confirma e sustenta a necessidade preconizada pela Câmara Municipal de Braga, de beneficiação efectiva dos eixos viários da EN 101 e EN 103, convertendo-os em IC em toda ou parte de suas extensões, permitindo com isto acentuar e sustentar o desenvolvimento das relações com as regiões em causa.

Os decréscimos mais significativos do tráfego, entre 2001 e 2005, ocorreram na EN101 (Braga/Vila Verde) com 24% e na EN101 (Guimarães) com 20,8%. Esta situação, deve-se à criação, a partir de 2001, de vias de grande capacidade de escoamento de tráfego, que se assumiram como alternativas às EN's, e permitiram uma maior distribuição dos veículos. No caso da EN101 (Guimarães) foi criada a A11, e no caso da EN101 (Vila Verde) foi inaugurada a Variante à EN101/201.



Fonte: Dados da EP (Recenseamento de Tráfego PRN - 2000)

Gráfico 2.69 – Evolução do tráfego médio diário nos acessos viários ao município de Braga em 1990, 2001 e 2005 (veículos ligeiros)



Fonte: Dados da EP (Recenseamento de Tráfego PRN - 2000)

Gráfico 2.70 – Evolução do tráfego médio diário nos acessos viários ao município de Braga em 1990, 2001 e 2005 (veículos pesados)



Em 2005, mais de 90% dos veículos que circulam no concelho são ligeiros. A Variante à EN 101/201 é a via de acesso que regista maior volume de tráfego, com uma média de 41216 veículos ligeiros por dia, seguido EN103 (Braga - Povoia de Lanhoso), averbando 19555 veículos/dia (+71,3% que em 2001).

Os veículos pesados, em 2005, predominam na EN 101/201, EN14 (Braga – Porto) e na EN103 (Braga – Barcelos), com uma média anual de 1394, 1047 e 1009 veículos por dia, respectivamente, apresentando uma relevância superior à A3. Este facto, evidencia que só em alguns casos é que as auto-estradas constituem uma alternativa às estradas nacionais no trânsito de veículos pesados, não se regendo sempre pela premissa distância-tempo, mas principalmente distância-custo.

A circulação de veículos pesados, entre 2001 e 2005, na EN14 (Braga – Porto), EN101 (Braga – Vila Verde) e EN101 (Braga – Guimarães) tem diminuído significativamente, na ordem dos 20%, 33,3% e 47,1%, respectivamente. O mesmo acontece na A3 com decréscimos que variam entre os 4% e os 14%. As restantes vias apresentaram um aumento da importância deste tipo de veículos.

2.5.3| ESTRUTURA FERROVIÁRIA DO CONCELHO DE BRAGA

O Concelho de Braga, encontra-se servido pela rede de caminhos-de-ferro, disponibilizado pela CP. Diariamente o concelho é servido por 24 comboios “Urbanos” e 3 “Alfa Pendulares”, encontrando-se a uma distância-tempo de 45 minutos do Porto (em 1991 o tempo médio do percurso era de 93 minutos).

Braga, apresenta, para além, da estação principal (cidade), duas estações (Tadim e Arentim), e por quatro apeadeiros localizados em Ferreiros, Mazagão, Aveleda, e Ruíhe. O terminal de mercadorias edificado em Aveleda, apresenta-se como um elemento a potencializar como centro de logística da cidade e da região envolvente, encontrando-se neste momento subaproveitado.

Saliente-se que a Estação de Braga possui um parque de estacionamento subterrâneo com 3 pisos, com capacidade para 560 lugares, e dois edifícios. Um desses edifícios é destinado a escritórios e a comércio e o outro destinado a residência de estudantes.

2.5.4| MOBILIDADE INTRA-URBANA NO CONCELHO E TRANSPORTES

No concelho de Braga o transporte público urbano data de 1882, ano em que foi construído o Elevador do Bom Jesus e uma linha de caminho de ferro a vapor, a qual estabelecia a ligação entre o centro da cidade e aquele sistema. Em 1914 a rede de transportes foi alargada passando a circular os primeiros carros eléctricos, em duas linhas, que ligavam Monte d'Arcos à Ponte de S. João e a Estação de Caminhos-de-ferro ao Pórtico do Bom Jesus do Monte. Em 1948, iniciou-se a exploração do serviço de autocarros com a inauguração da carreira entre o Bairro Duarte Pacheco e o Aeródromo de Palmeira, e em 1963 deixou de funcionar o último dos carros eléctricos de Braga, tendo-se então desactivado todas as linhas existentes deste modo de transporte.

No que concerne à gestão deste equipamento, em 1967 os Transportes Urbanos de Braga deixaram de ser explorados directamente pelo Município, como até então, tendo sido entregue a concessão a um consórcio particular, cuja exploração durou até Janeiro de 1982. A partir desta data os Transportes Urbanos de Braga voltaram a ser novamente explorados pelo Município através da criação dos Serviços Municipalizados, cuja frota era constituída então por 43 autocarros simples, explorando 20 carreiras, com



uma extensão total de rede de 182 km. Os Transportes Urbanos de Braga, fruto desta municipalização, passaram então a assumir um papel mais vasto, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento sócio-económico do concelho, através da introdução de tarifas sociais e do alargamento dos serviços às freguesias rurais.

Em Janeiro de 1999, após um processo de crescimento contínuo, e já numa fase de quebra de procura dos transportes colectivos a nível nacional, é criada a TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga / Empresa Municipal, com o objectivo de prestar um serviço público mais eficiente, focalizado na comodidade, rapidez e pontualidade.

Hoje os dados existentes reflectem bem o crescimento registado desde 1982 e dimensão actual do serviço prestado:

Dados de Exploração – 2007	
Oferta	
Rede	236,3 Km (nas 62 freguesias)
Paragens	1589
Número de Linhas	76
Extensão média de Linha	19,3 Km
Frota	112 Viaturas
Veículos x Km úteis	4,53 Milhões
Veículos x Km úteis/habitantes	26,81 Km
Lugares x Km úteis	426,4 Milhões
Total efectivos da exploração	215 (87% agentes únicos)
Procura	
Passageiros transportados	11,32 Milhões
Ocupação	11,14
Velocidade comercial	19,08

Quadro 2.42 – Rede de transportes urbanos públicos do concelho de Braga

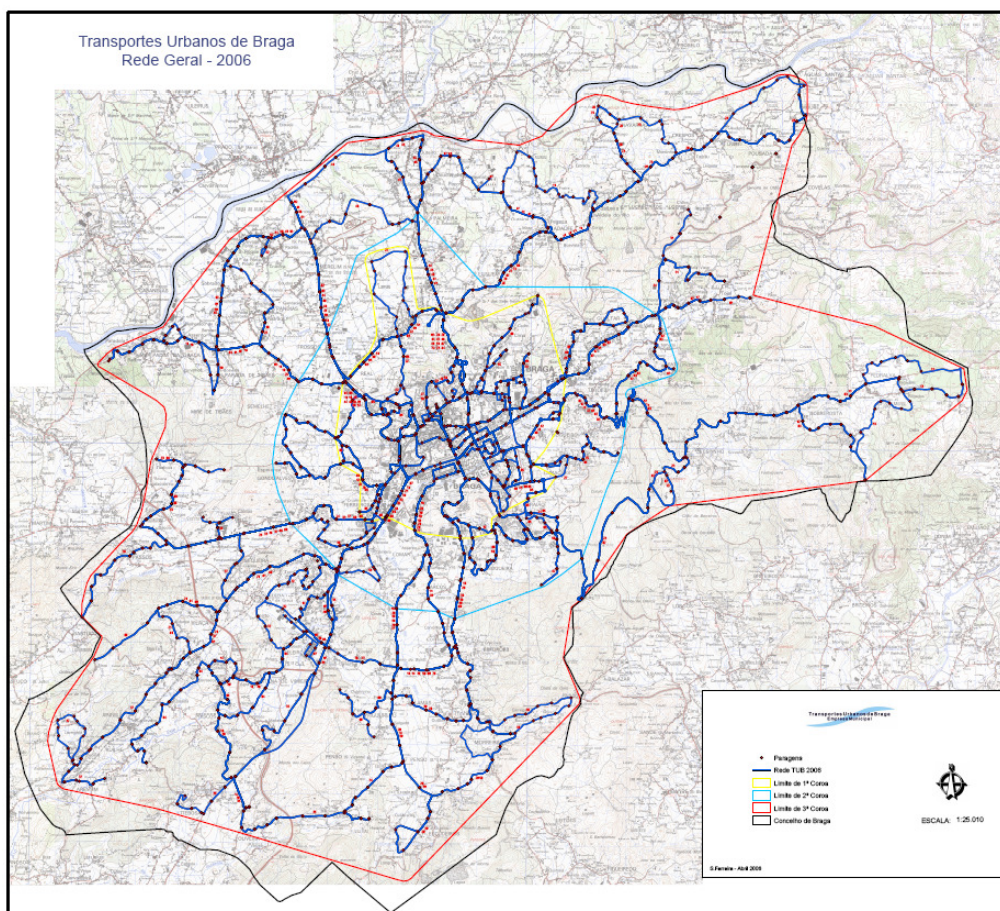


Figura 2.59 – Rede de transportes urbanos públicos do concelho de Braga

Em Março de 2008 foi publicado o “Estudo de Mobilidade da População Residente no Concelho de Braga” trabalho realizado pelos Transportes Urbanos de Braga - Empresa Municipal, com a colaboração científica e técnica da Universidade do Minho e financiamento do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, que permitiu retirar algumas conclusões fundamentais sobre a mobilidade da população residente no concelho de Braga.

Analisando as características de cada sub-amostra em estudo, de Clientes e Não Clientes de TP (Transportes Públicos), constata-se algumas particularidades intrínsecas a cada uma que nos permitem explicar, em grande medida, o seu comportamento em relação à mobilidade.

Por exemplo a proporção do sexo feminino é mais expressiva nos Clientes (65%) comparativamente aos Não Clientes (54%), o que reflecte um maior uso do transporte colectivo por parte do sexo feminino comparativamente ao sexo masculino.

Quanto ao nível da escolaridade, os Não Clientes possuem mais anos de escolaridade, apresentando assim níveis mais elevados de habilitações literárias comparativamente aos Clientes. É no entanto de destacar que as gerações mais recentes têm vindo a contribuir para uma mudança desta estrutura. Com efeito, cada vez é mais relevante a proporção de Clientes com níveis de ensino correspondentes ao secundário e ao superior, o que legitima a aposta efectuada pela TUB/EM na exploração do nicho de mercado estudantil, nomeadamente com a criação do Circuito Universitário.



Outro dos factores determinantes na opção pelos TP é o rendimento mensal líquido. De facto, os Não Clientes apresentam um rendimento mensal líquido sensivelmente superior aos Clientes, com a agravante da dimensão do agregado familiar apresentar-se superior nos Clientes comparativamente aos Não Clientes.

Quanto à utilização de viatura particular, em média os Não Clientes apresentam um maior número de veículos particulares por agregado familiar e cerca de 84% possui licença de condução.

Desta forma, as diferenças expostas ao nível do perfil sócio-económico mostram desde logo dois tipos distintos de grupos cujos comportamentos sociais são ditados pelas condições/capacidades que possuem ou não para optar pelo uso dos transportes públicos. As limitações económicas reduzem a possibilidade de aquisição de bens, como o automóvel particular. Um poder de compra limitado, tal como os Clientes tendem a apresentar, reduz as opções de transporte ao contrário dos Não Clientes, cuja média de rendimentos superior, lhes permite um leque mais vasto de alternativas.

Assim sendo, podemos afirmar que o perfil sócio-económico dos Clientes determina a opção pelo uso do transporte público ao invés do perfil dos Não Clientes, cuja maior capacidade económica lhes permite escolher um meio de locomoção da sua preferência. Assim, enquanto que os Clientes despendem em média, mensalmente, 21,48 Euros, os Não Clientes ultrapassam esse valor em cerca de sete vezes (148,92 Euros), agravado pelo facto de mais de 50% destes se deslocarem sozinhos na qualidade de condutor de viatura particular.

Quanto às características da mobilidade da população residente no concelho de Braga, a área considerada como Centro Urbano regista o maior número de movimentos, sendo origem de 54% destes movimentos. Os restantes 46% têm origem nas freguesias periféricas.

Em relação à mobilidade que tem origem no centro urbano, cerca de 76% permanece no interior do perímetro urbano e as restantes 24% constituem movimentações para as demais freguesias do concelho. Por sua vez, das movimentações pendulares com origem na zona periférica, 29% têm como destino o Centro Urbano e as restantes 71% efectuam-se entre e no interior das freguesias da periferia.

Relativamente à estrutura dos motivos das deslocações, esta não se apresenta divergente para Clientes e Não Clientes. Com efeito, o Trabalho/Escola e o Regresso a Casa constituem os principais motivos das deslocações para ambos os grupos.

Estes movimentos são efectuados maioritariamente nos Dias Úteis, nos horários de maior fluxo de movimentos, entre os intervalos das 05:00 e as 09:00 e entre as 17:00 e as 21:00, tanto por Clientes, como Não Clientes.

Os Não Clientes mostram-se disponíveis para mudar de meio de transporte caso os seus principais requisitos mínimos ao nível dos transportes públicos sejam satisfeitos (cerca de 71%). Esta predisposição para a mudança é salutar e é, de facto, uma excelente oportunidade para a TUB, sobretudo quando se verifica que um dos principais requisitos - tempo médio de espera na paragem pelo transporte - referido pelos Não Clientes é superior ao tempo médio real de espera actualmente verificado pelos Clientes.

O Hábito/Comodismo é apontado como o principal motivo para não utilizar os transportes públicos, o que está relacionado com a forte dependência do veículo particular e do conforto, comodidade, rapidez e autonomia que este proporciona. O usufruto destas características inerentes ao automóvel tornam difícil a cedência do mesmo sem qualquer estímulo e contrapartida e, com base neste pensamento, alguns dos Não Clientes referem que, mesmo garantidos alguns requisitos mínimos no serviço de transporte público,



nunca optariam pela sua utilização (cerca de 29%).

Alguns aspectos referentes à TUB indicam que a empresa tem um grande nível de reconhecimento pela população residente e está fortemente enraizada no concelho, sendo facilmente identificada, mesmo por quem nunca utilizou transportes públicos.

Os Clientes demonstram um elevado nível de satisfação com os serviços prestados pela TUB e os Não Clientes revelam ter uma boa imagem da qualidade dos serviços da mesma. Tais dados permitem concluir que a TUB goza de uma imagem de competência e eficácia entre a população de Clientes e Não Clientes. Os transportes públicos são no entanto cada vez menos utilizados pelos portugueses, de acordo com os últimos dados apresentados pelo Ministério dos Transportes e das Obras Públicas.

Esta quebra resulta fundamentalmente da aposta continuada desde meados de 1980 na melhoria das acessibilidades rodoviárias nas zonas urbanas e inter-urbanas, dando particulares privilégios ao uso do transporte individual, nomeadamente através da criação de vias rápidas e auto-estradas que assim permitiram reduzir drasticamente os tempos das deslocações, mas também através da generalização do estacionamento nos centros urbanos. Estes factores, aliados a um maior poder de compra por parte das famílias, a uma maior facilidade no acesso ao crédito, e até a questões de “status” social, foram os grandes impulsionadores do aumento exponencial do uso do transporte individual, em detrimento do transporte colectivo.

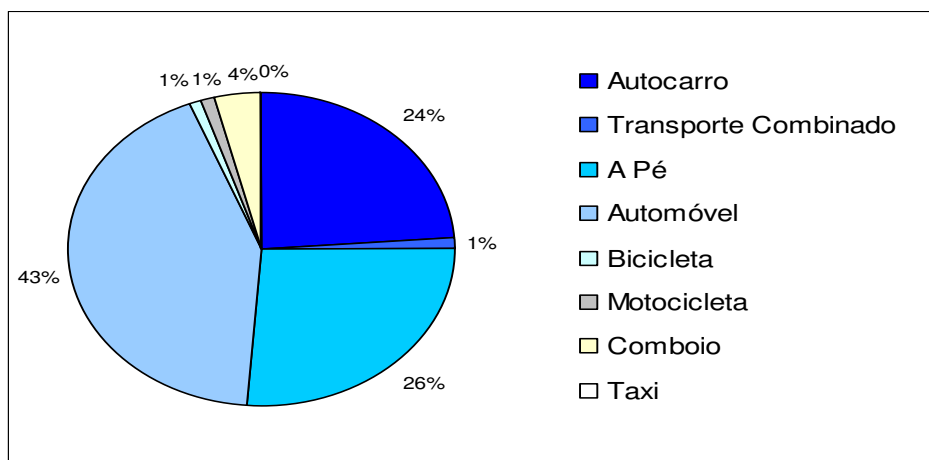
Só ultimamente se tem vindo a assistir a um abrandamento desta tendência, sobretudo motivado pela constatação dos malefícios do uso massivo do transporte individual nas zonas urbanas, nomeadamente o congestionamento e a poluição ambiental, afigurando-se assim uma nova janela de oportunidade para os transportes públicos, sendo que para tal é necessário existir uma organização, planeamento e fiscalização do território que promova eficazmente a utilização dos transportes colectivos em detrimento do transporte individual.

A análise da mobilidade interna de Braga, conduziu a um tratamento da informação disponível por freguesia, de modo a tipificar vários perfis de territórios e compreender dinâmicas. A escolha modal do meio de transporte nas deslocações individuais depende de um conjunto de factores difíceis de definir, como são exemplo as motivações sociais, culturais (noção de conforto individual), económicas (custo de oportunidade), oferta dos meios de transporte e da distância a percorrer.

“Braga, apresenta o terceiro maior nível de mobilidade dos concelhos do Eixo Atlântico, sendo o número médio de viagens habituais diárias apenas inferior ao observado para Vila Nova de Gaia e para o Porto...”⁴³.

Em Braga, registam-se em média 1,82 viagens diárias, e no Porto o valor é de 2,44, sendo o mais elevado de todos os concelhos do Eixo Atlântico.

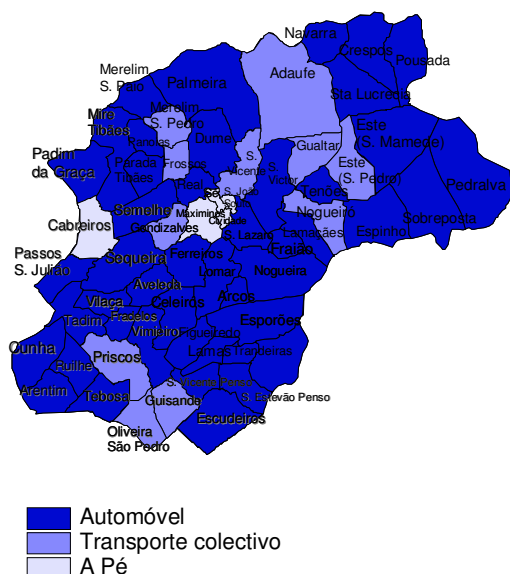
⁴³ Agenda 21 do Eixo Atlântico – Concelho de Braga, 2005; Capítulo “COMPACTAÇÃO I” pág. 8



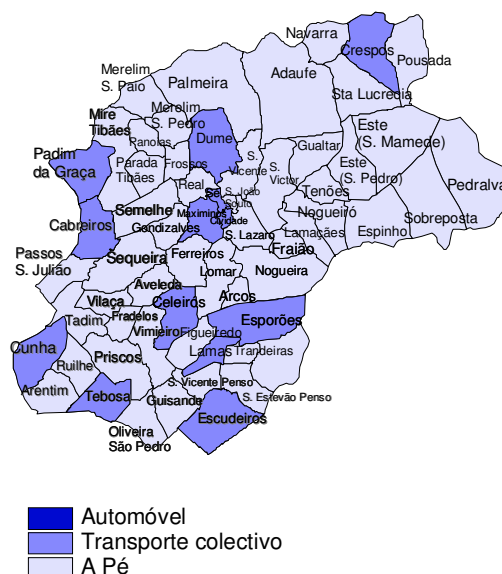
Fonte: Dados do Instituto Sondaxe para o Eixo Atlântico (Retirados da Agenda 21)
Gráfico 2.71 – Distribuição modal no concelho de Braga (2004)

O modo predominante nas deslocações efectuadas no concelho, é o automóvel privado, com 43%, seguido pelas deslocações a pé, com 26%. Além deste modo de transporte, saliente-se a relevância das deslocações de autocarro (24%), que juntamente com a modalidade a pé contribui para equilibrar o modo das deslocações no concelho (automóvel privado 43%; e o modo a pé juntamente com o autocarro perfazem 50% das deslocações).

O transporte ferroviário, representa 4% das deslocações, depreendendo-se que apesar dos fortes investimentos efectuados na linha do Norte, no sentido de melhorar a qualidade de prestação deste serviço, não apresenta a correspondente adesão da população. É fundamental potenciar as ligações intermodais, para tornar este meio de transporte mais atractivo, não só para viagens inter-cidades mas também dentro do concelho.



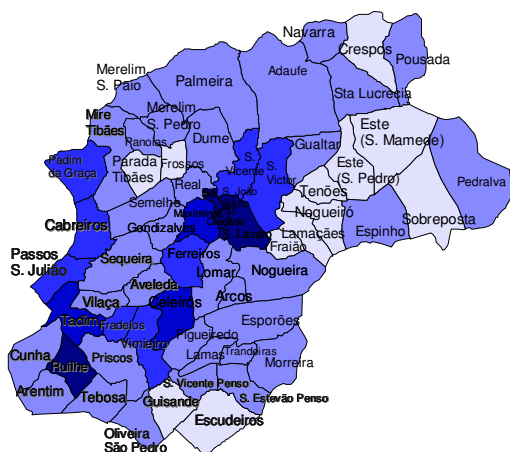
Fonte: INE (Censos 2001) e Agenda 21
Figura 2.60 – Modo de transporte predominante (2001)



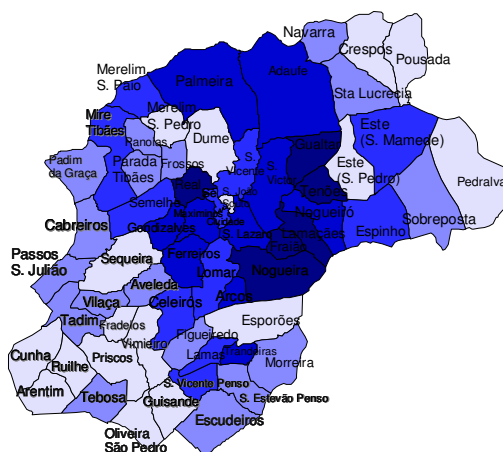
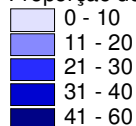
Fonte: INE (Censos 2001) e Agenda 21
Figura 2.61 – Modo de transporte com menor importância relativa (2001)



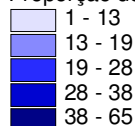
O automóvel privado é o meio de deslocação principal na maioria das freguesias do concelho. O transporte colectivo, por sua vez, apresenta-se como o meio de transporte predominante, nas freguesias envolventes ao centro, como são exemplo: São Vicente, Gualtar, Gondizalves, Nogueiró e Frossos; e em algumas freguesias periféricas: Priscos, Oliveira São Pedro, Guisande, Merelim São Pedro, e São Pedro Este.



Proporção de Viagens a Pé (%)



Proporção de Viagens de Automóvel (%)



Fonte: INE (Censos 2001) e Agenda 21

Figura 2.62 – Proporção de viagens a pé para o trabalho ou estudo em relação ao total destas viagens (2001)

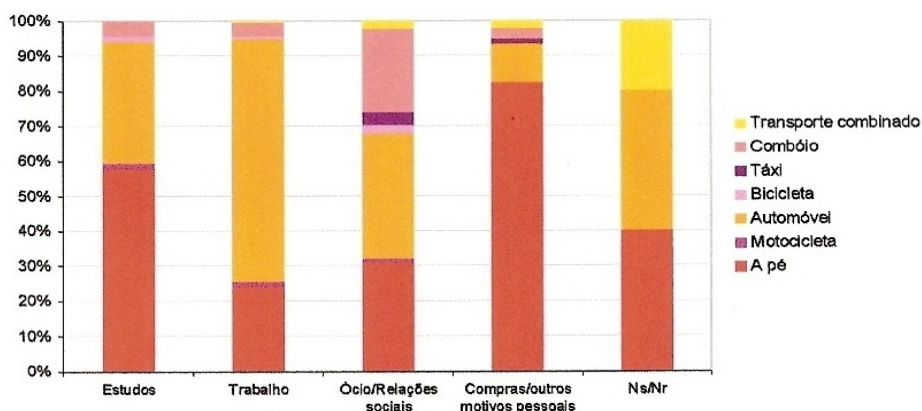
Figura 2.63 – Proporção de viagens de automóvel para o trabalho ou estudo em relação ao total destas viagens (2001)

As freguesias do centro histórico, nomeadamente, São Lázaro, Cividade, São João do Souto, e Sé apresentam mais de 40% das suas deslocações efectuadas a pé, devido à existência de uma grande área pedonal e à concentração neste espaço de grande quantidade de equipamentos e serviços evitando a necessidade de grande deslocações.

Este tipo de locomoção assume importância nas freguesias atravessadas pela EN14 (Maximinos, Ferreiros, Celeirós, Vimieiro), e na área correspondente às freguesias de Fradelos e Tadim e Ruílle. Pode-se, igualmente, delimitar outra faixa na margem Oeste, composta por Passos São Julião, Cabreiros e Padim da Graça. A existência de importantes equipamentos educativos do 1º ciclo ensino básico, e sobretudo, do 2º e 3º ciclo ensino básico (EB2,3 de Celeirós, Externato Infante D. Henrique - Ruílle, EB2,3 de Tadim, EB2,3 de Cabreiros), são responsáveis pelo aumento das viagens a pé principalmente na população mais jovem.

A margem Este, que corresponde à área de crescimento urbano mais recente da cidade (edifícios comerciais e residenciais) sustentado pela existência de vias de escoamento rápido de tráfego (variantes), apresenta uma menor quantidade de movimentos a pé (menos de 10% das viagens). A circulação automóvel é o modo predominante (Nogueira, Fraião, Lamações, Nogueiró, Tenões e Gualtar).

Nas freguesias que se localizam mais afastada do núcleo central, a proporção de viagens de automóvel em relação ao total de viagens efectuadas e a dependência do mesmo vai diminuindo, principalmente nas margens Sudoeste e Nordeste.



Fonte: Dados do Instituto Sondaxe para o Eixo Atlântico (Retirados da Agenda 21 – pag. 9)
Gráfico 2.72 – Distribuição modal, por motivo, no concelho de Braga (2004)

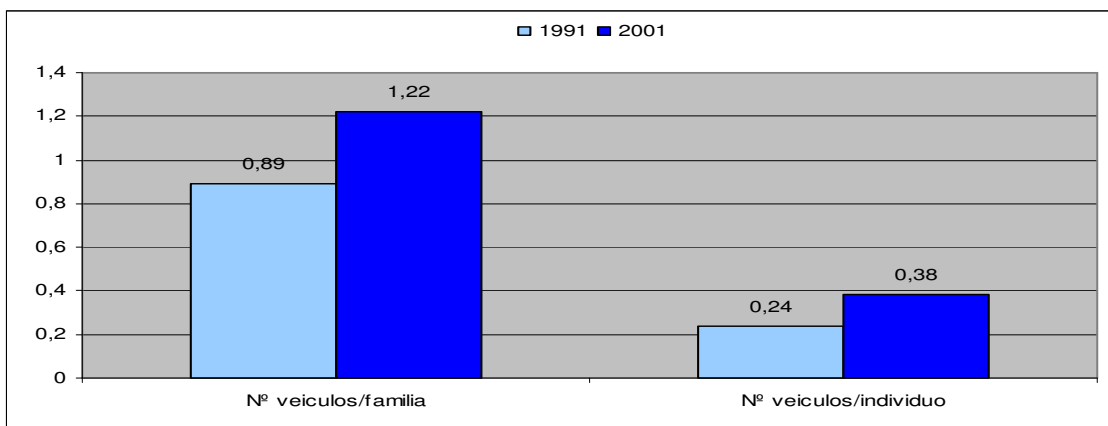
Os principais motivos que estão na base das deslocações dos indivíduos no concelho de Braga, são movimentos “casa – local de trabalho” ou “casa – local de estudo”. Apesar do meio de locomoção predominante nas deslocações ser de automóvel privado, a sua importância vai variar de acordo com as motivações que incentivam a viagem.

A utilização do automóvel privado assume uma principal função nas viagens cujo motivo é o trabalho (cerca de 70% das viagens). Paralelamente, cerca de 25% das deslocações para o local de trabalho foram efectuadas a pé.

As deslocações para os locais de estudo, são efectuadas na sua grande maioria a pé (cerca de 60%), seguidas das deslocações em automóvel privado (30%).

Analisando exclusivamente as deslocações cujo motivo são as compras ou motivos pessoais, verifica-se que 80% das mesmas, são efectuadas a pé. Este facto, deve-se, fundamentalmente, a estarmos perante um concelho aglutinador que concentra num mesmo espaço os locais de compras e a residência da maioria da população (São Victor; São Lázaro; São Vicente, Maximinos), reduzindo as distâncias a percorrer. Refira-se igualmente, o esforço camarário no sentido de dotar o centro histórico de uma cada vez maior área pedonal, que permitiu mudar a mentalidade social e reduzir de certa forma, a ideia de dependência do automóvel.

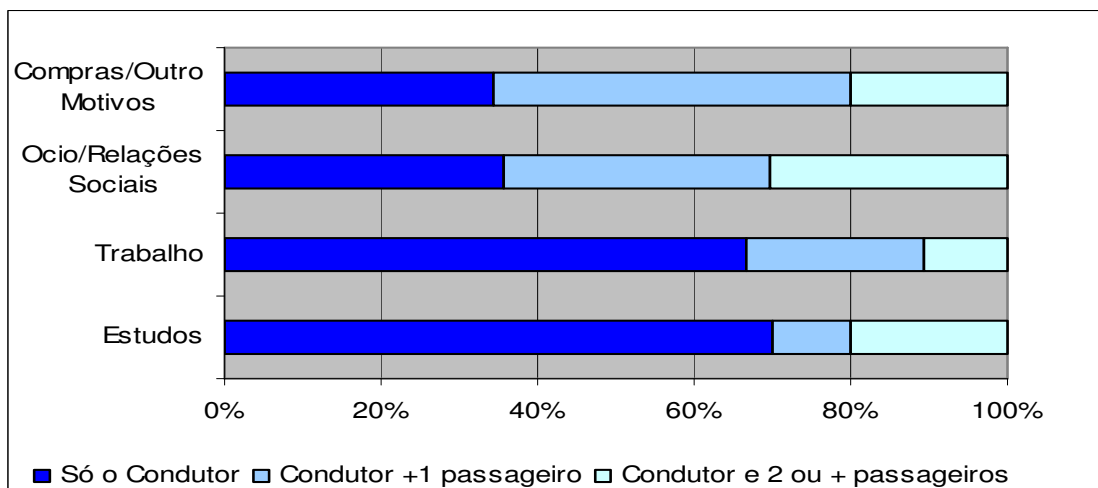
No entanto, o aumento da área pedonal não tem sido razão suficiente para atrair mais indivíduos ao centro histórico, em parte, devido à interdição do acesso automóvel e à diminuição dos locais de estacionamento gratuito. Frequentemente os indivíduos preferem efectuar as suas compras nas novas áreas comerciais que vão surgindo na periferia da cidade, beneficiando de estacionamento gratuito e menos condicionado pelas condições climáticas.



Fonte: INE (Censos 1991 e 2001)

Gráfico 2.73 – Evolução do nº de veículos/família e veículos/indivíduo, no concelho de Braga (1991 e 2001)

Actualmente, assiste-se ao aumento da taxa de motorização individual e familiar, sendo sinónimo de melhoria económica das famílias. Em 1991, registava-se 0,89 veículos em média por família, e 0,24 veículos por indivíduo, aumentando, para 1,22 veículos por família e 0,38 veículos por indivíduo, em 2001.



Fonte: Instituto Sondaxe para o Eixo Atlântico (Agenda 21)

Gráfico 2.74 – Taxa de ocupação dos automóveis no concelho de Braga (2001)

Em 2001, cerca de 70% dos veículos que circulam para os locais de estudo e/ou de trabalho, apresentavam apenas o condutor. Sabendo-se que, estas viagens representam a maioria das deslocações, este valor torna-se problemático, e pode constituir um dos principais motivos responsáveis pelo aparecimento de problemas de congestionamento automóvel. É necessário implementar medidas que incentivem o aumento da taxa de ocupação dos veículos, e o desenvolvimento do transporte público tornando-o mais eficiente e uma verdadeira alternativa ao transporte privado.

Nas viagens por motivo de lazer, ócio, ou compras, as taxas de ocupação dos automóveis tendem a aumentar sendo significativo que mais de 60% dos veículos apresentavam pelo menos um passageiro.

O desenvolvimento urbano da cidade de Braga, tal como aconteceu em grande parte das cidades europeias, já comprometeu um eventual espaço canal para soluções de recurso à melhoria dos sistemas de mobilidade. São disso exemplo, a anulação da rede de eléctricos e o sub-dimensionamento e falta de

integração dos espaços destinados às deslocações “a pé” e de bicicleta.

Os estudos desenvolvidos no âmbito do PROT-Norte⁴⁴, indiciam a necessidade de rever o modelo empresarial e de financiamento dos transportes públicos do sistema inter-urbano Braga-Barcelos-Amares-Vila Verde, através da criação de uma nova “autoridade” específica que garanta a multimodalidade e a articulação dos transportes públicos com os privados. Simultaneamente preconizam a criação de uma rede de eléctricos (modernos) de serviço “porta a porta” (o que terá implicações ao nível de desenho urbano dos espaços existentes, designadamente reformulação do estacionamento de rua, etc.) e a implementação de projectos estratégicos de resposta a grandes nichos de mercado e soluções de carsharing e bikesharing.

2.5.5| LOGÍSTICA

O desenvolvimento do processo de globalização da economia tem promovido o aumento das distâncias entre produtores e consumidores. Este facto tem contribuído para o aumento da circulação de longa distância, nomeadamente de veículos pesados de mercadoria, que são obrigados a atravessar os núcleos urbanos e a permanecer nos mesmos enquanto efectuam as suas morosas descargas. Este facto provoca o aparecimento de inúmeros problemas de congestionamento automóvel, e problemas de qualidade ambiental (poluição atmosférica e sonora).

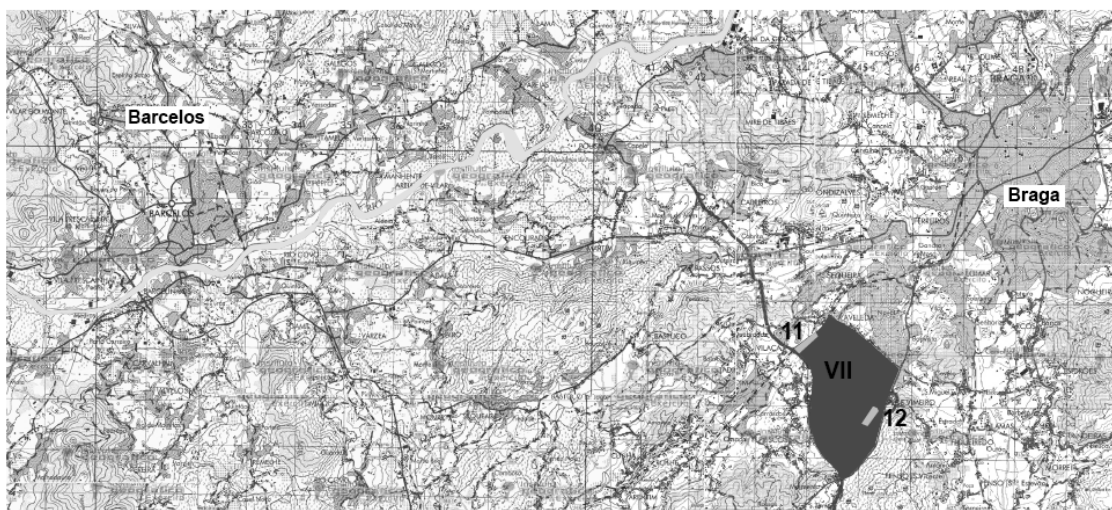
Nas principais vias de acesso ao concelho de Braga, em 2005, circularam em média mais de 6000 veículos pesados por dia, segundo se atesta nos relatórios do PROT-Norte. No sentido de evitar que um tão elevado número de veículos pesados circulem na cidade, julga-se ser importante a construção de um Centro de Distribuição que consiste num espaço de armazenagem, cuja missão é gerir o fluxo de materiais provenientes de vários fornecedores (e gerir a informação sobre os produtos armazenados e os pedidos efectuados pelos clientes). A localização desta infra-estrutura junto ao principal mercado consumidor, neste caso o concelho, permitirá racionalizar a prestação do serviço, possibilitando um maior volume de entregas num menor espaço de tempo. As entregas seriam efectuadas, por veículos de mercadorias de menor dimensão, mediante as necessidades das lojas, contribuindo para que se concretizassem mais rapidamente e com menos inconvenientes.

Refira-se que as actividades económicas que apresentam uma maior dependência e necessidade destas plataformas logísticas são as indústrias de bens e consumo, os operadores logísticos e os hipermercados. Assim, é fundamental procurar captar para o centro logístico as empresas importantes do concelho e de fora deste (empresas de transportes de longa distância de produtos farmacêuticos, de supermercado, correios, produtos industriais, matérias primas etc.) que apresentem capacidade financeira suficiente para aguentar as crises económicas e que operam não apenas ao nível local (concelho) mas internacionalmente.

No caso de Braga já estão lançadas as bases para se desenvolver este centro logístico. No entanto, é necessário sustentar esta infra-estrutura, para que esta possa efectivamente apresentar um papel importante na organização logística da cidade e da região. É o caso da área correspondente ao terminal de mercadorias de caminho de ferro de Tadm/Aveleda e do Mercado Abastecedor da Região Norte (que se constitui como um Centro de Distribuição Agro-alimentar).

⁴⁴ Babo, António; PROT- Norte; Fasell – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidades, Mobilidade e Logística; Junho 2007, p. 20 e 21.

Por outro lado, verifica-se uma maior sensibilidade e participação dos investidores privados deste sector de actividade, encontrando-se neste momento, a decorrer um processo de construção de um “*Centro de Transportes de Mercadorias do Baixo Minho*” com uma área total de 98708 m², na freguesia de Vilaça, próximo das duas infra-estruturas referidas anteriormente. O principal operador para este centro logístico é o grupo TORRESTIR que é uma empresa de transportes de mercadorias. Este novo espaço incluirá “*áreas de armazenagem, transbordo de mercadorias e apoio à distribuição, instalações diversas complementares para apoio a operadores e utentes,*” (...) e espaços de estacionamento ao ar livre para veículos ligeiros e pesados de mercadorias ou de passageiros.



Fonte: PROT-NORTE (Fase I, Maio 2007, p.78)
Figura 2.63 – Área logística Braga/Barcelos

No sentido de impulsionar e sustentar a dinâmica existente a Câmara nomeadamente através do PDM, deverá reservar novos espaços para possível expansão e estabelecimento de futuras empresas, permitindo que este espaço se constitua como um importante centro de logística intermodal de âmbito regional, nacional e internacional, baseado em dois tipos de transporte: o transporte ferroviário e por automóvel ligeiro e pesado. Refira-se que, o local em causa apresenta uma posição periférica ao concelho encontrando-se bem servido de vias de comunicação ao centro da cidade (circular e N14) e aos concelhos envolventes (A3 e A11), que lhe permite receber os produtos em veículos pesados, e rapidamente dar resposta aos pedidos dos clientes na cidade através de veículos de menor dimensão.

3| **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL DO CONCELHO**

3.1| **INTRODUÇÃO**

Toda a temática relacionada com a qualidade ambiental assume progressivamente maior importância à medida que a sociedade evolui e a exigência por melhores condições de vida aumenta. Esta é uma área que abrange factores tão diversos como o ruído, qualidade do ar, redes de abastecimento de água e saneamento, recolha de resíduos, espaços públicos de lazer e recreio, espaços verdes etc.

Relativamente ao ruído e qualidade do ar, factores directamente correlacionados com a actividade industrial e tráfego automóvel, as situações mais preocupantes verificam-se em área urbanas, em resultado da maior densidade de tráfego rodoviário, consensualmente reconhecido como o principal factor



gerador de ruído e poluição atmosférica, agravado na presença de actividades industriais tendencialmente localizadas na periferia da cidade. Com o tecido urbano de características residenciais a ocupar progressivamente a periferia, geram-se situações de incompatibilidade entre essas duas funções só resolúvel pela transferência da actividade primitivamente instalada.

Neste âmbito tem sido levada a cabo uma estratégia assente em vários níveis de intervenção:

- Condicionamento de trânsito no centro da cidade, disponibilizando para uso quase exclusivo de peões áreas significativas livres de automóveis
- Adopção de combustíveis menos poluentes nos veículos de transportes urbanos. A partir de 2000 foram adquiridos 16 autocarros movidos a Gás Natural e 6 veículos híbridos. A partir do início de 2007 toda a frota diesel passou a utilizar biodiesel numa proporção de 50%. Paralelamente procedeu-se a um esforço continuado de renovação da frota existente, sendo que, entre 2000 e 2007, cerca de 47% da frota foi renovada, o que contribui igualmente para melhores resultados relativamente à emissão de poluentes, uma vez que os motores mais recentes possibilitam queimas mais limpas.
- Substituição progressiva de pavimentos rodoviários geradores de ruído por outros menos gravosos neste aspecto. A substituição de pavimentos em calçada de granito por pavimento asfáltico permite reduzir substancialmente o ruído de rolamento dos veículos automóveis, sendo que mesmo na aplicação dos pavimentos asfálticos a sua composição pode ser otimizada para obtenção de um melhor resultado em relação ao ruído. Refere-se a título de exemplo o estudo actualmente levado a cabo pela Câmara em parceria com a Universidade do Minho para a substituição do pavimento da Variante Sul.
- Transferência progressiva das actividades Industriais e de Armazenagem para áreas destinadas especificamente a esse fim no PDM. Muitas unidades industriais localizadas na área da cidade, como por exemplo a Saboaria Confiança e a Fábrica Pachancho, empreenderam processos de transferência para parques industriais nos quais podem exercer mais eficazmente a sua actividade, com benefícios também ao nível das acessibilidades, disponibilidade de terrenos etc.
- Localização de espaços destinados à fixação da actividade industrial ou de armazenagem distribuídos pelo território concelhio. Esta opção permite disponibilizar oferta de emprego a nível local minorando parcialmente os movimentos pendulares dos funcionários dessas empresas e a excessiva concentração de trânsito rodoviário, de ligeiros e pesados, nas vias de acesso.

Decorrendo da maior facilidade de acesso à informação e da deslocação de muitos cidadãos para zonas progressivamente mais afastadas da cidade começa a sentir-se, por força do aumento de massa crítica, mesmo nas áreas que até agora se consideravam rurais, a exigência de novas áreas verdes e espaços públicos bem como o tratamento de muitos espaços já existentes mas aos quais nunca havia sido dada real importância. Nos últimos anos, foram desenvolvidos e executados inúmeros projectos de espaços públicos destinados aos muitos largos, jardins e adros de igrejas distribuídos por todo o concelho, constituindo, em regra, os centros cívicos das respectivas freguesias ou lugares. De igual modo na área da cidade e sua envolvente mais próxima, tem sido levado a cabo um esforço notório de tratamento de todos os espaços públicos resultantes de cedências efectuadas no âmbito dos processos de loteamento urbano entretanto executados. Este esforço, cuja visibilidade é frequentemente reduzida pela localização interiorizada desses espaços, reflecte-se em muitos hectares de novas áreas verdes construídas e

milhares de árvores e arbustos plantados anualmente, pela divisão de ambiente e espaços verdes.

O projecto de novos parques urbanos, como o Parque Norte e O Parque do Monte Picoto, e a requalificação do Parque da Ponte/S.João, é um sinal evidente da tentativa de concretizar o objectivo de dotar a cidade de uma melhor qualidade ambiental e de novos espaços de lazer. Para além dos investimentos efectuados, o concelho de Braga, apresenta importantes áreas verdes relevantes contíguas à cidade (Monte do Bom Jesus, Sameiro e Santa Marta), que funcionam como espaços de cultura, lazer e recreio, para além da função natural e paisagística.

As debilidades em áreas verdes e naturais são supridas através de acções pontuais de criação de espaços verdes que permitam não aos indivíduos aceder a um quadro de vida que através da interacção com esses espaços lhes favoreça o usufruto de uma qualidade ambiental melhor.



Imagem 3.1 e 3.2 – Espaços Verdes na Freguesia de Lamações

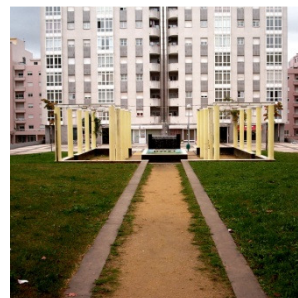


Imagem 3.3 – Espaços Verdes na Freguesia de S. Vitor

A opinião pública demonstra cada vez maior preocupação com os aspectos relacionados com o ambiente e a paisagem, principalmente com os cursos de água mais importantes e os espaços públicos mais relevantes, no entanto o comportamento cívico individual precisa ainda de evoluir de modo a que a “coisa comum” seja sentida como responsabilidade de cada um. Com efeito, apesar de se registarem melhorias sensíveis neste âmbito, verifica-se frequentemente junto a vias menos utilizadas o aparecimento de despejos ilegais de resíduos de origens tão diversas como a construção civil, electrodomésticos fora de uso e lixos indiferenciados. Um outro problema relacionado com este aspecto prende-se com a proliferação de animais de estimação, na sua maioria cães, que no decorrer dos seus passeios higiénicos vão deixando um rasto de dejectos que os donos não têm o cuidado de recolher, a bem da salubridade comum, apesar das campanhas levadas a cabo pelo pelouro do ambiente alertando para a necessidade e obrigatoriedade de o fazer.

Ao mesmo tempo tem-se procurado despertar a problemática do ambiente e da necessidade da sua protecção, nas populações mais jovens, criando-se a Quinta Pedagógica onde se realizam periodicamente sessões de esclarecimento e de sensibilização.

Está actualmente em fase de projecto um conjunto de intervenções de requalificação e despoluição dos espaços naturais, nomeadamente nas linhas de água mais importantes do concelho. O ‘Plano de Reabilitação do Rio Este’ entrou já em fase de projecto de execução, tendo sido efectuadas entretanto acções de limpeza e desassoreamento deste rio bem como da ribeira de Panoias. Mais recentemente teve início o estudo integrado de toda a margem do rio Cávado e terrenos adjacentes visando a requalificação e ordenamento de uma faixa alargada deste espaço ribeirinho de âmbito concelhio. Com o objectivo



expresso de disponibilizar ao usufruto público um espaço natural de dimensões relevantes e de promover a ligação da cidade ao rio, a ideia inicial teve entretanto a adesão dos municípios vizinhos evoluindo para um projecto supra-municipal.

A Câmara Municipal tem respondido a este desafio da melhoria da qualidade ambiental dentro da sua capacidade de actuação canalizando os meios disponíveis em função de uma hierarquia de prioridades encabeçadas pelas condições higieno-sanitárias.

Em parceria com a Agere e Braval destacam-se os investimentos efectuados na rede de infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento, e da importância crescente da recolha e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos.

Com a área da cidade servida pela ETAR de Frossos, deu-se início à construção de um conjunto de estações de tratamento de menores dimensões distribuídas pelo território concelhio de modo a servir toda a população. Paralelamente está também em curso a execução de toda a rede até ao utilizador final, num processo dificultado pela dispersão das construções ao longo da densa malha viária.

Se a face visível de todo este processo é para o utilizador individual a sua própria ligação à rede e consequente melhoria da qualidade de vida, em termos globais o impacto ambiental assume muito maior relevo, visto permitir a redução drástica da contaminação do solo e águas subterrâneas resultante da multiplicação de fossas sépticas e, frequentemente descargas livres para o meio ambiente de ligações domésticas e industriais.

Relativamente à recolha de resíduos sólidos urbanos tem vindo a verificar-se uma melhoria da situação em resultado da entrada em funcionamento do aterro da Serra do Carvalho que permitiu o encerramento das antigas lixeiras, bem como a implementação de regras relativas ao destino a dar aos resíduos não domésticos, designadamente os resultantes da actividade industrial e da construção civil.

Por outro lado, a rede de recolha de materiais recicláveis tem crescido sustentadamente em resultado da adesão da população ao processo, tendo entrado numa fase de substituição dos ecopontos à superfície por conjuntos subterrâneos que garantem maior qualidade visual e melhores condições de higiene.

A progressiva redução da proximidade a estes ecopontos tem motivado uma maior adesão da população ao processo, verificando-se desde 2004 uma tendência de diminuição da quantidade de resíduos depositados em aterro a par com o aumento dos resíduos recolhidos selectivamente. No entanto o lançamento de campanhas de sensibilização poderá aumentar significativamente a eficácia do sistema, justificando igualmente a recolha de resíduos até agora não contemplados. A título de exemplo refira-se a recolha e reciclagem do óleo doméstico, reutilizado como biodiesel, sabão etc., que em alguns municípios começa a dar indícios encorajadores. Esta é uma questão da maior importância pois o óleo usado constitui um dos factores de poluição e contaminação dos solos e redes de saneamento visto que as pessoas não dispondo de soluções correctas recorrem à descarga na rede de saneamento ou, na melhor das hipóteses, junto com os resíduos orgânicos.

De acordo com informações fornecidas pela Braval, a de recolha de óleos alimentares usados foi iniciada em finais de Abril de 2008, num processo de recolha porta-a-porta, prevendo-se também a entrada em funcionamento da unidade de tratamento, por autoclavagem, de resíduos hospitalares do Grupo III, em parceria com a empresa Ambimed. Nos planos da empresa está ainda a construção de uma unidade de tratamento mecânico e biológico para 50 mil toneladas de RSU, uma unidade de digestão anaeróbia para



10 mil toneladas da fracção orgânica separada e uma unidade de compostagem de resíduos verdes, bem como a valorização energética do biogás produzido, quer na digestão anaeróbia, quer no aterro.

O Plano de Acção submetido a aprovação da Agência Portuguesa de Ambiente “prevê oito domínios prioritários de intervenção: reforço da Recolha Selectiva de Embalagens; automação da Estação de Triagem; valorização de RUB; Ecocentro; Aterro Sanitário; Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas; Produção de Biodiesel e Acções de Suporte ao Sistema.”

Na sequência da publicação de nova legislação referente às sucatas e com o objectivo de melhorar a qualidade ambiental e visual do concelho, construiu-se o parque de sucata, disponibilizando aos industriais desta actividade, um local preparado de raiz e com as infra-estruturas adequadas, para o efeito. Pretende-se assim dar solução a um dos graves problemas ambientais com que há muito o concelho se debate no que respeita à poluição dos solos, visto que as sucatas existentes recebem e acumulam as viaturas sem os devidos cuidados na separação dos resíduos poluentes, e em relação à qualidade visual devido ao aumento, por vezes descontrolado, das áreas ocupadas por estes ‘cemitérios de automóveis’, localizados geralmente em pontos estratégicos junto à rede viária.

Para além das iniciativas referidas, a preocupação ambiental, não é uma ideia recente, e está patente no PDMB, nomeadamente através das suas condicionantes, que apresentam como objectivos a protecção e identificação dos recursos naturais (solo e linhas de água), entre as quais se destacam:

Reserva Agrícola Nacional (RAN)

A delimitação das áreas integradas na RAN, no PDMB, teve como base o Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de Junho, tendo como principal objectivo a protecção eficaz das áreas constituídas por solos com maiores capacidades agrícolas, e que se mostrem mais vocacionados para a actividade agrícola moderna e racional.

Segundo o ponto 1 do artigo 3.º do mesmo Decreto-Lei a “Reserva Agrícola Nacional, (...) é o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, apresentam maiores potencialidades para a produção de bens agrícolas”.

Reserva Ecológica Nacional (REN)

O Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de Julho, criou a Reserva Ecológica Nacional (REN) com a finalidade de possibilitar a exploração de recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões.

O seu regime jurídico viria a ser definido com a publicação do Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março. Após algumas alterações pontuais foi revisto e alterado pelo Decreto-Lei 180/2006 que introduz modificações ao nível da delimitação das áreas a incluir na REN e uma matriz de acções insusceptíveis de prejudicar o equilíbrio ecológico dessas áreas.

O Decreto-Lei n.º 316/90 de 13 de Outubro, define a REN como sendo um instrumento fundamental, no domínio do ordenamento do território, para a preservação dos ecossistemas naturais.

O estabelecimento destas Reservas veio a revelar-se de uma importância acrescida relativamente aos objectivos perseguidos por cada uma. Com efeito para além da protecção concreta dos solos integrados em cada uma delas, possibilitou a preservação em grande parte das características paisagísticas de áreas



relevantes do território concelhio, deixando em aberto a oportunidade que agora se apresenta de proceder ao estudo integrado das áreas que com o decorrer dos anos se têm vindo a revelar de importância acrescida.

Refira-se, neste contexto, a elaboração, no âmbito da revisão do PDMB, da Carta da Estrutura Ecológica Municipal, onde se identificam e protegem os recursos e valores naturais e culturais relevantes, e os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território.

Espaços Florestais

O PDMB procurou delimitar todos os espaços que apresentavam vocação florestal e silvo-pastoril. Não sendo viável, nem competência própria da autarquia, a elaboração de uma carta de ordenamento florestal pormenorizada, definiram-se três tipologias de espaço florestal, Floresta de Produção, constituindo a base de toda a ocupação destas áreas; Floresta de Uso Múltiplo, resultando da sobreposição com a Reserva Ecológica Nacional, com restrições relativas ao seu estatuto de uso e ocupação e às espécies florestais a plantar; Floresta de Protecção, acompanhando os cursos de água, pretende a promoção de uma faixa de enquadramento constituída por espécies caducas características da mata ripícola. Esta classificação teve como principal objectivo a defesa e a gestão eficiente deste recurso, evitando os cortes desregulados, e promovendo a reflorestação através de espécies autóctones, assim como, estabelecer princípios de edificabilidade de modo a não comprometer a integridade da área florestal.

Deve referir-se, no entanto, que a Câmara tem, relativamente aos espaços florestais, uma capacidade de acção limitada, uma vez que na prática quase só em situações de alteração de uso do solo, sujeitas a licenciamento, é consultada, sendo muito raros os casos em que pronuncia sobre projectos de florestação. Posteriormente à revisão do PDM e na sequência da entrada em vigor de novas regras relativas à defesa da floresta e combate aos incêndios, foi criado o Gabinete Florestal, pelo que se pretende tirando partido da existência da sua maior vocação para o sector florestal, levar a cabo na revisão uma identificação mais rigorosa dos tipos de ocupação existentes e, no âmbito da proposta, uma redefinição dos maciços florestais com maior ênfase na Floresta de Uso Múltiplo e na recuperação/promoção da floresta autóctone.

Linhas de Água

O domínio hídrico, presente no PDMB, integra todas as linhas de água navegáveis ou fluviáveis e suas margens, com largura de 30 metros, e linhas de água não navegáveis e não fluviáveis e respectivas margens, com a largura de 10 metros. Parte destes cursos de água encontram-se integrados e protegidos pela REN.

O rio de maior dimensão existente no concelho é o Cávado, seguido pelo rio Este. Ambos, atravessam o concelho de nordeste para sudoeste, constituindo elementos importantes no assegurar de um conjunto de ecossistemas e habitats naturais, a proteger. Refira-se a existência de outros rios de menor dimensão que os referidos, mas com importância igualmente relevante, como são os casos do rio Veiga (afluente do rio Este), do rio de Guisande, do rio Labriosca e do rio Torto.

A grande maioria das linhas de água existentes no concelho são de reduzida dimensão, multiplicando-se os ribeiros, as ribeiras e outros pequenos cursos de água, cuja função principal é apoiar a actividade agrícola, nomeadamente para a irrigação (ribeira de Panóias, ribeira da Presa – afluentes do rio Cávado; ribeira de Gualtar, ribeira de São Martinho – afluentes do rio Este; ribeira de Reamondes, ribeira de



Provenças; ribeiro do Barral, ribeiro de Morreira – afluentes do rio da Veiga).

Em consequência da progressiva consciencialização ambiental, nomeadamente da importância do recurso água para a qualidade de vida das populações e todas as actividades humanas, assim como, para a sustentabilidade do território, a Câmara Municipal em conjunto com a AGERE, durante este período, implementaram um conjunto de projectos de requalificação, renaturalização e reabilitação das linhas de água existentes.

Os projectos mais importantes foram:

- Plano de Reabilitação do Rio Este:

- Projectos de Regularização de Linhas de Água:

- Projecto de Regularização da Ribeira do Castro (Junto ao Estádio Municipal):

- Projecto de Regularização do Rio Torto (zona Real/Frossos).

Foram igualmente alvo de intervenção outros cursos de água, localizados em: São Paio de Arcos, Tenões (Ribeira da Consolação), Aveleda/Celeirós, Fradelos, e Sobreposta (junto à piscina municipal).

3.2| INTERVENÇÕES DE PROTECÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

3.2.1| PLANO DE REABILITAÇÃO DO RIO ESTE E PARQUE DA PONTE

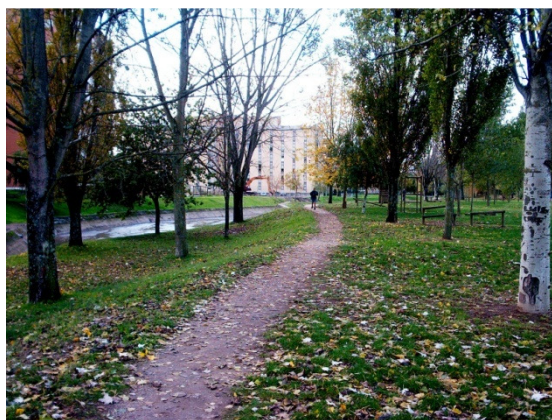


Imagem 3.4 – Rio Este

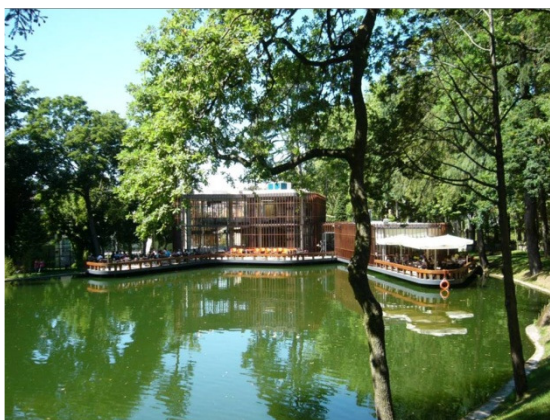


Imagem 3.5 – Parque da Ponte

O rio Este, é o principal afluente da margem direita do rio Ave e a sua nascente localiza-se na Serra do Carvalho, a Este do concelho, numa altitude de 465 metros, na freguesia de São Mamede de Este.

O seu percurso, de aproximadamente 45 km, inicia-se num pequeno vale de características agrícolas e atravessa todo o concelho, desaguando em Touguinha, a cerca de 4 km de Vila do Conde. No seu percurso, o rio Este, apresenta um perfil sinuoso, podendo-se identificar dois tipos de troços principais: um que atravessa toda a cidade em canal de betão, e outro em leito normal (a partir do complexo industrial da Grundig).

Ao contrário do rio Cávado, o rio Este tem a sua nascente localizada no concelho, permitindo desta forma um maior controlo e facilidade na implementação de acções de limpeza e controlo da poluição.

A sua bacia hidrográfica, tem 246 km², dos quais 82 km² encontra-se no concelho de Braga, sendo os principais afluentes, a ribeira de Tenões, o ribeiro de Dadim, o rio da Veiga, a ribeira de São Martinho e a



ribeira da Pinguela.

Durante grande parte do ano, o caudal do rio Este é reduzido, mas nos períodos de chuvas mais intensas, geram-se cheias com caudais de ponta bastante elevados, que provocam alguns danos materiais. Os locais que registam inundações mais frequentes são no Parque Industrial de Celeirós, na freguesia de Ferreiros em terrenos contíguos à EN14 no lugar da Quintela, nas caves dos prédios situados na área contigua ao Parque de Exposições e a jusante da Ponte Pedrinha.

A característica morfológica da bacia, bastante inclinada e de forma alongada, bem como a acumulação de detritos e sedimentos ao longo do rio, favorecem o carácter repetitivo e repentino das cheias. A canalização através de muros de betão e o aumento das construções ao longo dos leitos e encostas, para além de aumentarem a velocidade e o caudal do rio favorecem igualmente a ocorrência das cheias. A impermeabilização dos solos urbanos, têm limitado a infiltração favorecendo o escoamento superficial e a quantidade de água canalizada para os cursos de água superficiais, aumentando deste modo, o caudal do rio e as possibilidades de ocorrência de novas cheias.

A qualidade da água do rio Este, é influenciada pelo facto de atravessar a cidade, estando o rio exposto ao longo do seu curso à acção das actividades humanas (habitações, indústrias). O sistema ribeirinho, reflecte o aumento da pressão urbanística e o crescimento da cidade, caracterizando-se por uma constante alteração e degradação do ecossistema. As estações de monitorização localizam-se fora do concelho de Braga (Louro, Balazar e Ponte Junqueira), não permitindo o tratamento e o controlo da qualidade da água.

A Câmara Municipal, consciente desta dificuldade, tem procurado amenizar e resolver estes problemas, visando tornar este espaço mais atractivo para os cidadãos, recuperando todo o ecossistema e criando um novo espaço natural e de lazer (ciclovía). São constantes as acções de fiscalização e de detecção de descargas ilegais de poluentes e de esgotos no rio Este.

O “Plano de Reabilitação do Rio Este”, que já se encontra em fase de implementação tem como principal objectivo a protecção, recuperação e valorização do rio e toda a sua área envolvente.

Este plano, apresenta medidas para médio/longo prazo, que visam a renaturalização do leito do rio; a criação de bacias de retenção (pequenas lagoas) a montante da zona urbana, que impeçam a ocorrência de inundações; a requalificação e valorização de toda a área envolvente do rio com a plantação de vegetação própria da região, importante para a fixação dos solos e retenção da água prevenindo o escoamento; a criação de espaços de lazer ao longo do rio (ciclovía e caminhos pedonais); e intervenções de limpeza, desassoreamento e recuperação de património hidráulico com o objectivo de melhorar a drenagem do rio evitando possíveis inundações.

No que concerne ao Parque da Ponte, procedeu-se a um estudo integrado para a criação de uma ampla zona de desporto e de lazer, que incluirá o Parque da Ponte e a área sul do Parque de Exposições, no sentido de criar uma nova centralidade na cidade de Braga.

A intervenção neste espaço, visa dotar esta área de um conjunto de serviços ao nível social, desportivo e cultural, procurando recuperar e requalificar o Parque da Ponte e o Parque de Campismo.

Em 2005, foi executada a primeira fase de reabilitação do Parque de São João da Ponte. Neste sentido efectuaram-se os projectos referentes ao: Jardim do Lago; Bar do Lago; Palco ao Ar Livre; Parque de Campismo (ampliação). Foram igualmente efectuados, projectos de arquitectura: do Parque Infantil; da Avenida do Estádio 1º de Maio e requalificação das piscinas; e o ante projecto do Pavilhão Translúcido.



3.2.2| PARQUE URBANO DO MONTE PICOTO/ SÃO JOÃO DA PONTE



Imagem 3.6 – Parque Urbano do Monte do Picoto



Imagem 3.7 – Parque da Ponte

O projecto do Parque Urbano do Monte Picoto e de São João da Ponte prevê a construção de um espaço verde central da cidade, que se assuma como uma área de lazer, de cultura, de recreio, e de desporto, onde se privilegia o contacto directo com a natureza.

O plano prevê a renaturalização do Monte do Picoto, através da incorporação neste de espécies autóctones, nomeadamente o grupo dos quercus, promovendo a integração dos espaços naturais com os espaços construídos.

3.2.3| PARQUE DE SUCATAS

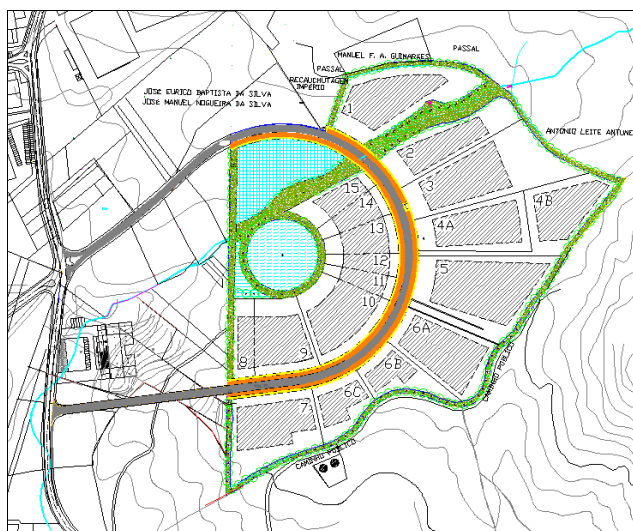


Imagem 3.8 – Planta de Implantação do Parque das Sucatas

Com o objectivo de acabar com as sucatas espalhadas por todo o concelho e sem infra-estruturas adequadas para o efeito, o PDMB, previu a criação, na freguesia de Sobreposta, do parque de sucata da cidade.

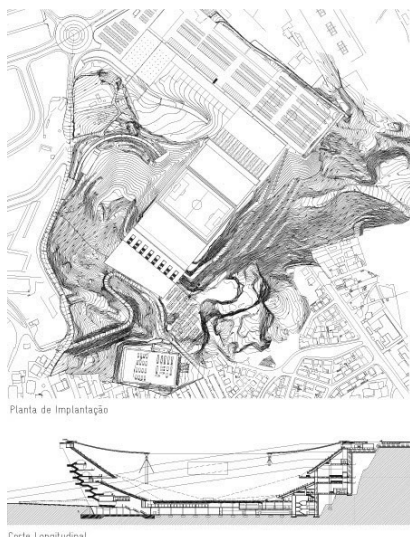
No decurso de 2005, iniciou-se o processo de atribuição de lotes de terreno no Parque aos operadores

concelhos, com a consequente recuperação dos terrenos hoje afectos a esta função e que representam elementos de degradação ambiental e paisagística.

A entrada em funcionamento do parque sucata, constitui um grande passo para a melhoria da qualidade ambiental concelhia, nomeadamente, para a protecção dos solos e lençóis de água subterrâneos. Para além desta melhoria em termos ambientais, contribuiu, igualmente para acabar com o impacto visual que estes locais constituíam, uma vez que eram um péssimo cartão de visita, devido à sua localização contígua às principais vias de acesso à cidade.

É necessário incentivar todos os empresários detentores de sucatas a transferirem as suas explorações para este novo local, demonstrando-lhes que a proximidade com outras empresas do mesmo ramo pode gerar sinergias positivas, uma vez que lhe conferem ganhos de escala e uma maior capacidade de atracção e visibilidade.

3.2.4| PARQUE URBANO NORTE



Fonte: <http://www.superbraga.com/forum/index.php?topic=8573>

Imagem 3.9 e 3.10 – Parque Norte



Fonte: <http://maps.live.com>

Com o objectivo de dar resposta a um espectáculo de âmbito europeu, que foi o Europeu 2004, a autarquia de Braga tem promovido a execução das diferentes fases do Parque Urbano Norte, concluindo a construção do Estádio Municipal de Braga e da Avenida do Estádio. Esta constitui uma das maiores intervenções que se efectuaram após 2001, sendo uma aposta urbanística e de divulgação do nome da cidade internacionalmente.

Este projecto, prevê dotar o concelho de equipamentos desportivos de nível internacional que proporcionem à população a prática do exercício físico, indispensável ao desenvolvimento harmonioso dos indivíduos e da sua saúde, e criar um novo espaço de lazer na cidade. Pretende-se, um desenvolvimento urbano enquadrado com a paisagem, não esquecendo a componente ambiental e de lazer.

Esta intervenção constitui, uma forma eficaz de requalificação do espaço urbano dotando a cidade de uma nova realidade paisagística. Quando se encontrar totalmente concluído o Parque Urbano da cidade irá ser constituído por 4 zonas fundamentais:



- **Zona de Desporto Federado de Alta Competição** - composta pelo Estádio de Futebol, Pavilhão Multiusos, Campos de Futebol e Piscina Olímpica.
- **Zona do Parque Florestal** - composta por jardins, cursos de água, espaços relvados e circuito de manutenção, constituindo uma área de lazer por excelência.
- **Zona de Desporto de Recreio** – onde se poderá encontrar piscinas e campos de ténis.
- **Zona de Desportos Radicais** – onde se poderá encontrar Radicódromo, Minigolfe, Ringue de Hóquei/Patinagem, Pista de Ciclo Trial e Sky artificial.

Este projecto constitui uma nova realidade urbana, assumindo-se como uma intervenção a médio e longo prazo que se efectuará através da articulação dos investimentos público e privado. Esta articulação será fundamental para que se possa efectivar uma correcta gestão deste espaço, e uma real melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

3.2.5| EDUCAÇÃO AMBIENTAL (QUINTA PEDAGÓGICA)



Fonte: <http://maps.live.com>
Imagem 3.11 – Quinta pedagógica

A Quinta Pedagógica, trata-se de um projecto inovador a nível nacional e internacional, constituindo uma aposta na formação ambiental através do contacto real e directo com a natureza e com a agricultura tradicional do Minho.

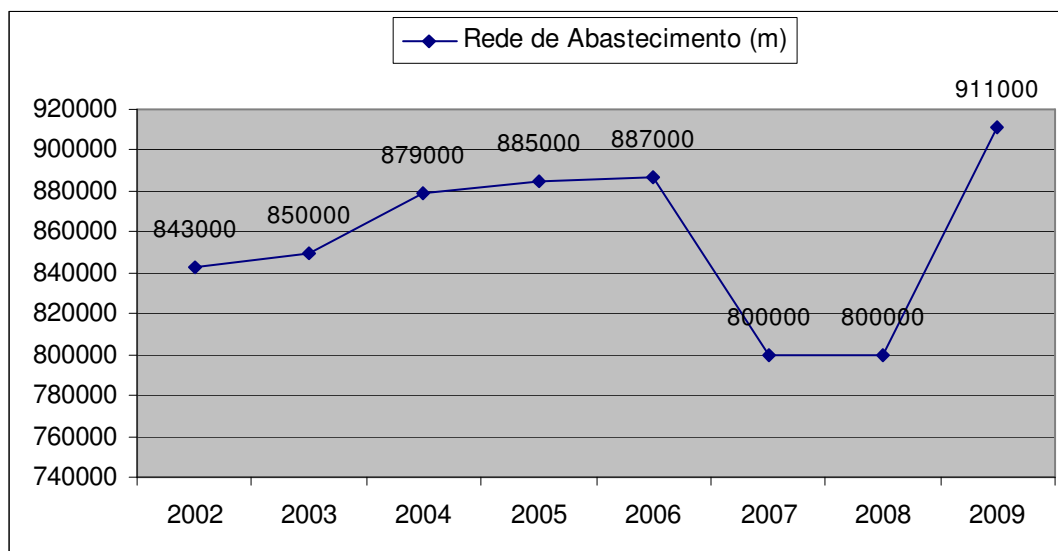
A Quinta, constitui-se como um espaço educativo, onde a população mais jovem tem a possibilidade de ver e intervir de forma activa em actividades como a agricultura, pecuária, botânica, zoologia, confecção de pão e doçaria tradicional. Ao mesmo tempo, promove-se o contacto directo com plantas e animais característicos da região, acompanhando o seu crescimento e evolução ao longo do ano.

A sua conclusão e entrada em funcionamento verificou-se em 2004. O projecto da Quinta Pedagógica, registou no primeiro ano uma afluência de cerca de 12000 visitantes, compostos essencialmente por população escolar mais jovem.



3.3| REDE DE INFRA-ESTRUTURAS

3.3.1| ABASTECIMENTO DE ÁGUA PÚBLICA



Fonte: AGERE - Relatório e Contas 2001 a 2009"

Gráfico 3.1 – Rede de abastecimento de água pública no concelho de Braga (entre 2002/2009)

A rede de abastecimento de água pública, do concelho de Braga, tem vindo a aumentar, procurando suprir as necessidades existentes antes de 2002 (data do início do projecto comunitário).

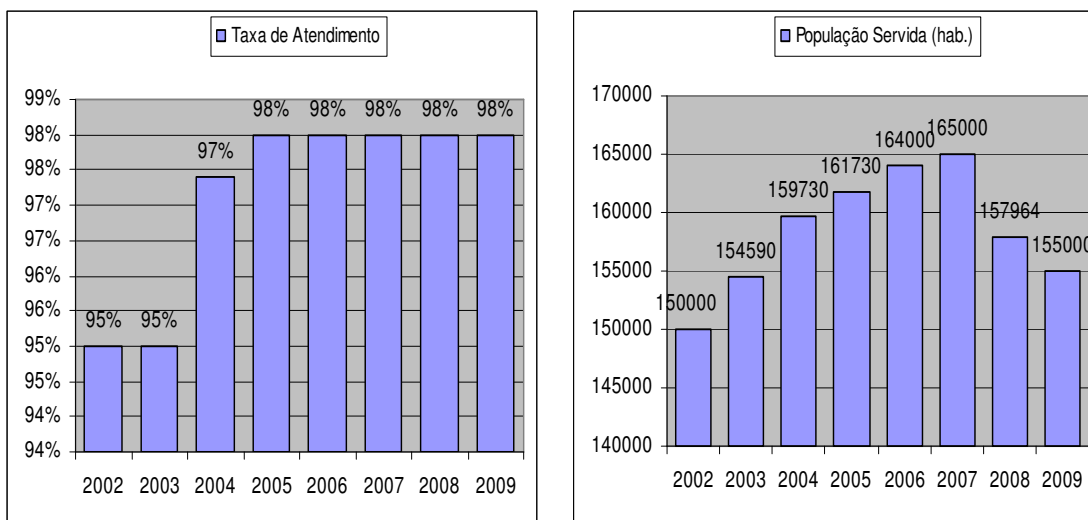
Em 2009, a rede de abastecimento estendia-se por 911 km, aumentando cerca de 8% em relação a 2002, e registando uma tendência para a sua estabilização, por se terem atingido os objectivos propostos no início do programa. Sublinhe-se que, segundo os representantes da empresa, a descida acentuada apresentada no gráfico, não se deve a uma real diminuição da sua extensão, mas a um melhor processo de levantamento cartográfico em SIG com intuito de lhe conferir maior rigor, mas que só foi terminado em 2009.

	2004	2009
ETA – Estação de Tratamento de Água	1	1
Unidade Depuradora	1	1
Reservatórios de Água	24	25

Fonte: Entrevista à AGERE

Quadro 3.1 – Sistema de abastecimento de água do concelho de Braga (2004 e 2009)

O sistema de abastecimento de água, distribui-se pelas 62 freguesias, sendo constituído, em 2009, por 25 reservatórios de água, 1 Estação de Tratamento de Águas (ETA) implantada numa área de 37600m² (Palmeira) e que assegura a captação de água no rio Cavado, e 1 Unidade Depuradora de Água (14000 m²) localizada em Real.



Fonte: AGERE - Relatório e Contas entre 2002 e 2009

Gráfico 3.2 – Taxa de atendimento e população servida no concelho de Braga entre 2002/2009

A taxa de atendimento (população ligada à rede pública de abastecimento de água), em 2009, era de 98%, ou seja, passaram a ser servidos 155000 indivíduos, representando um decréscimo de 6% em relação a 2007. Este decréscimo explica-se pela existência de um maior rigor na contagem da população que se encontra servida.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Consumo por Alojamento (m3/mês)	10,98	11,15	10,69	10,78	10,91	10,6	9,98	10,5
Consumo por Habitante (m3/mês)	3,66	3,72	3,56	5	5	5	4,6	5,5

Fonte: AGERE - Relatório e Contas entre 2002 e 2009

Quadro 3.2 – Consumo de água por habitante e por alojamento no concelho de Braga, entre 2002/2009

O consumo de água por mês, em cada alojamento, não tem apresentado grandes flutuações desde 2002, apesar do aumento de indivíduos residentes no concelho. Em 2003, consumiu-se 11,15 m3 de água por alojamento, sendo o maior de todo o período em estudo.

M3 facturados por tipo de clientes								
	2003		2004		2005		2006	
	m3	%	m3	%	m3	%	m3	%
Consumos Domésticos	6810375	71	6699843	72	6756536	70	7083283	71
Consumos Não Domésticos	2247486	24	2066193	22	1854839	19	2014367	20
Instituições/Associações/Autarquia	456609	5	550977	6	1019840	11	888391	9
Total de Água Facturada	9514470	100	9317013	100	9631215	100	9986041	100
Total de Água Captada	13202556	-	15653907	-	14879835	-	16029272	-
Perdas de Água	3688086	28	6336894	40	5248620	35	6043231	38

Fonte: AGERE "Relatório e Contas 2004, 2005 e 2006"

Quadro 3.3 – Variação da quantidade de água captada e facturada por grandes grupos de consumidores, entre 2003/2006

Os grandes consumidores de água do concelho, dividem-se em "Consumidores Domésticos", "Não Domésticos", e "Instituições, Administração Pública e Empresas Públicas". O grupo denominado pelos consumidores não domésticos integra os clientes industriais e comerciais. Os consumos domésticos, por



sua vez, correspondem aos usos de água nos edifícios residenciais (interior e área envolvente das habitações). Em todos os anos em análise, o maior consumo de água é da responsabilidade das residências, seguido pelos consumidores não domésticos.

O ano de 2006, regista a maior quantidade de água consumida/facturada (9986041 m³), aumentando 5% em relação a 2003. Em 2006, cerca de 40% da água captada não foi facturada, perdendo-se entre o processo de captação até ao consumidor final. As perdas e a quantidade de água captada, variam no mesmo sentido, uma vez que, nos anos em que o desperdício foi maior, a captação foi invariavelmente superior.

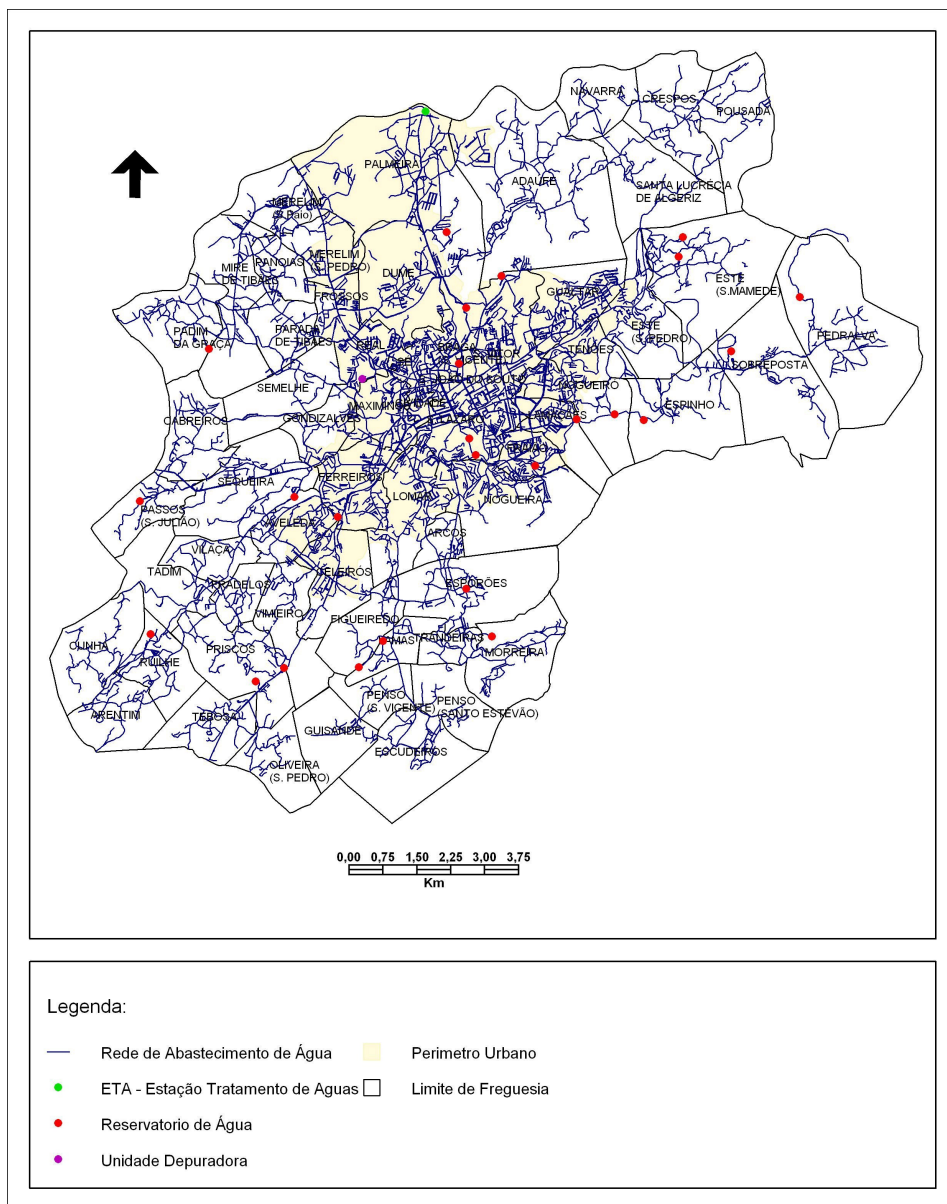
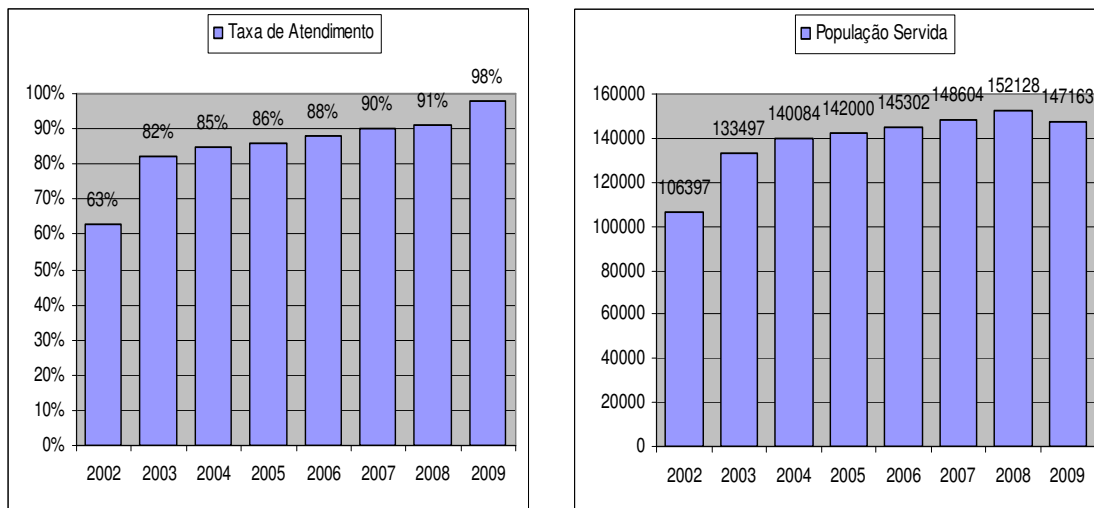


Figura 3.1 – Rede de abastecimento de água



3.3.2| SANEAMENTO BÁSICO



Fonte: AGERE - Relatório e Contas entre 2002 e 2009

Gráfico 3.3 – Taxa de atendimento e população servida pela rede de saneamento básico no concelho de Braga (entre 2002/2009)

A população servida por saneamento público tem aumentado, em resultado do alargamento da rede para as freguesias periféricas ao núcleo urbano. Antes de 2003, a rede apresentava-se bastante reduzida e limitada, servindo apenas 106397 habitantes, o que reflectia uma taxa de atendimento de 63%. Este valor, evidenciava a existência de graves problemas de salubridade.

A AGERE, previa que em 2005, a taxa de cobertura atingisse de 93% (objectivo previsto no “Projecto de Saneamento do Concelho de Braga”), que permitiria ultrapassar os requisitos mínimos do “PEASAR”⁴⁵. No entanto, esse valor só seria superado em 2009, atingindo os 98%.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ETAR	7	8	9	15	15	14	15	19
Rede de Saneamento (m)	425000	461500	492000	500000	525000	500000	600000	700000

Fonte: AGERE “Relatório e Contas 2004” e Inquérito realizado à instituição
Quadro 3.4 – Sistema de saneamento (entre 2002 e 2009)

Em 2009, a rede de saneamento estendia-se por 700 km, traduzindo um acréscimo na ordem dos 17% (+100 km) em relação ao ano anterior, e de 65% comparativamente com 2002 (+275 km).

Quanto à quantidade de ETAR's, verifica-se que, entre 2002 e 2009, foram construídas 12 novas unidades, evidenciando o esforço para o melhoramento da salubridade do concelho.

⁴⁵ Segundo o PEASAR, a taxa de cobertura mínima, para cada concelho é de 90%.

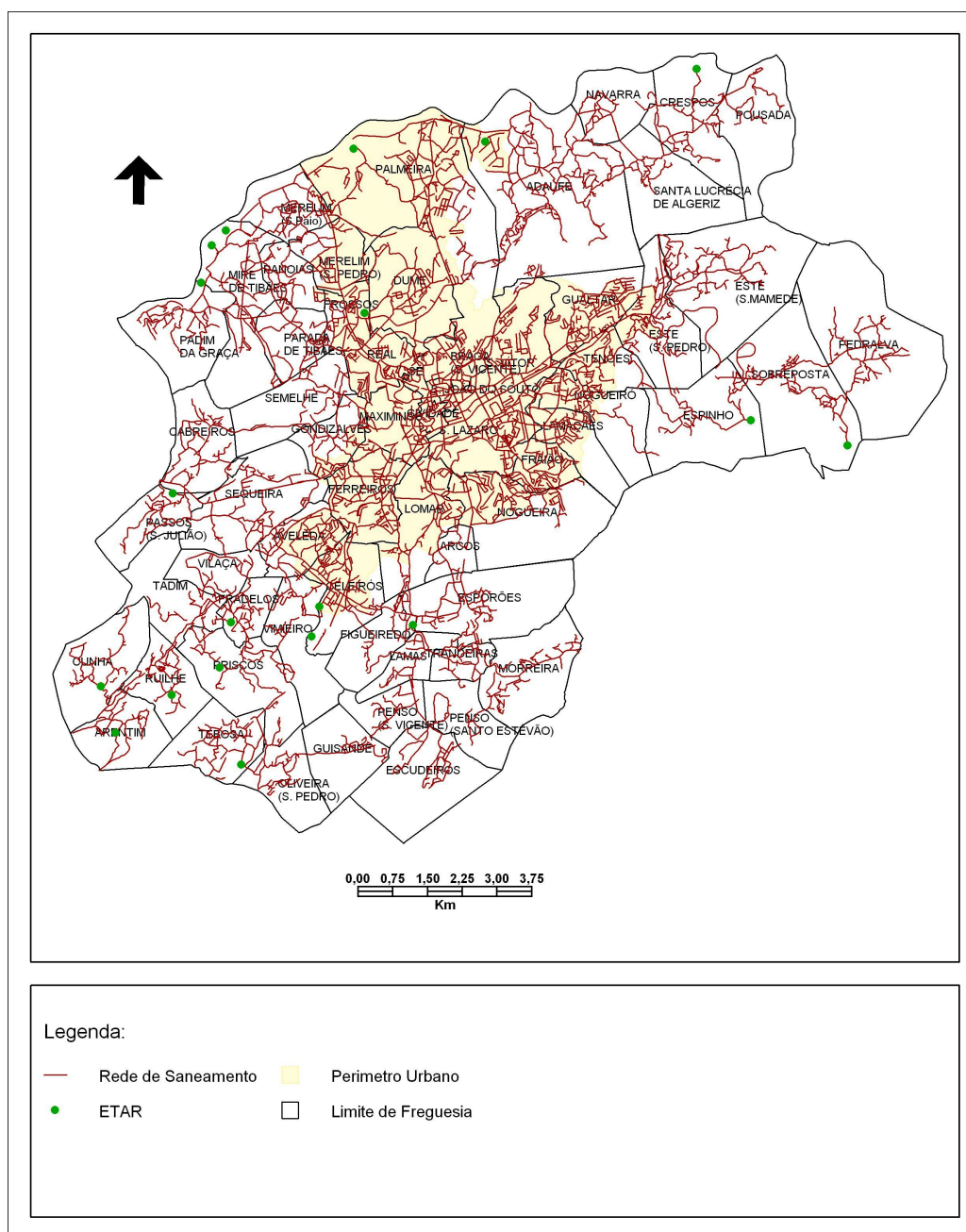


ETAR's Projectadas ou Em Conclusão Em 2006	ETAR's Existentes Em 2006	Ano de Inauguração	Área (m2)
	Frossos	Antes de 2001	35311
	Palmeira	Antes de 2001	12428
	Celeirós	Antes de 2001	7955
	Adaúfe	Antes de 2001	3316
	Tebosa	2003	7578
	Cabreiros/Passos S. Julião	2003	9089
	Esporões/Figueiredo	2003	7961
	Ruães - Mire Tibães	2004	18776
	Cunha	2005	963
	Tadim/Fradelos	2005	2202
	Sobreposta	2005	2801
	Ruílhe	2005	2023
	Arentim	2005	5442
	Espinho	2005	2278
	Priscos	2009	1142
	Crespos	2009	10125
	Celeirós - ECAN/MARN		1256
	Mire Tibães		2043
	Padim da Graça		8440
Pousada			-
Penso St. Estêvão			-
Morreira			-
Santa Lucrécia			-
Navarra			-

Fonte: AGERE "Inquérito realizado à AGERE"

Quadro 3.5 – ETAR's existentes e em fase de conclusão no concelho de Braga, e respectivas áreas ocupadas (2009)

Deste modo, em 2009, o concelho de Braga possuía um total de 19 ETAR's em pleno funcionamento, e 5 em fase de conclusão ou em projecto. No seu conjunto as ETAR's em actividade, ocupam uma área de 141129 m2. A ETAR de Frossos, é responsável pela recolha dos efluentes provenientes da cidade, sendo a ETAR com a maior dimensão do concelho com 37086 m2.



Fonte: AGERE

Figura 3.2 – Rede de saneamento e ETAR's existentes em 2009

3.3.3| RECOLHA E VALORIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

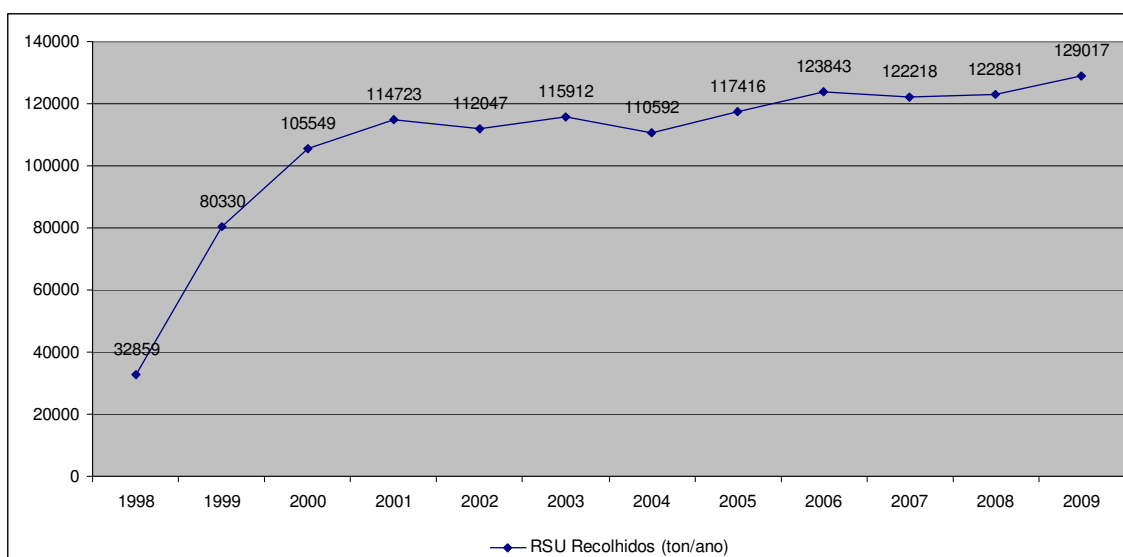
O sistema de resíduos sólidos, de Braga, compreende a recolha, deposição, e destino final dos resíduos para aterro ou reciclagem, e está a cargo da BRAVAL e da AGERE.

A BRAVAL, assegura a valorização e o tratamento dos resíduos sólidos produzidos no Baixo Cávado e teve como fundadores os municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, em Outubro de 1996. Em 1999, a sociedade BRAVAL foi alargada aos municípios de Amares, Vila Verde e Terras do Bouro. Desta forma, actualmente, o aterro sanitário da BRAVAL recebe resíduos provenientes de 6 concelhos.



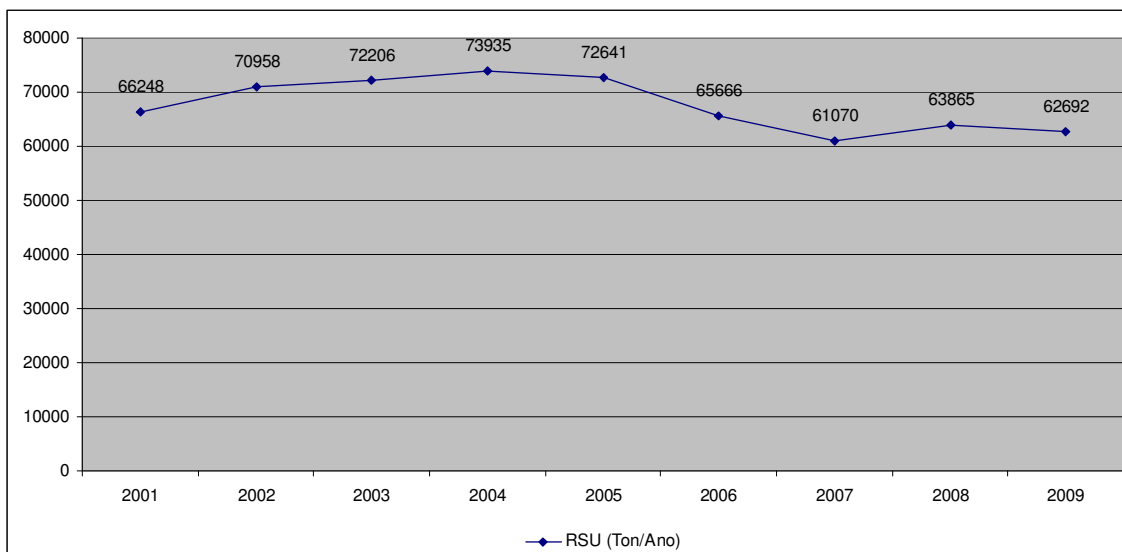
O aterro BRAVAL está localizado na Serra do Carvalho e ocupa uma área total de 367937 m². Foi inaugurado em Agosto de 1998, permitindo o encerramento e recuperação ambiental de 11 lixeiras a céu aberto.

Para além do aterro, o sistema é composto por um eco-centro com destroçador fixo, uma estação de tratamento de águas lixiviadas com laboratório, balneários, armazéns e oficina de apoio, uma estação de transferência de resíduos, uma plataforma para monstros e para resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE's).



Fonte: "Relatório e Contas – BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A."
Gráfico 3.4 – Evolução da quantidade de RSU depositados no aterro pela BRAVAL (Total dos 6 concelhos)

Os resíduos sólidos recolhidos nos 6 concelhos que integram a BRAVAL e posteriormente depositados no aterro, apresentam uma tendência crescente. Após um aumento acentuado na ordem dos 250%, entre 1998 e 2001, assiste-se à sua estabilização. Em 2009, a BRAVAL, recolheu e depositou 129017 toneladas de resíduos, representando um crescimento de 5% em relação ao ano anterior.



Fonte: AGERE

Gráfico 3.5 – Evolução da quantidade de RSU recolhidos, no concelho de Braga, e depositados no aterro sanitário

A recolha, transporte e entrega no aterro dos resíduos sólidos produzidos no concelho de Braga, é efectuada pela AGERE, e apresenta uma periodicidade diária nas freguesias urbanas e uma periodicidade de três dias por semana no caso das freguesias rurais.

Em 2009, foram recolhidos e depositados no aterro 62692 toneladas de resíduos sólidos, decrescendo 15% em relação a 2004 (ano em que se registou a maior quantidade de resíduos recolhidos do período em análise). Este decréscimo sentido sobretudo a partir de 2005, deve-se em parte ao aumento sentido na quantidade de resíduos sólidos reciclados.

Braga, como centro urbano de maior dimensão em relação a todos os concelhos integrantes no Sistema BRAVAL, é responsável, em 2009, pela produção de 50% dos resíduos sólidos recolhidos e depositados no aterro.

CONCELHO	ECOPONTOS		
	Contentores		Total
	Subterrâneos	Superfície	
Amares	21	229	250
Braga	1077	735	1812
Pova de Lanhoso	45	320	365
Terras de Bouro	27	126	153
Vieira do Minho	9	170	179
Vila Verde	60	331	391
Total	1239	1.911	3150

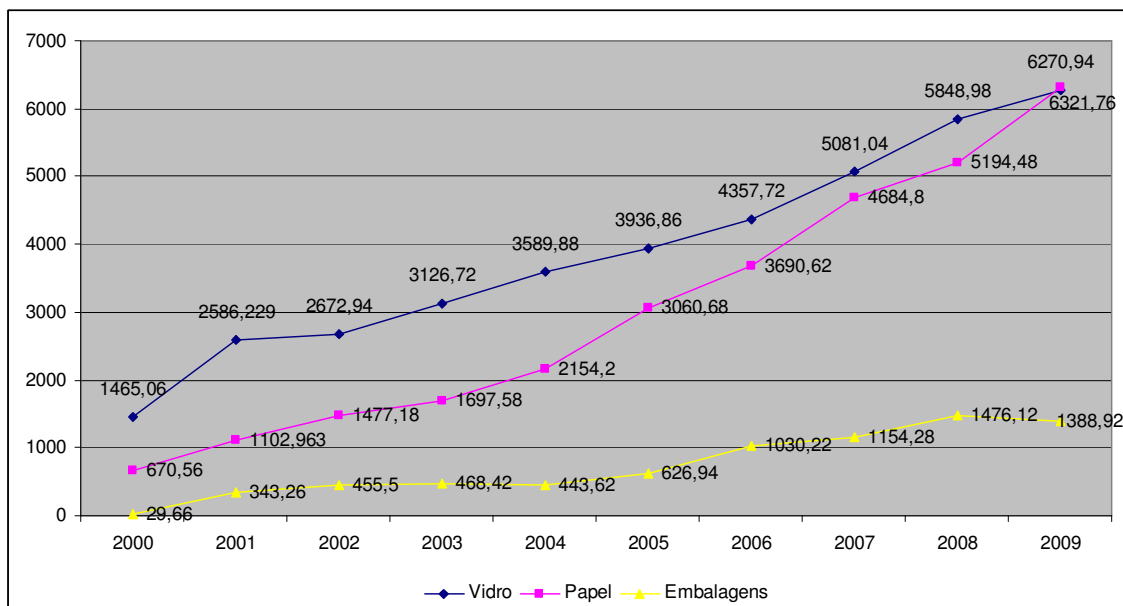
Fonte: BRAVAL (Relatório e Contas 2009)

Quadro 3.6 – Distribuição dos Ecopontos no “Sistema BRAVAL” (2009)

A recolha selectiva é efectuada através de ecopontos. Esta rede, é constituída por ecopontos subterrâneos e por ecopontos de superfície, efectuando a recolha de papel/cartão, vidro e plástico/embalagens. Em 2009, existem nos concelhos integrantes do “Sistema BRAVAL”, um total de 1239 contentores



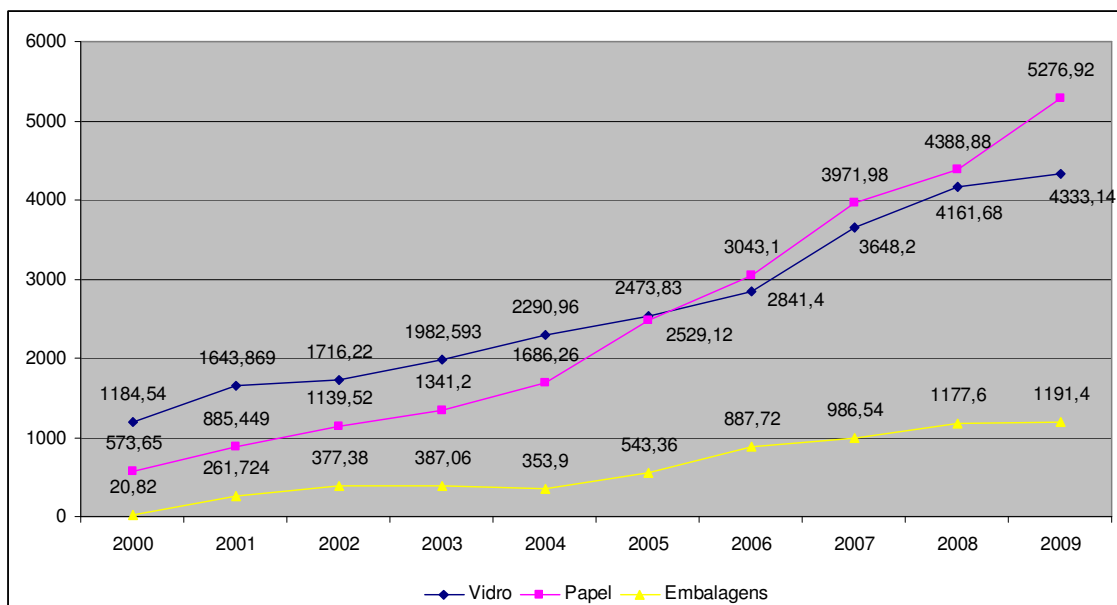
subterrâneos e 1911 contentores de superfície, dos quais, 86,9% dos contentores subterrâneos e 38,5% dos contentores de superfície estavam em Braga.



Fonte: Sítio da BRAVAL

Gráfico 3.6 – Evolução da quantidade de RSU recolhidos no "Sistema BRAVAL", correspondentes a materiais recicláveis

No sistema BRAVAL, a quantidade de resíduos sólidos urbanos provenientes de recolha selectiva, tem aumentado. Em 2009, foram recolhidas 13981 toneladas, traduzindo um aumento de 11,7% em relação ao ano anterior. À excepção de 2009, o vidro é o material que tem apresentado as maiores quantidades recolhidas (toneladas/ano), apesar de se assistir a uma aproximação com o papel/cartão.



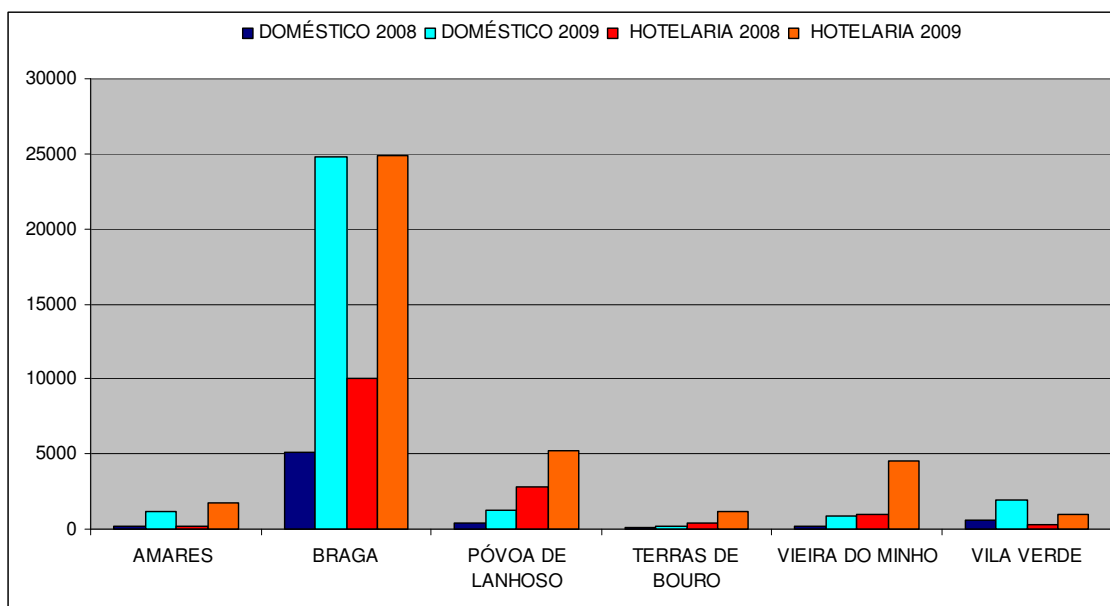
Fonte: Sítio da BRAVAL

Gráfico 3.7 – Evolução da quantidade de RSU recolhidos no concelho de Braga, correspondentes a materiais recicláveis



No concelho de Braga, a partir de 2006, o papel passou a ser o material que apresenta as maiores quantidades recolhidas, ultrapassando o vidro e invertendo a tendência verificada nos anos anteriores e que prevalece no “Sistema BRAVAL”.

Em 2009, no concelho de Braga, foram recolhidas e recicladas 4333,14 toneladas de vidro, e 5276,92 toneladas de papel/cartão, correspondendo a 69,1% e a 83,5% do total recolhido em todo o sistema BRAVAL. Estes dados, resultam por um lado da maior quantidade de indivíduos residentes e de actividades económicas existentes no concelho de Braga em relação aos restantes concelhos que integram a BRAVAL, da maior quantidade de ecopontos e dos esforços de sensibilização da população.



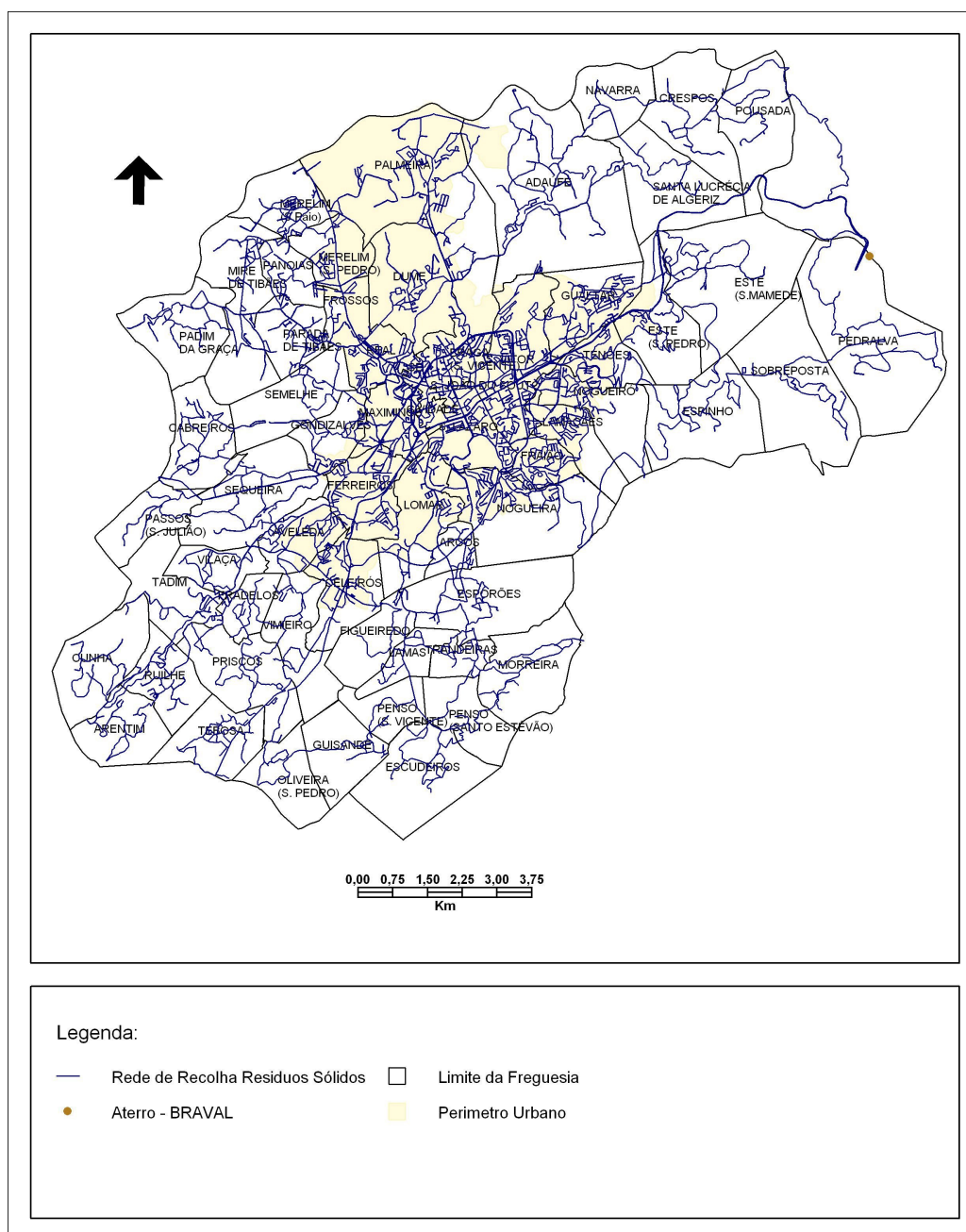
Fonte: Sítio da BRAVAL

Gráfico 3.8 – Quantidade de Óleos Utilizados recolhidos no “Sistema BRAVAL”

No que concerne às quantidades de óleos alimentares utilizados, existem dois tipos de produtores principais, nomeadamente, os domésticos e a hotelaria. A campanha de recolha iniciou em 2008, e de uma maneira geral, tem-se assistido ao aumento acentuado das quantidades recolhidas.

Em 2009, foi recolhido no “Sistema BRAVAL” um total de 68651 litros de óleo utilizado, aumentando 227,5% em relação ao ano anterior.

Em Braga, nesse mesmo ano, foram recolhidos cerca de 49657 litros de óleos utilizados (72% dos óleos recolhido no sistema BRAVAL), sendo visível que, as quantidades recolhidas em habitações e em hotéis são bastante semelhantes. Estas aumentaram cerca de 385% no caso dos produtores domésticos, e de 149% no caso dos produtores hoteleiros, em relação ao ano anterior.



Fonte: AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga
Figura 3.3 – Rede de Recolha de Resíduos Sólidos (2009)

3.3.4| REDE ELÉCTRICA

		Extensão 2010 (m)
Rede Eléctrica	Alta Tensão (130 kV)	55251
	Média Tensão (60 kV)	41191,3
	Média Tensão (15 kV)	525107,9
	Total	621550,2
Subestação Eléctricas	Freguesias	Área (m2)
	Pedralva	62859,6
	São Victor	3940,5
	São Lázaro	6648,9
	Dume	8265,1
	Lamas	3639,4

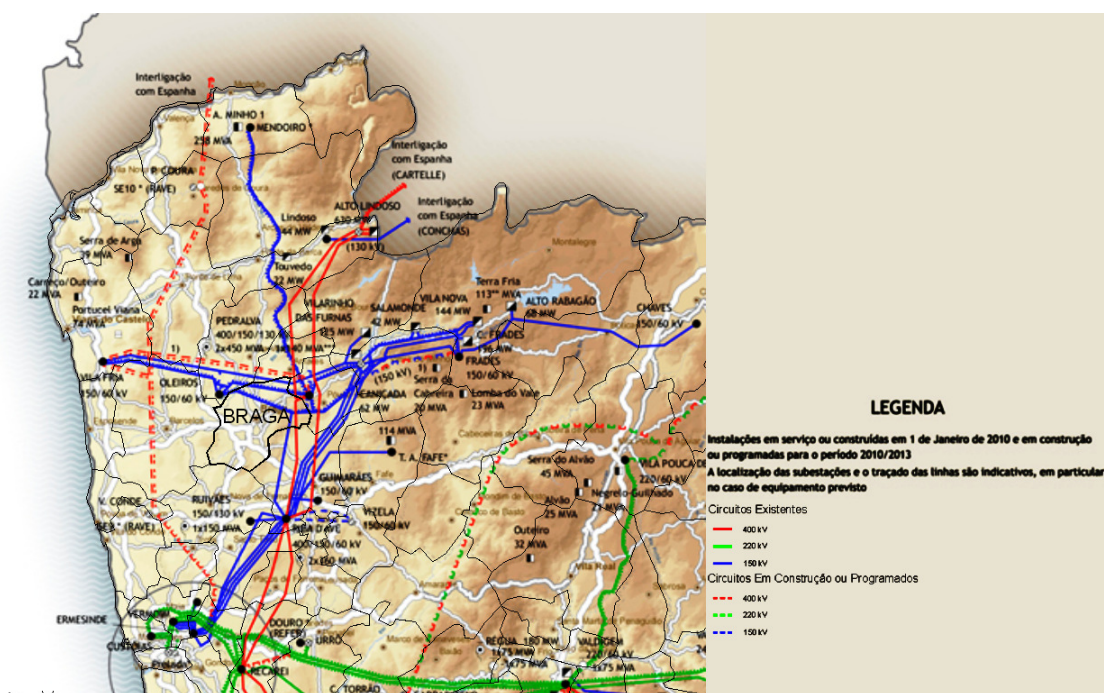
Fonte: REN

Quadro 3.7 – Rede eléctrica e respectivas subestações do concelho de Braga

O concelho de Braga é atravessado por uma rede eléctrica constituída por linhas de Alta Tensão (130 kV) e de Média Tensão (de 60 kV e 15 kV). A rede distribui-se por aproximadamente 621550 metros, dos quais cerca de 9% correspondem a rede de alta tensão (130 kV). A grande maioria da rede (cerca de 84%) corresponde a rede de média tensão (15 kV).

Para além das linhas, foram cartografadas 5 subestações eléctricas localizadas nas freguesias de Pedralva, Dume, São Lázaro, São Victor e em Lamas. A subestação de Pedralva é a que apresenta a maior dimensão com 62859,6 m².

Este tipo de infra-estrutura promove a manobra, transmissão, transformação (aumento ou diminuição da tensão) e distribuição de energia eléctrica que será conduzida e chegará ao consumidor final através da rede de cabos eléctricos de acordo com a sua necessidade ou actividade.



Fonte: REN – CARACTERIZAÇÃO DA REDE NACIONAL DE TRANSPORTE PARA EFEITOS DE ACESSO À REDE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

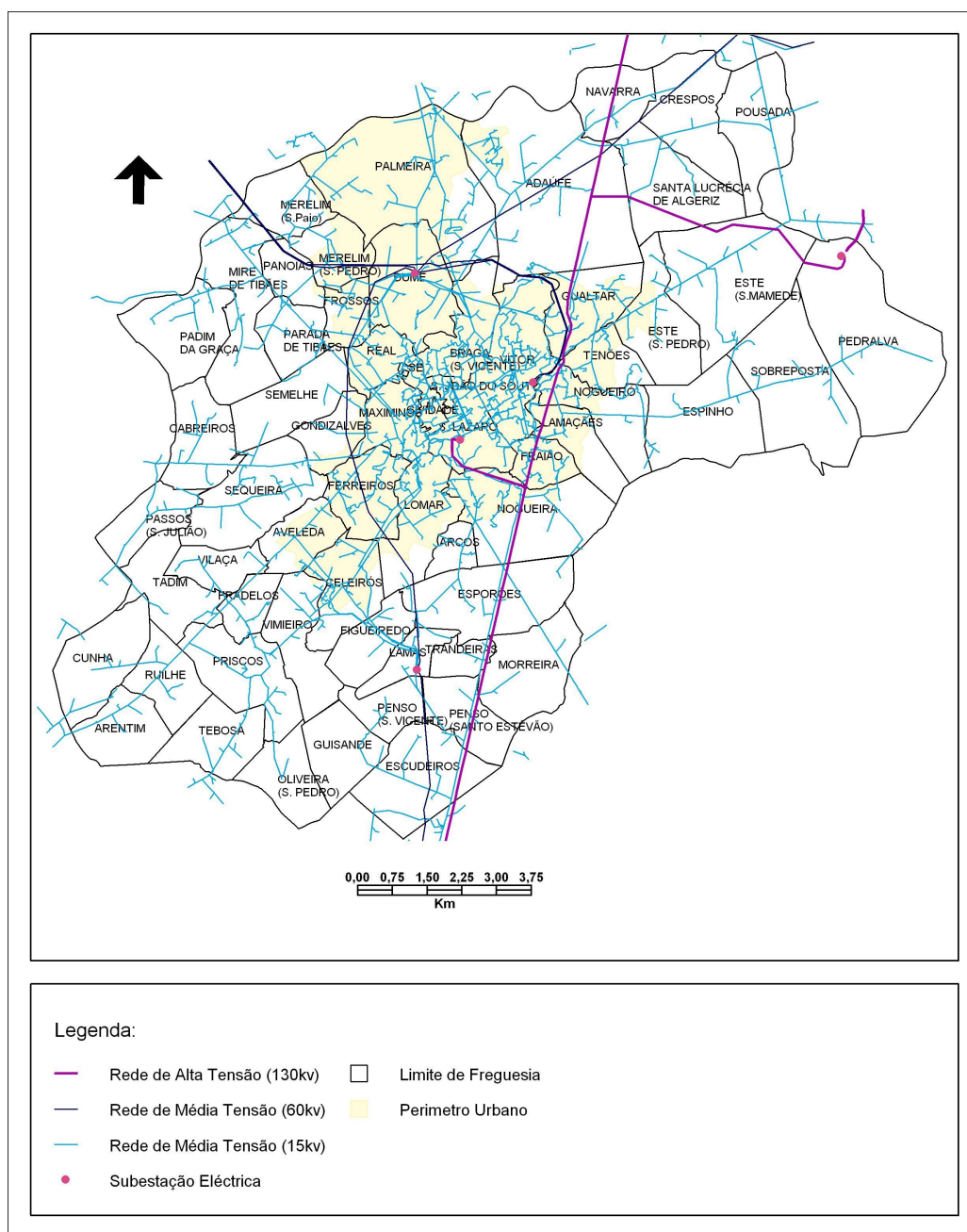
Figura 3.4 – Rede Nacional de Transporte de Electricidade 2010 – Concelho de Braga



O concelho de Braga é atravessado por 3 circuitos eléctricos de linha dupla de 400 kV que são: “Caniçada – Pedralva”; “Pedralva - Vila Fria” e “Pedralva - Riba d’Ave”.

O “Plano de Desenvolvimento e Investimento da RNT 2009-2014 (2019)”, prevê para o concelho, um conjunto de novos projectos tendo em vista a instalação ou reforço das ligações eléctricas.

Prevê-se o “Reforço da ligação entre Pedralva e Vila Fria” pressupondo-se a construção de uma nova linha a 400 kV (2013) e o reforço da linha existente para 400 kV, assim como o “Reforço do eixo Pedralva - Riba d’Ave – Porto” prevendo-se a sua remodelação e adaptação para linha dupla de 400+150 kV (entre 2015/19).



Fonte: EDP

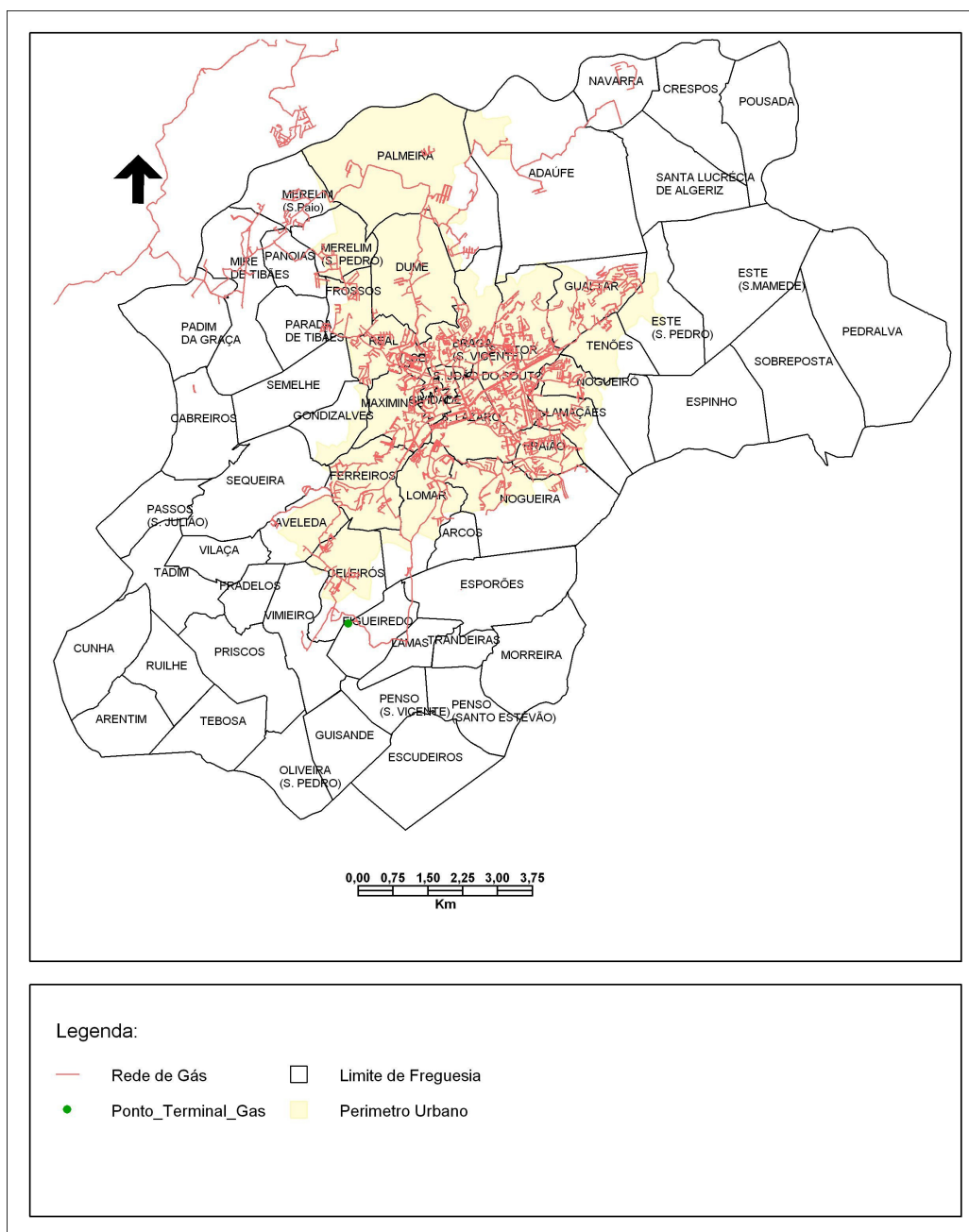
Figura 3.5 – Rede Eléctrica do concelho de Braga (2010)



3.3.5| REDE DE GÁS

A operadora responsável pela rede de distribuição de gás no concelho é a “EDP Gás Distribuição”. A rede tem cerca de 362465,8 metros, encontrando-se mais concentrada na área central do concelho, coincidindo com as freguesias mais densamente povoadas servindo desta forma uma maior quantidade de clientes. É relevante que 84% da rede se encontra inserida dentro do perímetro urbano.

A freguesia de Figueiredo possui uma estação de medida e regulação de gás (Gas Regulating and Metering Station).





4| NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO

4.1| OBJECTIVOS ENUNCIADOS NO PDMB 2001⁴⁶

A revisão do PDMB, ratificada em 2001, deu continuidade aos objectivos estratégicos, e modelos de desenvolvimento enunciados em 1994, nomeadamente:

- ***“Apostar num projecto de crescimento e desenvolvimento do Município”*** (melhoria da rede viária e acessibilidades, da oferta de serviços públicos e privados, e aumento dos espaços urbanos);
- ***“Correcção das assimetrias entre a cidade e os restantes núcleos, com características de ruralidade, mais ou menos acentuadas”*** (previsão de zonas de expansão destes aglomerados no sentido de conter o êxodo da população para as áreas urbanas, promovendo a melhoria da qualidade de vida nos espaços rurais, através de designadamente o aumento do nível de infra-estruturação, intervenções nos serviços e equipamentos colectivos assim como criação de espaços industriais).
- ***“Equilíbrio relativo dos principais sectores económicos”*** (procurava-se promover o crescimento do terciário, nomeadamente a actividade comercial e dos serviços, e uma maior sustentação do sector industrial através da criação de um conjunto de infra-estruturas industriais).
- ***“Equilíbrio entre um projecto de crescimento e desenvolvimento urbano e conservação e recuperação da riqueza patrimonial existente”*** (tencionava-se promover um desenvolvimento e expansão urbana que tivesse em conta a defesa do património arquitectónico com valor histórico e cultural).

4.2| OCUPAÇÃO DO SOLO

No sentido de verificar a ocupação do solo, proposta no PDMB em 2001, procedeu-se ao levantamento das áreas caracterizadas nos diferentes espaços e posteriormente a respectiva ocupação verificada até ao final de 2010.

A observação do quadro 4.1, permite constatar que os espaços urbanos existentes em 2001, perfaziam uma área total de 32,62 km², constituindo cerca de 17,7% da área total do concelho (184 km²), e que, os espaços urbanizáveis, constituíam cerca de 13,3%. Deste modo, em conjunto, ocupam uma área de 57,13 km², correspondendo a 31% do total do concelho.

No que concerne ao espaço de indústria e/ou armazéns, o PDMB dividia este espaço, em existente e proposto. Os espaços de indústria e/ou armazéns existentes perfaziam um total de 2,59 km², constituindo cerca de 1,4% da área total do concelho. Os espaços de indústria e/ou armazéns propostos, por sua vez, totalizavam 2,57km². Os espaços de indústria extractiva, constituíam 0,4% da área total do concelho (0,74 km²) e os espaços de sucata 0,1% (0,24 km²).

Os espaços florestais representavam 61,16 Km², e apresentam-se repartidos em: espaços florestais de produção, de protecção, e de usos múltiplos, com 15,4%, 1,2% e 16,7% da área total do concelho, respectivamente. Cerca de 25% do concelho era constituído por espaços agrícolas (45,88 km²).

Para além destes espaços, foram igualmente contabilizados e apresentadas as áreas ocupadas pela Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN) e os Leitos dos Cursos de Água. A RAN corresponde a um total de 39,41 km² (cerca de 21,4% do território concelhio), a REN ocupa 41,83 km² (22,7% do concelho) e os Leitos dos Cursos de Água abrangem 0,97 km² (0,5% do concelho).

⁴⁶ Segundo o Artigo 5º, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2001 de 30 de Janeiro (Ratifica Parcialmente o Plano Director Municipal de Braga - Revisão).



Cerca de 2,6% do concelho correspondia a equipamento existente (4,78 km²), prevendo-se o seu aumento em 4,31 km² (espaço de equipamento proposto).

Área do Total do Concelho (PDM 2001)		Área km ² (valores aproximados)	%(em relação à área total do concelho)
		184	
Espaços Urbanos		32,62	17,7
Espaços Urbanizáveis		24,51	13,3
Espaços de Indústria e/ou Armazéns	Existentes	2,59	1,4
	Propostos	2,57	1,4
Espaço de Parque de Sucata	Existentes	0,24	0,1
	Total Parcial	5,4	2,9
Espaços de Equipamento	Existentes	4,78	2,6
	Propostos	4,31	2,3
	Total Parcial	9,08	4,9
Espaços de Indústria Extractiva		0,74	0,4
Espaços Agrícolas		45,88	24,9
Espaços Florestais	Produção	28,4	15,4
	Protecção	2,12	1,2
	Uso Múltiplo	30,64	16,7
	Total Parcial	61,16	33,2
Usos do Solo (Total)		179,39	97,5
CONDICIONANTES			
Reserva Agrícola Nacional		39,41	21,4
Reserva Ecológica Nacional		41,83	22,7
Leitos dos Cursos de Água		0,97	0,5

Fonte: CMB

Quadro 4.1 – Usos do solo no PDMB 2001

Com o intuito de se analisar a evolução da ocupação do solo entre 2001 (ratificação do PDMB) e 2010, sobrepôs-se à carta de ordenamento, o levantamento topográfico do Concelho, que data de 2003 e, posteriormente, cartografaram-se todos os loteamentos com alvará emitido entre 2001 e 2010. De seguida, demarcaram-se os espaços ocupados nesse período. Do mesmo modo, delimitaram-se as áreas propostas desde o PDM ratificado em 1994 que ainda se encontram por ocupar (ou seja que não estão disponíveis no mercado por vontade dos seus proprietários) aferindo, assim, uma aproximação mais realista das áreas expectantes.

Posteriormente, e admitindo uma margem de erro significativa, correspondente às licenças de construção de edifícios (que, nesta fase, ainda não foi possível marcar) aos alvarás que entretanto se consumaram ou que estão na eminência, às áreas de equipamento ocupadas, etc. efectuaram-se correcções recorrendo à memória da gestão desses processos. Saliente-se que esta delimitação poderia ser mais rigorosa e actualizada caso o município tivesse um sistema de SIG implementado.

Desta delimitação, calculou-se o somatório das áreas e elaborou-se um quadro onde se expõem os níveis de execução do PDMB, no que concerne às classes de espaço definidas no PDM 2001, subdivididas por algumas categorias expressas na planta de ocupação entre 2001 e 2010.



Deste modo, os espaços urbanizáveis foram analisados consoante o estado e tipo de ocupação:

-“Não ocupados até 2010” – corresponde ao cálculo da totalidade dos espaços urbanizáveis não ocupados (por construções ou alvarás de loteamento) até 2010;

-“Previstos e não ocupados desde 1994” – correspondem às áreas de espaço urbanizável que estão previstas no PDM desde 1994, mas que não foram ocupadas até 2010. Ao cálculo da diferença destes com os “não ocupados até 2010”, corresponde as áreas urbanizáveis propostas a partir de 2001 e não ocupadas (cerca de 44%);

-“Ocupados até 2001 (correção para urbanizado)” – correspondem às áreas de terreno caracterizadas no PDM de 2001 como urbanizáveis, mas que na realidade eram espaços urbanos pelo facto de já terem nessa data alvarás de loteamento aprovados, construções licenciadas ou até executadas, por corresponderem a logradouros de construções existentes, etc. Trata-se, pois de uma correção de espaços indevidamente caracterizados como urbanizáveis.

-“Ocupados entre 2001 e 2010” – correspondem às áreas de terreno urbanizável ocupadas (com construções ou apenas com alvará de loteamento) entre 2001 e 2010. Estas áreas foram subdivididas de acordo com o tipo de ocupação: onde predomina a habitação com actividades complementares; ocupados com indústria e/ou armazéns; e ocupados por vias estruturantes do território;

Do mesmo modo, os Espaços de Indústria e/ou Armazéns propostos, foram subdivididos em:

-“Não Ocupados até 2010” – Corresponde à totalidade dos espaços de indústria e/ou armazéns não ocupados (por construções ou com alvarás de loteamento) até 2010;

-“Previstos e não ocupados desde 1994” – correspondem às áreas de espaços de indústria e/ou armazéns propostos que estão previstos desde 1994, mas que não foram ocupados até 2010. Ao cálculo da diferença destes com os “não ocupados até 2010”, corresponde as áreas propostas a partir de 2001 e não ocupadas (cerca de 40%);

-“Ocupados entre 2001 e 2010” – correspondem às áreas de terreno caracterizadas como espaços de indústria e/ou armazéns propostos, ocupadas (com construções ou apenas com alvará de loteamento) entre 2001 e 2010. Estas, por sua vez, foram subdivididas pelas áreas ocupadas com indústria e/ou armazéns e pelas áreas ocupadas por vias estruturantes do território;

Os Parques de Sucatas e a Categoria de Espaço de Equipamento Proposto, foram analisados de forma similar.

Em relação aos Espaços Florestais, à Reserva Ecológica, Espaços Agrícolas e Reserva Agrícola Nacional, delimitaram-se os terrenos:

-“Ocupados/alterados entre 2001 e 2010”, “Ocupada entre 2001 e 2010”, “Ocupados (para outros fins) entre 2001 e 2010”, respectivamente para cada classe de espaço – que correspondem a áreas alteradas ou construídas, detectadas através da consulta da cartografia do PDM e da fotografia aérea de 2003.

-“Autorizações de Utilização não Agrícola” – Correspondem às referidas autorizações emitidas pela CRAN, para solos condicionados pela RAN.

O “Solo Rural Ocupado por Indústria Extractiva”, correspondem às áreas de expansão desta actividade em vários tipos de solo rural, verificadas através da sobreposição com a fotografia aérea.

	Área Km2 (valores)	% (em relação)
--	--------------------	----------------



Ocupação no Concelho de Braga entre 2001 e 2010		aproximados)	aos espaços propostos)
Espaços Urbanizáveis	Total - PDMB - 2001	24,51	100,00%
	Não Ocupados até 2010	15,36	62,66%
	Previstos e não Ocupados desde 1994	5,35	21,81%
	Ocupados até 2001 (correção para urbanizado)	0,85	3,47%
	Ocupados entre 2001 e 2010	8,30	33,87%
	Hab/Com/Serv/etc.	7,97	32,50%
	Indústria	0,10	0,39%
	Vias	0,17	0,69%
	Equipamento	0,07	0,29%
Espaços de Indústria e/ou Armazéns Proposto	Total - PDMB - 2001	2,57	100,00%
	Não Ocupados até 2010	1,67	64,89%
	Previstos e não ocupados desde 1994	0,64	24,74%
	Ocupados entre 2001 e 2010	0,90	35,11%
	Indústria/Armazéns	0,86	33,29%
Parque Sucatas	Propostos (PDM – 2001)	0,24	100,00
	Não Ocupados até 2010	0,10	41,67
	Ocupados entre 2001 e 2010	0,14	58,33
Categoria de Espaço de Equipamento Proposto	Total - PDMB - 2001	4,30	100,00%
	Não Ocupados até 2010	3,45	80,21%
	Ocupados entre 2001 e 2010	0,85	19,79%
Espaços Florestais	Total - PDMB - 2001	61,15	100,00%
	Ocupados/Alterados entre 2001 e 2010	0,91	1,49%
Reserva Ecológica Nacional	Total - PDMB - 2001	41,08	100,00%
	Ocupados / Alterados entre 2001 e 2010	0,67	1,63%
Espaços Agrícolas	Total - PDMB - 2001	45,88	100,00%
	Ocupados (para outros fins) entre 2001 e 2010	0,79	1,72%
Reserva Agrícola Nacional	Total - PDMB - 2001	39,22	100,00%
	Autorizações de Utilização não Agrícola	0,95	2,42%
Solo Rural Ocupado por Indústria Extractiva	Ocupados a partir de 2001	0,90	

Quadro 4.2 – Ocupação do concelho de Braga entre 2001 e 2009

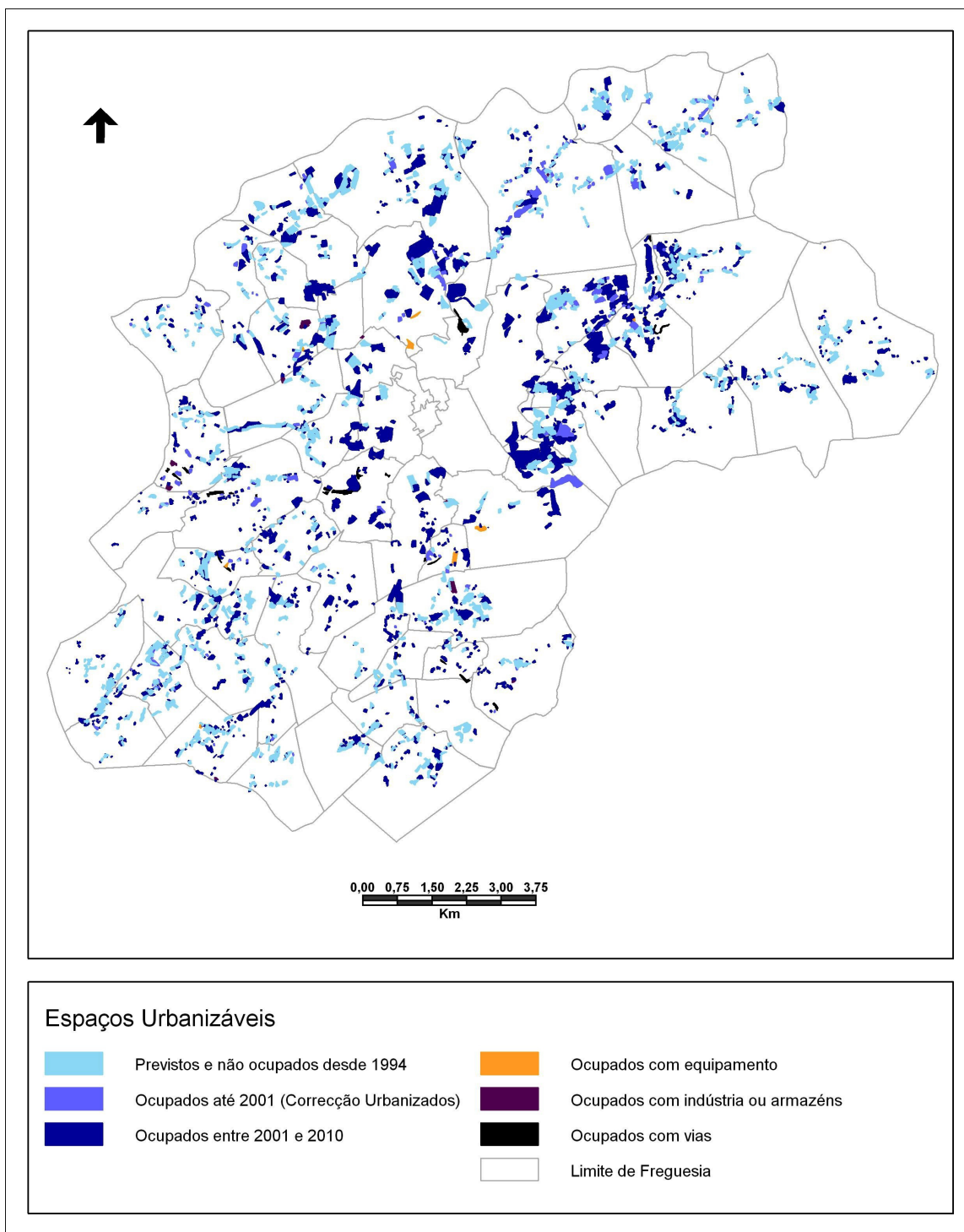


Figura 4.1 – Espaços urbanizáveis propostos no PDM e respectivo estado de ocupação entre 2001 e 2010

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que, em relação aos espaços urbanizáveis propostos na revisão de 2001, cerca de 62% continuam expectáveis, embora se possa considerar que apenas 41% desses solos estão disponíveis no mercado, dado que, tal como já se referiu, do total de espaços urbanizáveis caracterizados no PDM, cerca de 21% estão vagos desde 1994.

Por outro lado, deve-se ter consciência que esta percentagem de áreas expectáveis para expansão urbana é bastante inferior à aqui apresentada, pelo facto de também estas corresponderem, eventualmente, a bolsas de terrenos cujos proprietários não têm o ímpeto de as colocar no mercado de solos; por existirem espaços urbanizáveis que são residuais (que correspondem a logradouros profundos; a terrenos interiorizados sem possibilidade de ter acesso; a faixas de terreno com profundidades, em relação aos arruamentos, superiores a 35m que não consubstanciam, necessariamente uma ocupação superior às faixas definidas com esse dimensionamento, etc.); por alguns espaços urbanizáveis corresponderem a terrenos com declive acentuado; ou por corresponderem a espaços urbanizáveis sujeitos a servidões administrativas (quartel, Paiol, domínio hídrico, etc.).

Por outro lado, verifica-se que muitos dos terrenos por ocupar correspondem a pequenas parcelas espalhadas pelo território.

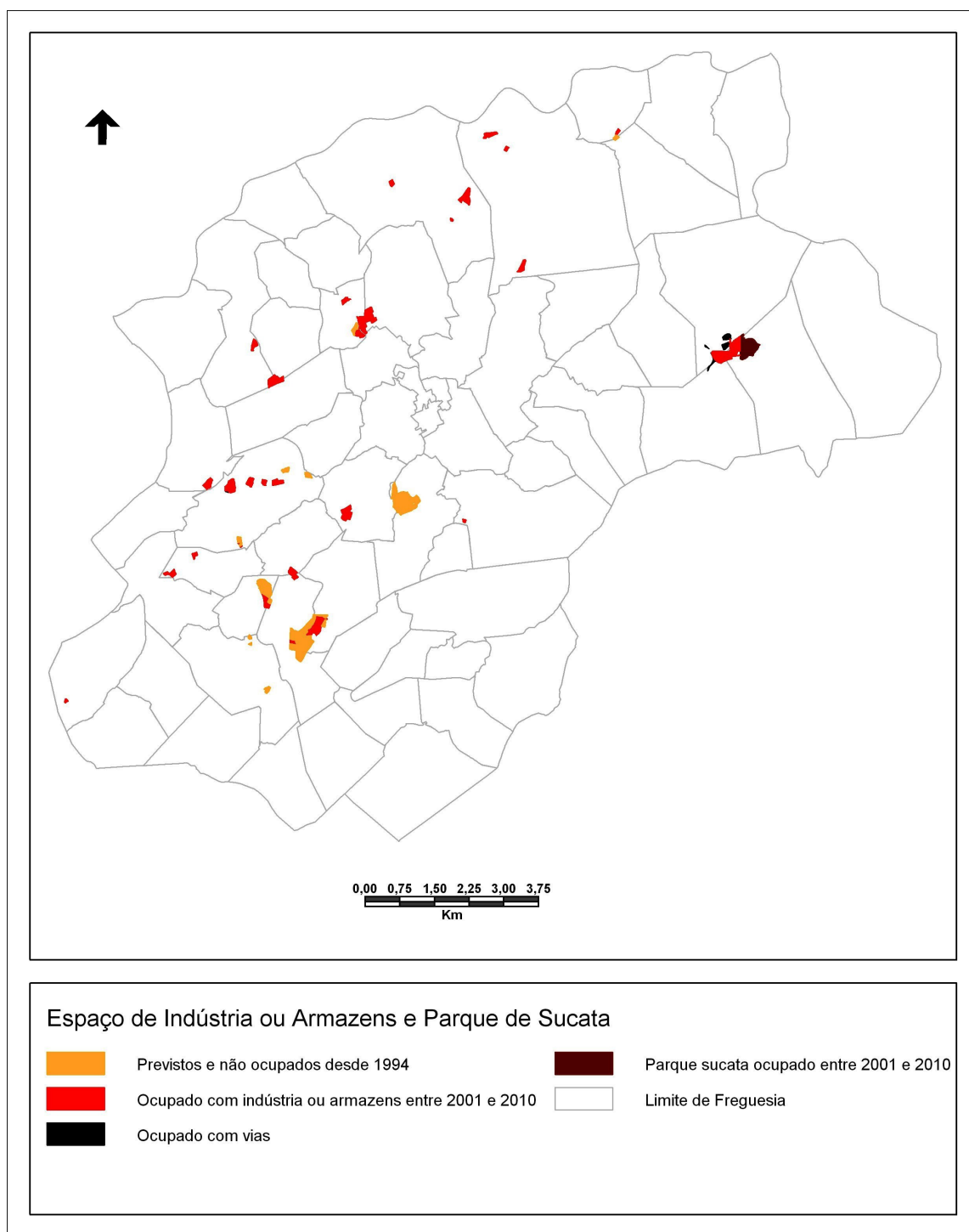


Figura.4.2 – Espaços de indústria e/ou armazéns propostos e parques de sucatas propostos no PDM e respectivo estado de ocupação entre 2001 e 2010

A ocupação verificada, neste período, nos terrenos caracterizados como Espaços de Indústria e/ou Armazéns Propostos, corresponde a cerca de 35%, estando cerca de 65% não ocupados. Subtraindo a esta última, as áreas não ocupadas desde 1994 (cerca de 25%), perfaz cerca de 40% das áreas propostas. Seguindo o mesmo raciocínio, dos espaços urbanizáveis, esta será a percentagem de solos

ainda disponíveis no mercado para indústria e/ou armazéns.

Apesar, deste resultado, tem-se consciência de que as reservas disponíveis para este efeito são insuficientes face à procura. Por outro lado, e como se podem verificar na observação da respectiva carta, estes valores referem-se a áreas disseminadas pelo território, carecendo este (à excepção da área Industrial de Espinho/Sobreposta) de uma área de concentração Industrial de dimensão relevante capaz de albergar “cluster`s” de âmbitos específicos conforme se tem vindo a sentir necessidade.

Os Parques de Sucatas, correspondem a duas áreas definidas no PDM de Braga, o parque de sucatas municipal, em Espinho/Sobreposta e uma área definida em Navarra, contígua ao espaço industrial existente. Verifica-se que a ocupação entre 2001 e 2010, para esta classe de espaço, corresponde à totalidade do parque de sucatas municipal.

A Categoria de Espaço de Equipamento Proposto apresenta uma taxa de ocupação muito pequena face ao proposto no PDM, devido, em grande parte, à estagnação da área definida pela UOPG do Vale de Santo Estêvão. Apesar deste facto, as áreas ocupadas correspondem a equipamentos relevantes já executados ou em fase de projecto, como são exemplo, o Estádio, Piscina Olímpica, o novo Hospital, Carreira de Tiro, Faculdade de Ciências na Universidade do Minho, etc.

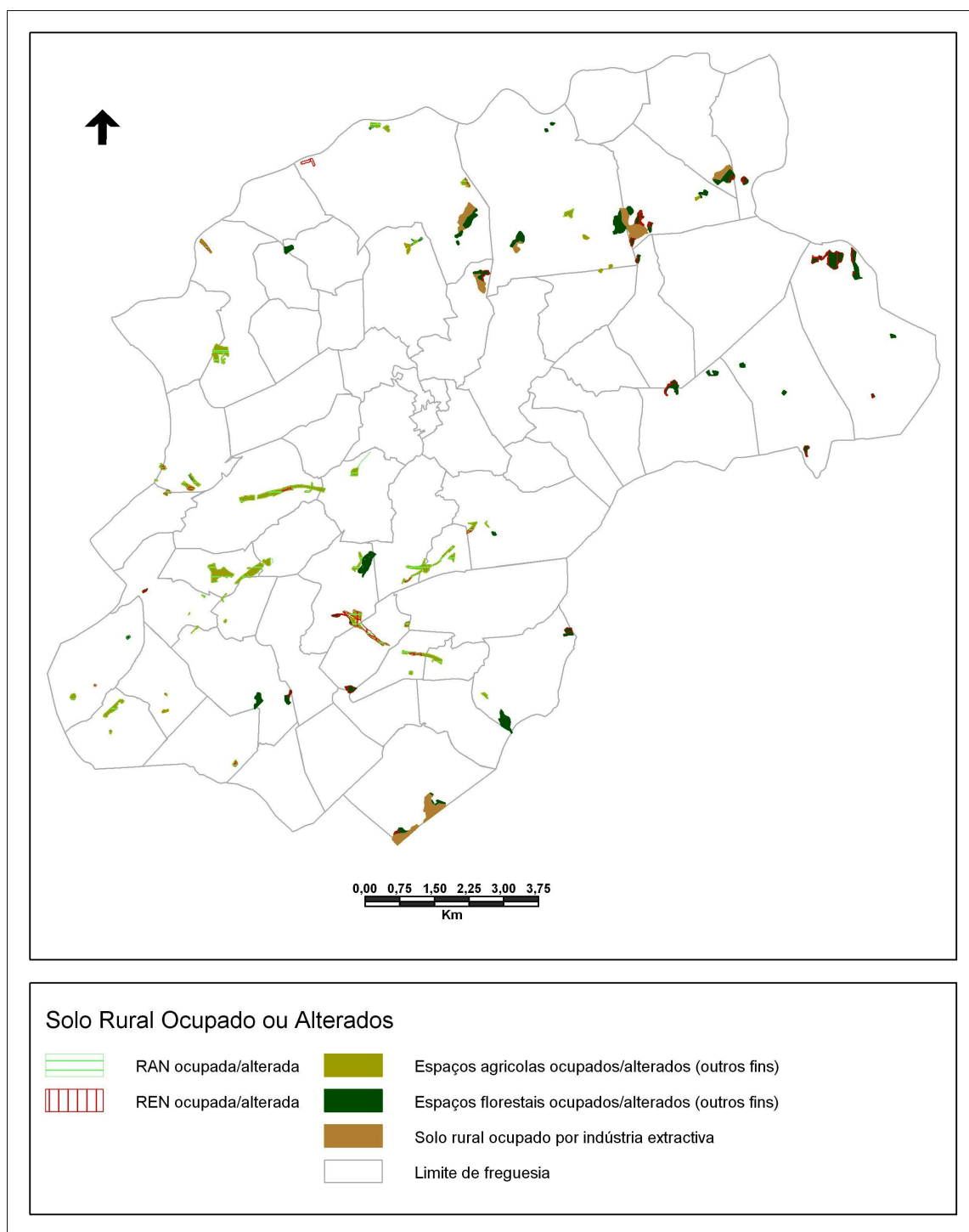


Figura 4.3 – Solo rural ocupado/alterado entre 2001 e 2010

Relativamente ao que de modo lato se pode considerar solo rural, Espaços Agrícolas e Espaços Florestais, identificaram-se as situações que, por análise de fotografia aérea de 2003, configuram alterações significativas do solo, não implicando necessariamente a existência de construções.

De referir que estas classes de solos surgem frequentemente associadas à RAN e à REN, pelo que as



áreas contabilizadas no quadro a ter em conta para a análise de alteração de usos serão as referentes aos Espaços Agrícolas e Florestais.

No que respeita à RAN identificaram-se cartograficamente as áreas que recolheram autorização da Comissão da RAN para utilizações não agrícolas destinadas a vias de comunicação, equipamentos ou situações similares. As autorizações para habitação não foram identificadas por se considerar que se integram no conceito da RAN, não implicando uma alteração à delimitação da Reserva.

Por cruzamento com a cartografia apresentada pode verificar-se que as alterações registadas se devem maioritariamente à execução de vias de comunicação e diversas ETAR's sendo as restantes situações quase residuais.

Relativamente aos Espaços Florestais, constata-se um predomínio das alterações resultantes da expansão das explorações de inertes e da construção da nova Sub-Estação de Pedralva da Rede Eléctrica Nacional, sendo que em relação aquelas, será de esperar a prazo, pelo menos parcialmente, uma reposição do uso florestal, por força da recuperação paisagística dessas áreas.

Em todo o caso constata-se que a área consumida pelas alterações de usos atrás referidas representam uma percentagem muito reduzida quer no contexto da área total do concelho quer no respeitante aos espaços florestais e espaços agrícolas.

4.3| UOPG E OUTROS PLANOS

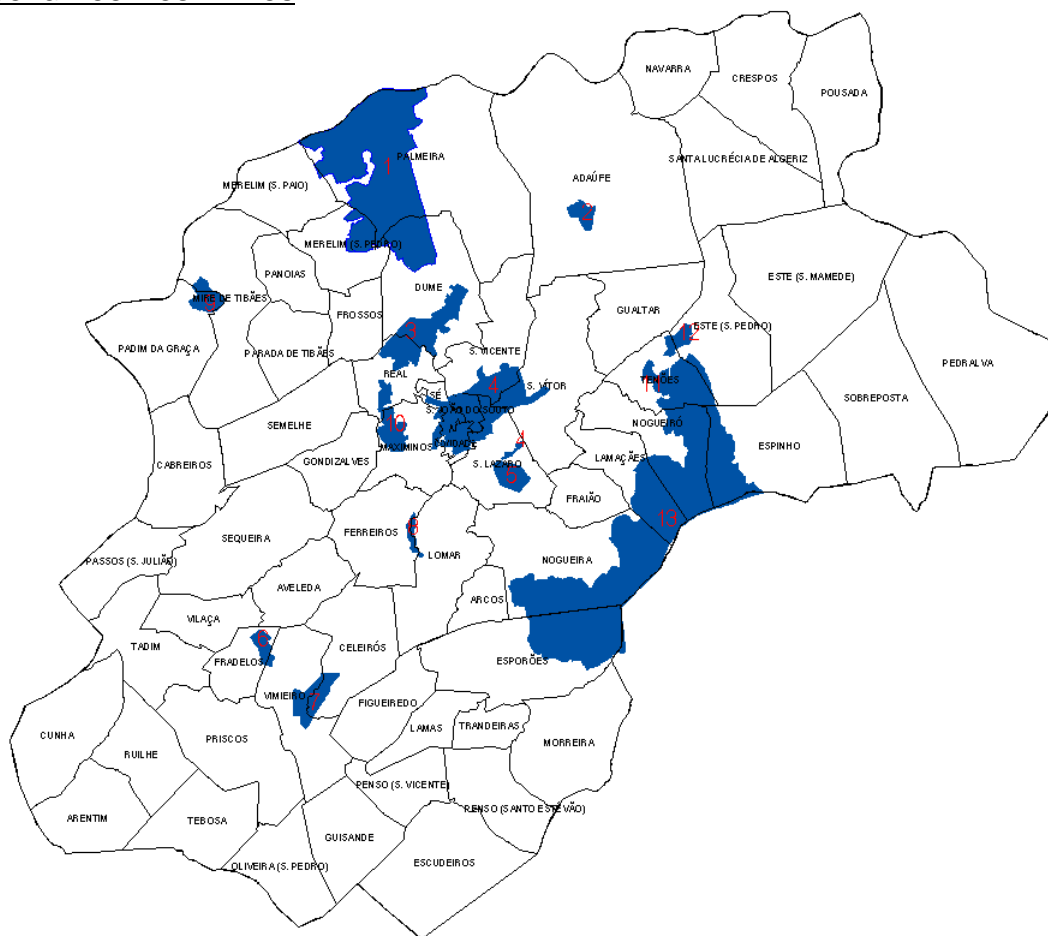


Figura 4.4 – Localização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão no Concelho de Braga



Procedeu-se à elaboração de uma tabela síntese, onde são apresentadas as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e o seu respectivo ponto de situação em 2010.

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão		Tipo de Plano	Ponto de Situação (2007)
Plano de Urbanização ou de Pormenor	UOPG 1 – Vale de Santo Estêvão/Palmeira	<i>Estudo Urbanístico</i>	<i>Em Estudo</i>
	UOPG 2 – Cedofeita/Adaúfe	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Em Estudo</i>
	UOPG 6 – Picoto/Vimieiro	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Em Estudo</i>
	UOPG 7 – Trezeste (ECAN) /Vimieiro		<i>Parcialmente Concluído</i>
	UOPG 8 – Estrada/Lomar	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Aguarda Parecer CCDR</i>
	UOPG 9 – Assento/Padim da Graça	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Em Estudo</i>
	UOPG 10 – Cones/Maximinos e Real	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Em Elaboração</i>
	UOPG 11 – Reguengos/Tenões	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Em Estudo</i>
	UOPG 12 – Granja/Este São Pedro	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Aguarda Parecer CCDR</i>
	UOPG 13 – Santuários		<i>Não Está Executado</i>
	UOPG 3 – Real/Dume	<i>Plano Urbanização</i>	<i>Não Ratificado (em fase de reelaboração)</i>
	UOPG 5 – Monte Picoto	<i>Plano Pormenor</i>	<i>Aprovado (Proposta de Alteração - Em Fase de Apreciação)</i>
	UOPG 4 – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico e dos Galos		<i>Em Execução</i>

Quadro 4.3 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do Concelho de Braga e respectivo ponto de situação

Foram definidas um total de 13 UOPG aquando a revisão do PDMB em 2001, (Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP), e Estudos Urbanísticos (EU's)).

a) UOPG 1 – Vale de Santo Estêvão/Palmeira – inclui uma área de terreno correspondente ao vale de Santo Estêvão, na bacia hidrográfica do rio Cavado, entre a EN. 101 e a EN. 201.

O objectivo estratégico, que esteve na base da sua delimitação, foi a tentativa de dar resposta aos anseios e expectativas das diversas entidades e organismos desportivos regionais para a criação de uma área de implementação de equipamentos de dimensão relevante. Deste modo, procurou-se estabelecer uma ligação entre a cidade e o rio Cavado, dotando este espaço com equipamentos de desporto, de lazer e de turismo (Kartódromo, Aeródromo, Centro Hípico, Campo de Futebol, Autódromo, Recintos Desportivos Cobertos, Praia Fluvial, Marina, Campo de Golfe, Hotéis, Motéis e Lugares de Turismo de Habitação). Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, transitando do PDM de 1994 (UOPG 4), encontrando-se neste momento em fase de estudo.

b) UOPG 2 – Cedofeita/Adaúfe – abrange uma área inserida na RAN, localizando-se numa vertente orientada a Noroeste, que lhe confere excelentes condições naturais, nomeadamente uma boa exposição solar.

O objectivo desta UOPG, era estabelecer a ligação entre a cidade e o aglomerado de Adaúfe através da variante à EN. 103, aumentando a acessibilidade desta freguesia. A expansão habitacional a prever, para esta área, deveria ter em conta a topografia acidentada do terreno e toda a sua envolvente humana/construída e natural, definindo uma baixa densidade de construção, do tipo rural.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, encontrando-se neste momento

em fase de estudo.

c) UOPG 3 – Dume/Real – define uma área que engloba dois aglomerados a Norte do núcleo central da cidade (Dume e Real) inseridos na bacia do Cávado, numa zona de transição entre a cidade e o Vale de Santo Estêvão.

Estas freguesias, apresentam-se como áreas de expansão da cidade a Norte, em oposição ao Vale de Lamações, sendo por isso alvo de uma forte pressão urbanística, a qual é necessário controlar e orientar para um crescimento integrado e sustentado.

Projectou-se a expansão da cidade ao longo da estrutura viária existente e prevista, nomeadamente a ligação à variante EN. 101 e 201 e ao Parque Norte, criando-se para além de espaços para habitação, espaços destinados a equipamentos desportivos e de recreio. A ocupação do solo neste espaço tem em conta a protecção e a valorização do património cultural e arquitectónico existente.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização, transitando do PDM de 1994 (UOPG 35), encontrando-se neste momento em fase de reformulação.

d) UOPG 4 – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico e dos Galos – corresponde a duas áreas com valor patrimonial e histórico e que se encontram protegidas pelo “Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico de Braga”, aprovado em 1987, alterado em 1998 e em 2007. O centro histórico apresenta-se como um espaço constituído por ruas, praças, edifícios e outras construções dos séculos XIV ao XIX. A outra área sujeita a protecção é a Zona dos Galos, que se apresenta como um espaço crítico e que está a necessitar de ser recuperado e reconvertido urbanisticamente.

Os objectivos deste instrumento de gestão urbanística são:

- “Conservar e revalorizar todos os edifícios, conjuntos e espaços relevantes, quer para a preservação da imagem do Centro Histórico, quer para o esforço do seu sentido urbano;”
- “Manter as malhas urbanas, bem como os ritmos e as tipologias do seu suporte edificado nas zonas mais estabilizadas e equilibradas do Centro Histórico;”
- “Promover a melhor integração do Centro Histórico no desenvolvimento da cidade e assegurar a sua articulação harmoniosa com os espaços confinantes de construção mais recente;”
- “Definir as condicionantes formais e funcionais a considerar em todos os projectos que visem intervenções no Centro Histórico;”
- “Incentivar e apoiar o desenvolvimento integrado do Centro Histórico, designadamente através do fomento da participação equilibrada dos agentes económicos, sociais e culturais;”
- “Recuperar o parque habitacional existente no Centro Histórico e ampliar os seus diversos equipamentos de apoio;”
- “Revitalizar os vários espaços públicos existentes no Centro Histórico designadamente através do incremento das actividades que tradicionalmente neles têm lugar.”

Esta UOPG transitou do PDM de 1994 (UOPG 34), adicionando-se, na revisão ao PDM 2001, a zona dos Galos

e) UOPG 5 – Monte do Picoto – o espaço de intervenção do Plano de Pormenor, engloba as encostas Poente, Norte e Nascente do Monte do Picoto, delimitadas na sua base pela EN. 309.



O Plano aprovado, subdivide-se em zonas distintas: A- zona de empreendimento a construir (hotel com 250 quartos, estacionamento, equipamento desportivo e cinema, sala de chá, edifício comercial, sala de conferências, escritórios, comércio, habitação, etc.) ; B- Capela de São Cristóvão, escadório e pátio de repouso; C- zona de construção existente; D- zona de arruamento e espaços públicos; E- zona verde pública existente; e F- zona livre privada.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Pormenor, encontrando-se neste momento aprovado e a aguardar resposta em relação à proposta de alteração efectuada.

f) UOPG 6 – Picoto/Santana de Vimieiro – localiza-se na freguesia de Vimieiro, em terrenos predominantemente florestais, contíguos a um aglomerado habitacional recente bem servido de equipamentos (campo de futebol, ringue, polivalente, escola primária, pré-primária, e sede da junta de freguesia).

O objectivo desta UOPG, consiste em criar uma zona industrial e de armazenagem que complemente e se articule com a existente em Celeirós, beneficiando da proximidade de um sistema viário importante, nomeadamente do nó da auto-estrada Porto-Braga.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, transitando do PDM de 1994 (UOPG 22).

g) UOPG 7 – Trezeste (ECAN)/Vimieiro – corresponde a um terreno de características agrícolas cujo destino é a implantação do Entreposto Comercial e Agrícola do Norte (ECAN).

A delimitação deste terreno como UOPG tem como principal finalidade o controlo da ocupação deste espaço evitando a sua utilização para outros fins.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, transitando do PDM de 1994 (UOPG 29).

h) UOPG 8 – Estrada/Lomar – engloba os terrenos contíguos à zona industrial de Lomar, e a sua delimitação corresponde aos limites da REN (prevendo a sua desafecção).

O objectivo era complementar o espaço industrial e de armazenagem do complexo fabril Grundig / Blaupunkt localizado a nascente do rio, promovendo uma transição deste com o espaço urbano a poente do rio (com ocupação habitacional). Complementar com esta UOPG, prevê-se a elaboração de um estudo urbanístico para os terrenos contíguos, à mesma.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor.

i) UOPG 9 – Assento/Padim da Graça – abrange uma área de cerca de 23,5ha de terrenos de características predominantemente agrícolas (classificados como RAN ou REN), localizada num espaço contíguo ao aglomerado urbano e à zona industrial de Padim da Graça, estendendo-se até às margens do Cavado.

Esta UOPG tinha como objectivo principal o estabelecimento de uma área de transição entre o espaço agrícola e o espaço industrial, prevendo-se uma ocupação urbana de densidade rural e com zonas destinadas a espaços verdes.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor.



j) UOPG 10 – Cones/Maximinos e Real – corresponde a uma área periférica, inserida num pequeno vale limitado pela expansão urbana da cidade do lado nascente e pelo monte do Barral. Estes terrenos apresentam-se condicionados pela RAN e parcialmente pela zona de protecção ao Paiol.

O objectivo desta UOPG é a criação de condições de planeamento urbanístico necessários para desenvolver o processo de alteração de localização do Paiol, bem como de se planear e ordenar uma área que tenha em consideração a expansão da cidade.

Esta UOPG está sujeita a Planos de Urbanização ou Plano de Pormenor, encontrando-se neste momento em fase de estudo.

k) UOPG 11 – Reguengos/Tenões – esta área insere-se na encosta do Bom Jesus, em terrenos agrícolas que se localizam entre a EN. 103-1, a EM. 587, a urbanização da Quinta da Ponte e o aglomerado de Tenões.

Esta UOPG tinha como objectivo a criação de uma estrutura viária de suporte a lotes de grande dimensão, destinados à implantação de habitações unifamiliares de cave, r/c e andar.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor.

l) UOPG 12 – Granja/Este São Pedro – engloba uma área de 15ha de terrenos agrícolas, localizada na base da encosta do Bom Jesus, junto ao rio Este, integrando terrenos bastante acidentados.

Pretendia-se estabelecer para o local, uma ocupação urbana de moradias isoladas e lotes de grandes dimensões, à qual correspondia uma densidade padrão de 8 F/ha, nas partes mais elevadas do terreno, podendo, nas partes mais baixas, junto ao caminho municipal, admitir-se uma ocupação mais densa com cerca de 13F/ha.

Esta UOPG está sujeita a Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor, encontrando-se em fase de estudo.

m) UOPG 13 – Santuários – integra uma vasta área de uso florestal onde se localizam os três santuários (Bom Jesus, Sameiro e Santa Marta) de grande importância do ponto de vista turístico, religioso e urbano.

O objectivo desta proposta, era garantir a qualidade paisagística de toda esta área definindo-se áreas urbanizadas e urbanizáveis sem colidir com a manutenção do parque florestal existente. Pretendia-se qualificar este local, através da criação de equipamentos e infra-estruturas turísticas e manutenção das já existentes, nomeadamente, zonas verdes de recreio e de lazer, parques de merendas, circuitos de manutenção, mini-golfe, zonas de estar ao ar livre, campos de ténis e de jogos, no sentido de promover um maior dinamismo deste espaço.

Esta UOPG transitou do PDM de 1994 (UOPG 20), não se encontrando ainda executada.

Para além destas UOPG, a Câmara Municipal de Braga, procedeu à elaboração de outras intervenções em áreas de expansão relevantes, nomeadamente:

- Terrenos confinantes com a Variante do Fojo (Gualtar/Tenões) – o plano engloba terrenos pertencentes às freguesias de Gualtar, Tenões e São Pedro de Este. Abrange uma área total de cerca de 30 ha, distribuídos ao longo de um vale que apresenta a Sul, a encosta do Bom Jesus e a Norte, o aglomerado urbano de Gualtar, sendo atravessada por uma linha de água que foi alterada em função da



Variante do Fojo. A área é limitada por pequenos aglomerados que se desenvolvem ao longo da estrutura viária existente, nomeadamente da EN. 103.

Este plano, previu a implantação de uma área residencial, caracterizada por uma cêrcea dominante de 4 pisos, complementar com áreas comerciais e de serviços e enquadrada com uma rede de praças e de espaços verdes de utilização colectiva. Ao longo da linha de água existente, previa-se a criação de espaços de lazer públicos.

- Plano de Pormenor de Sete Fontes – a área em questão, localiza-se na base da encosta do Monte de Montariol, numa área que se caracteriza pela existência do “Sistema de Abastecimento de Água das Sete Fontes” datado do século XVIII, que se encontra classificado e sujeito a protecção.

Os objectivos deste plano eram: a criação de uma frente de colmatção urbana à margem do aqueduto; a criação de um traçado viário de conjunto que servisse o aproveitamento urbanístico dos terrenos que atravessa e de um modo geral a cidade, nomeadamente, a ligação à Circular Urbana e à freguesia de Adaúfe; a valorização do património existente com a criação de um parque de recreio e de lazer (existência de percursos pedonais ao longo das condutas) e de enquadramento do conjunto monumental das Sete Fontes, admitindo-se a implementação de equipamentos vocacionados para a investigação e divulgação destes sistemas de abastecimentos de água em particular. Prevê-se igualmente a criação de um parque urbano, jardins públicos, praças, parques infantis, e espaços arborizados ao longo das vias.

- Plano de Pormenor de Golfe de Tibães; trata-se de uma área a poente do Mosteiro de Tibães e do cruzeiro de Tibães e o objectivo do Plano era implantar um Campo de Golfe complementado com a vertente habitacional.

- Quinta do Galo e da Torre, em Infias; este estudo pretendia estruturar uma área de terreno que se localiza entre a Variante à EN 101-201, as abandonadas indústrias extractivas no Monte de Montariol, a EN205-4 e o Quartel Militar. Aí pretendia-se, garantir a área necessária para implantação de uma escola (C+S), através da conjugação de áreas de cedência ao domínio público pela urbanização dos terrenos e a ligação viária da futura Variante do Cavado (através da Avenida do Estádio e da Confeiteira) com a futura Variante à EN103 e com o futuro Hospital.

- Terrenos do lado nascente da Variante do Fojo (Este São Mamede) – abrange um terreno amplo de solo de uso predominantemente agrícola, atravessado por uma linha de água não permanente, sendo limitado pela EN. 103, ao longo da qual se desenvolvem pequenos aglomerados habitacionais de baixas densidades. Nesta área, previa-se a criação de uma área residencial de características idênticas às já existentes.

- Terrenos Adjacente à UOPG 8 – Zona Industrial de Lomar; Abrange uma área com cerca de 70ha, compreendida entre o Rio Este, o complexo fabril da Grundig, a EN 14 e o aglomerado da Boucinha em Lomar. O estudo urbanístico desta área, pretendia definir uma estrutura viária integrada (estabelecendo a ligação entre a EN 14 e a EN309 e numa segunda fase, permitir o acesso à Circular Sul e variante à EN 14) e a estratégia de implantação de indústrias ou armazéns, complementada, nas zonas limítrofes por

áreas habitacionais.

- **Terrenos do Lugar da Pedreira/Palmeira** – o plano abrangia uma área de cerca de 20ha, ocupando uma posição central na freguesia de Palmeira, sendo ladeado pelas EN. 101 a Este, e CM. 1281 a Oeste. O plano de pormenor de Pedreira-Palmeira tinha como objectivo o controlo e o planeamento do crescimento da cidade nesta área. Tinha como premissa a qualificação do espaço urbano e a criação de uma rede de espaços verdes e de lazer articulados com as habitações e com as áreas comerciais e de serviços complementares.

- **Terrenos adjacentes ao cemitério de Celeirós** – abrange uma área localizada entre a EN. 14 e o parque industrial de Celeirós, incluindo a igreja e o cemitério, sendo limitado do lado nascente por uma expansão habitacional recente de média densidade. Trata-se de um terreno sem grandes declives. O objectivo deste plano passava por estabelecer uma articulação com os particulares e o sector público, no sentido de se implantar um espaço habitacional de baixa densidade e a ampliação do equipamento religioso da freguesia.



4.4| COMPROMISSOS URBANÍSTICOS



Figura 4.5 – Localização dos Compromissos Urbanísticos

Os compromissos urbanísticos assumidos, no sentido de o município propor alterações ao uso do solo na Revisão ao PDM, são os seguintes:

- 1| A utilização de solos de RAN, de acordo com a alínea d), do ponto 2, do artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro, para construção de Piscinas Municipais entre os lugares de Areias e Searas, em S. Pedro de Este.
- 2| Protocolo para a execução da Via do Alto da Vela – a alteração da caracterização do uso da parcela n.º 17 “*que fica intercalada entre a Via do Alto da Vela e o aglomerado local existente, passando de uso florestal para espaço urbanizável de índice D (moradias), bem como a desafecção da REN da parte da área abrangida por essa condicionante*”.
- 3| Protocolo para a execução da Rotunda no entroncamento da EM 569 com a EN 101, em Esporões – ampliação e requalificação do “aglomerado habitacional envolvente do Campo de Futebol de Arcos S. Paio, abrangendo alguns terrenos do proprietário da parcela A; ampliação do espaço urbanizável abrangendo terrenos do proprietário da parcela B;
- 4| Protocolo para execução da Avenida do Estádio 2ª Fase



– garantir que o terreno da parcela n.º 1 e 3, *“absorvida pela estrada, continua a estar incluído, para efeitos urbanísticos, no restante da propriedade a qual (...) detém uma capacidade construtiva de 1m²/m²”, “com exclusão de uma pequena porção junto à linha de água”* na parcela n.º 3, *“com mais ou menos 570 m² de área que permanece na Reserva Ecológica Nacional”*;

-na parcela n.º 9 e 10, *“a inclusão da totalidade do terreno sobranste da propriedade, como espaço destinado à construção urbana, em substituição da actual classificação (espaço agrícola protegido pela Reserva Agrícola Nacional)”*; e aplicação do COS à totalidade do terreno e considerar o terreno da parcela cedida *“como pagamento em espécie equivalente à cedência obrigatória para equipamento”* e no caso da parcela n.º 9, considerar o *“terreno sobranste localizado a poente da Avenida do Estádio, como zona verde”*;

- na parcela n.º 11, *“viabilizar a implantação de uma moradia no restante terreno da propriedade, a norte desta Avenida”* e *“a inclusão da totalidade do terreno sobranste da propriedade, como espaço destinado à construção urbana, em substituição da actual classificação (espaço agrícola protegido pela Reserva Agrícola Nacional)”*;

5| Lugar do Outeiro ou Pintalgaio, em Semelhe – retirar o traçado da via municipal proposta ou a beneficiar, por se tratar de um caminho particular;

6| Lugar de Eiras, em Cunha – corrigir, na Planta de ordenamento do PDM, a caracterização de um terreno onde existe uma unidade Industrial;

7| Protocolo para a execução do Parque Urbano a Norte da Cidade de Braga

-parcela 7 – *“classificar (...) a parcela (...) (actualmente classificado como “equipamento”) como “espaço urbanizável”, com a densidade que for, na data da revisão, urbanisticamente aconselhável para o respectivo local.”*

8| Protocolo para a execução da rotunda no cruzamento do Pinheiro do Bicho, Figueiredo - *“caracterização do solo da área restante (...) total ou parcialmente (...) como solos aptos para construção”*; *“as parcelas do presente acordo deverão ser contabilizadas como domínio público rodoviário para efeitos de cedências obrigatórias”*.

9| Terreno a poente do Parque de Exposições, em S. Lázaro – ponderar a alteração de categoria de espaço de equipamento existente para solo urbanizado, dado tratar-se de um terreno onde existem casas e logradouros.

10| Protocolo de atravessamento num terreno na Aveleda, no Lugar da Senhora da Graça, para execução do emissário de águas pluviais.

11| Protocolo de doação de parcela de terreno para construção do Complexo Desportivo da Freguesia da Morreira - contemplar na Revisão do PDM, desde que obtidos os pareceres e autorizações necessários, a alteração da classificação de RAN para solo urbano

12| Protocolo de cedência de terrenos para garantir a Via de acesso à portaria do Novo Hospital de Braga – viabilizar, em conformidade com as expectativas do PDM em vigor, um aproveitamento urbanístico para o terreno restante através da implantação de um prédio com, pelo menos três pisos acima do solo e cave para aparcamentos (r/c + 2), com a área edificável, de pelo menos, 1515 m².

13| Protocolo de cedência de terrenos para garantir os acessos rodoviários ao novo Hospital de Braga – integrar no denominado “Plano de Pormenor de Sete Fontes” a totalidade da parcela de terreno considerando a sua área global de 9714,85 m², assegurando para esse terreno uma rentabilização urbanística da ordem dos 4300 m² de construção, resultante da aplicação de um COS urbanístico de

aproximadamente 0.45 m²/m² em consonância com os índices desse Plano de Pormenor.

14| Protocolo de cedência de terrenos para garantir os acessos rodoviários ao novo Hospital de Braga – Incluir, nos espaços urbanizados do futuro PDM, parte do Prédio Rústico “Quinta do Lameiro”, da Freguesia de Nogueiró. Concretamente, incluir uma área de cerca de 5ha e a parte Nascente da Variante da Encosta, sendo-lhe reconhecida uma capacidade edificativa de índice A.

4.5| EQUIPAMENTOS

A Câmara Municipal de Braga, tem promovido um conjunto de investimentos em novos equipamentos, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Os dados apresentados foram retirados das “Opções de Plano e Orçamentos” da Câmara Municipal de Braga, entre 2001 e 2010, e as datas de inauguração dos respectivos equipamentos foram sujeitos a confirmação pelo Gabinete de Apoio às Freguesias (GAF).

- Culturais e Religiosos

Os equipamentos culturais e religiosos construídos neste período foram:

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
			Biblioteca Lúcio Craveiro	Igreja de Lamas	Remodelação do Teatro Circo	Igreja de Fraião			Escola da Música
			Quinta Pedagógica	Capela Mortuária Este São Mamede					

Quadro 4.4 – Equipamentos culturais e religiosos inaugurados no concelho, entre 2001/2010



Fonte:
http://pt.wikipedia.org/wiki/ficheiro:biblioteca_lucio_craveiro_da_silva.jpg
Imagem 3.12 – Biblioteca Lúcio Craveiro



Fonte:
<http://forum.bracarae-avgvste.com/viewtopic.php?f=33...>
Imagem 3.13 – Remodelação do Teatro Circo

- Desportivos

O quadro que se segue, apresenta todos os equipamentos desportivos inaugurados, entre 2001 e 2010, verificando-se que em vários casos o início das obras ocorreu em anos anteriores à data da sua conclusão. Actualmente, encontram-se em fase de projecto ou em execução, um conjunto de infra-estruturas desportivas, podendo-se destacar o projecto de intervenção no Parque Urbano Norte. Após a conclusão do Estádio Municipal de Braga e dos 2 campos de treino relvado contíguos, em Dume, o Município tem promovido a realização dos restantes equipamentos previstos no projecto, nomeadamente, a Piscina Olímpica do parque Norte.



Está prevista a execução de um conjunto de obras importantes, que se encontram em fase de projecto, as quais passamos a enunciar: *Campo de Tiro do Clube de Caçadores de Braga, Campo de Golfe de Tibães (particular), Praia Fluvial de Palmeira, Pavilhão Desportivo de Frossos e Pavilhão Desportivo de Ferreiros.*

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estádio Municipal de Braga				Dume						
Piscinas Municipais ao Ar Livre	Ferreiros		Celeiros		Nogueira				Merelim São Pedro	
Campos de Futebol Relvado	Maximinos				São Julião de Passos					
Campos de Futebol Pelado	Cabreiros					Dume (2)				
Pista de Ciclismo					Variante da Encosta					
Pista de Aeromodelismo				Palmeira						
Pavilhão Gimnodesportivo	Cabreiros	Pandóis	Celeiros	Mir de Tibães	Sobreposta		Moreira			Dume
	Ferreiros				Priscos					Lamações
	Gualtar									
	Nogueira									
Polidesportivos Com Balneários	Palmeira									
	Aveleda	Pandóis	Adalfe	Pousada					Palmeira (Fóvoa)	Arcoz
	Crespos	Oliveira S. Pedro	Fradelos	São Victor			Pandóis			
	Penso São Vicente		Navarra				Gualtar (Lage)			
	São Mamede d'Este		Merelim São Paio				Santa Lucrecia			
	Mir de Tibães						Arendim			
Campos de Ténis/Mini-Ténis										
Campo de Voleibol/Voleibol de Praia	Merelim São Paio									
Polidesportivos Sem Balneários	Mir de Tibães									

Quadro 4.5 – Equipamentos desportivos inaugurados no concelho, entre 2001/2010



Fonte: <http://arquitecturaemuitomais.blogspot.com/>
Imagem 3.14 – Estádio Municipal do Braga



Fonte: <http://bing.com/maps>
Imagem 3.15 – Piscina Municipal ao ar livre São Julião de Passos

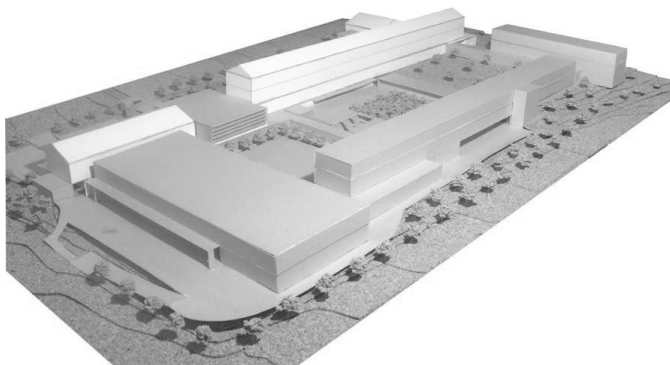
- Educação

No que concerne às infra-estruturas educativas, o Município tem procurado ao longo dos últimos anos dotar o concelho de uma maior quantidade de jardins-de-infância e mais recentemente de novos centros educativos que procuram compensar os que entretanto encerraram. Podemos considerar como inaugurações mais relevantes no concelho os seguintes equipamentos:

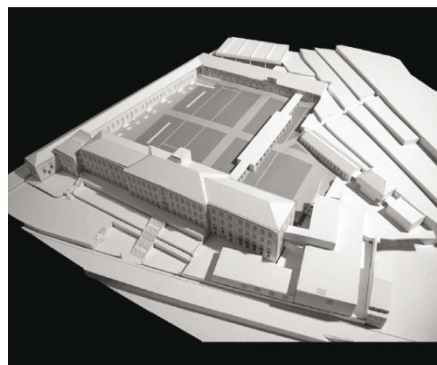


	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Universidade							Universidade do Minho - Gualtar			
EB2,3	EB2,3 Cávado									
EB1 ou EB1/JI						EB1/JI Ferreiros – Lugar Estrada	EB1/JI de Naia		Centro Educativo Lamações	Centro Escolar de Monteliões - Real
Jardins de Infância	J.I. de Aveleda	J.I. de Adaúfe	J.I. de Arcos	J.I. de Gualtar	J.I. de Lamas	J.I. de Penso S. Vicente	J.I. de Pousada			J.I. Ponte Pedrinha
	J.I. de Espinho	J.I. de Fradelos	J.I. de Esporões							
	J.I. de Navarra	J.I. de Sequeira	J.I. de Guisande							
	J.I. de Oliveira S. Pedro		J.I. de Real							
	J.I. de Priscos		J.I. de Tenões							
	J.I. de Santa Lucrecia		J.I. de Vilaça							
	J.I. de Sobreposta									
Outras Escolas	J.I. de Tebosa									
	Direcção Geral Viação									
	Escola de Educação Rodoviária									

Quadro 4.6 – Investimentos efectuados em equipamentos de educação, no concelho, entre 2001/2010



Fonte: <http://forum.bracarar-avgvste.com/>
Imagem 3.16 – Escola Secundária D. Maria II



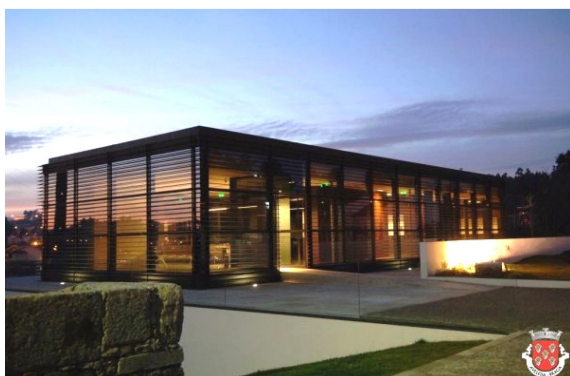
Fonte: <http://forum.bracarar-avgvste.com/>
Imagem 3.17 – Escola Secundária Sá de Miranda

- Administrativos

Nos últimos anos, os investimentos efectuados em equipamentos administrativos, reportam-se sobretudo à construção de novas sedes de junta, nomeadamente:

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	Sede da Junta de Tebosa	Sede da Junta de Dume	Sede da Junta de Lamações	Sede da Junta de Palmeira			Sede da Junta de Aveleda		Sede da Junta de Adaúfe
	Sede da Junta de Este S. Mamede	Sede da Junta de Esporões	Sede da Junta de Este S. Pedro	Sede da Junta de Priscos					
		Sede da Junta de Padim da Graça							

Quadro 4.7 – Investimentos efectuados em equipamentos administrativos, no concelho de Braga, entre 2001/2010



Fonte: <http://www.freguesia-aveleda.pt/>
Imagem 3.18 – Junta de Freguesia de Aveleda



Fonte: <http://www.jf-palmeira.com.pt/>
Imagem 3.19 – Junta de Freguesia de Palmeira

- Salubridade/Cemitérios

Entre 2001 e 2010, procedeu-se à construção de apenas um cemitério, localizado na freguesia de Lamas. Todos os restantes, resultam de ampliações aos cemitérios já existentes.

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lamas (Novo)	Ruilhe	Figueiredo		Este São Mamede		Ferreiros		Espinho	
						Pedralva		Este São Pedro	
								Navarra	
								Nogueira	
								Tadim	

Quadro 4.8 – Investimentos efectuados em equipamentos de salubridade (ampliações de cemitérios) no concelho de Braga, entre 2001/2010

Está previsto para os próximos anos, intervenções no sentido de promover a ampliação dos cemitérios de Gualtar, Pousada, Nogueira, Trandeiras, Lomar, Mire de Tibães, Panoias e Tenões.

- Sociais/Saúde

Numa época, em que o fenómeno do envelhecimento da população se faz sentir com maior intensidade na sociedade portuguesa, à qual o concelho de Braga não é excepção como foi possível verificar nas análises demográficas, sente-se a necessidade de se desenvolver a rede social e um apoio em termos de cuidados de saúde cada vez mais eficiente.

No sentido de suprir as necessidades sentidas em termos de equipamentos de saúde foi inaugurado em 2010, o novo hospital privado de Braga, e está em execução o Hospital Universitário de Braga, que irá complementar o Hospital de São Marcos.

Os equipamentos sociais e os equipamentos de saúde construídos entre 2001 e 2010 foram:

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lar de Sobreposta			Creche do Centro Social Gualtar						Hospital Privado de Braga
Lar de Cunha									

Quadro 4.9 – Investimentos efectuados em equipamentos sociais e de saúde no Concelho, entre 2001 e 2010



4.6| ACESSIBILIDADES

- Rede Rodoviária

Para se efectuar uma análise do nível de execução do PDMB publicado em 2001, em termos de acessibilidades, elaborou-se um quadro síntese com o ponto de situação das vias de comunicação mais importantes previstas no PDM e respectiva data de inauguração.

Vias de Ligação Propostas (PDM de 2001)	Data de Inauguração	Ponto de Situação
A11/ I.C.14 (Braga/Esposende)	2005	Executada
A11 (Guimarães)	2003	Executada
Variante à E.N. 101/201 (Braga/Vila Verde)	2001	Executado
Variante do Cávado (Ferreiros/Amares)	-	1ª Fase Projectada/ 2ª Fase Em Estudo
Variante à E.N. 103 (Feira Nova/Fojo)	-	Projectada
Variante do Fojo (Braga/Fojo)	2002	Executada
Variante à E.N. 14	2003	Executada
Circular Sul (Ligação Nogueira/Celeirós)	2003	Executada
Avenida do Estádio (Frossos/Confeiteira)	2002	Executada
Via do Alto da Vela (Fojo/Espinho)	2002	Executada

Quadro 4.10 – Estado de execução das principais vias rodoviárias de ligação propostas no PDMB de 2001

Através da observação do quadro apresentado, constata-se que a maioria das propostas foram executadas, à excepção da Variante do Cávado, e da Variante à E.N. 103. Esta última, encontra-se neste momento em execução (apenas a fase do acesso ao Hospital), estando prevista a sua inauguração aquando da abertura do novo Hospital do concelho, sendo uma infra-estrutura indispensável para o funcionamento do mesmo. Está igualmente prevista, a execução do lanço de ligação da Variante da Encosta (Nogueira) com o itinerário principal que irá constituir parte da nova circular.

Para além destas obras de grande relevância, promoveu-se intervenções de beneficiação nas Estradas Nacionais existentes no concelho, beneficiando a mobilidade e a qualidade de vida do concelho. As EN intervencionadas foram as seguintes:

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EN 101 Braga-Palmeira					EN 14 Braga-Porto	EN 103 Braga-Póvoa de Lanhoso
					EN 309 Braga-Sameiro	EN 205-4 Ponte Porto-Confeiteira
						EN 103-2 Sequeira-Guisande

Quadro 4.11 – Intervenções de remodelação ou pavimentação nas Estradas Nacionais do concelho

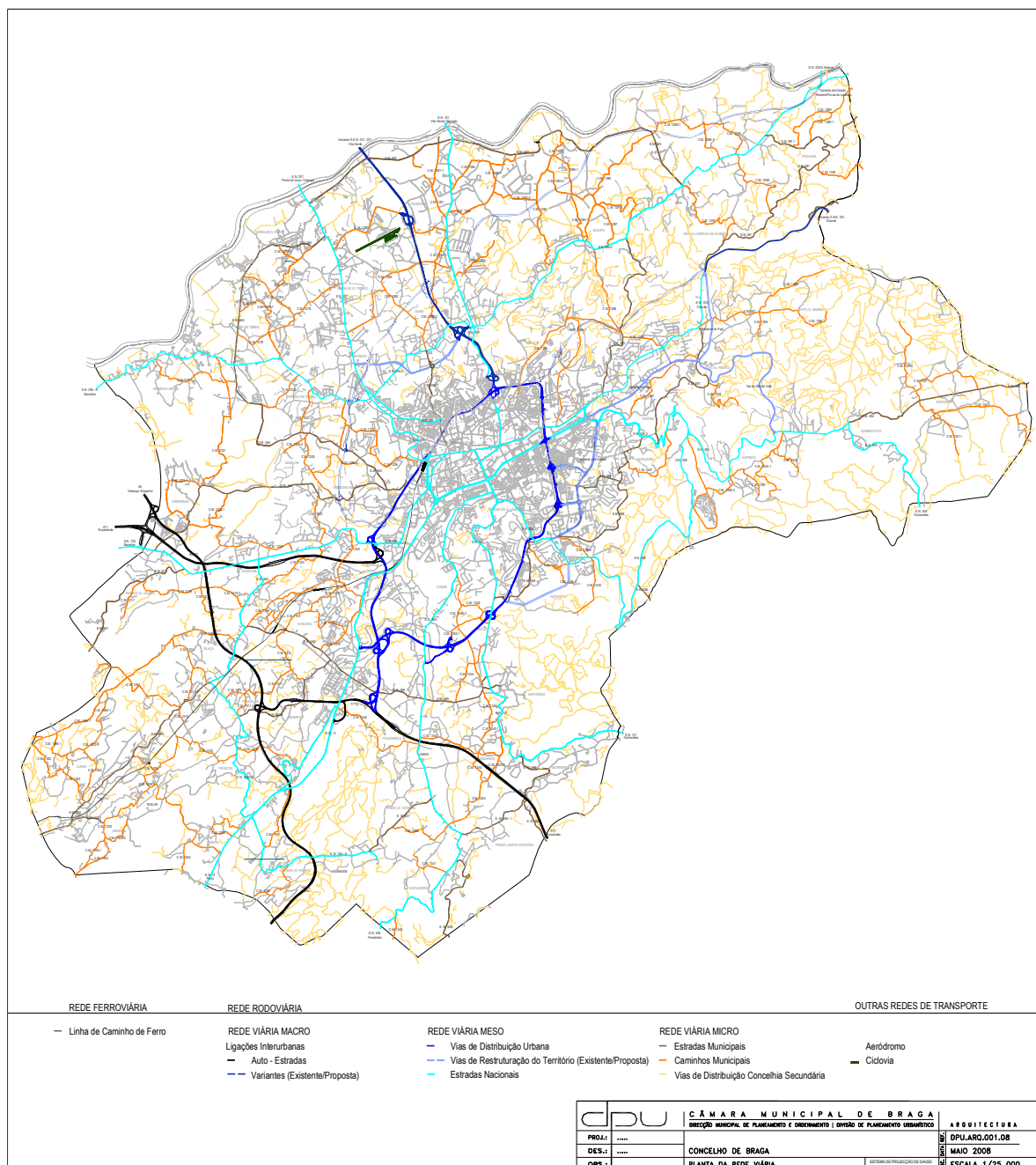


Figura 4.6 – Planta rede viária do Concelho



Na tabela que se segue, apresenta-se as Estradas Municipais que foram alvo de intervenções de remodelação ou pavimentação.

2001	2002	2003	2004	2005	2006
EM 561 (Passos São Julião), entre a EN 103 e a Igreja;					
EM 562, entre a EN 103-2 (Tadim) e o Limite do Concelho;				EM 562 (Tadim ao Limite do Concelho);	EM 562 (Tadim ao Limite do Concelho);
EM 563, entre o CM 1325 (Gondizalves) e Cabreiros;	EM 563, entre o CM 1325 (Gondizalves) e Cabreiros;				EM 563 (Cabreiros);
EM 564, entre Semelhe e Mire de Tibães (EN 205-4);	EM 564, entre Semelhe e Mire de Tibães (EN 205-4);		EM 564, entre a EN 205-4 e a EN 201 (Mire de Tibães e Merelim São Paio);	EM 564, entre a EN 205-4 e a EN201 (Mire de Tibães e Merelim São Paio);	EM 564, entre a EN 205-4 e a EN 201 (Mire de Tibães e Merelim São Paio);
	EM 565, entre a EN 101 (Palmeira), e a EN 205-4 (Adaúfe);				
	EM 569 do Cemitério à Central da EDP;		EM 569 - Cruzeiro de Vilaça e a Passagem de Nível (Aveleda);		
EM 584, entre a EN101 e a EN309 (Penso St. Estêvão);					
EM 588, entre a EN 309 e a EM 588-1;					
			EM 591, entre a EN 309 e Pedralva;		
EM 594, entre a EN 309 (Sobreposta) e Pedralva;	EM 594, entre a EN 309 (Sobreposta) e Pedralva;				

Quadro 4.12 – Intervenções de remodelação ou pavimentação nas Estradas Municipais do concelho de Braga

Para além das vias apresentadas anteriormente (EN e EM), procedeu-se à construção de novas vias e a um conjunto bastante alargado intervenções de beneficiação ou alargamentos de caminhos vicinais distribuídos pelas diferentes freguesias.

- Rede Ferroviária

A rede ferroviária foi remodelada em 2003, procedendo-se à duplicação e electrificação da via, com o objectivo de encurtar os tempos de viagem.

Rede de Ligação Ferroviária	Data de Conclusão	Ponto de Situação (EM 2006)
Estação Principal (Cidade)	2003	Executada
Estação de Tadim	2003	Executada
Estação de Arentim	2003	Executada
Apeadeiro de Ferreiros	2003	Executado
Apeadeiro de Mazagão	2003	Executado
Apeadeiro de Aveleda	2003	Executado
Apeadeiro de Ruílhe	2003	Executado
Duplicação e Electrificação da Linha	2004	Executada
Terminal de Mercadorias	2003	Executado

Quadro 4.13 – Estado de execução da rede de caminhos-de-ferro



4.7| ALTERAÇÕES AO PDM EM REGIME SIMPLIFICADO

(Previsto no artº. 97º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro)

- **Campo de Futebol de Tebosa** – Corresponde a um erro de implantação do Campo de Futebol, que originou a classificação errada do terreno como Categoria de “Espaço de Equipamento Existente”, onde não existe esse equipamento, e parcialmente como “Espaço Urbano e Urbanizável” onde está implantado o Campo de Futebol.

- **Terrenos Confinantes com a Escola Primária de Dume** – Corresponde a um erro de caracterização na planta de ordenamento do PDM, de uma parcela de terreno, contíguo à escola primária de Dume. Esta parcela com cerca de 4707 m2, estava caracterizada como “Espaço de Equipamento Existente”, por referência à Escola Primária e não como “Espaço Urbano”.

- **Rua Conselheiro Bento Miguel e Rua de São Domingos** – Corresponde a um erro de caracterização na planta de ordenamento do PDM, de uma frente urbana (correspondente a cerca de 2840 m2), contígua ao Colégio D. Diogo de Sousa, na Rua de São Domingos, como “Espaço de Equipamento Existente”, por referência a este.

- **Rectificação do PDM na carta C2.4 (Ferreiros)** – Corresponde a um erro de caracterização na planta de ordenamento, de uma parcela de terreno, próxima do campo de futebol de Ferreiros. Esta parcela com cerca de 633 m2, estava caracterizada como “Espaço de Equipamento Existente”, por referência ao Campo de Futebol e não como “Espaço Urbano”.

- **Rectificação do PDM na carta D2.3 (Arentim)** – Corresponde a um erro de caracterização na planta de ordenamento, de uma parcela de terreno com uma área de 1790 m2, onde existia uma habitação e que no PDM estava caracterizada como “Espaço de Indústria Existente”.

- **Rectificação do PDM na carta B3.4 (Este São Pedro)** – Corresponde a um erro de caracterização na planta de ordenamento, de uma parcela de terreno, com uma área de cerca 2132 m2, que estava caracterizada no PDM como “Espaço de Equipamento Existente”, por referência à igreja da freguesia.

- **Rectificação do PDM na carta D2.2 (Parque Desportivo de Figueiredo)** – Corresponde a um erro de representação cartográfica do campo de jogos e respectiva classificação do solo, de uma parcela de terreno, com uma área de cerca 8460 m2, que estava caracterizada no PDM como “Espaço Florestal”.

Através do ofício 1278 de 2002-10-08, foi proposto à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, a **alteração em regime simplificado do PDM de Braga**, nomeadamente **aos artigos 90º, 92º e 99º do seu regulamento**, que foram excluídos de ratificação aquando da aprovação da revisão do PDM. Os artigos em causa tratam da edificabilidade em RAN, em espaços agrícolas, e ainda edificabilidade em florestas de produção e usos múltiplos.

A Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, através do ofício 1016/DSGPP, considerou que: *“a alteração proposta pela Câmara Municipal de Braga, ao pretender estabelecer novas regras de uso e de ocupação do solo, não se enquadra no regime procedimental simplificado, pela que não reúne condições para poder ser registada.”*



4.8| ALTERAÇÕES ÀS CONDICIONANTES

Após uma observação atenta da carta de condicionantes, procedeu-se à análise e identificação das alterações entretanto verificadas, no período 2001 e 2010.

4.8.1| RAN (RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL)

Procedeu-se a um conjunto de intervenções, em áreas de RAN, obtendo parecer favorável da comissão regional da reserva agrícola para utilização não agrícola de solos integrados na RAN, durante o período em análise, nomeadamente:

- PLANO DE PORMENOR;

a) Plano de Pormenor do Golfe de Tibães⁴⁷, cerca de 71683 m²;

- VIAS DE COMUNICAÇÃO (infra-estruturas rodoviárias), cerca de 407175 m²;

a) A11 – Braga/Esposende;

b) A11 – Braga/Guimarães;

c) Caminho do Espinheiro – Caminho Agrícola/Rural;

d) Caminho Vicinal de Ruães ao Parque Industrial de Padim da Graça – 2º Troço, 1ª Fase – Caminho Agrícola/Rural;

e) Reformulação da Linha de Caminho de Ferro, e Construção das Estações e Apeadeiros.

- EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS DE INTERESSE PÚBLICO;

a) Quartel dos Bombeiros Voluntários – Lugar Barros em Arcos (6974 m²);

b) Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR's);

c) Subestação Eléctrica de Lamas (3936 m²).

- CONSTRUÇÕES DE APOIO à ACTIVIDADE AGRÍCOLA;

Foram ainda solicitados inúmeros pedidos em RAN para a **Construção de Apoio à Actividade Agrícola**, correspondente a uma área de cerca de 95373 m².

Refira-se que os pareceres favoráveis, em causa, não alteram o uso principal do solo, pelo que continuam a ser considerados como RAN, não implicando uma diminuição deste tipo de uso de solo.

- OUTRAS OCUPAÇÕES;

a) “Centro de Transportes de Mercadorias do Baixo Minho” do grupo TORRESTIR;

4.8.2| REN (RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL)

Procederam-se a um conjunto de intervenções ou inclusões, em áreas de REN, durante o período em análise, nomeadamente para os seguintes processos:

- Construção da Central Eléctrica de Pedralva;

- Construção da Via do Alto da Vela;

- Construção da Auto-Estrada Braga/Guimarães e Braga/Esposende;

- Construção do Caminho Vicinal de Ruães ao Parque Industrial de Padim da Graça

- Caminho Agrícola/Rural;

- Ampliações de Pedreiras (Ocupações Pontuais).

⁴⁷ Alteração de usos do solo, ao abrigo da alínea i) do n.º2 do art.9 do DL196/89 de 14 de Junho;



4.8.3| SERVIDÕES MILITARES

As zonas de protecção constituídas por servidões militares que integravam o PDMB de 2001, abrangiam as faixas de protecção do Quartel do Regimento de Cavalaria de Braga e da Carreira de Tiro.

Em 2004, procedeu-se à desafectação do domínio público militar e à sua integração no domínio privado do Estado, da Servidão Militar da Carreira de Tiro, através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2004. Este facto permitiu a eliminação da zona de protecção existente.

A Servidão Militar do Quartel do Areal (Regimento de Cavalaria), que apresenta a sua zona de protecção definida pelo Decreto-Lei nº 49 186 de 12 de Agosto de 1969, não sofreu nenhuma alteração.

4.8.4| ZONA DE PROTECÇÃO DO PAIOL

Quanto à zona de protecção do Paiol de S. Gregório, em Maximinos, foi proposta a sua eliminação, uma vez que se considera que está implementada ilegalmente.

Em Fevereiro de 2008, a Câmara aprovou uma proposta de alteração simplificada do PDM que assentava na alegada ilegalidade da área de segurança do Paiol de S. Gregório, em Maximinos, pressionando, assim, à sua deslocalização.

4.8.5| CONCESSÕES MINERAIS/LOCALIZAÇÃO DE PEDREIRAS LICENCIADAS

Verificou-se um crescente número de processos de legalização e de ampliação das pedreiras existentes.

4.8.6| REDE VIÁRIA E ESPAÇOS CANAIS

No decurso da execução da grande maioria dos projectos rodoviários previstos no PDMB de 2001, foram extintos os seguintes espaços canais:

- Variante Municipal do Fojo;
- Variante à EN 103 (foi extinto parcialmente numa extensão de cerca de 1000 metros após o nó do Feira Nova);
- Variante à EN 14;
- IC14/A11 – Braga/Esposende;
- A11 – Braga/Guimarães.

4.8.7| ÁREA DE APLICABILIDADE DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE BRAGA

O regulamento aplica-se na área de recuperação e reconversão do centro histórico da cidade de Braga e da zona dos Galos. Este documento foi alvo de revisão através de publicação no Diário da República, (II série), n.º 200, edital N.º 865/2007, de 17 de Outubro.

4.8.8| ZONA DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO OU ARQUEOLÓGICO CLASSIFICADO OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

O património arquitectónico e arqueológico pode ser classificado como: Monumento Nacional; Imóveis de Interesse Público; Edifícios de Interesse Municipal.

Entre 2001 e 2010, não houve nenhuma classificação do património arqueológico ou arquitectónico,

existente no concelho, como **Monumento Nacional**.

O património classificado como **Imóveis de Interesse Público**, no período referido, foi o seguinte:

- **Edifício da Câmara** (Praça do Município), através do Decreto-lei 5/2002 de 19 de Fevereiro – a área de protecção é de 50 metros a contar do limite exterior do edifício;
- **Praça Mouzinho de Albuquerque** (ou Campo Novo, São Vicente), através da portaria nº 443/2006 (2ª série) de 9 de Março de 2006 – a área de protecção é de 50 metros a contar do limite exterior dos edifícios que envolvem a praça.

No período em análise, não se efectuou nenhuma **Classificação de Interesse Municipal**.

O património considerado, como **Em Vias de Classificação**, no período referido, foi o seguinte:

- **Casa de Santa Cruz do Igo** (Campo das Carvalheiras, Sé), através do Despacho do Vice-Presidente do IPPAR de 5 de Abril de 2001;
- **Igreja do Carmo e Edifício do Antigo Convento Carmelita** (São Vicente), através do Despacho do Vice-Presidente do IPPAR de 7 de Novembro de 2001;
- **Capela Nossa Senhora da Guadalupe ou Capela da Guadalupe** (São Vicente), através do Despacho do Vice-Presidente do IPPAR de 31 de Dezembro de 2002;
- **Elevador do Bom Jesus** (está integrado na zona de protecção do Bom Jesus), através do Despacho do Vice-Presidente do IPPAR de 13 de Março de 2003;
- **Tramo da Geira, Via Romana XVIII**, entre a Capela das 7 Fontes e Adaúfe (Cemitério), através do Despacho do Presidente do IPPAR de 27 de Janeiro de 2005 – Edital da CMB 42/2005;
- **Estádio Municipal de Braga**, através do Despacho nº 10/2005 do Presidente do IPPAR de 27 de Janeiro de 2005 – Edital da CMB 136/2005;
- **Estádio 1º de Maio**, através do Edital da CMB nº 55/2006 de 7 de Março de 2006;
- **7 Fontes, Sistemas de Abastecimento de Águas da Cidade do Século XVIII**, localizado em São Victor, homologado pelo Ministério da Cultura em 29 de Maio de 2003.

4.8.9| LIMITE DO CONCELHO

Actualmente, o limite do concelho, apresenta alterações face ao definido na Revisão ao PDM de 2001. Esta delimitação administrativa, bem como a delimitação das freguesias que compõem o Concelho, estão registadas na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), da responsabilidade do Instituto Geográfico Português (IGP), integrado no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR).

Fez-se uma alteração ao limite do Concelho (Braga/Guimarães) no Lugar de Portuguediz, freguesia de Sobreposta.

4.8.10| CONDICIONANTES QUE NÃO FORAM ALTERADAS

- Zona de Protecção a Albufeira;
- Zona de Protecção do Aeródromo;
- Zona de Protecção a Marcos Geodésicos;
- Zona de Protecção a Edifícios Públicos.



4.9| NÍVEIS DE INFRA-ESTRUTURAÇÃO

4.9.1| LINHAS ADUTORAS DE ÁGUA POTÁVEL

O concelho de Braga, possuía em 2009, uma rede de abastecimento que abrangia uma taxa de cobertura de 98%, beneficiando um total de 155000 indivíduos. A rede apresenta uma extensão total de 991 km, representando um aumento de 8% em relação a 2002 (+68 km).

4.9.2| CAPTAÇÕES DE ÁGUA

O sistema de abastecimento de água, distribui-se pelas 62 freguesias, sendo constituído, em 2009, por 24 reservatórios de água, 1 Estação de Tratamento de Águas (ETA) responsável pela captação de água para posterior consumo, implantada numa área de 37600m² (Palmeira), e 1 Unidade Depuradora de Água (14000 m²) localizada em Real.

4.9.3| EMISSÁRIOS DE ESGOTOS E ETAR'S

Em 2009, a taxa de cobertura da rede de esgotos é de 98% (147163 indivíduos servidos), representando um aumento de 35% em relação a 2002.

A rede de saneamento, estende-se por 700km, reflectindo um aumento de 100km em apenas um ano, e de 275 km em relação a 2002.

Quanto à quantidade de ETAR's, verifica-se que entre 2002 e 2009 foram construídas 12 novas unidades, evidenciando o esforço para o melhoramento da salubridade do concelho. Deste modo, em 2009, o concelho de Braga, possuía um total de 19 ETAR's em pleno funcionamento, e 5 em fase de conclusão ou em projecto. No seu conjunto as ETAR's em actividade, ocupam uma área de 141129 m², sendo que a ETAR de Frossos apresenta a maior dimensão com 37086 m²

4.9.4| TRAÇADO DO GASODUTO

Após o ano de 2001, executou-se o projecto do traçado do Gasoduto pela TRANSGÁS, que visava o transporte de gás natural entre Setúbal e Braga. O ramal de Braga, desenvolve-se ao longo das freguesias de Tebosa, Priscos, Penso São Vicente, Vimieiro, Figueiredo e Celeirós numa extensão de 4,5 km.

O traçado do gasoduto, apresenta restrições ao nível do uso do solo, ao abrigo do Decreto-Lei 11/94 de 13 de Janeiro, estabelecendo uma zona de protecção mínima ao eixo do gasoduto:

- 10 metros para construções;
- 5 metros para plantação de árvores;
- 2 metros para movimentações de terras a mais de 50 cm de profundidade.

A operadora que assegura a distribuição de gás ao consumidor final é a "EDP Gás Distribuição". A rede tem cerca de 362465,8 metros, encontrando-se mais concentrada na área central do concelho, coincidindo com as freguesias mais densamente povoadas servindo desta forma uma maior quantidade de clientes. É relevante que 84% da rede se encontra inserida dentro do perímetro urbano.

A freguesia de Figueiredo possui uma estação de medida e regulação de gás (Gas Regulating and Metering Station).



4.9.5| ZONA DE LIBERTAÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES

A Câmara Municipal, em Setembro de 2002, respondeu afirmativamente ao requerimento endereçado pela ONITELECOM, INFOCOMUNICAÇÕES, S.A., para a emissão do alvará de licença, relativo à instalação de uma estação de base de telecomunicações no Monte do Picoto (São Lázaro)⁴⁸.

A Câmara Municipal, em Julho de 2004, acedeu positivamente à emissão do alvará de licença, solicitado pela ONITELECOM, INFOCOMUNICAÇÕES, S.A., para a implantação de uma estação de radiocomunicações, situada na subestação da EDP, em São João da Ponte, freguesia de São Lázaro.⁴⁹

Para além das estações de radiocomunicações referidas, encontra-se concluído e em funcionamento há vários anos (sensivelmente a partir de 1982), nas freguesias de Nogueira/Esporões, mais especificamente, em Santa Marta das Cortiças, o Edifício da Central Automática da Portugal Telecom.⁵⁰

4.9.6| LINHAS DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉCTRICA

As Linhas de Transporte de Energia Eléctrica, devido ao processo natural de crescimento da cidade e do tecido urbano, e em resultado da procura de uma melhor satisfação das populações, têm sofrido alterações, nomeadamente o aumento da sua extensão.

A construção da nova subestação eléctrica de Pedralva, por sua vez, permitiu o aumento das linhas de transporte de energia eléctrica de alta tensão do concelho.⁵¹

Procedeu-se, igualmente à construção de uma nova subestação eléctrica, localizada na freguesia de Lamas com uma área de 4269 m².

5| SÍNTESE

Com o desígnio de se proceder à avaliação da execução do PDMB, respectiva análise e enquadramento dos motivos que justificam a sua revisão expõe-se, de seguida, uma síntese das temáticas abordadas.

- Demografia

- Braga apresenta uma taxa de crescimento demográfico superior à média Nacional, Norte e da região do Cávado, prevendo-se que, em 2015, a população residente seja superior a 190.000 indivíduos. As taxas de natalidade e de mortalidade estão a diminuir, prevendo-se que a médio prazo se possam sentir alguns problemas de envelhecimento da população e decréscimo dos activos.
- Apesar de se assistir à expansão da malha urbana para áreas periféricas, nomeadamente através da proliferação da habitação unifamiliar, Braga ainda se caracteriza pela concentração demográfica nas

⁴⁸ Que ocupa uma área total de 30m², dos quais, 12,5 m² se destinam à colocação de uma cabine de rádio. A estação, possui uma torre metálica, com 25 m de altura, destinada a suportar antenas. Em Julho de 2004, foi emitido um novo alvará de licença para a construção referida.

⁴⁹ Esta estação, é constituída por dois contentores de 12,5 m², e por uma torre treliçada com 16m de altura.

⁵⁰ Esta infra-estrutura, é constituída por um edifício com uma área total de cerca de 100m² e uma antena metálica para suporte de antenas com 35m de altura. Esta infra-estrutura, e respectiva Zona de Libertação e Desobstrução das Telecomunicações já se encontram referenciadas no PDMB de 2001.

⁵¹ No decurso da execução do projecto da linha aérea, a 400KV "Alto Lindoso – Riba D'Ave 1", no apoio nº 101, com ligação à subestação de Pedralva, procedeu-se à modificação do ramal da linha "Vila Nova–Riba de Ave" para Oleiros a 150 KV. Este novo troço de linha aérea dupla, apresenta uma extensão de 650 metros, entre o Alto Lindoso–Pedralva / Pedralva–Riba D'Ave, integrando-se na rede de muito alta tensão. Este troço, atravessa terrenos caracterizados no PDMB como Espaços Florestais e Agrícolas, assim como terrenos condicionados pela RAN e REN.



freguesias mais urbanas. Contudo, verifica-se, ao mesmo tempo, a crescente perda de população no centro histórico (Sé, São João do Souto e Cividade) e na faixa Oeste do concelho (Mire de Tibães, Padim da Graça, Cabreiros, Passos São Julião, Sequeira, Gondizalves e Vilaça).

- População Activa

- A população activa e empregada do concelho, tem aumentado com ritmos de crescimento superiores aos verificados no Norte e no Cávado.
- A grande maioria da população activa está empregue no sector terciário que tem aumentado rapidamente. O sector secundário encontra-se estabilizado e o primário é quase inexistente (apenas 1%). Devido à importância do sector secundário e terciário para a economia da cidade (riqueza que gera e a quantidade de empregos associados) pensa-se ser necessário desenvolver mais estes sectores.
- A taxa de actividade do concelho em 2001, é superior à verificada na região Norte e ao Cávado. No entanto, apresenta-se bastante desequilibrada, ou seja, é maior nos homens do que nas mulheres, apesar de estar a aumentar em ambos os casos.
- O concelho apresenta graves problemas ao nível do desemprego, evidenciando taxas superiores às do Norte e Cávado. A maioria dos desempregados encontra-se à procura de um novo emprego, assistindo-se simultaneamente, nos últimos anos, a um aumento dos indivíduos à procura de primeiro emprego.
- Tendo em conta o tecido económico do concelho verifica-se que predominam as pequenas e médias empresas (93% das empresas apresentavam menos de 19 empregados).
- As actividades económicas mais importantes são: Indústria Transformadora (22,3% dos activos), Comércio, Hotelaria e Restauração (17%), Construção Civil (10%), Actividade Financeira e Imobiliária (6%) e Administração Pública, Educação e Saúde (5%).
- A indústria transformadora está dependente de 3 tipos indústrias principais, nomeadamente a têxtil, a metalúrgica, e a fabricação de material eléctrico e de óptica (empregam 70% dos activos desta actividade). No entanto no seu geral a indústria transformadora tem perdido importância como actividade empregadora, sendo significativo que entre 1999 e 2003 o número de activos diminuiu 11%.

- Edificado

- Braga evidencia um edificado jovem, com índice de envelhecimento dos edifícios bastante inferior ao verificado no País, no Norte e no Cávado.
- Entre 1991/2001, o parque habitacional do concelho, calculado através dos alojamentos familiares, aumentou consideravelmente.
- Em 2001, existiam em média cerca de 3,3 residentes por alojamento familiar de residência habitual, 2,2 alojamentos familiares por edifício e 1,4 alojamentos familiares para cada família.
- A maioria dos edifícios e alojamentos familiares encontram-se nas freguesias da cidade, coincidindo em grande parte com os alojamentos familiares vagos.
- De 2002 a 2009, os licenciamentos para novas construções familiares e consequentes fogos gerados têm diminuído consideravelmente, atingindo valores inferiores aos registados em 1995.

- Licenças de Construção (2001-2006)

- No concelho de Braga existe um predomínio das construções unifamiliares que têm aumentado nos



últimos anos, em relação às construções multifamiliares, resultando numa diminuição do número de fogos gerados, sobretudo pelas construções multifamiliares.

- As freguesias centrais do concelho onde predomina as habitações multifamiliares registam a maior quantidade de fogos gerados, constituindo as potenciais áreas de crescimento populacional nos próximos anos (Fraião, São Victor, Real, São Vicente, Nogueiró, Lamações, Gualtar).
- São Victor, para além de apresentar a maior quantidade de residentes e de edifícios vagos em 2001, regista o segundo maior número de fogos criados pelas novas construções licenciadas entre 2001-2006.
- O aumento dos licenciamentos para novas construções, registado entre 2001 e 2002, devem-se, em parte, às expectativas geradas pela aprovação da revisão ao PDMB em 2001. Após este período de crescimento, verificou-se a sua diminuição, em resultado do abrandamento dos ritmos de crescimento populacional e da conjuntura económica nacional.

- Equipamentos

Educação

- Um dos principais problemas identificados, nesta matéria, é o nível de formação, constituindo-se como um entrave à reinserção no mercado de trabalho e à requalificação da mão-de-obra, sendo significativo que mais de metade dos desempregados tenham como escolaridade o segundo ciclo do ensino básico ou menos.
- Em contrapartida, Braga, beneficiando da existência da Universidade do Minho, apresenta uma percentagem de residentes com curso superior, mais elevada do que a verificada no Norte e Cávado sendo fundamental rentabilizar estes quadros.
- A carta educativa, identificou carências em termos de infra-estruturas escolares nos termos das novas orientações que prevêem a concentração em Centros Escolares. Em 2009, encontravam-se encerrados 6 jardins-de-infância e 15 escolas do primeiro ciclo ensino básico, inaugurados 2 centros escolares, e estava revista a construção de 3 jardins-de-infância, 5 centros escolares, e 2 escolas básicas integradas.

Saúde

- Braga apresenta uma taxa média de quadros clínicos por habitante superior ao verificado no Norte e Cávado.
- O concelho possui um Hospital Público, cuja área de influência se estende a todo o Distrito, um Hospital Privado (Nogueira), três Clínicas de Saúde de dimensão relevante (a Casa de Saúde do Bom Jesus, a Clínica de São Lázaro e a Clínica de Santa Tecla). Contabilizam-se, ainda, a existência de 3 Centros de Saúde (Carandá, Maximinos, e Infias) que, por sua vez, possuem um conjunto de extensões de saúde.
- As unidades hospitalares, oferecem 939 camas, apresentando em 2009, uma taxa de ocupação média de 85,1%, valor superior ao registado em Portugal e no Norte, e semelhante ao do Cávado.
- Os equipamentos de saúde são insuficientes. O hospital de São Marcos apresenta problemas de dimensionamento, sendo fundamental proceder à construção o “Hospital Universitário de Braga” de nível Regional e Distrital.

Prevenção e Segurança

- O PDMB definia duas zonas de protecção constituídas por servidões militares, que abrangem as faixas de protecção do Quartel do Regimento de Cavalaria de Braga e da Carreira de Tiro. Em 2004, procedeu-se à desafecção do domínio público militar e à sua integração no domínio privado do Estado, da Servidão Militar da Carreira de Tiro.

Cemitérios

- Existem um total de 58 cemitérios no concelho. Todas as freguesias apresentam cemitério, à excepção das freguesias da cidade pertencentes ao centro histórico e as que se lhe encontram contíguas (Sé, Cividade, São João do Souto, São Vicente, São Lazaro e Maximinos), sendo os indivíduos enterrados no “Cemitério Municipal de Monte de Arcos” localizado na freguesia de São Victor.

Administrativo e Judicial

- Os equipamentos administrativos apresentam áreas de influência distintas. Por um lado um âmbito distrital e regional evidenciando uma área de influência maior, e por outro, um nível local associado ao serviço aos residentes do concelho ou das freguesias.
- À excepção dos edifícios da sede das juntas de freguesia, todos os equipamentos administrativos e judiciais estão localizados na área central mais densamente povoada correspondente ao núcleo urbano.

Solidariedade e Segurança Social

- Esta rede encontra-se repartida em serviços de apoio à população jovem, à população idosa e à população em geral. Tendo em atenção os serviços de apoio às crianças e jovens, regista-se 40 creches ou IPSS, e 7 lares de infância e jovens. Os serviços de apoio aos idosos, são prestados por, 11 centros de dia, 10 lares de idosos com centros de dia, 15 lares de idosos ou casas de repouso, e 2 lares de idosos com creche e EB1 ou EB2. Deste modo, existem um total de 27 lares de idosos. Para além dos serviços referidos existem no concelho equipamentos de apoio à população em geral, nomeadamente, de reabilitação e apoio social, destacando-se 7 instituições de apoios aos cidadãos com deficiência, e 4 centros de reabilitação e reinserção social.

Cultura

- Existem 23 equipamentos de cultura e lazer, dos quais 40% são museus, constituindo as infra-estruturas mais numerosas do concelho.
- A autarquia tem procurado contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento social e cultural dos seus munícipes, destacando-se a inauguração de obras importantes nesta área como são o Theatro Circo, o Mercado Cultural do Carandá, a Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, etc.
- Cerca de 90% deste tipo de infra-estruturas estão concentradas em 5 freguesias do núcleo central coincidindo com a cidade (São Lazaro, Cividade, São João do Souto, Sé e Maximinos), e apenas 2 se encontram fora deste.



Desporto

- Em 2009, existiam 274 infra-estruturas desportivas, dos quais, cerca de 70% encontram-se sob a jurisdição da autarquia e os restantes 30% dependiam de entidades escolares ou instituições particulares. As infra-estruturas de base formativa representam cerca de 95% dos equipamentos de desporto do concelho.
- O maior investimento da autarquia nesta área tem sido efectuado no Parque Norte, onde podemos encontrar o Estádio Municipal de Braga de inegável beleza arquitectónica e com importância turística. Está em fase de execução a Piscina Olímpica e um Pavilhão Multiusos.
- Em 2008 verificou-se um aumento do investimento nos campos de futebol 11, procurando-se recuperar e construir novas instalações de apoio (balneários e bancadas) e implementar piso sintético, substituindo os antigos pisos pelados. Deste modo, foram intervencionados 29 complexos desportivos até 2010.
- Observando o conjunto da rede de equipamentos desportivos conclui-se que é mais densa na área da cidade, nomeadamente onde reside a maioria da população, diminuindo à medida que as freguesias se localizam em áreas mais periféricas. Este facto deve-se para além da localização da população, também ao facto de esta ser uma área onde se encontram a grande maioria dos equipamentos escolares, nomeadamente as escolas do segundo e terceiro ciclo, secundárias e universidades.

Religiosos

- Os Santuários são os equipamentos religiosos mais importantes do concelho, responsáveis por atraírem anualmente um grande número de visitantes assumindo uma relevância significativa para a economia de toda a cidade. Mesmo a nível local, podemos encontrar nas imediações destes equipamentos um conjunto de actividades económicas das quais se podem destacar os Hotéis, restaurantes e cafés.
- Segundo o IGESPAR o património religioso classificado distribui-se em igrejas, capelas, e cruzeiros, subdividindo-se em “Monumentos Nacional”, “Imóvel de Interesse Público” e “Imóvel Em Vias de Classificação”.

Turismo

- Braga possui uma oferta turística diversificada, com vários estabelecimentos de apoio ao turismo, e equipamentos que contribuem para que se possa assumir como uma importante zona turística. Apresenta potencialidades para o desenvolvimento do Turismo Histórico, Religioso, Desporto e Cultural.
- A carta de equipamentos turísticos reúne 47 empreendimentos hoteleiros, distribuídos por 13 hotéis, 1 Hotel-Apartamento, 1 Pousada, 1 Pousada da Juventude, 2 Moteis, e 13 Casas de Turismo Rural ou de Habitação.
- Os Hotéis vão localizar-se nas proximidades ou espaços turísticos mais importantes do concelho, ou seja, 5 nas imediações do centro histórico (1 dos quais dentro do centro histórico), e outros 5 junto ao Santuário do Bom Jesus.
- Os Hotéis-Residencial e as Pensões e Albergarias apresentam uma localização comum, concentrando-se na área central do concelho, ocupando e contribuindo para a reabilitação do edificado. É significativo que das 16 infra-estruturas com este tipo de classificação, 44% se encontra inserido no centro histórico e os restantes estão no espaço contíguo a este.



Recreio e Lazer

▪ Em Braga existem 2 parques públicos de dimensão significativa, um localizado no centro urbano (Parque Urbano São João da Ponte – cerca de 52751 m²) e outro fora do núcleo urbano, na área do Santuário do Bom Jesus (Parque da Mata do Bom Jesus – cerca de 63311 m²). Com o objectivo de reforçar este tipo de espaços, encontra-se em elaboração alguns Planos de Pormenor que vão permitir o aparecimento de 3 novos parques urbanos (Parque urbanos: “Parque Norte” (cerca de 450000 m²); “Monte Picoto” (cerca de 211000 m²), e “Sete Fontes” (cerca de 168000 m²)), perspectivando-se ainda a localização de um parque a sul junto às instalações da antiga fábrica da “Grundig”.

- Acessibilidade, Mobilidade, Transportes e Logística

▪ Nos últimos anos, no sentido de melhorar a acessibilidade e a qualidade de vida no concelho, procedeu-se à conclusão de um grande número de vias de ligação com o exterior (Auto-estradas, Variantes e Circulares previstas no PDM) e à beneficiação de inúmeros caminhos e vias municipais. De facto, verifica-se que, à excepção do Estádio Municipal, grande parte do investimento público efectuado no município reverteu ao nível das acessibilidades. Devido às boas condições de acessibilidade que servem o Concelho, Braga encontra-se a cerca de 10 minutos dos itinerários principais e complementares mais próximos;

▪ A estrutura viária concelhia, nomeadamente a rede de auto-estradas reforça as ligações com o litoral do país, nomeadamente a norte (Espanha por Valença) e a Sul (Porto e Lisboa).

▪ As ligações rodoviárias com o território a nascente de Braga e com o interior norte do país foram secundarizadas. Assim sendo, torna-se prioritário proceder à construção de um “*Itinerário Complementar Porto-Braga-Monção*” que integrará a EN101 até Monção e, efectuar o “*prolongamento para Nascente do IC14*” até Chaves criando uma alternativa à actual EN103.

▪ Actualmente, existe a necessidade de se proceder à construção de uma circular exterior que funcione como alternativa à circular interior, dado que a existente passou a estar integrada no perímetro urbano;

▪ A rede ferroviária do concelho, nomeadamente o ramal de Braga, foi totalmente remodelado (electrificação e duplicação da linha), tendo sido construída uma nova estação principal da cidade, duas estações de menor dimensão, quatro apeadeiros e um terminal de mercadorias. Deste modo, o concelho, dista do Porto cerca de 45 minutos e existem expectativas de diminuir, este tempo, a curto prazo.

▪ Está prevista a integração do troço Braga-Vigo, em Linha de Alta Velocidade, o que implicará uma reformulação da rede ferroviária e da estação e a respectiva articulação com outros meios de transporte;

▪ Os níveis de mobilidade na Região são médios e moderados, caracterizando-se pelo recurso ao transporte individual em carro próprio e transporte a pé. O transporte público é utilizado, sobretudo pela população escolar e indivíduos de baixos recursos (principalmente femininos) e idosos.

▪ Existem bases sustentadas para se desenvolver no concelho um centro logístico multimodal, caso se aproveite o posicionamento estratégico do terminal de mercadorias de caminho-de-ferro de Tadim/Aveleda, do Mercado Abastecedor da Região Norte e do Centro de Transportes de Mercadorias do Baixo Minho (grupo TORRESTIR). No sentido de impulsionar a dinâmica existente, a autarquia, nomeadamente através do PDM, deverá reservar novos espaços para possível expansão e estabelecimento de novas empresas.



- Ambiente

▪ Actualmente existe uma preocupação acrescida com as questões ambientais, sendo significativos os investimentos efectuados na rede de infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento básico, e na construção de novas ETAR's, tendo por objectivo a curto prazo a cobertura da totalidade da população.

De igual modo, a recolha e reciclagem de resíduos sólidos tem evoluído progressivamente, com um crescimento sustentado do número de Eco-pontos distribuídos pelo concelho, com alargamento do âmbito da recolha de resíduos aos óleos alimentares usados e resíduos hospitalares e com a promoção da recolha, em parceria com a Agere, dos aparelhos eléctricos e electrónicos fora de uso.

Relativamente à qualidade do ar e ambiente sonoro procura-se uma melhoria dos índices através de um conjunto de acções:

- Elaboração do mapa de ruído do concelho de Braga.
- Maior eficácia no serviço de transportes urbanos, quer ao nível da captação de novos utilizadores, quer ao nível da emissão de gases através da renovação dos veículos da frota e utilização de combustíveis menos poluidores.
- Repavimentação de vias com pavimentos geradores de menor ruído de rolamento.
- Relocalização de indústrias para parques industriais distribuídos pelo território concelhio.
- Criação do parque de sucatas.

Por outro lado, visando o aumento dos espaços verdes públicos foram lançados projectos para a construção de novas áreas de lazer (Parque Norte e Monte Picoto) paralelamente à plantação de espaços verdes já existentes mas ainda não tratados. Efectuou-se também um conjunto de projectos de requalificação e de despoluição de linhas de água (Rio Este e Rio Torto).



Figura 4.7 – Extracto do projecto do parque arborizado a Sul de Lameiras



- Ocupação do Solo /Dinâmicas Urbanas

- A legislação inerente aos planos de 1ª geração, não previa a programação dos espaços urbanizáveis o que condicionou as dinâmicas e o desenvolvimento urbano.

- Cerca de 34% dos espaços urbanizáveis propostos na revisão ao PDM, foram ocupados entre 2001 e 2010. Dos cerca de 66% de espaços urbanizáveis não ocupados, só cerca de 45% é que foram propostos em 2001, os restantes cerca de 21% estavam previstos desde 1994. Pela inércia verificada nestes terrenos, julga-se que estes últimos não poderão ser considerados no mercado de solos disponíveis para expansão.

Por outro lado, aos cerca de 34% de espaços urbanizáveis ocupados (contabilizados através de alvarás de loteamento emitidos) acrescem as licenças de construção (que nesta fase não foi possível demarcar), as áreas residuais (correspondentes a interior de quarteirões, logradouros profundos, terrenos interiorizados sem possibilidade de acesso, espaços urbanos indevidamente caracterizados como urbanizáveis, com declive acentuado, etc.), as áreas cujos proprietários não têm a intenção de urbanizar a curto ou médio prazo e as áreas correspondentes a processos que estão em curso; Com efeito, verifica-se que os espaços urbanizáveis disponíveis e patentes no mercado actualmente, se resumem a espaços de pequena dimensão e espartilhados pelo território.

- Cerca de 35% das áreas propostas para Indústria e/ou Armazéns na revisão ao PDM em 2001, foram ocupados até 2010. Dos cerca de 65% de espaços para Indústria e/ou Armazéns não ocupados, neste período, cerca de 25% foram previstos desde 1994. Apesar, deste resultado, tem-se consciência de que as reservas disponíveis para este efeito são insuficientes face à procura. De facto, e como se pode verificar na observação da respectiva carta, estes valores referem-se a áreas disseminadas pelo território (à excepção da área Industrial de Espinho/Sobreposta) sentindo-se necessidade de uma área de concentração Industrial de dimensão relevante capaz de albergar "cluster's" de âmbitos específicos, no Concelho.

- É necessário definir parâmetros morfotipológicos no PDM para a adequada gestão e enquadramento com a estrutura morfológica dos aglomerados e da cidade.

- A par disto, verifica-se a necessidade de se estruturar os espaços públicos, conferindo-se uma vertente estratégica no planeamento de apoio à sua gestão, no sentido de evitar a constituição de espaços residuais, sobrantes e desintegrados.

- A Categoria de Espaço de Equipamento Proposto apresenta uma taxa de ocupação muito pequena face ao proposto no PDM devido, em grande parte, à estagnação da área definida pela UOPG do Vale de Santo Estêvão. Apesar deste facto, as áreas ocupadas correspondem a equipamentos relevantes já executados ou em fase de projecto, como são exemplo, o Estádio, a Piscina Olímpica, o novo Hospital, a Carreira de Tiro, a Faculdade de Ciências na Universidade do Minho, etc.

- As alterações registadas, nas áreas de RAN devem-se, maioritariamente, à execução de vias de comunicação e diversas ETAR's sendo as restantes situações quase residuais.

- Relativamente aos Espaços Florestais constata-se que a maioria das alterações são resultantes da expansão das explorações de inertes e da construção da nova Sub-Estação de Pedralva da Rede Eléctrica Nacional, representando uma percentagem muito reduzida face à área total desta classe de espaço.

II | PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGA

1 | INTRODUÇÃO

PDM de 1ª geração versus PDM de 2ª geração – Novos desafios

Ao fim de cerca de 16 anos de aplicação do PDM (Braga teve dois PDM de 1ª geração: o PDM ratificado em 1994 e uma revisão em 2001) impõe-se avaliar esse interregno e verificar que alterações se poderão conferir ao plano, assentes na nova legislação, no sentido de o fazer evoluir e adaptar às necessidades e realidades actuais.

Neste sentido, constata-se as críticas que se fazem genericamente, a nível nacional, aos PDM's de 1ª geração, que são planos de zonamento, com índices quantitativos e com poucas orientações morfotopológicas, com insuficiente estruturação e estratégia.

No entanto, impõe-se, sob pena de se descredibilizar o próprio processo de planeamento, conduzir a nova proposta, no sentido da evolução do plano existente, adaptando-o aos novos desígnios e enquadrando-o com a nova legislação.

Em detrimento da prática exercida nos Planos de 1ª geração que privilegiavam a expansão, os novos planos impõem o desafio de uma gestão urbana centrada na utilização dos espaços já infra-estruturados e valorização do património existente assumindo a reclassificação do solo rural em urbano como uma excepção.

Na conjuntura internacional, no que concerne ao ordenamento do território o desígnio a atingir na competitividade internacional é a qualificação do território através do desenvolvimento sustentável.

O município assume um papel mais relevante na transformação do solo, na medida em que todo o solo será programado e na medida em que é efectivo o dever de execução dos planos. A perequação torna-se um instrumento essencial na implementação dos PDM de 2ª geração e das unidades de execução, garantindo os deveres e direitos, de forma transparente, de todos os intervenientes, e trazendo vantagens na implementação da infra-estrutura pública, pela disponibilização dos terrenos e financiamento na sua execução.

A lei introduz um caminho radicalmente diferente, com as unidades de execução. Estas pressupõem o equilíbrio das rendas fundiárias (como forma de garantir a sua viabilidade) e a realização de parcerias, onde os proprietários não têm que ser os promotores. Estas unidades são delimitadas pelo município, no plano ou pós-plano e podem diferir no sistema de execução que, por sua vez, pode optar por responsabilizar os proprietários, promotores e/ou a Câmara. Estas, processam-se através de loteamento e o respectivo alvará terá que redistribuir os lotes pelos intervenientes no processo: proprietários (que contribuíram com os terrenos), promotores (que contribuíram com dinheiro) e Câmara (quando tem um papel mais activo na execução da unidade). Este processo pode e deve ser rentável para ser operacional. Através da determinação de prioridades na definição das unidades de execução, entram no mercado lotes nos locais adequados à estratégia de planeamento global, com um programa apropriado e com mais garantias de um desenvolvimento urbano harmonioso, com qualidade funcional e formal, onde o espaço público ganha primazia. Trata-se de uma questão de estratégia que não confunde desenvolvimento com mero crescimento e visa uma aposta qualitativa.



A esta nova geração de planos cabe a oportunidade de mudança nesta matéria. Deste modo, os PDM's de 2ª geração, deverão contrariar o crescimento casuístico e disperso e as rupturas morfotipológicas, deverão garantir o carácter estruturante dos espaços públicos, deverão encontrar mecanismos para que os promotores contribuam nos encargos com as infra-estruturas globais, etc.

O PNPT, reforça o carácter estratégico municipal dos PDM, que devem definir, para o efeito, o regime de uso do solo e o modelo de organização territorial num quadro de flexibilidade orientador das dinâmicas para um período de 10 anos.

Um tema central no planeamento, refere-se à incerteza do processo. De facto, verifica-se que grande parte dos terrenos disponibilizados à ocupação urbana, através do ordenamento do território, não está, no mercado, por inércia e desinteresse dos proprietários. Resultando numa certa dispersão do território e no crescimento de áreas urbanas isoladas no interior de grandes bolsas de espaços urbanizáveis, sem o devido enquadramento urbano. Por outro lado, uma política de contenção dos perímetros urbanos pode ser perniciosa, por favorecer a especulação imobiliária. Nesta perspectiva, as restrições à expansão terão que ser acompanhadas de medidas complementares que garantam, ainda assim, uma oferta excedentária, embora controlada por "timings" e apoiada em estudos técnicos.

Com a mudança do conceito de espaços urbanizáveis do DL 69/90, para espaços de urbanização programada do DL 380/99, intenta-se uma transformação significativa no planeamento em Portugal. Trata-se de uma aposta na qualificação do espaço urbano onde as acções estruturantes se encontram programadas, as prioridades estão estabelecidas e onde as áreas de expansão quase se confinam às necessidades de crescimento estimadas. Esta acção pressupõe a determinação da autarquia em assumir, de certa forma, os prazos do desenvolvimento urbano.

2| PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PDM

Na Revisão do PDM, irá recorrer-se, como tem vindo a ser prática corrente, aos recursos humanos existentes na Câmara, designadamente na Divisão de Planeamento, não descurando a necessidade de reforçar o carácter pluri-disciplinar da equipa técnica, pelo recurso à coadjuvação de outras Divisões ou consultorias externas sempre que necessário.

Prevê-se a implementação de mecanismos de participação (aos cidadãos e instituições) de apoio à decisão, ao longo do processo de elaboração (através designadamente de apresentações, debates, "workshops", etc.). Este envolvimento será facultado a todos os agentes abrangidos no processo de planeamento, desde as diferentes Divisões do Município e entidades com responsabilidades nesta matéria, bem como representantes de associações, Juntas de Freguesia, Promotores, população em geral, etc. Assim, aspirando que todos se identifiquem e se responsabilizem, em certa medida, com o PDMB, a metodologia proposta prevê a articulação com os diferentes agentes públicos e privados citados, nas diversas fases do processo:

- articulação com os diferentes serviços municipais – fase de recolha de informação e fase de elaboração da proposta – elaboração de listagem de documentos a produzir por cada um dos serviços;
- reuniões periódicas com a comissão de acompanhamento;
- reuniões de trabalho com vários agentes externos e suas organizações e representantes;
- reuniões com os coordenadores das diferentes temáticas abordadas no PROT-N, no sentido de



estabelecer a devida articulação dos dois instrumentos;

- maximização dos sistemas de informação geográfica, na revisão do PDM e na sua posterior monitorização, implementados de uma forma coordenada e estruturada em todos os serviços municipais;
- difusão sistemática dos trabalhos em curso e abertura ao necessário feedback da população em geral, para a concretização de uma participação activa, informada, responsável e consciente.

2.1| CONTEÚDO MATERIAL E DOCUMENTAL DO PDM

O conteúdo do PDMB será elaborado nos termos do artigo 85º e 86º, do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º181/2009, de 7 de Agosto e de acordo com a Portaria 138/2005, de 2 de Fevereiro.

O PDM deve ir para além da escala da planta de ordenamento. Deverá ser desdobrado e potenciado como um instrumento de trabalho para a qualificação do desenvolvimento urbano. Assim, deverá pressupor a sua elaboração prévia a uma escala mais “fina”, capaz de detectar questões pertinentes que não se compatibilizam com o estudo à escala 1/10000⁵². Estes estudos terão que constar dos anexos do plano, pressupondo o planeamento flexível que define regras de actuação sem se tornar impositivo a todos os níveis, dando abertura à evolução da incerteza e privilegiando o plano-processo em relação ao plano-estático.

O PDMB será constituído por:

- a| Regulamento**
- b| Planta de Ordenamento**
- c| Planta de Condicionantes**

O PDMB será acompanhado por:

- a| Estudos de caracterização do território municipal;**
- b| Relatório**

(poderá ser complementado com cartas temáticas que explicitem melhor as opções e estudos complementares, por exemplo, relativos à rede de equipamentos, ao património, ao ambiente e espaços verdes, do âmbito da economia urbana, dos transportes, mobilidade e acessibilidade, carta de UOPG's, carta educativa, estudos Urbanísticos anexos etc.)

- c| Relatório de Avaliação Ambiental**

(poderá ser complementada com cartas anexas- estrutura ecológica urbana, sistema de espaços públicos, sistema de espaços verdes, etc. desenvolvidas com um nível de pormenor superior a escalas mais adequadas)

⁵² “Embora sendo um plano eminentemente estratégico e uma base de ordenamento do território, pode com toda a oportunidade, atender a acções a desenvolver para assegurar a qualificação dos aglomerados urbanos e da paisagem, os quais só são resolvidos e garantidos com o desenho de pormenor”; In conferência “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM – Resoluções”; 8 e 9 de Julho de 2003, Figueira da Foz (<http://www.anmp.pt/anmp/div2003/confPDM/textos.html>).



d| Programa de execução (Definição dos objectivos do plano; acções específicas ao nível da execução dos equipamentos, sistema de espaços verdes e espaços públicos, habitação, etc.; U.O.P.G e unidades de execução, respectivos objectivos e termos de referência; programação das acções; etc.)

e| Planta de Enquadramento Regional

f| Planta da Situação Existente

g| Relatório com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas e informações prévias favoráveis em vigor;

h| Carta da Estrutura Ecológica Municipal

i| Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação

k| Carta das áreas percorridas por incêndios

l| Mapa de Ruído

2.2| CALENDARIZAÇÃO

O processo de revisão do PDM, pressupõe um conjunto de procedimentos encadeados exigíveis de acordo com a legislação aplicável. A proposta de faseamento apresentada pelo facto de se encontrar dependente de vários factores, que poderão decorrer ao longo do processo, imprevisíveis e exógenos à equipa da elaboração do plano, poderá sofrer ajustamentos nos prazos definidos.

Cronograma do processo de revisão do PDMB:

		2008	2009	2010				2011				2012	
				1ºTrim	2ºTrim	3ºTrim	4ºTrim	1ºTrim	2ºTrim	3ºTrim	4ºTrim	1ºTrim	2º e 3ºTrim
Elaboração	Deliberação da Revisão do PDM (Divulgação e Publicação)												
	Constituição da Comissão de Acompanhamento												
	Participação Preventiva												
	Estudos de Caracterização												
	Relatório												
	Relatório Ambiental												
	Programa de Execução												
	Revisão da Carta da RAN												
	Validação RAN Bruta e Proposta final												
	Revisão RAN Bruta												



da Proposta Carta Final da REN												
Estrutura Ecológica Municipal (EE Urbana, EE Rural, Unidades de Paisagem, Estrutura Verde Municipal)												
Planta de Ordenamento												
Planta de Condicionantes												
Regulamento												
Mapa de Ruído												
Carta de Risco de Incêndio e Carta de Zonas Inundáveis												
Carta Educativa/ Rede de Equip. Sociais / Rede Equip. Desportivos												
Avaliação Intercalar: Reuniões; consulta aos diferentes serviços municipais; exposição; divulgação na Internet; palestras, etc.												
Acompanhamento da elaboração												
Parecer final da CA e Reuniões												
Reformulação da Proposta												
Período de Discussão Pública												
Ponderação, Resposta, divulgação e Esclarecimento dos resultados da discussão pública												
Versão Final do Plano												
Parecer final da CCDR												



Aprovação por deliberação da Assembleia Municipal												
Publicação na 2ª série do DR												
Depósito na DGOTDU e divulgação na Internet												

Quadro 4.14 – Cronograma do processo de revisão do PDMB

3| MOTIVOS DA REVISÃO DO PDM

a| INTRODUÇÃO

O PDM de Braga foi ratificado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 35/94, de 20 de Maio, e alterado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 70/98, de 18 de Junho. A primeira revisão foi ratificada por Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2001 de 30 de Janeiro, considerando-se que se encontram reunidas as condições necessárias para encetar um processo de revisão de acordo com a alínea a) do ponto 1 e ponto 2, do artigo 98º do Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 46/2009 de 20 de Fevereiro.

b| AS MUDANÇAS LEGAIS E FÍSICAS

A adequação ao novo quadro legal, por si só, é um motivo que consubstancia a necessidade de revisão. De facto, as alterações introduzidas na programação do solo, na necessidade de definição de uma estrutura ecológica municipal, etc., consolidam questões que incidem numa nova estratégia de intervenção.

Do mesmo modo, sente-se necessidade de reequacionar as UOPG definidas no PDM em vigor. A grande maioria, abrange terrenos caracterizados como solo rural, não obstante apresentarem como objectivo a sua transformação em solo urbano, o que não se adequa com o actual quadro legal.

Por outro lado, torna-se patente a necessidade de redefinir a ocupação do solo decorrente da actualização das bases cartográficas em formato digital (no PDM em vigor, são cartas rasterizadas com correcções efectuadas manualmente sem grande rigor). De facto, já foram detectadas bastantes incongruências na sua sobreposição, designadamente na elaboração da Carta de Ocupação do Solo entre 2001 e 2010 e da Carta de Validação da Reserva Agrícola Nacional.

c| REFLEXOS DA ESCALA GLOBAL à ESCALA LOCAL

Novos paradigmas de competitividade territorial à escala internacional e de inovação impõem novas posturas à escala da Região e do Concelho, na concertação de projectos estruturantes e inovadores de projecção internacional com capacidade de atracção de pessoas, actividades e investimentos à escala global.

Emerge, assim, a necessidade de considerar os reflexos que a “Braga alargada” tem ao nível do PDM.

Deste modo, evidencia-se a necessidade de articulação do PDM com estratégias supra-municipais, introduzidas, por exemplo, através de estudos do PNPOT, do PROT, do Projecto de Alta Velocidade para a rede ferroviária, da necessidade de afirmação do Quadrilátero Urbano, etc.



As sinergias e o potencial que alguns projectos e programas em curso poderão gerar no Concelho, como são exemplo, a sua candidatura no âmbito “Políticas de Cidades Polis XXI”, consubstanciado pelo Quadrilátero urbano⁵³ (projecto de cooperação que coloca em rede Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão e que conduziu à constituição da respectiva Associação de Municípios de fins específicos), o Laboratório Internacional Ibérico de Nanotecnologia (INL)⁵⁴, impõem a revisão de algumas vertentes estratégicas com reflexos directos no PDM.

A falta de disponibilização de terrenos para instalação de novas empresas (“startups”) que possam aproveitar as valências geradas pelo Laboratório de Nanotecnologia, constitui uma das principais questões a considerar nesta matéria.

A possibilidade, já avançada de, numa fase posterior, o comboio de alta velocidade vir a estabelecer uma ligação entre o Porto e Vigo aproveitando a linha existente até Braga, poderá constituir uma mais-valia que não deve ser descurada.

d| CONSOLIDAÇÃO DOS TECIDOS URBANOS

Os tecidos urbanos estabilizados, infra-estruturados e predominantemente edificados, correspondem a áreas mais ou menos consolidadas, cujo objectivo de intervenção, se restringe à definição das características morfo-tipológicas, das cêrceas, das funções dominantes no tecido urbano e de regras de enquadramento urbanístico para firmar a sua identidade.

Quanto às áreas aptas para uma nova estruturação urbanística, estas, de acordo com os pressupostos do novo quadro legal, terão que ser criteriosamente programadas e, as prioridades de intervenção deverão estar definidas combatendo o desenvolvimento urbano casuístico incrementado à base de loteamentos ou outras acções individuais desgarrados de uma estrutura.

Apesar do território concelhio se caracterizar, ao nível da forma urbana, como sendo centrípeto, constata-se a existência de algumas aglomerações disseminadas pelo território mais periférico. No sentido de consolidar os perímetros urbanos, impõe-se a determinação e programação de prioridades nas intervenções urbanísticas nestas áreas. Neste sentido, e após uma análise dos núcleos urbanos periféricos, é determinante afirmar a identidade específica de cada um. Por outro lado, será necessário distinguir o espaço urbano do núcleo central do espaço urbano periférico. Esta questão terá que ser abordada no sentido de se caracterizar de diferente forma espaços diferentes e de, consequentemente, lhes atribuir parâmetros urbanísticos distintos.

Verificou-se, sobretudo em terrenos com declive mais acentuado e que são susceptíveis de construção, que a aplicação do índice D (ao qual corresponde um C.O.S. máximo de 0.40 m²/m²) é excessivo. Pelo que se afigura importante a definição de mais índices com C.O.S. máximo inferiores a este. Por outro lado,

⁵³ Neste quadrilátero urbano, residem cerca de meio milhão de habitantes nas cidades e cerca de um milhão na região envolvente, em relação à dinâmica empresarial, apresenta alguns “clusters” competitivos a nível internacional e a investigação assume, igualmente um papel relevante. In, Correio do Minho, 16 de Novembro 2007.

⁵⁴ O INL, tem a pretensão de atrair, em cinco anos, as maiores Indústrias do Norte de Portugal e da Galiza, como é o caso da Inditex (da cadeia Zara, Pescanova e Lactogal).

A nanotecnologia, tem aplicação nas mais diversas áreas (como medicina, biologia, física, química, electrónica, informática, engenharia da construção, energia e ambiente). Através de parcerias com as indústrias da região, procura-se conferir vantagens competitivas às mesmas. In Jornal de Notícias, 10 de Fevereiro de 2008.

no sentido garantir uma uniformidade morfotipológica, urge definir parâmetros urbanísticos a este nível (tipologias, cêrceas a aplicar nos solos aptos à edificação, bem como índices máximos de implantação e impermeabilização do solo, etc.).

À escala da cidade, evidencia-se, ainda, a necessidade de definição de uma rede de espaços públicos que garanta o adequado enquadramento urbanístico (existente e futuro). Esta rede poderá enquadrar-se com a estrutura ecológica municipal.

No sentido de garantir a adequada articulação e desenho urbano, nos crescimentos adjacentes à estrutura viária preexistente, ao longo dos antigos acessos à cidade, a uma escala, e contíguos às grandes acessibilidades contemporâneas, a outra escala, impõe-se novos padrões de actuação. No primeiro caso, destacam-se os problemas de congestionamento, no outro a variedade tipológica e a presença de grandes peças urbanas a coexistirem com as pequenas construções de carácter rural e com grandes parcelas de exploração agrícola, já desactivadas. A isto, acrescem as intervenções individuais, das últimas décadas, apoiadas, em muitos casos, em vias pouco integradas. Estes casos, requerem um adequado diagnóstico e medidas de intervenção ajustadas que permitam tornar a rede viária mais integrada e promover a programação dos vazios urbanos interiorizados, com capacidade de estabelecer tais ligações urbanas.

e| NOVAS SINERGIAS TERRITORIAIS E OS NOVOS DESÍGNIOS DO MERCADO

As novas lógicas de localização, motivadas pelas novas acessibilidades e consequente aumento da escala territorial, impõem novas abordagens, estratégias e políticas urbanas com capacidade de resposta à dinâmica do sector privado e que proponha novas regras de negociação e parceria, uma maior preocupação ao nível do desenho urbano e um maior equilíbrio entre construção, espaço público, ambiente e paisagem.

A tendente expansão do Concelho para Norte (reforçada com a presença de elementos marcantes no território como são exemplo, o Estádio e o Parque Norte, Área de equipamentos do Vale de Santo Estevão, o projecto do Dolce Vita, Espaço Braga, Projecto de Requalificação da margem do Cávado e acessibilidades de média escala, etc.) é um ímpeto para a estratégia de planeamento enquadrada nesses novos desígnios que se afiguram.⁵⁵

No decurso dos últimos anos, tem-se assistido a uma tendência para se preterir as áreas de expansão residencial por novos espaços de armazenagem e comércio, “show- room”, sobretudo na proximidade das principais vias.

A par desta propensão surgiram, também, algumas intenções de localização de novas superfícies comerciais (Braga Retail Center, Espaço Braga, Dolce Vita Braga, Confiança Parque, etc.) e novas unidades alimentares (E.Leclerc, Minipreço) no território concelhio. Este fenómeno urbano, que se tem vindo a sentir por todo o país, desde a década de 90, é aglutinador de novas dinâmicas na sua envolvente e depende fortemente de boas acessibilidades. Por estes motivos e pela diferença de escala de intervenção, face a outros empreendimentos e morfologias, a localização destes deve estar enquadrada

⁵⁵ “A passagem da A3, o traçado da A11 (...) e nós viários de acesso, a circular urbana tecem uma extensa infra-estrutura viária que dá outra escala e suporte à “explosão urbana”. A Universidade do Minho, o reforço dos serviços públicos e privados, e do comércio de grande escala, o Estádio do Braga, a emergência das novas indústrias ligadas com a informática constituem novos pólos de atracção e novos referenciais icónicos.” In, Domingues, Álvaro (coord.), “Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal”; p.151, 153, Argumentum, Lisboa, 2006.

numa estratégia de planeamento e os parâmetros urbanísticos deverão ser reequacionados para que este tipo de intervenções contribuam positivamente para o desenvolvimento do concelho.

A necessidade de definição de novos espaços vocacionados para a implantação de empresas ou “clusters” empresariais, é outra realidade verificada no Concelho.

4| DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

De acordo com o ponto 3 do artigo 93º do Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei 181/2009 de 7 de Agosto, a revisão do PDM, “implica a reconsideração e reapreciação global, com carácter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano (...) e objectivos do modelo territorial definido”. No entanto, tratando-se de um processo de revisão deverá ser assumido como tal, não constituindo uma ruptura com o plano precedente, mas sim adaptando-o, na medida do possível, a uma nova realidade dinâmica e à legislação e respectivas directivas europeias implícitas.

A estratégia de actuação no PDM, deverá, igualmente constituir-se como uma matriz de referência para toda a actuação no Concelho que obviamente não se esgota na elaboração de um PDM e que se prevê dinâmica, processual e flexível.

Na concertação da estratégia de intervenção, consideram-se as tendências da evolução e dinâmicas demográficas, sociais, económicas e urbanas patentes no Concelho, e no seu entorno, as potencialidades e fragilidades do Concelho e as iniciativas de carácter estruturante em curso ou previsíveis num futuro próximo.

4.1| BRAGA CONCELHO ATRACTIVO PARA VIVER

Retomando o slogan “É Bom Viver em Braga”, este domínio estratégico apresenta como objectivos específicos a:

- 4.1.1| Promoção da Imagem da Cidade**
- 4.1.2| Programação da Ocupação Urbana**
- 4.1.3| Definição da Estrutura Ecológica Municipal**
- 4.1.4| Contenção da Dispersão**
- 4.1.5| Reforçar a Identidade dos Núcleos Urbanos Periféricos**
- 4.1.6| Definição do Sistema de Vistas**
- 4.1.7| Definição da Circular Exterior**
- 4.1.8| Mobilidade Sustentável**
- 4.1.9| Consolidação da Rede de Equipamentos**

4.1.1| PROMOÇÃO DA IMAGEM DA CIDADE

4.1.1.1| EDIFICADO

A promoção da Imagem da Cidade, aqui defendida, não se esgota numa visão bucólica e romântica encerrada na estética do seu edificado, mas sim na necessidade de se promover uma imagem de cidade estruturada. Ou seja, torná-la perceptível aos seus transeuntes, habitantes, trabalhadores, etc., criando no seu imaginário uma cidade estruturada em termos urbanos. Nesta perspectiva, ganha relevância o papel das estruturas territoriais e a sua articulação entre si e com as partes (estrutura ecológica, estrutura viária, estrutura de espaços públicos, etc.), bem como a coerência urbana ao nível das funções, cêrceas, tipologias, morfologia, etc.



Assim, será necessário criar parâmetros de qualidade urbanística e arquitectónica a exigir nas intervenções, de acordo com o preceituado no PNPOT e nas orientações da política nacional de arquitectura e da paisagem.⁵⁶

Neste sentido, os índices urbanísticos, deverão ser redefinidos, adequando-os com a envolvente e com questões intrínsecas a cada terreno, como sejam, topográficas, hidrográficas, de insolação, acessibilidades, etc. Para esse efeito, será necessário introduzir pelo menos mais um COS inferior ao mínimo existente no PDM (índice D) e novos parâmetros urbanísticos (em função da tipologia dominante, características morfo-tipológicas, dimensionamento das infra-estruturas viárias, cérceas, n.º de fogos por hectare, índices de implantação, de impermeabilização, etc.).

Do mesmo modo, será necessário (re)definir conceitos com reflexos na qualidade do edificado e em consonância com o estipulado no Decreto-Lei 9/2009 de 29 de Maio. São disso exemplo, os conceitos de cave, varandas, área edificável, pisos recuados, pisos técnicos, etc. Deverá ponderar-se a relação da cota de implantação das caves com os arruamentos e com os terrenos, evitando a utilização da cave para fins distintos dos intrínsecos ao próprio conceito e evitando situações de impacto paisagístico negativo e de ruptura com a envolvente. As varandas dos edifícios, pelo facto de se ter vindo a admitir a sua introdução na fase de licenciamento da construção, agravado pelo facto de muitas vezes constituírem uma segunda fachada (pela sua extensão), são responsáveis pela redução do espaço livre entre fachadas opostas de edifícios. Julga-se que se o plano de fachada das varandas estiver previsto na fase de loteamento, será possível garantir o afastamento adequado entre edifícios.

Do mesmo modo, deverá regulamentar-se a distância mínima entre edifícios, garantindo um afastamento equitativo aos limites do terreno, em função da cércea proposta (regra dos 45º) e os acessos às garagens das edificações terão que ser executados dentro dos limites dos lotes não se admitindo o recurso à apropriação do espaço público envolvente.

No sentido de estabelecer medidas de consolidação da identidade urbana, estabelecer regras e definir parâmetros de intervenção nos vazios urbanos, será necessário proceder à caracterização dos tecidos urbanos (por épocas, tipologias, funções dominantes, modelos de expansão e ocupação, diagnóstico de cérceas, volumes, alinhamentos nos espaços intersticiais do tecido urbano, etc.). Consequentemente, será necessário distinguir, através de regras normativas distintas, solos urbanos distintos.

O PDM deverá assentar numa lógica de “regulação variável”, impondo rigidez às certezas abrangidas no plano e regras do jogo para as incertezas. Neste sentido, os núcleos urbanos (cidade e núcleos centrais das freguesias) deverão ser alvo de um estudo mais aprofundado, permitindo definir regras qualitativas, como por exemplo, definição de perfis de ruas, localização de espaços verdes e de equipamentos, e condicionamentos morfotipológicos. Nesta perspectiva, o plano deverá discernir o que é estruturante para a sua implementação daquilo que admite ajustes. Deste modo, a estrutura ecológica, a estrutura viária, os

⁵⁶ PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; proposta técnica; sumário; aprovada para discussão pública pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de Abril; Maio 2006, p.36 e PNPOT; relatório; Fevereiro 2006, p.72 e 73; “A Arquitectura é hoje reconhecida como uma actividade de interesse público e um recurso para o desenvolvimento, por razões culturais (identidade, património, distinção e notoriedade dos países e das cidades), económicas (valor acrescentado na qualidade da construção civil, do ambiente urbano e do território), sociais (espaços públicos, equipamentos colectivos, qualidade de vida, imagem urbana, coesão social) e ambientais (eficiência energética, valorização paisagística). (...) A compreensão da arquitectura e do urbanismo reforça o sentido cívico e deverá constituir um elemento imprescindível da cultura territorial no nosso país.”



espaços de desenvolvimento prioritário e outras temáticas de carácter basilar deverão assumir a rigidez do plano.

Deverá incentivar-se intervenções urbanas integradas e estruturantes no território (ao nível das cedências, dos arruamentos, das tipologias, cêrceas, etc.). Do mesmo modo, deverá inibir-se a apresentação de estudos parciais em parcelas de terreno inseridas em solo urbano exigindo a sua programação global, ainda que correspondendo a uma execução por fases.

A par de medidas de intervenção nas áreas expectantes, impõem-se medidas de requalificação urbana, nas áreas existentes com debilidades.

Prevê-se, ainda a regulamentação de algumas actividades específicas que se encontram omissas no actual PDM e a ponderação de medidas de inibição da impermeabilização e do aproveitamento para construção no interior dos quarteirões existentes e propostos.

4.1.1.2| VIAS

A aposta generalizada, nos últimos anos, na melhoria da rede viária, se não estiver concertada com medidas transversais de integração da rede viária, de trânsito, mobilidade e transportes pode ser conducente ao próprio congestionamento do sistema que gera a médio e longo prazo. De facto, o efeito aliciante do incremento da acessibilidade, não implica necessariamente aumento de mobilidade, dado que o tempo ganho na deslocação pode ser anulado pelos tempos perdidos nos nós propostos, se não se prever a melhoria da fluidez na rede viária existente nos núcleos urbanos aí localizados⁵⁷ e se não for complementada com uma política de transportes eficaz e transversal.

O PROT-Norte aponta para uma valorização da rede de estradas regional e nacional⁵⁸, onde se revelaram debilidades e cujo sistema apresenta potencial para concretizar o interface entre a rede viária macro e rede viária capilar, em detrimento da valorização detectada, nas últimas décadas, dos IP, IC e rede viária local (promovida por particulares com a estrita função de vir a servir as urbanizações que geram e que apresentam custos inerentes para o município).

⁵⁷ “A utilização por todos nós das novas auto-estradas evidenciam como existe, frequentemente, uma transição demasiado brusca do “nó” para uma rede capilar não preparada para esse impacto.”; In Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.22.

⁵⁸ “A consolidação da rede de “estradas nacionais” tutelada pela instituição de âmbito nacional e a sua articulação com uma rede supramunicipal não reduzida a um somatório de estradas desclassificadas para as autarquias locais, deverá concentrar o trabalho de planeamento físico para os próximos anos. Esse exercício deverá resultar na estruturação de uma rede regional mais extensa definida á custa de algumas das actuais EN's e ainda das estradas municipais. Acresce ainda como possibilidade a ponderar, passar a designar-se também de “itinerários complementares” as Estradas Nacionais que devem manter-se na rede complementar mas cujo nível de serviço se adequa á procura previsível (estradas a sujeitar a uma remodelação profunda das suas características físicas sem que no entanto se altere a sua configuração base de 1x1 via). Tal opção permitiria, a prazo, abandonar a designação “estradas nacionais”. Ou seja, das actualmente existentes uma parte passaria a itinerário complementar e uma outra a itinerário regional.”; In Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.23.



Assim, ao nível da rede viária, impõe-se à escala meso a definição da nova circular exterior e a articulação da escala macro com a escala micro. À escala micro, por sua vez, impõem-se acções que visem uma maior integração e continuidade viária de grande parte dos “cul-de-sac” que proliferam pelo concelho e estancar o incremento da rede viária capilar.

Será necessário promover um diagnóstico da rede viária e tipificar em termos de resultados e soluções (tipos de ruas, ligações viárias, esquema hierárquico, relação com os vazios e com os cheios urbanos, etc.).

Os parâmetros de dimensionamento da rede viária, deverão ser redefinidos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. Para este efeito, deverá considerar-se a legislação em vigor (designadamente o DL 163/2006 de 8 de Agosto e o código de estradas) e as carências sentidas através da experiência adquirida na gestão, planeamento e uso dos espaços existentes. Assim, deverá definir-se o número e o dimensionamento mínimo necessário para os lugares de estacionamento e regras de desenho urbano de forma a facilitar o mesmo em condições de segurança rodoviária (privilegiar o estacionamento oblíquo e integrar nos arruamentos faixas de apoio às manobras, impedir o estacionamento na proximidade de rotundas, cruzamentos, passadeiras, etc.).

4.1.1.3| ESPAÇOS PÚBLICOS

A aposta decisiva na requalificação urbana da cidade e do concelho e no meio ambiente, evoluindo ao nível da imagem urbana e do conforto funcional dos cidadãos de forma sustentável, deverá ser uma premissa da revisão do PDM.

Neste âmbito urge a definição de um sistema integrado de espaços públicos, capaz de garantir a integração urbana não descurando uma intervenção mais activa do município nesta matéria.

Algumas questões de requalificação do espaço urbano, deverão ser resolvidas através da integração da rede de espaços públicos existentes na estrutura ecológica urbana e os problemas detectados deverão ser abordados, consoante os casos, através de regulamentação, definição de programas, ou medidas de acupuntura urbana remetidas para unidades de execução de prioridade máxima e assumidas pela autarquia como uma “bandeira” na competitividade urbana. Com a elaboração de uma carta de espaços públicos (identificando os espaços existentes e propondo novas áreas) será, então possível definir um sistema de espaços públicos integrado, capaz de concertar a iniciativa privada com uma estratégia de planeamento municipal e, conseqüentemente, gerir adequadamente essas cedências.

Por outro lado, será importante redefinir os parâmetros de cedência ao domínio público, considerando as áreas padrão em sistemas de avaliação da qualidade de vida urbana e as carências detectadas no Concelho.

O recurso ao léxico urbano tradicional, a praça, a avenida, o parque, nas práticas de planeamento, será uma mais valia para a percepção de uma imagem urbana coerente e equilibrada. No entanto, os novos pressupostos que se levantam com os novos tipos de ocupação contemporânea, determinam uma cidade necessariamente diferente da anterior e com novas exigências ao nível do tratamento do espaço público, do enquadramento ambiental e paisagístico.



4.1.1.4| ESPAÇO NATURAL

A protecção da paisagem, bem como a recuperação dos défices ambientais, a preservação das condições de explorações relevantes de produção agro-pecuária, são assumidos como pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável, nas opções estratégicas territoriais definidas pelo PNPOT. “A paisagem deve ser respeitada nos PMOT como um recurso territorial básico.”⁵⁹

No que se refere às áreas agrícolas, o PNPOT, faz a distinção entre as áreas de produção competitiva e com condições naturais mais propícias à actividade, dos casos onde não é viável a produtividade do solo. Embora, em ambos os casos, incentivando a qualidade da produção e a valorização da diversidade, no segundo aconselha que se estimule a diversificação das actividades económicas, a multifuncionalidade destes espaços, inclusive a oferta de serviços agro-ambientais e agro-rurais, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do território.

Nesta perspectiva deverão ser identificadas as áreas de características agrícolas relevantes que justifiquem uma regulamentação própria no que respeita à alteração dos usos do solo e eventualmente à tipologia das edificações a construir. Este processo terá que ter em conta a qualidade do solo e a sua produtividade, mas também as áreas que pela sua homogeneidade se consideram representativas da paisagem agrícola tradicional, quer em termos da própria ocupação e organização fundiária quer em termos da tipologia da ocupação construída, merecendo uma aposta na sua preservação e promoção.

Do mesmo modo em relação aos espaços florestais haverá que identificar os maciços mais interessantes pela sua composição, localização estratégica e, como se verifica frequentemente, pela sua função de enquadramento e compartimentação dos espaços agrícolas ou urbanos. No decorrer do século passado até ao momento presente, estes espaços sofreram uma profunda transformação de floresta baseada em folhosas para pinhais e eucaliptais com um claro prejuízo para a biodiversidade, tanto no que respeita à fauna como à flora, sendo estes últimos tipos de floresta, se assim se podem chamar, muito pobres em espécies arbóreas e arbustivas.

Na verdade a paisagem do Minho, marcadamente humanizada, é sempre o resultado da conjugação destas três formas de ocupação do território, florestal, agrícola e urbana, variando a percentagem relativa de cada uma delas em função das características morfológicas e da qualidade dos solos, pelo que a abordagem os espaços naturais terá que equacionar a integração destas características.

4.1.2| PROGRAMAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

A máxima defendida nestes novos planos de 2ª geração, de contenção dos perímetros, deve-se ao estágio em que nos encontramos de dinâmicas regressivas no crescimento urbano, de excesso de oferta de habitação e aos custos acrescidos na infra-estruturação do território que essas políticas, então, implicavam. Abre-se, assim, um novo cenário para uma nova prorrogativa mais assente em parâmetros qualitativos. Nesta perspectiva, as áreas de expansão terão que ser programadas no espaço e no tempo e a afirmação e recuperação dos espaços urbanizados ganha relevância. Quanto à racionalização das infra-estruturas, dos transportes colectivos ou recolha de resíduos urbanos, o plano deverá prever uma análise adequada e medidas concretas para a eficiência desses serviços. Esta, é mais uma razão que justifica a

⁵⁹ PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; aprovada para Discussão Pública pela Resolução do Conselho de Ministros n.º41/2006, de 27 de Abril; proposta técnica; sumário; Maio 2006; p.10, 35, 118 e 121.



necessidade de programar as dinâmicas urbanas, para que estas visem uma rentabilização da utilização das infra-estruturas, equipamentos, etc. Por outro lado, deverá prever-se a estruturação do território em rede, obtendo ganhos de economia de escala, através da ligação de espaços e, consequentemente, auferindo de dimensão para justificar um conjunto mínimo de serviços e infra-estruturas de forma sustentável.

A programação da ocupação urbana e a definição das prioridades na intervenção urbana deverá incidir a todos os níveis devendo ter em consideração a localização de equipamentos e empreendimentos de dimensão (física e funcional) relevante e que possam constituir espaços âncora no território. Deverá, igualmente, articular-se com a estrutura ecológica e com a estrutura viária.

No âmbito do novo quadro legal, terá que se definir os solos cuja urbanização seja possível programar. Neste sentido, estes constituirão apenas as áreas de expansão prioritária, cuja programação é possível definir. As áreas que se encontram caracterizadas como espaços urbanizáveis no PDM de 2001, serão redefinidas de acordo com a nova legislação.

De acordo, com as orientações do PNPOT, o PDM deve *“conter a identificação das áreas de reabilitação/revitalização urbana e condicionar a expansão urbana às possibilidades de intervenção em áreas já urbanizadas”*.

No sentido de estabelecer prioridades, a hierarquização da execução de UOPG's e Unidades de Execução, assume um papel preponderante na implementação do modelo territorial pretendido. Neste sentido, impõe-se reprogramar as UOPG's, eliminando algumas que não se encaixam nas novas directrizes estratégicas, reclassificando as restantes (de solo rural para solo urbano) e, eventualmente, propondo novas áreas. Por outro lado, verifica-se que os limites das UOPG's definidas no PDM de 2001, se restringem, na maioria dos casos, à área condicionada pela RAN, REN, etc. Considera-se importante redefinir esses limites com base em critérios de coerência de intervenção global (ao nível do edificado, do sistema viário, das cedências ao domínio público para espaços verdes e de equipamento, etc.), abarcando uma área mais extensa do que a prevista, no sentido de não colocar em causa a adequada implementação destas UOPG's.

4.1.3| DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

O PNPOT visa a importância de a Estrutura Ecológica Municipal definir uma articulação com os regimes territoriais de protecção de valores naturais e com os municípios contíguos, prevendo a sua continuidade e coerência.

O Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro instituiu a obrigatoriedade de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, adiante designada EEM, em todos os novos PDMs bem como nos processos de revisão dos existentes.

O articulado da lei institui um conceito relativamente vago que parte, de certo modo, do conceito de reserva ecológica, englobando igualmente a integração de solos de alta qualidade e áreas sensíveis como os leitos e margens dos cursos de água, em especial as inundáveis.

No âmbito da protecção do meio ambiente, da sustentabilidade biofísica e da sua compatibilização com as



actividades humanas, a REN, a RAN e o Domínio Hídrico, são condicionantes já presentes no processo de planeamento, assumidas como condicionantes passivas, limitadoras dos tipos de uso a atribuir aos solos, com uma vertente marcada de defesa dessas áreas relativamente à ocupação urbana construída.

A EEM introduz uma noção de pro-actividade, pressupondo a delimitação de áreas sobre as quais se pretende proceder a um investimento continuado e programado, visando a melhoria das características que justificaram a sua inclusão na EEM. Acrescenta também a noção de estrutura como meio de correlacionar os diversos espaços naturais, intensificando a sua capacidade biofísica, e ainda disponibilizar à utilização pública, em ambiente natural, uma rede de espaços de recreio e lazer que interliga os campos e florestas ao tecido urbano, estendendo sobre este uma malha destinada a qualificar o meio ambiente em que diariamente as pessoas se movimentam, incrementando os fluxos biofísicos através de corredores ecológicos assim constituídos.

A EEM é composta pela Estrutura Ecológica Urbana, e pela Estrutura Ecológica Rural. No primeiro caso faz parte integrante da Classe de Solo Urbano sendo, dentro deste, uma categoria de espaço, a par dos solos urbanizados e dos solos cuja urbanização é possível programar, em regra espaços verdes e/ou espaços livres de uso público que se pretende organizar numa rede consistente, interligando-os através de novos espaços a criar, corredores verdes e alamedas arborizadas. A Estrutura Ecológica Rural por seu lado sobrepor-se-á a outras categorias de espaço, solos urbanizados, solos cuja urbanização é possível programar, espaços de equipamento, solo rural. Deste modo, a regulamentação da EER implicará um aturado estudo de compatibilidades com os diferentes tipos de uso às quais se vai sobrepor.

O desenvolvimento do conceito de EEM para o município de Braga passa em primeiro lugar pela definição daqueles que se constituem como os valores base da paisagem do concelho, isto é quais os elementos que claramente estão na sua génese e que ao longo do tempo foram moldando a sua identidade. Pretende-se deste modo identificar as Unidades de Paisagem mais representativas do território concelhio, para as quais se justificará a incorporação na EEM, definindo uma regulamentação própria.

Resumidamente poderemos identificar dois grupos principais dentro dos quais se encontram os diversos factores que contribuem para essa definição.

Valores Naturais

Dentro deste grupo enquadram-se os factores ou características independentes da actividade humana, senão completamente pelo menos em grande parte.

Com base nas características fisiográficas do território podemos definir o seu Zonamento Ecológico, que de algum modo condicionou desde sempre o tipo de ocupação do território:

- Montanha – Corresponde às áreas de maior altitude, tendo sido adoptado os 400m como a altitude a partir da qual se verificam no concelho características de montanha. Domínio dos espaços de vocação florestal mas frequentemente ocupados por matos ou pastagens. Verifica-se também a existência de áreas agricultadas em vales de pequena/média dimensão; quando existe, a ocupação urbana faz-se de forma concentrada
- Meia-Encosta Alta – Ocupa a meia encosta superior e os cabeços, mantendo o terreno a sua forma natural. Em geral o declive é acentuado pelo que os solos são pouco profundos. O seu valor ecológico é elevado pois nesta faixa de terreno localizam-se a maioria das cabeceiras dos cursos de água.

Relativamente ao uso do solo, trata-se de uma área de vocação florestal por excelência. Devido ao declive



acentuado do terreno, a ocupação urbana é muito pouco frequente.

- Meia-Encosta Baixa - Zona de transição da floresta para os espaços de vocação agrícola em socalcos; em resultado de condições climáticas mais favoráveis, porque mais protegida, é a zona tradicionalmente preferencial para a ocupação urbana em função da proximidade aos campos de cultivo verificando-se um aumento da dispersão fora dos aglomerados.

- Várzea - Domínio dos espaços de vocação agrícola, tradicionalmente preservados pela sua capacidade produtiva; a ocupação urbana, se existente é geralmente dispersa. Actualmente, com as dificuldades por que passa o modelo tradicional de agricultura, constitui um espaço de elevado valor ecológico sobre o qual recai uma enorme pressão para ocupação urbana.

Em função das características intrínsecas dos solos, frequentemente com notória intervenção humana, procede-se à delimitação de:

- Reserva Agrícola Nacional - Identificando os solos de melhor qualidade e potencialidade produtiva
- Reserva Ecológica Nacional – Identificando as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais.
- Rede Hidrográfica – Selecção dos cursos de água mais relevantes e delimitação das áreas inundáveis.

Valores Culturais

Em resultado da sua localização privilegiada no contexto do Noroeste de Portugal e mesmo Peninsular, este território sempre se mostrou atractivo para a fixação humana. Deste modo apresenta vestígios indeléveis das diversas culturas que o foram construindo, alterando, destruindo, reconstruindo...

Um pouco por todo o concelho podemos encontrar elementos da ocupação Pré-Romana e Romana até à actualidade com uma tónica particular no património religioso como o Bom Jesus, Sameiro e Sta. Maria Madalena, Mosteiro de Tibães e S. Frutuoso.

Não constituindo em si elementos com valor biológico intrínseco assumem no entanto um papel importante como suporte à definição da Estrutura Ecológica e ao estabelecimento das prioridades de investimento. Individualmente poderão constituir oportunidades de investimento quando em ambiente mais naturalizado. Nestes aspectos serão importantes os traçados das Vias Romanas e do Caminho de Santiago que atravessavam o concelho e que agora, tendo como polo nevrálgico o centro histórico da cidade, poderão constituir um importante suporte ao traçado de corredores ecológicos.

A Estrutura Ecológica Municipal resultará assim da integração, numa rede consistente, de espaços naturais e culturais que venham a ser considerados fundamentais para o equilíbrio biofísico do concelho e em particular da área urbana.

4.1.4| CONTENÇÃO DA DISPERSÃO

O PNPOT, assume como objectivo específico, a promoção do desenvolvimento urbano mais compacto reforçando a centralidade intra-urbana e contrariando a dispersão territorial e a urbanização difusa.⁶⁰

⁶⁰ PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; aprovada para Discussão Pública pela Resolução do Conselho de Ministros n.º41/2006, de 27 de Abril; proposta técnica; sumário; Maio 2006; p.29 e 36.



Reforçando uma característica que identifica o Concelho e salvaguardando-o dos custos inerentes a uma ocupação dispersa, já conhecidos de outros estudos e de outros territórios, propõe-se a contenção da dispersão.

Para o efeito, será elaborado, à escala de cada freguesia, um Diagnóstico da taxa de ocupação entre 2001 e 2010 e os perímetros urbanos serão redefinidos em função do mesmo e em função da rentabilização das principais vias (numa profundidade máxima de cerca de 40m ao eixo do arruamento, inibindo a criação de novos arruamentos paralelos aos existentes) e do reforço do núcleo central.

Em terrenos que apresentam condições naturais, topográficas, hidrográficas, morfo-tipológicas, etc. adversas à edificação, poderá recorrer-se à redução dos índices urbanísticos e definição de parâmetros urbanísticos complementares ou mesmo eliminação dos perímetros urbanos existentes.

4.1.5| REFORÇAR A IDENTIDADE DOS NÚCLEOS URBANOS PERIFÉRICOS

No sentido de reforçar a sua identidade e combater a dispersão, os perímetros urbanos, na área periférica à cidade deverão ser, igualmente, estudados a uma escala superior, e enquadrados freguesia a freguesia. Para o efeito, deverá identificar-se os elementos relevantes e estruturantes para a afirmação e identidade do núcleo atendendo-se às suas potencialidades intrínsecas fortalecendo-os e prevendo nas eventuais expansões continuidade com os mesmos. Deverá, igualmente, neste sentido, diagnosticar-se os tecidos existentes (linearidades, centralidades, espaços com aptidão rural, etc.) e a respectiva rede viária e definir-se parâmetros claros de abordagem, com recurso à elaboração de uma matriz, um quadro de referência, para enquadramento das eventuais intervenções a efectuar.

As medidas de intervenção prioritária deverão ter, por sua vez, um carácter estruturante e deverão garantir o reforço da identidade. Ganha relevância neste contexto, a requalificação e a programação de espaços públicos existentes e a propor, bem como, a definição da estrutura ecológica e a integração da rede viária.

4.1.6| DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE VISTAS

Este será mais um contributo para a estruturação do território e da imagem da cidade.

De facto em Braga, a Igreja é um factor de unidade territorial e um elemento marcante e constante na memória colectiva e na paisagem. São, de facto, os santuários que dominam e enquadram a cidade e em qualquer ponto da mesma é possível ter a presença das Igrejas, quer através do tocar dos seus sinos, quer pela presença de uma torre que se eleva do casario, ou dos antigos “campos” (praças), implantados nas portas da cidade de outrora, onde, pelo menos um edifício de cariz religioso é dominante do espaço público.

Neste sentido, parece pertinente conduzir as novas expansões, no sentido de não se perder este e outros factores (outros monumentos, unidades de paisagem, linhas de água, elementos orográficos, etc.) contributivos para a Identidade territorial.

Assim, assume especial importância a identificação de pontos de referência na paisagem do Concelho, bem como, a identificação, preservação e valorização de unidades de paisagem relevantes e a identificação de áreas sensíveis do ponto de vista paisagístico e ambiental, restringindo a ocupação urbana susceptível de impactos negativos e conduzindo as expansões urbanas através de regras de actuação.



4.1.7| DEFINIÇÃO DA CIRCULAR EXTERIOR

Braga dispõe de uma via circular interna que tem como funções principais a distribuição do trânsito urbano e a ligação às redes complementar e principal existentes.

Pela simultaneidade de funções, coexistem dois tipos de tráfego: o de acesso local e o de passagem.

Uma vez que a distribuição dos dois tipos de trânsito se faz pelos mesmos nós de ligação, verifica-se, em determinadas horas do dia, um congestionamento de trânsito relevante, traduzindo-se em demoras na deslocação do tráfego que atravessa estas vias.

Na tentativa de melhorar a circulação na via circular existente, será proposta a criação de uma estrutura viária externa que terá como função principal possibilitar uma alternativa ao atravessamento da área urbana de Braga, permitindo maior fluidez do tráfego pendular (que actualmente atravessa a cidade). Simultaneamente, irá permitir descongestionar a circular interna, designadamente a Variante Sul, que se encontra bastante saturada, quer pelo trânsito local, quer pelo trânsito de passagem.

Esta proposta rodoviária estabelecerá ainda a ligação à rede viária local e à rede viária nacional existente, propondo-se a execução de nós de ligação às vias existentes. Esta solução constituirá uma malha viária interligada, que cria outras opções de circulação permitindo assim uma maior mobilidade do tráfego urbano.

Esta proposta rodoviária, que se designa por “Circular Exterior”, será constituída por, um traçado novo que se designará “Variante Nascente”, com início na Circular Sul, em S.Paio de Arcos, e que culmina na Variante do Fojo. Esta, terá continuidade para Norte, através da Variante do Fojo, até ao nó da Variante à EN 103, em Gualtar.

Neste ponto, propõe-se a criação de uma Variante a Norte, que estabelecerá a ligação desta à Variante do Cavado. A Variante do Cavado, por sua vez, permite a ligação ao Nó de Ferreiros, onde é possível a ligação a todas as vias Nacionais existentes.

Tratando-se de uma via cuja função principal é permitir uma maior fluidez do tráfego de passagem, a velocidade de projecto dos troços a executar será de 80 Km/h. No entanto, as características do traçado proposto apresentam raios de curvatura superiores aos mínimos exigidos para o tipo de via, resultando um traçado fluído.

4.1.8| MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

O transporte individual ainda é o meio de transporte de eleição no Concelho. O facto de não existir uma gestão integrada entre os vários operadores de transportes públicos, municipais e supra-municipais condiciona a atractividade do transporte público.

A tónica vai no sentido de oferecer um leque variado de opções alternativas na área dos transportes que se apresentem de forma competitiva face ao transporte individual.

Impõe-se, assim, a elaboração de um diagnóstico da rede de transportes, bem como, a verificação de situações de incompatibilidade do transporte público com o fluxo viário privado como incentivo na implementação de medidas de concertação entre os vários operadores, medidas de racionalização da rede de transportes e criação de transportes alternativos, criação de espaços inter-modais, criação e



racionalização das faixas BUS em períodos alternativos de exclusividade/complementaridade entre transporte público e privado, planeamento da localização de parques de estacionamento público para veículos pesados de passageiros, etc.

Neste âmbito, os estudos desenvolvidos no PROT-N (fase I; p. 27), prevêm a substituição de transporte regular para transporte a pedido, nas zonas de baixa densidade e nas zonas de alta densidade, prevêm a introdução de transportes alternativos, como são exemplo, o “carsharing”, “bikesharing”, eléctrico, etc.

Impõe-se, de igual modo, a articulação com os vários estudos de mobilidade existentes para o território e com as respectivas medidas previstas. São exemplo disso, os estudos promovidos pela Associação de Municípios do Vale do Cávado (Estudo Integrado da mobilidade do Vale do Cávado, 2005), pelos TUB (Estudo de Mobilidade da População Residente no Concelho de Braga, 2008), pelo Quadrilátero Mobilidade (Mobilidade Intra e inter-urbana do Quadrilátero, concretizada em 3 projectos: Plano integrado de Mobilidade e Transportes, Sistema Inteligente de Apoio à Decisão e Centro Inteligente de Gestão da Mobilidade - a decorrer).

4.1.9| CONSOLIDAÇÃO DA REDE DE EQUIPAMENTOS

Prevê-se a reestruturação da rede de equipamentos (culturais, educacionais, desportivos, sociais e de ordem socio-económica, etc.) numa base de ambição e modernidade e à medida da importância da centralidade regional que o Concelho ocupa.

Neste sentido, impõe-se a elaboração de uma carta de equipamentos, relacionando os equipamentos existentes com a população, definindo a respectiva cobertura geográfica e hierarquizando-os e articulando-os com a rede viária e com a rede de transportes. Nesta sequência, irá definir-se as carências e os excessos que irão enquadrar medidas de intervenção territorial nesta matéria.

4.2| BRAGA CONCELHO DE INVESTIMENTO EMPRESARIAL

4.2.1| Potenciar a atracção de Empresas no Concelho

4.2.2| Dotar o Concelho de uma nova área de localização empresarial

4.2.3| Modernizar, na medida do possível as Áreas Industriais Existentes

4.2.4| Estimular a Relocalização de Empresas no Espaço Industrial

4.2.5| Fomentar Parcerias e Complementaridades entre Empresas, U.M.,C.M.B., Associações Empresariais, Escolas de Formação Profissional, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, Empresas T.I.C., etc.

4.2.6| Fomentar o Investimento Turístico

4.2.1| POTENCIAR A ATRACÇÃO DE EMPRESAS NO CONCELHO

O PNPOT, na definição da estratégia e do modelo territorial para Portugal 2025, determina o sector industrial como uma mais-valia para o crescimento do PIB, em todas as unidades do Noroeste (à excepção do Porto), e propõe medidas de dinamização da procura de serviços e integração de estratégias de aglomeração e interacção no tecido industrial. Propõe, ainda, o desenvolvimento de serviços orientados para os mercados supra-regionais (actividades turísticas, serviços avançados, serviços à distância com base em tecnologias de informação, formas de tele-trabalho, etc.).⁶¹

⁶¹ PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; Relatório; Fevereiro 2006, p. 113.



Paralelamente a um abrandamento das dinâmicas de crescimento urbano, no Concelho, tem-se verificado na gestão urbanística, um sucessivo preterir de implantação de edifícios habitacionais por edifícios de comércio e armazenagem, os denominados “show-rooms”, sobretudo na proximidade das grandes acessibilidades. O plano deverá prever a localização desta nova tipologia no território e o devido ajuste na definição dos parâmetros urbanísticos neste tipo de ocupação.

No sentido de potenciar a atracção de empresas no concelho, terão que ser implementadas medidas de incentivo por via regulamentar ou de intervenção directa no território. Assim, após a elaboração da carta de localização empresarial e detecção das potencialidades e debilidades deverá definir-se as medidas de intervenção para efectivação deste propósito. Ao nível regulamentar salienta-se a importância de complementar estas áreas com uma percentagem, a definir, de outros serviços especializados de apoio à actividade empresarial.

Por outro lado, as áreas existentes não deverão ser descuradas, podendo ser alvo de revitalização em termos de acessibilidades, edificado, reorganização de estacionamento, etc.

Para fazer face à incerteza no planeamento, deverá regulamentar-se a implantação de actividades de excepção (ex: turismo, lazer, cultura, etc.) em espaços florestais ou agrícolas, condicionados à sua dimensão, dimensão da área de cultura, índice de ocupação, índice de construção, índice de implantação e impermeabilização, espaço livre de transição circundante, acessibilidade, etc.

4.2.2| DOTAR O CONCELHO DE UMA NOVA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL

O PNPOT⁶² enuncia como opção estratégica para a Região Norte, o reordenamento e a qualificação de espaços de localização empresarial, numa “*lógica de disponibilização de espaços de qualidade e de concentração de recursos qualificados, para maior atractividade de IDE, de fomento de economias de aglomeração e de densificação das interações criativas e inovadoras*” e a estruturação da “*rede de instituições de Ensino Superior, de I&D, Centros Tecnológicos e Áreas de Localização Empresarial tendo em vista consolidar pólos de competitividade articulados pelas novas condições de acessibilidade*”.

O concelho tem vindo a ser solicitado para implantação de novas empresas de dimensão relevante e de cluster's específicos. Através da observação da carta de execução verifica-se uma carência de áreas para este efeito, quer porque as existentes e não ocupadas estão disseminadas pelo território, quer pela dimensão diminuta que apresentam.

Deste modo, será necessário definir uma área com localização estratégica para implantação empresarial, com dimensão relevante, articulada com as áreas existentes (obtendo ganhos de escala), com as empresas TIC patentes no Concelho e com a Universidade.

⁶² PNPOT- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; proposta técnica; sumário; Maio 2006; p. 10.

4.2.3| MODERNIZAR, NA MEDIDA DO POSSÍVEL AS ÁREAS INDUSTRIAIS EXISTENTES

As áreas existentes que assumem um papel importante, nesta matéria, deverão igualmente ser alvo de intervenção. Neste sentido, deverá adoptar-se medidas de acupuntura urbana, relativas à racionalização do estacionamento, da estrutura viária, etc.

4.2.4| ESTIMULAR A RELOCALIZAÇÃO DE EMPRESAS NO ESPAÇO INDUSTRIAL

Reordenar e qualificar os espaços industriais, por oposição ao modelo actual de unidades isoladas, é uma das opções defendidas pelo PNPOT, para o desenvolvimento do território definido para a Região urbano-metropolitana do Noroeste, na qual o Concelho de Braga se integra.⁶³

O incentivo à relocalização de empresas dispersas no território concelhio, tem como mais valia os ganhos obtidos à posteriori, designadamente em termos de ordenamento do território, ambientais, viários, direccionando o tráfego de pesados para vias com capacidade e calibre adequados, etc. Esta aposta pressupõe medidas regulamentares dissuasoras de ampliações, remodelações, reconstruções ou mudança de ramo de actividade nas unidades inseridas em aglomerados urbanos acompanhadas de medidas de incentivo à relocalização.

4.2.5| FOMENTAR PARCERIAS E COMPLEMENTARIDADES ENTRE EMPRESAS, U.M., C.M.B., ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS, ESCOLAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, INSTITUTO IBÉRICO DE NANOTECNOLOGIA, EMPRESAS T.I.C., ETC.

Face à crescente competitividade, as empresas deverão assegurar as vertentes inovação e internacionalização, bem como, dinâmicas de cooperação através de projectos em rede. O incentivo a este tipo de iniciativas passa pela programação de benefícios inerentes, visando o progresso e o desenvolvimento económico e, ao nível do PDM, a programação do espaço físico onde estas entidades possam coexistir. Emerge, de igual modo, a necessidade de integração com o planeamento municipal, dos projectos preconizados no âmbito do Quadrilátero.

4.2.6| FOMENTAR O INVESTIMENTO TURÍSTICO

A aposta nesta vertente, pressupõe um adequado diagnóstico de apoio à definição de áreas de vocação turística (campos de Golfe, parques de diversão, feiras, espectáculos, eventos tradicionais, hotéis, turismo rural, religioso, etc.), tendo em consideração que o Turismo de qualidade depende da qualidade arquitectónica, urbana e paisagística.

O turismo Rural, poderá constituir uma mais-valia e uma alternativa económica de alguns espaços rurais abandonados ou desaproveitados, pelo que se deveria criar incentivos à sua implementação.

Impõe-se, simultaneamente, a implementação de acções tipo, naqueles grupos que se consideraram de intervenção prioritária pela importância inerente, são esses o “Triângulo turístico” (santuários do Bom Jesus do Monte, Sameiro, Falperra e a Sé), as “Praias Fluviais” e a “Requalificação do Centro Histórico”.⁶⁴ As intervenções no “Triângulo Turístico” terão que incidir ao nível da articulação entre os vários espaços religiosos, da requalificação pontual de alguns elementos ou espaços de enquadramento, das

⁶³ PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; relatório; Fevereiro 2006; p.80.

⁶⁴ Neiva, Carolina Loureiro; “Estudo Turístico”; Câmara Municipal de Braga, DMPO,DPU, Abril 2007.



acessibilidades, da inter-modalidade e da mobilidade dos turistas. Em relação às “Praias Fluviais”, propõe-se uma maior interacção da Cidade com o Rio Cávado. Em conciliação com a vertente de preservação e requalificação ambiental, deverá melhorar-se a acessibilidade, a integração de modos de transporte alternativos, como por exemplo, a bicicleta e criação de um percurso pedonal e ciclável dotado de áreas de estar/recreio e lazer, adequada integração paisagística dos equipamentos mínimos necessários à sua manutenção, melhor qualidade da água, criação de estacionamento nos locais adequados, arborização, etc. No objectivo “Requalificação”, prevê-se que tenha uma vertente mais abrangente na medida em que aborda um leque maior de equipamentos / edifícios com potencial turístico (revitalização e melhoria das condições no Parque de campismo, reconversão de edifícios/estabelecimentos turísticos, alargamento e melhoria das condições do circuito Vasco Sameiro / KIB – Kartódromo de Palmeira, etc).

4.3| BRAGA CONCELHO COMPETITIVO à ESCALA IBÉRICA

- 4.3.1|** Integração da Estação de Braga no Traçado do Comboio de Alta Velocidade
- 4.3.2|** Reforçar o papel da Cidade à escala do Quadrilátero Urbano (Pólis XXI)
- 4.3.3|** Reforçar a Cooperação e Potenciar Políticas de Complementaridade à Escala Supra-Municipal (acessibilidade, mobilidade, Incentivos na Inter modalidade nos Transportes)
- 4.3.4|** Reforçar o papel da Cidade no Domínio das T.I.C., Educação e Formação Profissional
- 4.3.5|** Reforçar a Vertente Cultural

4.3.1| INTEGRAÇÃO DA ESTAÇÃO DE BRAGA NO TRACADO DO COMBOIO DE ALTA VELOCIDADE

Prevendo-se a ligação ferroviária, em Alta Velocidade, entre Braga –Vigo será necessário prever a reformulação da rede ferroviária e da estação, a criação de novas acessibilidades e de um espaço de articulação com outros meios de transporte (autocarro, carreiras, táxis, parques de estacionamento, peão etc.).

4.3.2| REFORÇAR O PAPEL DA CIDADE à ESCALA DO QUADRILÁTERO URBANO (PÓLIS XXI)

As transformações sentidas na economia, na sociedade e no planeamento, legitimam projectos como o do Quadrilátero urbano Braga-Guimarães-Famalicão-Barcelos que vem ao encontro dos anseios do PNPOT no que concerne à promoção de redes de cidades complementares. Estes territórios, cujas condicionantes físicas naturais que outrora os separava deixam de constituir um entrave ao seu desenvolvimento concertado, agregam-se agora através da Associação de municípios de fins específicos e de um conjunto de projectos e políticas urbanas. É pois premente articular os projectos subjacentes a esta rede de cidades com o planeamento municipal.

4.3.3| REFORÇAR A COOPERAÇÃO E POTENCIAR POLÍTICAS DE COMPLEMENTARIDADE à ESCALA SUPRA-MUNICIPAL (ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE, INCENTIVOS NA INTER MODALIDADE NOS TRANSPORTES)

Na lógica das novas exigências da globalização e da complexidade patente na forma como o território se organiza, se relaciona e se desenvolve e no modo como a sociedade se apresenta, emerge como um factor premente das políticas urbanas a organização do abastecimento urbano e da logística a ele associado. Esta matéria, está intimamente relacionada com a mobilidade e com a qualidade de vida



urbana, pelo facto de, quando bem organizada, poder evitar quer os congestionamentos directos gerados pelas cargas e descargas na cidade, quer os constrangimentos indirectos imputados ao espaço público.⁶⁵

No transporte de mercadorias, no que concerne à Região Norte, verifica-se a prevalência do modo rodoviário. Deste modo, a localização estratégica para que esta actividade logística⁶⁶ cumpra a premissa de se apresentar competitiva à escala regional, deverá congratular a localização com maior incidência e integração viária à Escala Macro, não descurando a interface com a rede ferroviária. Neste caso, tem relevância o Terminal Ferroviário de Mercadorias de Tadim, implantado entre as cidades de Braga e Barcelos e próximo de outras infra-estruturas logísticas, como é o caso do Mercado Abastecedor da Região Norte, zona industrial de Celeiros, etc., impulsionando novas sinergias, neste âmbito, no território envolvente, como é o caso do entreposto logístico da Torrestir (proposto na freguesia de Vilaça).⁶⁷

A logística, pelo papel que assume na organização territorial e económica de uma região, terá que se desenvolver de uma forma planeada e integrada. Terá que pressupor uma organização com objectivos estratégicos bem definidos.

A área logística a definir no âmbito do PDM, não carecerá de exclusividade de uso, admitindo-se actividades compatíveis e submetidas a regras, no entanto, deverá encontrar-se meios de incentivo para que as actividades logísticas se venham a localizar nesta área.⁶⁸

O Reforço do papel de Braga, como centro polarizador de um vasto território a Norte e a Nascente (Região de Lanhoso, Gerês, Montalegre, Boticas, até Chaves, Vila Verde, Amares, região de Coura até Monção) e o respectivo desenvolvimento deste sistema urbano, reverte, igualmente, numa aposta da beneficiação efectiva dos eixos viários tradicionais nacionais constituídos pelas ENs 103 e 101.

⁶⁵ “A criação de infraestruturas dedicadas à localização de actividades logísticas de apoio tanto à distribuição como a produção, e de outras actividades de natureza diversa, não é só uma necessidade em resposta à procura crescente de transporte de mercadorias, mas é também uma oportunidade de desenvolvimento empresarial que têm de ser assumida em toda a região como factor de potenciação da tradicional capacidade empreendedora demonstrada noutros ciclos económicos. Ou seja, a Região do Norte terá de preparar nos próximos cinco a sete anos infraestruturas capazes de fixarem funções especializadas na cadeia logística tendo como base uma economia vista à escala do país e também da Euroregião Norte de Portugal/ Galiza, estabelecendo as pontes necessárias para Castela-Leão.”; In Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.52.

⁶⁶ “Área Logística (AL) Definição: espaço territorial onde já se concentram actividades logísticas ou para-logísticas, e que poderão ou não vir a ser polarizadas por uma ou mais Plataformas da Rede Nacional de Plataformas Logísticas (...) Plataforma Logística (PL) Definição: espaços infraestruturados e devidamente equipados destinados à concentração de actividades logísticas, situados estrategicamente em relação às diferentes infraestruturas de acessibilidade. As PL’s poderão ser uni ou multimodais e deverão ser promovidas e geridas por entidades próprias (publicas, privadas ou mistas) segundo lógicas próprias associáveis à sua vocação e dimensão específica, tal como vier a constar do Plano Sectorial da Logística Nacional (evolução prevista para o programa “Portugal Logístico”).(...) Articulação com os PDM’s e Programas Operacionais: previsão em termos de uso do solo, segundo uma categoria que os PDM’s podem ou devem adoptar, e que seja mais específica (exigente!) do que a simples área “industrial e de armazenagem” ou “área de localização empresarial.”; Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.86 e 88.

⁶⁷ “A vocação a dar pela REFER ao Terminal de Tadim e as tendências de localização que ele pode gerar, deverão estar presentes na futura consideração quanto à criação de uma plataforma logística de importância sub-regional para o Vale do Cávado, localizada entre aquelas duas estradas.”; Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.77.

⁶⁸ “Exemplos destacados de projectos de segunda geração são a PlaZa, a PLISAN de Vigo na margem do Rio Minho, a CAE de Burgos, a área logística do Campo em Gibraltar e o futuro centro de Sevilha-Majaravique. Uma das características centrais dessas plataformas é a sua grande dimensão em área, a multiplicidade interna de funções, a vinculação à intermodalidade e à multimodalidade e a sua inserção em estratégias de desenvolvimento regional e de promoção supra regional, assim como a complexidade dos modelos de promoção e gestão, abertos a processos de parceria público-privados.” Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.89.



Do mesmo modo, é importante enquadrar projectos supra municipais (Hospital Central, Universidade do Minho, Instituto Ibérico de Nanotecnologia, rede ferroviária de alta velocidade, Parque de Diversões, etc.), reposicionando a cidade de Braga e a área regional que representa na esfera internacional. Assim, a previsão do espaço canal para uma eventual implementação da ligação ferroviária entre Guimarães e Braga, unindo os dois pólos universitários, o Instituto Ibérico de Nanotecnologia, a área empresarial do Ave Park é uma vertente estratégica projectada no PROT (concluindo o anel ferroviário entre Braga, Famalicão, Trofa, Santo Tirso, Vizela e Guimarães) e que deverá estar prevista e salvaguardada nas intenções do PDM.⁶⁹ Esta intenção está intimamente relacionada com a necessidade de complementar a futura linha de alta velocidade Porto-Vigo, a partir de Braga (tornando esta paragem competitiva em termos de tempo de deslocação a partir de Guimarães, Fafe, Vizela, etc.).

Este sistema ferroviário com carácter ultraligeiro, servindo movimentos pendulares, deverá caracterizar-se por ter paragens menos espaçadas e estrategicamente localizadas, integradas com outros modos de transporte, com a rede pedonal, parques de estacionamento e prevendo uma estação Multimodal que articule os diversos modos de transporte privado e público, intra e interurbanos e os dois sistemas ferroviários (de altas prestações e a rede convencional).

4.3.4| REFORÇAR O PAPEL DA CIDADE NO DOMÍNIO DAS T.I.C., EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Braga, apresenta um potencial no domínio das tecnologias de informação que não se deverá descurar.⁷⁰ De facto, há quem a considere a capital portuguesa do “software”, uma espécie de Silicon Valley nacional. As cerca de 40 empresas “high tech”, representadas por cerca de 800 quadros altamente qualificados nesta área e com uma facturação conjunta de oito milhões de contos, estão decididamente a mudar o tecido económico do Concelho e da Região.⁷¹

Neste sentido, em 2000, através do programa CompeteMinho – Sistemas de Cooperação de base local para o reforço da capacidade competitiva do tecido empresarial da Região do Minho - foi criada uma empresa que reúne as empresas do ramo das Tecnologias de Informação e Comunicação da região Minho, a Minhodigital.com – Investimentos na Área tecnológica, SA, que reúne mais de vinte empresas, com o intuito de fixação de quadros qualificados, captação de investimentos nesta área e desenvolvimento do tecido empresarial dinâmico e competitivo à escala nacional e internacional, ajudando a pôr o Minho no mapa internacional dos clusters hightech e do conhecimento.⁷² Assim, no Minho, encontra-se a maior

⁶⁹ “O fecho de malhas ferroviárias parece ainda poder ser uma das principais apostas a definir dentro dos objectivos estratégicos do PROT, principalmente se essas ampliações poderem vir a reverter num aumento da área de influência das novas linhas em bitola europeia.

Tal como se referia no Norte 2015, o prolongamento da Linha de Guimarães a Braga articulando com o Porto-Vigo em velocidade alta, constitui porventura o melhor exemplo de como o fecho de malha pode cumprir múltiplos objectivos.”; In Babo, António Pérez; PROT – Norte; Fase I – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidade, Mobilidade e Logística; Maio 2007; p.38.

⁷⁰ O PNPOT, referindo-se à “Região urbano-metropolitana do Noroeste”, descreve que: “Este espaço do Norte litoral ocupa a segunda posição nacional em termos de equipamentos tecnológicos, infra-estruturas de investigação e espaços para acolhimento de actividades intensivas em conhecimento e tecnologia.”; Relatório PNPOT, Fevereiro 2006, p.79, 80.

⁷¹ In, <http://primeirasedicoes.expresso.clix.pt/ed1430/pt-primeira.asp>; de 25/3/2000

⁷² In, <http://www.globalsoft.pt/globalsoft/grupo/historial.asp>; e <http://piano.dsi.uminho.pt/~ebeira/hightech%20minho/hightechm.htm>;

concentração nacional de empresas de TIC (à excepção das áreas metropolitanas) e o papel da Universidade do Minho, neste âmbito, também é relevante.

De facto, assiste-se, no Concelho, ao despoletar de um novo sector económico, o “Quaternário” que englobando as empresas que desenvolvem e difundem as tecnologias de informação e conhecimento, desempenham um papel fundamental no apoio a empresas dos diversos sectores da economia. Urge, apoiar e incentivar este novo sector, pela importância económica que o reveste e pela projecção como elemento de marketing urbano que patenteia.

Assim, é necessário apostar na criação de Parques qualitativos que se destaquem pelo aproveitamento desta mais valia da região e pela incorporação de conhecimento e tecnologia associados às empresas.

Por outro lado, a formação profissional é uma vertente, igualmente, com relevância na Região e que assume um papel importante na qualificação da mão-de-obra de apoio às empresas.

4.3.5| REFORÇAR A VERTENTE CULTURAL

É necessário criar incentivos à complementaridade cultural no quadrilátero e na Região, no sentido de criar sinergias e garantir massa crítica que alimente esta vertente. Neste âmbito, será necessário elaborar a carta de espaços com vocação cultural e desenvolver uma rede supra-municipal que contemple a equidade de acesso a actividades culturais e qualifique o sistema urbano pela valorização de identidades, património, etc. Simultaneamente deverá definir – se medidas para dinamizar o espaço público para este tipo de actividades.

Por outro lado, urge prever uma área significativa do território para futura implementação de um Parque Urbano à escala da Região. De facto, as tendentes medidas de sustentabilidade territorial tem levado várias cidades ou unidades territoriais, a nível nacional e noutros países, à criação de áreas de dimensão relevante vocacionadas para o lazer da população e equilíbrio da estrutura urbana. Considera-se que face à conjuntura actual este será o momento oportuno para a programação de uma área com estas características. De facto verifica-se ser, esta Revisão ao PDM, o momento propício para este efeito, devido ao nível de desenvolvimento urbano, às necessidades sentidas na unidade territorial em causa de espaços de lazer programados ao ar livre, pelo facto de ainda ser viável a referida delimitação em áreas descomprometidas e pelo potencial de atracção de população como medida de marketing urbano para a competitividade territorial.



ÍNDICE DAS FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

Figura 1.1 – Concelho de Braga e Concelhos Limítrofes.....	5
Figura 1.2 – Localização das Freguesias do Concelho de Braga.....	6
Figura 1.3 – Carta Hipsométrica do Concelho de Braga.....	7
Figura 2.1 – População residente por freguesias do Concelho de Braga, em 1991.....	11
Figura 2.2 – População residente por freguesias do Concelho de Braga, em 2001.....	11
Figura 2.3 – Variação da população residente por freguesia do concelho de Braga, entre 1991/ 2001 (%).....	12
Figura 2.4 – Projecção da população residente para 2015.....	14
Figura 2.5 – Projecção da população residente para 2020.....	14
Figura 2.6 – Variação da população residente entre 2001/2015.....	15
Figura 2.7 – Variação da população residente entre 2001/2020.....	15
Figura 2.8 – Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 1991.....	16
Figura 2.9 – Densidade populacional por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	16
Figura 2.10 – Variação da densidade populacional nas freguesias do concelho de Braga, entre 1991/2001.....	17
Figura 2.11 – Distribuição do índice de envelhecimento da população nas freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	21
Figura 2.12 – População activa por freguesia, empregue no sector primário no concelho de Braga, em 2001.....	27
Figura 2.13 – Peso percentual dos activos no sector primário sobre o total de activos de cada freguesia do concelho de Braga, em 2001.....	27
Figura 2.14 – População activa no sector secundário por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	28
Figura 2.15 – Peso percentual dos activos no sector secundário sobre o total de activos de cada freguesia do concelho de Braga, em 2001.....	28
Figura 2.16 – População Activa no sector terciário por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	29
Figura 2.17 – Peso percentual dos activos no sector terciário sobre o total de activos de cada freguesia do concelho de Braga, em 2001.....	29
Figura 2.18 – População desempregada por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	32
Figura 2.19 – Taxa de desemprego por freguesia do concelho de Braga, em 2001.....	32
Figura 2.20 – Parques empresariais e zonas industriais do concelho de Braga, 2009.....	39
Figura 2.21 – Grandes superfícies comerciais e centros comerciais do concelho de Braga, 2009.....	46
Figura 2.22 – Distribuição dos edifícios por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	60
Figura 2.23 – Distribuição dos alojamentos por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	60
Figura 2.24 – Distribuição dos alojamentos familiares vagos por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	61
Figura 2.25 – Peso percentual dos alojamentos familiares vagos sobre o total de alojamentos existentes por freguesias do concelho de Braga, em 2001.....	61
Figura 2.26 – Índice de envelhecimento dos edifícios por freguesia do concelho de Braga, em 2001.....	65
Figura 2.27 – Distribuição das licenças para novas construções para habitação familiar, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga.....	72
Figura 2.28 – Total de fogos licenciados, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga.....	72
Figura 2.29 – Total de construções unifamiliares licenciadas, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga.....	74
Figura 2.30 – Total de construções multifamiliares licenciadas, entre 2001/2006, por freguesias do concelho de Braga.....	74
Figura 2.31 – Total de fogos gerados pelas construções unifamiliares entre 2001/2006.....	74
Figura 2.32 – Total de fogos gerados pelas construções multifamiliares, entre 2001/2006.....	74
Figura 2.33 – Distribuição das remodelações licenciadas, no concelho de Braga entre 2001/2006.....	76
Figura 2.34 – Rede de equipamentos educativos pré-escolar.....	84
Figura 2.35 – Rede de equipamentos educativos ensino básico e secundário.....	84
Figura 2.36 – Rede de equipamentos educativos ensino superior e profissional.....	85
Figura 2.37 – Edifícios escolares encerrados.....	85
Figura 2.38 – Rede de equipamentos educativos.....	87
Figura 2.39 – Rede de equipamentos de saúde.....	90
Figura 2.40 – Rede de equipamentos de prevenção e segurança.....	92
Figura 2.41 – Rede de equipamentos salubridade pública.....	94
Figura 2.42 – Rede de equipamentos administrativos e judiciais.....	97
Figura 2.43 – Equipamentos sociais de apoio às crianças e população jovem.....	98
Figura 2.44 – Equipamentos sociais de apoio aos idosos.....	99
Figura 2.45 – Equipamentos sociais de apoio á população em geral.....	101
Figura 2.46 – Rede de equipamentos sociais.....	103
Figura 2.47 – Rede de equipamentos de cultura.....	107
Figura 2.48 – Rede de equipamentos desportivos.....	111
Figura 2.49 – Rede de equipamentos religiosos.....	114
Figura 2.50 – Rede de mercados e feiras.....	116



Figura 2.51 – Rede de equipamentos de turismo.....	122
Figura 2.52 – Rede de equipamentos de recreio e lazer.....	125
Figura 2.53 – Rede de equipamentos transporte.....	127
Figura 2.54 – Distâncias tempo de sedes de concelho a IP's e IC's.....	129
Figura 2.55 – Redes ferroviárias no noroeste peninsular.....	130
Figura 2.56 – Fluxos médios diários de activos e de estudantes, no concelho de Braga, em 2001.....	131
Figura 2.57 – Principais ligações rodoviárias ao concelho de Braga.....	134
Figura 2.58 – Tráfego médio anual segundo o tipo de veículos.....	136
Figura 2.59 – Rede de transportes urbanos públicos do concelho de Braga.....	141
Figura 2.60 – Modo de transporte predominante (2001).....	144
Figura 2.61 – Modo de transporte com menor importância relativa (2001).....	144
Figura 2.62 – Proporção de viagens a pé para o trabalho ou estudo em relação ao total destas viagens (2001).....	145
Figura 2.63 – Proporção de viagens de automóvel para o trabalho ou estudo em relação ao total destas viagens (2001).....	145
Figura 2.63 – Área logística Braga/Barcelos.....	149
Figura 3.1 – Rede de abastecimento de água.....	162
Figura 3.2 – Rede de saneamento e ETAR's existentes em 2009.....	165
Figura 3.3 – Rede de Recolha de Resíduos Sólidos (2009).....	170
Figura 3.4 – Rede Nacional de Transporte de Electricidade 2010 – Concelho de Braga.....	171
Figura 3.5 – Rede Eléctrica do concelho de Braga (2010).....	172
Figura 3.6 – Rede de Gás do concelho de Braga (2010).....	173
Figura 4.1 – Espaços urbanizáveis propostos no PDM e respectivo estado de ocupação entre 2001 e 2010.....	178
Figura 4.2 – Espaços de indústria e/ou armazéns propostos e parques de sucatas propostos no PDM e respectivo estado de ocupação entre 2001 e 2010.....	180
Figura 4.3 – Solo rural ocupado/alterado entre 2001 e 2010.....	182
Figura 4.4 – Localização de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão no Concelho de Braga.....	183
Figura 4.5 – Localização dos Compromissos Urbanísticos.....	190
Figura 4.6 – Planta rede viária do Concelho.....	196
Figura 4.7 – Extracto do projecto do parque arborizado a Sul de Lameações.....	210

QUADROS

Quadro 2.1 – Evolução da População Residente em Portugal, no Norte, no Cávado e no Concelho de Braga e respectivas variações em 1981, 1991, 2001 e 2009.....	9
Quadro 2.2 – População Residente e respectiva variação, em Braga e Concelhos Limitrofes (1991-2001-2009).....	9
Quadro 2.3 – Ritmos de crescimento da população do concelho de Braga.....	13
Quadro 2.4 – Projectão da população do concelho de Braga, segundo o método de crescimento exponencial para 2015 e 2020.....	13
Quadro 2.5 – Evolução da densidade populacional no Norte, no Cávado e no concelho de Braga (hab/Km2) e respectivas variações.....	15
Quadro 2.6 – Densidade populacional e respectiva variação, de Braga e concelhos limítrofes (1991-2001-2009).....	16
Quadro 2.7 – População por grandes grupos etários e índices de envelhecimento e de dependência em 1991, 2001 e 2009 para o Norte, Cávado e concelho de Braga.....	20
Quadro 2.8 – População segundo as migrações no concelho de Braga, em 2001.....	23
Quadro 2.9 – População activa por sectores de actividade e respectiva variação, no Norte, Cávado e concelho de Braga.....	24
Quadro 2.10 – Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por dimensão de Exploração no Concelho de Braga (1989-1999).....	36
Quadro 2.11 – Parques empresariais e zonas industriais e respectivas áreas.....	40
Quadro 2.12 – Grandes superfícies comerciais e centros comerciais do concelho de Braga, em 2009.....	47
Quadro 2.13 – Total de edifícios segundo a sua função no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991 e 2001.....	58
Quadro 2.14 – Total de alojamentos segundo a sua ocupação, alojamentos familiares de residência habitual e de uso sazonal, e famílias clássicas residentes, em 1991 e 2001, no Norte, no Cávado e em Braga.....	58
Quadro 2.15 – Número de famílias residentes por alojamento no Norte, no Cávado e no concelho de Braga.....	59
Quadro 2.16 – Taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001 (%).....	78
Quadro 2.17 – Equipamentos de ensino e segundo grau de ensino, em 2005/2006.....	79
Quadro 2.18 – Taxa de Ocupação dos estabelecimentos escolares.....	79
Quadro 2.19 – Estabelecimento pré-escolares encerrado e construções novas previsto em 2009.....	80
Quadro 2.20 – Estabelecimento do ensino básico 1º ciclo encerrado, inaugurados e construções novas previsto em 2009.....	81
Quadro 2.21 – Estabelecimento do ensino básico do 2º e 3º ciclo remodelados/ampliados e construções novas previstas em 2009.....	82
Quadro 2.22 – Rede de equipamentos educativos existentes no concelho de Braga em 2009.....	83
Quadro 2.23 – Equipamentos de saúde e respectiva taxa de ocupação, em 2009.....	88
Quadro 2.24 – Unidades de Saúde e respectivas extensões de saúde, em 2009.....	89
Quadro 2.25 – Equipamentos sociais do concelho de Braga, em 2009.....	104



Quadro 2.26 – Infra-estruturas desportivas existentes no concelho de Braga.....	106
Quadro 2.27 – Infra-estruturas desportivas com construção prevista ou a beneficiar, no concelho de Braga.....	109
Quadro 2.28 – Equipamentos religiosos e respectiva classificação pelo IGESPAR, em 2009.....	112
Quadro 2.29 – Hotéis existentes no concelho de Braga, em 2009.....	118
Quadro 2.30 – Hotel – apartamento existente no concelho de Braga, em 2009.....	119
Quadro 2.31 – Hotel – residencial existente no concelho de Braga, em 2009.....	119
Quadro 2.32 – Albergaria – Pensão existente no concelho de Braga, em 2009.....	119
Quadro 2.33 – Pousada e pousada da juventude existente no concelho de Braga, em 2009.....	120
Quadro 2.34 – Motéis existentes no concelho de Braga, em 2009.....	120
Quadro 2.35 – Casas de turismo rural ou de habitação existentes no concelho de Braga, em 2009.....	120
Quadro 2.36 – Equipamentos de recreio e lazer existentes no concelho de Braga, em 2009.....	123
Quadro 2.37 – Equipamentos e infra-estruturas de transporte ferroviário existentes no concelho de Braga, em 2009.....	126
Quadro 2.38 – Equipamentos e infra-estruturas de transporte rodoviário existentes no concelho de Braga, em 2009.....	126
Quadro 2.39 – Dados gerais de mobilidade da população, em 2000.....	132
Quadro 2.40 – Tráfego médio anual segundo o tipo de veículos nos acessos viários ao município de Braga (veículos/dia nos dois sentidos – 24h).....	135
Quadro 2.41 – Tráfego médio anual segundo o tipo de veículos no acesso viário ao município de Braga – A11 (Veículos/Dia nos Dois Sentidos – 24h).....	135
Quadro 2.42 – Rede de transportes urbanos públicos do concelho de Braga.....	140
Quadro 3.1 – Sistema de abastecimento de água do concelho de Braga (2004 e 2009).....	160
Quadro 3.2 – Consumo de água por habitante e por alojamento no concelho de Braga, entre 2002/2009.....	161
Quadro 3.3 – Variação da quantidade de água captada e facturada por grandes grupos de consumidores, entre 2003/2006.....	161
Quadro 3.4 – Sistema de saneamento (entre 2002 e 2009).....	163
Quadro 3.5 – ETAR's existentes e em fase de conclusão no concelho de Braga, e respectivas áreas ocupadas (2009).....	164
Quadro 3.6 – Distribuição dos Ecopontos no “Sistema BRAVAL” (2009).....	167
Quadro 3.7 – Rede eléctrica e respectivas subestações do concelho de Braga.....	171
Quadro 4.1 – Usos do solo no PDMB 2001.....	175
Quadro 4.2 – Ocupação do concelho de Braga entre 2001 e 2006.....	177
Quadro 4.3 – Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do Concelho de Braga e respectivo ponto de situação.....	184
Quadro 4.4 – Equipamentos culturais e religiosos inaugurados no concelho, entre 2001/2010.....	192
Quadro 4.5 – Equipamentos desportivos inaugurados no concelho, entre 2001/2010.....	193
Quadro 4.6 – Investimentos efectuados em equipamentos de educação, no concelho, entre 2001/2010.....	194
Quadro 4.7 – Investimentos efectuados em equipamentos administrativos, no concelho de Braga, entre 2001/2010..	194
Quadro 4.8 – Investimentos efectuados em equipamentos de salubridade (ampliações de cemitérios) no concelho de Braga, entre 2001/2010.....	195
Quadro 4.9 – Investimentos efectuados em equipamentos sociais e de saúde no Concelho, entre 2001 e 2010.....	195
Quadro 4.10 – Estado de execução das principais vias rodoviárias de ligação propostas no PDMB de 2001.....	196
Quadro 4.11 – Intervenções de remodelação ou pavimentação nas Estradas Nacionais do concelho.....	196
Quadro 4.12 – Intervenções de remodelação ou pavimentação nas Estradas Municipais do concelho de Braga.....	198
Quadro 4.13 – Estado de execução da rede de caminhos-de-ferro.....	198
Quadro 4.14 – Cronograma do processo de revisão do PDMB.....	215

GRAFICOS

Gráfico 2.1 – Evolução da População Residente no Concelho de Braga, entre 1960 e 2009.....	10
Gráfico 2.2 – Distribuição da população residente segundo classes etárias no Norte, Cávado e no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2009.....	18
Gráfico 2.3 – Pirâmide etária no concelho de Braga, em 1991, 2001 e 2009.....	18
Gráfico 2.4 – Evolução da natalidade e da mortalidade no concelho de Braga, entre 1993 e 2009.....	19
Gráfico 2.5 – Evolução da taxa de natalidade e de mortalidade no concelho, entre 1993 e 2009 (%)......	20
Gráfico 2.6 – População activa e empregada no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991 e 2001.....	23
Gráfico 2.7 – População activa segundo ramo de actividade, no Norte, Cávado e concelho de Braga entre 1991/2001(%)......	24
Gráfico 2.8 – População activa por freguesias do concelho de Braga, em 1991 e 2001.....	26
Gráfico 2.9 – Taxa de actividade por sexos no Norte, no Cávado, e no concelho de Braga, em 1991 e 2001.....	30
Gráfico 2.10 – População activa e desempregada no concelho de Braga, em 1991 e 2001.....	30
Gráfico 2.11 – Taxa de desemprego no Norte, no Cávado e no concelho de Braga, em 1991 e 2001 (%)......	31
Gráfico 2.12 – População desempregada por nível de instrução no Norte, Cávado e concelho de Braga em 2001(%)......	31
Gráfico 2.13 – Quantidade de empresas existentes no concelho de Braga, entre 2000/2003.....	33
Gráfico 2.14 – Distribuição percentual das empresas existentes no concelho de Braga segundo o n.º de Trabalhadores, em 2003 (%)......	33
Gráfico 2.15 – População activa empregue por actividade, no concelho de Braga, em 2001 (%).....	34
Gráfico 2.16 – Distribuição percentual das empresas pertencentes á actividade agrícola, silvicultura, caça e pescas,	



no concelho de Braga, em 1995, 2001 e 2003.....	34
Gráfico 2.17 – População activa empregue no sector primário, no concelho de Braga, em 1995, 2001 e 2003.....	35
Gráfico 2.18 – Superfície Agrícola Utilizada no Concelho de Braga (1989-1999).....	35
Gráfico 2.19 – Superfície agrícola utilizada nas freguesias do concelho de Braga, em 1999.....	36
Gráfico 2.20 – Principais culturas efectuadas no concelho de Braga, em 1999.....	37
Gráfico 2.21 – Empresas da indústria extractiva existentes no concelho de Braga em 2003, segundo o n.º de trabalhadores.....	38
Gráfico 2.22 – Evolução dos activos da indústria extractiva, no concelho de Braga entre 1995 e 2003.....	38
Gráfico 2.23 – Evolução do número de indústrias transformadoras existentes no concelho de Braga, entre 2000 e 2003.....	41
Gráfico 2.24 – Empresas da indústria transformadoras, segundo o n.º de trabalhadores, existentes no Concelho de Braga, em 2003.....	41
Gráfico 2.25 – Evolução do número de activos na indústria transformadora, no concelho de Braga, entre 1995 e 2003.....	42
Gráfico 2.26 – Distribuição dos activos na indústria transformadora, no concelho de Braga, em 2001.....	42
Gráfico 2.27 – Evolução dos activos na indústria transformadora, no concelho de Braga, entre 1995 e 2003.....	43
Gráfico 2.28 – Evolução do número de empresas da construção civil, no concelho de Braga, entre 2000/2003.....	44
Gráfico 2.29 – Empresas da construção civil, segundo a sua dimensão, existentes no concelho de Braga, em 2003.....	44
Gráfico 2.30 – Evolução do número de activos na construção civil, no concelho de Braga, entre 1995/2003.....	45
Gráfico 2.31 – Evolução dos número de estabelecimentos de comercio por grosso e a retalho, existentes no concelho de Braga, entre 1991/2005.....	48
Gráfico 2.32 – Evolução dos activos no comércio por grosso e a retalho, no concelho de Braga, entre 1993/2005.....	48
Gráfico 2.33 – Evolução do número de estabelecimentos no comércio a retalho, existentes no concelho de Braga, entre 1991/2005.....	49
Gráfico 2.34 – Evolução dos activos no comércio a retalho e grossista, no concelho de Braga, entre 1993/2005.....	49
Gráfico 2.35 – Distribuição dos activos empregados no comércio por grosso, existentes no concelho de Braga, em 1995, 2001 e 2003.....	50
Gráfico 2.36 – Evolução dos activos no comércio, hotelaria e restauração, existentes no concelho de Braga, entre 1997/2003.....	51
Gráfico 2.37 – Número de visitantes por ano, no concelho de Braga, entre 2001/2005.....	51
Gráfico 2.38 – Distribuição percentual dos visitantes ao concelho de Braga segundo o mês, em 2001 e 2005.....	52
Gráfico 2.39 – Número de visitantes, portugueses e estrangeiros, no concelho de Braga, entre 2001/2005.....	52
Gráfico 2.40 – Nacionalidade dos visitantes, no concelho de Braga, entre 2001/2005.....	52
Gráfico 2.41 – Tipo de estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho de Braga, em 2009.....	53
Gráfico 2.42 – Quartos por tipo de estabelecimentos hoteleiros existentes no concelho de Braga, em 2009.....	53
Gráfico 2.43 – Numero de hospedes e respectivas dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do concelho de Braga.....	53
Gráfico 2.44 – Evolução dos activos na actividade financeira e imobiliária, existentes no concelho de Braga, entre 1995/2003.....	54
Gráfico 2.45 – Evolução dos activos nas actividades financeira e imobiliária, existentes no concelho de Braga, entre 1995/2003.....	54
Gráfico 2.46 – Evolução do número de dependências bancárias, existentes no concelho de Braga, entre 1992/2005.....	55
Gráfico 2.47 – Total de créditos para a compra de habitação, entre 1999/2003 (Milhares de Euros).....	55
Gráfico 2.48 – Evolução da quantidade de prédios hipotecados, existentes no concelho de Braga, entre 1999/2003.....	55
Gráfico 2.49 – Evolução dos activos na administração pública, educação, saúde e outros, no concelho de Braga, entre 1995/2003.....	56
Gráfico 2.50 – Distribuição dos activos da administração pública, educação, saúde e outros, existentes no concelho de Braga, entre 1995/2003.....	57
Gráfico 2.51 – Distribuição percentual dos activos da administração pública, educação, saúde e outros, existentes no concelho de Braga, em 2003.....	57
Gráfico 2.52 – Total de alojamentos, alojamentos clássicos de residência habitual e famílias residentes, em 2001.....	62
Gráfico 2.53 – Nº de edifícios, por data de construção, em 2001.....	63
Gráfico 2.54 – Nº de edifícios, por freguesia, segundo períodos de construção.....	64
Gráfico 2.55 – Evolução dos licenciamentos de novas construções para habitações, entre 1995/2009, no Cávado e no concelho de Braga.....	66
Gráfico 2.56 – Evolução dos fogos licenciados em novas habitações familiares, entre 1995/2009, no Cávado e no concelho de Braga.....	67
Gráfico 2.57 – Evolução dos licenciamentos de novas construções para habitações, entre 1995/2009, em Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.....	67
Gráfico 2.58 – Evolução dos fogos licenciados em novas habitações familiares, entre 1995/2009, em Braga, Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.....	68
Gráfico 2.59 – Novas construções licenciadas para habitação familiar e respectivos fogos criados, entre 2001/2006, no concelho de Braga.....	69
Gráfico 2.60 – Número de fogos e de construções para habitação multifamiliar licenciadas, entre 2001/2006, em Braga.....	70
Gráfico 2.61 – Número de fogos e de construções unifamiliares licenciadas, entre 2001/2006, no concelho de Braga.....	70
Gráfico 2.62 – Cércea total dos edifícios licenciados, entre 2001 e 2006, no Concelho de Braga.....	71



Gráfico 2.63 – Tipologias dominantes das construções licenciadas, entre 2001/2006, no concelho de Braga.....	71
Gráfico 2.64 – Construções de habitação unifamiliares e multifamiliares licenciadas nas freguesias do concelho (2001/2006).....	73
Gráfico 2.65 – Evolução do número de remodelações ou reconstruções licenciadas, entre 2001/2006, no concelho de Braga.....	75
Gráfico 2.66 – Evolução do número de remodelações ou reconstruções sujeitas a licença ou comunicação prévia, entre 2001 e 2006, no Centro Histórico.....	77
Gráfico 2.67 – População residente segundo o nível de instrução no concelho de Braga, em 2001 (%).....	78
Gráfico 2.67 – Repartição modal das deslocações (2000).....	132
Gráfico 2.68 – Tráfego médio diário nos acessos viários ao município de Braga (EN e Variante à EN101/201).....	137
Gráfico 2.69 – Evolução do tráfego médio diário nos acessos viários ao município de Braga em 1990, 2001 e 2005 (veículos ligeiros).....	138
Gráfico 2.70 – Evolução do tráfego médio diário nos acessos viários ao município de Braga em 1990, 2001 e 2005 (veículos pesados).....	138
Gráfico 2.71 – Distribuição modal no concelho de Braga (2004).....	144
Gráfico 2.72 – Distribuição modal, por motivo, no concelho de Braga (2004).....	146
Gráfico 2.73 – Evolução do nº de veículos/família e veículos/indivíduo, no concelho de Braga (1991 e 2001).....	147
Gráfico 2.74 – Taxa de ocupação dos automóveis no concelho de Braga (2001).....	147
Gráfico 3.1 – Rede de abastecimento de água pública no concelho de Braga (entre 2002/2009).....	160
Gráfico 3.2 – Taxa de atendimento e população servida no concelho de Braga entre 2002/2009.....	161
Gráfico 3.3 – Taxa de atendimento e população servida pela rede de saneamento básico no concelho de Braga (entre 2002/2009).....	163
Gráfico 3.4 – Evolução da quantidade de RSU depositados no aterro pela BRAVAL (Total dos 6 concelhos).....	166
Gráfico 3.5 – Evolução da quantidade de RSU recolhidos, no concelho de Braga, e depositados no aterro sanitário..	166
Gráfico 3.6 – Evolução da quantidade de RSU recolhidos no “Sistema BRAVAL”, correspondentes a materiais recicláveis.....	167
Gráfico 3.7 – Evolução da quantidade de RSU recolhidos no concelho de Braga, correspondentes a materiais recicláveis.....	168
Gráfico 3.8 – Quantidade de Óleos Utilizados recolhidos no “Sistema BRAVAL”.....	169

IMAGENS

Imagem 3.1 e 3.2 – Espaços Verdes na Freguesia de Lamações.....	151
Imagem 3.3 – Espaços Verdes na Freguesia de S. Vitor.....	151
Imagem 3.4 – Rio Este.....	155
Imagem 3.5 – Parque da Ponte.....	155
Imagem 3.6 – Parque Urbano do Monte do Picoto.....	157
Imagem 3.7 – Parque da Ponte.....	157
Imagem 3.8 – Planta de Implantação do Parque das Sucatas.....	157
Imagem 3.9 e 3.10 – Parque Norte.....	158
Imagem 3.11 – Quinta pedagógica.....	159
Imagem 3.12 – Biblioteca Lúcio Craveiro.....	192
Imagem 3.13 – Remodelação do Teatro Circo.....	192
Imagem 3.14 – Estádio Municipal do Braga.....	193
Imagem 3.15 – Piscinas Municipais ao ar livre São Julião de Passos.....	193
Imagem 3.16 – Escola Secundária D. Maria II.....	194
Imagem 3.17 – Escola Secundária Sá de Miranda.....	194
Imagem 3.18 – Junta de Freguesia de Aveleda.....	195
Imagem 3.19 – Junta de Freguesia de Palmeira.....	195



BIBLIOGRAFIA

Agenda 21 do Eixo Atlântico – Concelho de Braga, 2005;

Babo, António; *“Norte 2015 – QUADRO DE REFERENCIA ESTRATÉGICO (QRE) – Diagnostico Prospectivo da Região Norte – Mobilidade, Transporte e Acessibilidades”*; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Norte; Maio 2005

Babo, António; PROT- Norte; Fasel – Estudos Complementares de Caracterização Territorial e Diagnóstico Regional; Acessibilidades, Mobilidade e Logística; Maio 2007

Babo, António; *“PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO NORTE – PROT-NORTE – Temática Acessibilidades, Mobilidade e Logística”*; PROT-N, Junho de 2007;

Carvalho, Jorge; *“Ordenar a Cidade”*; editora Quarteto; Coimbra, Maio 2003.

Censos 1991, INE 1991

Censos 2001, INE 2001

Conferência “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM – Resoluções”; 8 e 9 de Julho de 2003, Figueira da Foz; (<http://www.anmp.pt/anmp/div2003/confPDM/textos.html>).

Corais, T. Filipa; *“Dinâmicas Territoriais na Aglomeração Urbana de Braga”*; Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano; F.A.U.P./ F.E.U.P.; 2003.

DGTTF/APVE “Relatório de Demonstração de Autocarros Eléctricos Amigos do Ambiente Urbano”.

Domingues, Álvaro (coord.), *“Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal”*; p.151, 153, Argumentum, Lisboa, 2006.

Gaiurb; *“Relatório de Avaliação de Execução do PDM e de Caracterização da evolução das Condições Sócio-económicas e Ambientais”*; Abril 2005; www.gaiurb.pt

<http://www.globalsoft.pt/globalsoft/grupo/historial.asp>;

<http://www.wine.pt>

<http://piano.dsi.uminho.pt/~ebeira/hightech%20minho/hightechm.htm>;

<http://primeirasedicoes.expresso.clix.pt/ed1430/pu-primeira.asp>; de 25/3/2000

<http://ulisses.cm-lisboa.pt>

Jornal de Notícias, 10 de Fevereiro de 2008.

Neiva, Carolina Loureiro; *“Estudo Turístico”*; Câmara Municipal de Braga, DMPO,DPU, Abril 2007.

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; proposta técnica; sumário; aprovada para discussão pública pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de Abril; Maio 2006, e PNPOT; relatório; Fevereiro 2006.

Portas, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João; *“Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades”*; Fundação Calouste Gulbenkian; 2003.

PROT-N; Relatórios Finais de Diagnóstico, Maio 2007

Plano de Reabilitação do Rio Este